

# PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

17

2022 SÉRIE 3

Cumprindo a periodicidade semestral regular, edita-se mais um número da revista *Páginas a&b*, o qual segue a linha editorial habitual, congregando temáticas diversificadas, do vasto campo da Ciência da Informação, e dando voz a autores do espaço luso-brasileiro, como é marca identitária da revista.

Não podemos deixar de assinalar, neste número da revista, um aspeto que já por outras vezes referimos – a fraca representatividade dos autores portugueses –, já que é algo que se vem notando ao longo dos anos, em contraste com a quantidade de artigos de autores brasileiros. Efetivamente, as submissões de artigos para avaliação revelam uma notória supremacia do Brasil no conjunto de textos que os autores enviam para a revista, revelando-se escassa a produção dos autores portugueses. Sendo *Páginas a&b* a única revista científica da área da Ciência da Informação (CI), que se publica em Portugal, e estando a mesma indexada em diversas bases de dados de prestígio internacional, muito nos surpreende o número diminuto de submissões de artigos de autores portugueses. *Páginas a&b* é um espaço privilegiado para a publicação na área de CI e está totalmente disponível para acolher os trabalhos que os autores queiram enviar.

Este número resulta da seleção feita pelos avaliadores, representando cerca de 60% dos trabalhos submetidos. O leque de temas é amplo e diverso, procurando ir ao encontro dos interesses de diferentes públicos. Temas teóricos, como o trabalho de Bezerra e Salcedo sobre a “epistemografia interativa” no campo da CI, em que se discute a participação dos utilizadores no processo de organização e representação da informação, convivem com outros que resultam de investigação mais aplicada, como sejam o texto de Nogueira, Gracioso, Silva e De Campli, sobre a análise dos resumos dedicados ao conceito de “linguagem”, apresentados no GT 01 do ENANCIB – *Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação*, e o de Silva, Tolare e Oliveira sobre os processos e sistemas em Organização do Conhecimento, baseado na análise dos verbetes da *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*.

O relato de Terra sobre a introdução de metodologias inovadoras no ensino em CI, focando a aprendizagem no desenvolvimento de projetos, é uma temática muito inspiradora e um exemplo de como é possível inovar e assim motivar os estudantes. A prática pedagógica, em relação com o trabalho de investigação, é algo muito estimulante para desenvolver o conhecimento científico numa área que tem particular apetência pelo trabalho aplicado e com resultados de relevância social.

Segue-se um estudo de Rego e Freire também com óbvia implicação social, baseado na análise dos portais de transparência brasileiros no que toca “a realização da *accountability*

---

e a contratações emergenciais em resposta à COVID-19”, aspetos a que a CI também não deve ficar alheia.

O trabalho de Gonçalves, Maia e Perdigão, outro estudo que se foca em matérias relacionadas com a componente pedagógica da CI, incide sobre a temática da “gestão de documentos”, procurando perceber em que medida é que ela está representada nos *currricula* dos cursos de Arquivologia no Brasil.

A temática do texto de Graziano e Bizello não tem sido muito frequente em *Páginas a&b*. Trata-se da organização, acondicionamento e disponibilização de documentos fotográficos, na perspetiva da Diplomática, e desenvolve-se em torno de um caso de estudo, o do acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, antigo presidente do Brasil.

Igualmente raro, ou mesmo singular, é o estudo de Sousa e Pinto, que se debruça sobre a “iconografia editorial”, defendendo as práticas nesta área como sendo um nicho de mercado para os bibliotecários, ou seja, um campo que tem sido pouco explorado, mas que pode constituir-se como uma mais-valia para o desempenho profissional de quem trabalha em bibliotecas.

O último artigo, de autoria de Oliveira e Castro, centra-se na vida profissional do bibliotecário, Edson Nery da Fonseca. Os autores usam como fontes de informação os jornais brasileiros que realçaram “acontecimentos profissionais do campo da Biblioteconomia” na vida deste bibliotecário e professor.

A revista fecha com uma recensão à obra de Carlos Lopes, intitulada *Como fazer citações e referências? : Guia prático da norma APA*, editada em 2021 pelo ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Esta norma, usada muito frequentemente em ambientes académicos, é devidamente recenseada por Sanches, chamando a atenção para o seu valor no campo da comunicação científica, em que a referenciação bibliográfica é um elemento fundamental.

Esperando que mais este número de *Páginas a&b* seja do agrado dos leitores, despeço-me desejando boas férias e, como sempre, boas leituras!

**Fernanda Ribeiro**

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17a1>

**Resumo:** Discorre sobre a potencialização da serendipidade no processo de busca por informação em ambientes digitais no paradigma pós-custodial da Ciência da Informação. Resulta de uma pesquisa exploratória e bibliográfica. Encontrou como resultado a possibilidade e a potencialidade da Epistemografia Interativa como prática ética e universal para representar e organizar itens informacionais a partir da participação dos usuários do sistema de recuperação de informação tanto como classificador quanto usuário. Enfoca a perspectiva de itens informacionais classificados a partir de pessoas com visões de mundo diferentes em detrimento de uma pequena parcela de autoridades científicas. Conclui que a construção do conhecimento coletivo e plural, com a participação ativa dos pesquisadores da informação, bem como a potencialização da serendipidade no processo de busca por informação, cabe como pesquisa no campo da Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; Epistemografia Interativa; Ética da Informação; Selo Postal.

**Abstract:** Discusses the enhancement of serendipity in the process of searching for information in digital environments in the post-custodial paradigm of Information Science. It results from an exploratory and bibliographic research. As a result, it is founded the possibility and potential of Interactive Epistemography as an ethical and universal practice to represent and organize information items based on the participation of the information retrieval system user, both as classifier and user. It focuses on the perspective of informational items classified from people with different worldviews to the detriment of a small portion of scientific authorities. It concludes that the construction of collective and plural knowledge, with the active participation of information researchers, as well as the enhancement of serendipity in the process of searching for information, fits as research in the field of Information Science.

**Keywords:** Information Science; Interactive Epistemography; Information Ethics; Postage Stamp.

## 1. Introdução

A epistemografia interativa, a partir da prática da desclassificação, é uma proposta de participação da comunidade pesquisadora para a constante classificação de conceitos e itens informacionais, promovendo a captação de pensamentos diferentes dos que foram utilizados nas classificações iniciais. Desse modo, amplia as possibilidades de encontrabilidade da informação, uma vez que pensamentos outros podem ser inseridos no contexto da recuperação da informação.

Encontrar informação nem sempre é tarefa fácil, principalmente se o pesquisador não tem definição clara do que procura. O não encontro causa frustração e sensação vaga por entre uma infinidade de *bits* possíveis, acarretando no que Richard Wurman chamou de certa ansiedade da informação “causada pela distância cada vez maior entre o que compreendemos e o que achamos que deveríamos compreender. É um buraco negro

existente entre os dados e o conhecimento, que aparece quando a informação não diz o que queremos saber” (WURMAN, 2005:14).

Esse autor também aponta que uma das principais causas dessa ânsia informacional é a forma de organização e representação tradicional da informação, baseada na classificação principalmente hierárquica e autoritária, possibilitando ao usuário pesquisador apenas recuperar informação controlada, classificada e organizada por outro, assim desconsiderando toda intencionalidade de busca (experiências, visão de mundo, etc).

Nesse sentido, Garcia Gutierrez (2006) aponta os malefícios causados por classificações ditadas apenas por pessoas habilitadas para definir termos e conceitos que caracterizem e identifiquem o item informacional, por exemplo, num repositório digital. O autor apresenta crítica aos pensamentos epistemológicos positivistas que propõem a universalização de conceitos, uma vez que, para o autor, os itens classificáveis devem ser percebidos por meio dos pontos de vistas de diversas culturas, pensamentos ideológicos e políticos, evitando exclusão de conhecimentos considerados subalternos ou marginais.

Ora, informações classificadas e indexadas a partir de autoridades estabelecidas cientificamente (pessoas imputadas à tarefa de organização da informação) carregam, propriamente, tudo aquilo que, apesar de ser relevante ao discurso hegemônico, tanto em quantidade quanto em qualidade, é silenciado, negado e esquecido.

Pois bem, García Gutiérrez (2006; 2011; 2014), consideradas as suas perspectivas similares e em distintos escritos ao longo dos últimos 15 anos, apresenta de forma clara a necessidade de representar e organizar itens informacionais de forma dinâmica, favorecendo a interação entre pensamentos distintos na classificação de itens recuperáveis. Parte desse posicionamento corrobora com o direito de participação da maior diversidade possível da comunidade que busca, acessa e usa informação, assim, para realizar contínuas releituras e ressignificações dos objetos digitais. Para essa prática, que pode ser entendida como cooperativista, esse autor deu o nome de “Epistemografia Interativa” (EI).

Desde essa perspectiva, dois conceitos são essenciais tanto pelo que neles existe de positividade quanto pelo poder de resultado satisfatório para o usuário. A encontrabilidade e a serendipidade são, então, elementos potenciais em qualquer processo de recuperação de informação, particularmente, no ambiente digital: (des)encontrar. Aqui, desencontrar significa outra possibilidade, não pensada ou imaginada, em que alguma nova descoberta seja possível. Corrobora com essa assertiva o fato de que uma ação de intenção de quem tem certa necessidade informacional é uma característica forte e pode ser essencial quando da ressignificação dos itens informacionais recuperados ou indexados.

A Epistemografia Interativa é, então, uma possibilidade de prática ética universal, em que a participação dos usuários dos Sistemas de Recuperação de Informação (SRI) na representação e organização dos itens informacionais pode ser potencializada para novas classificações e inter-relações dos objetos disponíveis em ambientes digitais.

Com relação ao usuário especializado, mormente, pesquisadores, Mostafa, Santarém Segundo e Sabbag (2016) sugerem que pesquisar em ambientes digitais pode ser um certo tatear no escuro que possibilite o encontro com o acaso, uma possibilidade para a serendipidade: possibilitar ao pesquisador encontrar outros conhecimentos que não estavam no seu escopo, mas que servem para a sua pesquisa ou, ainda, outros contextos de sua vida. Sendo assim, práticas classificatórias tradicionais baseadas em visões de mundo

de poucos especialistas autorizados é uma forma colonizadora do conhecimento disponível, limitando o encontro e a descoberta da informação plural.

Nesse contexto, a Ciência da Informação (CI) é um campo científico que pode assumir a investigação do contexto até aqui indicado. Ela é uma área científica que “investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima” (BORKO, 1968:3).

Se nos anos 60 do século XX existia um posicionamento a favor da CI para estudar fluxos informacionais, nos anos 90, Saracevic (1995) posicionará a CI enquanto área essencialmente interdisciplinar: ela estabelece relações saudáveis com áreas como as ciências da cognição, computação e comunicação, assim, permitindo diagnósticos e prognósticos sobre, por exemplo, o excesso de dados (*big data*) ou a ansiedade informacional.

Por sua vez, no debate científico do terceiro quinquênio do século XXI, Vechiato e Vidotti (2014) identificam o estudo da encontrabilidade dentro do paradigma pós-custodial, uma vez que não negligencia a custódia, memória e preservação da informação, mas que tem como premissa o acesso e o uso dessa informação. Assim a CI busca estudar práticas e ferramentas que potencializem a encontrabilidade e, conseqüentemente, o uso (ou apropriação) da informação, principalmente, em ambientes digitais.

### **2. Ciência da Informação e ambientes digitais**

A origem da CI como área científica remete aos problemas de volume informacional crescente a partir do final da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de tratar, armazenar, recuperar e usar essas informações disponíveis, principalmente no meio acadêmico e científico (SARACEVIC, 1995; 1996). Apesar do longo caminho percorrido e dos avanços construídos por meio de relações interdisciplinares, a Recuperação da Informação (RI) está longe de ser um problema resolvido na CI.

Para Saracevic (1996:44) problemas tais: “Como descrever intelectualmente a informação?; Como especificar intelectualmente a busca?; Que sistemas técnicos ou máquinas devem ser empregados para a recuperação?” são perguntas ainda latentes e que aprofundam a necessidade de intercâmbio de conhecimentos com outras áreas do saber.

A recuperação da informação como viabilizadora para o acesso e uso da informação extrapola a ideia de identificação e guarda, desembocando no paradigma pós-custodial que segundo Vechiato e Vidotti (2014:5) “tem como premissa a ênfase no acesso e, portanto, os sujeitos e seus comportamentos, competências e habilidades passam a ter a importância necessária e esperada para o projeto de sistemas e ambientes informacionais”.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento apresentam-se como formas de ordenar, representar e classificar a informação disponível a partir de unidades de conhecimento (conceitos) de modo que a sua recuperação seja mais assertiva e previsível corroborando com a perspectiva de responsabilidade social da CI apontada para a necessidade de transmissão de conhecimento como fundamentação basilar (SARACEVIC, 1996). Nesse sentido, a *Web* como espaço de construção de conhecimento colaborativo (por diferentes

peças em diversos contextos: *Web social*), se apresenta como um desafio para a Organização do Conhecimento (OC).

Por sua vez, considerado certo ambiente educacional e científico, a informação produzida é tradicionalmente representada a partir de critérios de qualidade estabelecidos por autoridades científicas, principalmente, no processo de organização da informação. Vale apontar que, essa prática acadêmico-científica faz emergir um discurso privilegiado de conhecer o mundo, práticas discursivas de autoridades atuantes no mundo científico e acadêmico, não obstante desqualificando e, até, silenciando, outros modelos de conhecimento humano.

A Recuperação da Informação num ambiente digital e global, no qual o conhecimento é produzido colaborativamente e ininterruptamente, desafia os Sistemas de Organização do Conhecimento (no contexto da CI localizada no paradigma pós-custodial). Parece existir certa demanda para prover acesso à informação produzida por pessoas com diversas visões de mundo, nos mais variados contextos, em um infinito universo informacional, no qual a busca pode se dar a partir da descoberta: serendipidade.

O processo de procurar informação em ambientes digitais, considerada a crescente quantidade de dados produzidos diariamente (um oceano de *bits*), é comumente chamado de navegação. Esse processo de navegar ao encontro de dados e informações pode coincidir, por exemplo, com aquilo que não estava, inicialmente, dentro dos requisitos de interesse do navegador. Tal desencontro informacional pode gerar frustração e percepção de nunca encontrar o que realmente se deseja, causando ansiedade e frustração. No entanto, esse mesmo processo de buscar, navegar na *Web*, pode ser um caminho de pesquisa que amplia consideravelmente o conhecimento do pesquisador diante do inesperado.

Assim, o conceito de serendipidade é paradoxal. Se por um lado não cabe neste artigo uma discussão teórica a respeito do seu sentido na literatura clássica antiga, então pelo outro vale esclarecer que aqui a serendipidade é fazer descobertas inesperadas por acidente. Consideradas estas, inclusive, como o acaso que pode resultar das práticas cotidianas de navegabilidade na *Web* na atualidade.

Conjuntamente ao problema anteriormente abordado, a definição de termos de busca, descrição e classificação informacional feita por poucos especialistas é geradora da exclusão de todos os outros conhecimentos possíveis, uma vez que quando é escolhido um pensamento todos os outros são desconsiderados.

### **3. Análise documentária tradicional**

A CI apresenta sua vertente técnica documentária com a descrição bibliográfica (indexação, catalogação e classificação), a recuperação e o uso da informação, embora tais práticas ainda sejam rodeadas de dúvidas teóricas epistemológicas, como por exemplo: o que pode ser informativo? O que pode ser considerado informação? Quais “coisas” podem conter potencial informacional (BUCKLAND, 1991).

Apesar da escassez de certezas, sistemas de recuperação da informação vêm sendo desenvolvidos em larga escala, principalmente depois da explosão informacional

identificada nas primeiras décadas do século XIX, notoriamente, articulada com o avanço tecnológico resultante das demandas das duas grandes guerras mundiais.

Bem antes da explosão informacional, Paul Otlet já estudava o potencial informativo contido nos documentos, além da descrição bibliográfica. Mais do que isso, Otlet criou um novo conceito de documento, o qual reconhecia qualquer objeto, fato ou impressão como informativo, assim fundando um campo que não só trataria da organização de documentos como fonte de informação, mas como entendimento da informação contida nesses itens. (RAYWARD, 1997). Logo, a identificação de conteúdo dos itens informacionais, perpassando sua identificação bibliográfica, é fundante para a indexação documentária atualmente aplicada em acervos e coleções.

A análise de assunto, tomada como primeira etapa do processo de indexação, é o momento em que o indexador faz uma leitura documentária considerando campos-chave (título, subtítulo, sumário, resumo, introdução, prefácio, apresentação, título de capítulos e bibliografia) para identificar quais são os assuntos majoritariamente abordados pelo documento analisado (DIAS e NAVES, 2007).

Para realizar a leitura documentária o profissional indexador deve fazer uma análise do que trata o documento e assim buscar extrair os conceitos centrais daquele item informacional. Porém tal prática não é tarefa simples, uma vez que, segundo Fujita (2003), as variáveis leitor (sujeito que interage com texto a partir de uma atuação profissional), texto (estrutura textual que identifica o conteúdo informacional) e contexto (psicológico, físico e sociocognitivo) são determinantes no resultado da leitura profissional.

Ainda segundo a autora citada, o contexto sociocognitivo envolve toda as regras situacionais do trabalho de indexação e do sistema de informação utilizado, assim a política de indexação, os manuais de indexação e a linguagem documentárias são ferramentas contextuais para a representação da informação do item informacional, seguindo o objetivo de classificação da instituição onde ocorre a prática profissional.

Por conseguinte, as ferramentas do contexto sociocognitivos (políticas, manuais de indexação e linguagem documentária) são usadas como direcionadores para gerar termos de recuperação da informação, a partir de uma previsão de comportamento dos interagentes dos sistemas de recuperação.

Políticas de indexação e a utilização de linguagens documentárias são utensílios para limitar a subjetividade e canalizar os produtos de uma leitura documentária, consequentemente de indexação, para que o resultado desse processo seja como preestabelecido pelas forças atuantes no contexto de trabalho do indexador.

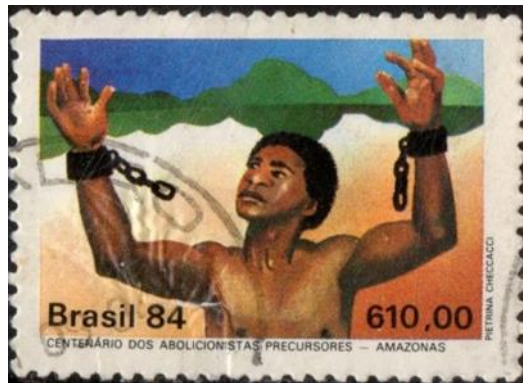
Além do processo de leitura, identificação de conceitos, seleção e tradução do indexador, o profissional deve levar em consideração o público consumidor que irá recuperar os itens representados no sistema de classificação, assim a indexação “além de ter um foco no que é abordado no documento, também deve ser direcionada para a necessidade de informação do usuário, materializada por ele na forma de pergunta. É um processo com duas direções: de um lado o documento e, de outro, as necessidades de informação do usuário” (SOUSA e FUJITA, 2014:22).

Nesse sentido, a previsão do comportamento e da necessidade do usuário, futuro recuperador de informação, não é tarefa trivial. Em prol do princípio da especificidade,

bibliotecas, por exemplo, ampliam o acesso à informação utilizando diferentes abordagens, dividindo-se em bibliotecas especializadas ou ampliando as possibilidades de busca: por autor, assunto, tipo de documento, língua, entre outros (SOUSA e FUJITA, 2014).

A representação e descrição de um selo postal é um exemplo do que uma classificação situada pode causar. Se o item informacional da Fig. 1 for indexado para um público alvo de colecionadores de objetos filatélicos, poderia existir uma política e manual de indexação, definido por poucos especialistas da área, com propriedades ditadas para identificar e posteriormente recuperar o documento. Filigrana, perfuração, dimensões, processo de impressão e tipo do papel seriam propriedades que interessariam a um público colecionador (SALCEDO, 2010; 2011).

**Fig. 1** – Selo comemorativo centenário dos abolicionistas precusores



**Fonte:** Colecionador particular.

Mas se esse mesmo item fosse indexado para um repositório virtual público com usuários de perfis diversos? A probabilidade de um estudante de ensino médio ou um professor de história, que nunca tivera contato com filatelia buscar pelos selos com dimensões 55 x 22 mm, por exemplo, seria bastante baixa. Então uma nova indexação seria necessária para esse público menos especializado. Identificar os elementos pictóricos do selo postal, como uma análise de assunto, seria uma prática para a representação nesse cenário. "Fim da escravidão", "abolição da escravidão no Brasil" e "Brasil escravocrata" seriam termos candidatos a indexação.

Uma descrição possível seria a afirmação do selo postal como a comemoração do centenário da abolição da escravidão. Posteriormente esse item seria identificado em um sistema de classificação (por exemplo: 2570 como indica a Classificação Decimal de Dewey - CDD), o classificando em uma categoria de selos postais comemorativos do Brasil.

Porém, a abordagem de Organização da Informação supracitada atende a uma classificação generalizante que considera apenas o que está expresso no item informacional, desconsiderando o que há para além dele, considera apenas o entendimento do indexador/classificador no seu contexto situado, ignorando o conhecimento socialmente construído e por vezes mantendo um pensamento elitista e colonizador.

No exemplo utilizado, o selo postal apresenta a imagem de um escravo se libertando das correntes, o que pode ser interpretado como o fim do cárcere e uma liberdade sem

limitações. No entanto, certa narrativa histórica brasileira evidencia que, mesmo após o fim oficial da escravidão, os escravos libertados sofreram severas limitações de liberdade, diversos tipos de preconceitos e subjugações, herança que o brasileiro ainda sente no século XXI. Além do mais, existe muito conhecimento sobre esse período “pós-escravidão” que não é de domínio acadêmico, mas sim popular, como pode ser percebido no documentário Memórias do Cativo.

Mais que isso, o mesmo documentário ensina que os escravos de uma determinada região do Brasil não se consideravam em cárcere, mas sim em cativo. Logo, seria um conceito a ser redefinido no contexto da indexação do item em informacional em questão, seria uma nova ligação semântica com conhecimento popular, como abordado no documentário citado.

De acordo com o que foi abordado até aqui, é possível perceber que o processo de representação e indexação é uma atividade intrinsecamente relacionada com a subjetividade do indexador, a leitura e a identificação de conceitos nos itens informacionais são etapas fundamentalmente individuais, conseqüentemente baseadas nas crenças e conhecimentos do profissional que as realiza.

As políticas e os manuais e as linguagens de indexação utilizadas para traduzir conceitos e termos recuperáveis também são ferramentas criadas por agentes subjetivos que participam de um determinado grupo contextual buscando atender propósito específico. Assim, a indexação é uma prática baseada em ferramentas desenvolvidas contextualmente e realizada por profissionais inseridos nesses contextos.

A tarefa de indexar pode se tornar ainda mais complexa se considerado que conceitos podem assumir novos significados em diferentes épocas ou situações. Logo, como representar, indexar e organizar itens informacionais que possuem conceitos dinâmicos? Essa pergunta parece não ser passível de resposta em uma perspectiva positivista da descrição bibliográfica.

Pois bem, a representação de itens informacionais a partir de uma perspectiva universalizante, definida por um contexto local, pode se apresentar com uma forma de segregar conhecimento. Classificar/indexar um documento, textual ou não, a partir de uma política, manual ou conhecimento subjetivo localizado não abarca as multiplicidades que o objeto informativo pode compor.

Assim, Mostafa *et al.* (2016), fundamentados nas perspectivas foucaultiana e deleuziana, abordam a possibilidade da análise documentária baseada apenas no conteúdo contido no texto e na intencionalidade do autor, mas também levando em consideração sua multiplicidade de funcionamento e suas relações com outros objetos do mundo.

Os autores supracitados propõem o entendimento de documento como rizomas que se conectam infinitamente a outros itens informacionais, sem uma raiz fixa. Assim, a classificação de objetos por meio de metadados imutáveis e prefixados se apresenta como uma eterna caduque conceitual, ou seja, assim que classificado, o conceito imediatamente precisa ser revisto, uma vez que seu entendimento já pode ser outro. Esse tipo de prática também pode ser percebido como a manutenção de um status quo de subjugação de conhecimento, por vezes ignorando os conhecimentos não científicos e socialmente produzido (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006).

#### **4. Desclassificando o mundo**

Uma classificação hierárquica representa, em menor ou maior grau, um poder simbólico de dominação e super valoração de conceitos. Uma representação generalizante baseada em crenças e julgamentos situados são armadilhas que não dão espaço para outros tipos de pensamento, para o plural de conhecimento. A categorização hierárquica é a forma que os seres humanos têm de interpretar o mundo, de entender suas diferentes formas, entretanto as formas de conhecer e perceber são diferentes para cada pessoa e estrutura cultural (GUTIÉRREZ, 2006:104).

A folksonomia, que consiste na representação da informação utilizando *tags* criadas pelos próprios usuários do sistema de recuperação, é uma forma de Organização do Conhecimento a partir da descentralização de responsabilidade, uma vez que a representação da informação passa não apenas a ser de autoridade de poucos especialistas, mas sim de toda a comunidade científica e não científica. Além disso a folksonomia utilizada como ferramenta de organização possibilita a mudança constante da classificação da informação, já que está sendo sempre tagueada pelos usuários, proporcionando a proliferação de diferentes conhecimentos.

Nesse sentido, assumindo a preocupação da inclusão de diferentes tipos de conhecimento utilizando participação colaborativa, García Gutiérrez (2006;2011;2014) apresenta a Epistemografia Interativa como prática metodológica de representação do conhecimento, abordando a necessidade de significação de conceitos a partir do conhecimento social coletivo, em detrimento a descrições de especialistas científicos.

Tal ferramenta é apresentada como forma prática de inclusão das informações desconsideradas na representação e classificação dos itens informacionais, se distanciando da ideia de verdade una e imutável. García Gutiérrez (2006:109) propõe a Epistemografia Interativa como metodologia “destinada ao resgate e reabilitação de todas as formas de cognição e seus resultados e práticas mediante sistemas de auto-narração de indivíduos e comunidades. Estes introduziriam as próprias perspectivas e cosmovisões para explicitar e dar a conhecer um acervo já existente e indispensável, a rigor, para o arquivo digital mundial”.

Como prática da abordagem proposta, o autor supracitado argumenta o princípio da desclassificação como condição à promoção da constante reavaliação de conceitos e conhecimentos registrados, uma eterna ressignificação. Assim a desclassificação é apresentada como ferramenta central para a Epistemografia Interativa e deve ser entendida como “uma operação com categorias abertas, cuja tendência última é o pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo. Classificar, no sentido tradicional, divide e separa segundo princípios hierarquizantes e totalitários. Desclassificar, por outro lado, é introduzir uma nova ordem, classificando segundo diferentes lógicas, para agregar, reunir” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006:110).

**As informações classificadas e indexadas a partir de autoridades estabelecidas cientificamente (pessoas imputadas a tarefa de organização da informação) é uma prática que desconsidera grande quantidade de informação possível para representar, recuperar e usar tal informação, já que outras opiniões e conhecimentos são negados em prol da intencionalidade do classificador (SALCEDO e BEZERRA, 2020:143).**

Por conseguinte, a metodologia supracitada, a partir da prática da desclassificação, é uma proposta de participação da comunidade pesquisadora para a constante classificação de conceitos e itens informacionais, promovendo a captação de pensamentos diferentes dos que foram utilizados nas classificações iniciais.

Desse modo, amplia as possibilidades de encontrabilidade da informação, uma vez que pensamentos outros podem ser inseridos no contexto da recuperação da informação. Tal prática é baseada na participação do público usuário, o que garante uma maior familiaridade com o funcionamento do sistema informacional, uma vez que os organizadores da informação são os mesmos que a recuperam e abarcam as intencionalidades e entendimentos diferentes.

### **5. Relações semânticas e serendipidade: interconexão das coisas**

Retomando a classificação do item informacional da Fig. 1, como seria possível fazer que o usuário do sistema de recuperação de informação fosse potencializado a descobrir outros conhecimentos a partir do selo postal recuperado? Como ligar o item a informações de livros contra a escravidão como *Os Escravos*, de Castro Alves? Mais que isso, como abrir espaço para os mais diferentes posicionamentos, como por exemplo ligar o selo postal em questão ao livro *Cartas a favor da escravidão*, de José de Alencar? Ou temas considerados mais periféricos como abordado no livro *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, que aborda a questão da homossexualidade na vida de um escravo?

Pensar em itens informacionais conectados semanticamente remete a idealização de Vannevar Bush quando propôs o Memex como um sistema computacional em que o usuário pudesse conectar itens para que a recuperação da informação fosse mais próxima de como o ser humano pensa e articula conhecimento, “por meio de associação de ideias” (BUSH, 1945:14). Articular um item informacional não apenas como um objeto passível de ser identificado e classificado para uma posterior recuperação de alta revocação e efetividade, mas como um rizoma que possui múltiplas e infinitas ramificações que ligam todo o mundo em algum grau.

A possibilidade de conexão conceitual entre os itens informacionais pode potencializar oportunidade do acaso, a descoberta de novos conhecimentos que não estariam inicialmente identificados na busca do usuário, ou seja, uma recuperação de informação interconectada proporciona a serendipidade e conseqüentemente amplia o resultado da pesquisa já que “qualquer processo de pesquisa envolve um tatear ao acaso que leva a descobertas surpreendentes que não eram esperadas” (MOSTAFA *et al.*, 2006:31).

Uma proposta possível para utilização da Epistemografia Interativa em ambientes digitais é possibilitar o usuário pesquisador escrever, em linguagem natural<sup>1</sup> e local específico, suas impressões e visões acerca do item recuperado. A descrição em linguagem natural possibilita maior liberdade para desenvolver o que o usuário realmente entende sobre o item informacional recuperado, possibilitando assim maior aproximação entre o

---

<sup>1</sup> [https://en.wikipedia.org/wiki/Natural\\_language](https://en.wikipedia.org/wiki/Natural_language).

pesquisador e os objetos indexados. Além dessa aproximação, a possibilidade de expressar ideias e sentimentos é superada se comparada ao uso de *tags* como termos-chave para identificar o item.

A partir dessa descrição textual, uma ferramenta de indexação automática deve analisar e relacionar conceitos semanticamente, com outros existentes; tal relação pode ser estabelecida com o auxílio de ontologias gerais, abertas e adaptáveis. Com essa prática, as descrições realizadas por diferentes usuários formam um corpo de conhecimento diverso e ao mesmo tempo correlato, diferentes lógicas e conceitos estariam relacionados entre si para indexar o item informacional.

Algumas iniciativas que utilizam *web* semântica vão ganhando reconhecimento, financiamento e auxiliam na materialização do discurso científico que defende essas iniciativas como parte de um campo intitulado Humanidades Digitais. No contexto do trabalho em andamento esse campo das Humanidades Digitais é amplo conceitualmente: para alguns tem o sentido de uma disciplina em construção, para outros parece ser um conjunto de práticas que elenca a inserção das humanidades tanto no contexto da cultura digital quanto no debate científico do paradigma da pós-custódia [...]. Articula-se com a Ciência da Informação num universo amplo e complexo, tanto a partir dos debates teóricos, quanto sob uma perspectiva das práticas de organização, seleção, disseminação e curadoria digital. De fato, o debate epistemológico na Ciência da Informação não pode prescindir das práticas das Humanidades Digitais e os constantes desafios demandados pela contemporânea cultura digital e sua forte característica interdisciplinar. Nesse contexto, para o desenvolvimento do REFIBRA, foi adotado o padrão de metadados Dublin Core justificado pela sua aceitação internacional e capacidade de extensão (SALCEDO e BEZERRA, 2018:74).

A indexação a partir das descrições do item informacional, realizada por usuários diferentes e com conhecimentos diversos, permite desclassificar o objeto e ao mesmo tempo reclassificá-lo em um ambiente digital dinâmico e colaborativo, sem a necessidade do conhecimento pertencer a um domínio específico e de mediadores-administradores.

Dessa forma as intencionalidades dos pesquisadores serão parte da representação e indexação dos itens informacionais, o que potencializa o encontro e a descoberta de informação, o primeiro por haver mais descritores inteligíveis a sua experiência e o segundo justamente pelo oposto, por existirem descritores jamais imaginados, mas semanticamente relacionados com suas intenções de busca.

A Epistemografia Interativa causa desconforto e incerteza em profissionais da Organização do Conhecimento acostumados a trabalhar com vocabulários controlados e metadados pré-definidos. No entanto, pode ser trabalhada como uma abordagem complementar ao modelo tradicional, possibilitando a participação do usuário pesquisando na descrição do item, captando conhecimento não registrado e permitindo ligações semânticas entre os objetos, assim potencializando o encontro e a descoberta de informação bem como mitigando a ansiedade da informação.

### 6. Considerações finais

A organização e a recuperação da informação baseadas em visões de mundo pouco plurais e reduzidas à intencionalidade de alguns especialistas são uma forma que não permite a liberdade de compartilhamento e encontro de conhecimento para além do tradicional, conhecimentos socialmente construídos renegados a margem do pensamento colonizador. A Epistemografia Interativa é uma abordagem que pode ser utilizada na prática para uma nova forma de representar, organizar e recuperar informação, principalmente em ambientes digitais.

Nessa direção, pesquisadores da Ciência da Informação têm como possível escopo de investigação os resultados de experiências práticas do uso de Epistemografia Interativa em ambientes digitais. De acordo com Santarém Segundo (2016:3) esse tipo de pesquisa

Justifica-se o estudo relacionado aos conceitos de *Web Semântica* e de suas Tecnologias Semânticas por conta das possíveis contribuições que favoreçam a Encontrabilidade da Informação em ambientes informacionais digitais, principalmente de caráter colaborativo, como no caso das *Wikis*, proporcionando ao usuário melhores formas de representação e recuperação da informação, além de apropriação da mesma. Trata-se de conceitos ainda pouco explorados no contexto da Ciência da Informação (CI), sendo necessários estudos para aprofundar todo potencial em contribuir para a sociedade da era digital em que vivemos.

Como indicado por Santarém Segundo (2010; 2011; 2016), conceitos e ferramentas da *Web Semântica* podem auxiliar a prática anteriormente exposta, inclusive a utilização conjuntamente com atividades tradicionais, para que por meio de relações semânticas a recuperação e a navegação potencializem a serendipidade e a encontrabilidade da informação, mitigando a ansiedade da informação.

O uso de tecnologias da *Web Semântica* também permite extrapolar a pesquisa para ligações entre os diversos ambientes digitais disponíveis, utilizando práticas propostas por Tim Berners-Lee (2001) para um ambiente onde todas as informações pudessem ser conectadas entre si e legíveis por máquinas e humanos.

Uma abordagem possível é a utilização da *Web Semântica* e suas tecnologias para, como abordado por Souza e Alvarenga (2004), contribuir com a Ciência da Informação para uma otimização da recuperação da informação, o desenvolvimento prático de sistemas baseados em tecnologias da *Web Semântica* com princípios do *Linked Data*, conectado e interoperável com outras bases de dados abertas (*machine to machine*), de maneira que o conteúdo esteja acessível ao público potencial não reduzindo sua serendipidade na pesquisa e que, como pesquisa em andamento, está caracterizada pela constituição de um desafio interdisciplinar para as áreas envolvidas.

### **Referências bibliográficas**

**BERNERS-LEE, T.; LASSILA, O.; HENDLER, J.**

2001 The Semantic web. *Scientific American*. [Em linha]. (maio 2001). [Consult. 25 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3795n7b>.

**BORKO, H.**

1968 *Information Science: what is it?* [Em linha]. *American Documentation*. 19:1 (jan. 1968) 3-5. [Consult. 23 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2HCckEb>.

**BUCKLAND, M. K.**

1991 Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*. [Em linha]. 45:5 351-360. [Consult. 23 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3989TEw>.

**BUSH, V.**

1945 As we may think. *The Atlantic monthly*. [Em linha]. (1 jul. 1945) 1-19. [Consult. 4 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2yjc9dM>.

**DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L.**

2007 Análise de assunto: teoria e prática. In *Estudos avançados em Ciência da Informação*. 3ª ed. Brasília: Thesaurus, 2007.

**FUJITA, M.**

2003 A Identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (2003) 60-90. [Consult. 17 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2SnPozh>.

**GARCÍA GUTIÉRREZ, A.**

2014 La Organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación: obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación. *BRAJIS: Brazilian journal of Information Science*. [Em linha]. 8:1/2 (dez. 2014). [Consult. 3 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/v/a/16222>.

**GARCÍA GUTIÉRREZ, A.**

2011 *Epistemologia de la Documentation*. Barcelona: Stonberg, 2011.

**GARCÍA GUTIÉRREZ, A.**

2006 Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*. [Em linha]. 18:2 (2006) 103-112. [Consult. 3 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/35QKdub>.

**MATTOS, H.**

2005 *Memórias do Cativoiro*. Rio de Janeiro: LABHOI/UFF. 42:40 min.

**MOSTAFA, S. P.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E.; SABBAG, D. M. A.**

2016 Descrição bibliográfica na era da Web Semântica. *Informação & Sociedade*. [Em linha]. 26 (2016) 25-35. [Consult. 3 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/34MWiz1>.

**RAYWARD, W. B.**

1997 The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography. *Journal of the American Society for Information Science*. [Em linha]. 48:4 (1997) 289-300. [Consult. 5 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2tIWmDb>.

**SALCEDO, D. A.**

2011 *Pernambuco nos selos postais*. Recife: NECTAR, 2011.

**SALCEDO, D. A.**

2010 *A Ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000*. Recife: EDUFPE, 2010.

**SALCEDO, D. A.; BEZERRA, V. C. A.**

2020 Encontro e descoberta da informação em ambientes digitais. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 13 (2020) 142-155. [Consult. 16 jun. 2022]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/6810>.

**SALCEDO, D. A.; BEZERRA, V. C. A.**

2018 A Gênese do Repositório Filatélico Brasileiro - REFIBRA. *Informação e Sociedade*. 28:3 (set./dez. 2018) 69-80.

**SANTAREM SEGUNDO, J. E.**

2010 *Representação iterativa: um modelo para repositórios digitais*. 2010. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

**SANTAREM SEGUNDO, J. E.; VIDOTTI, S. A. B. G.**

2011 Representação iterativa e folksonomia assistida para repositórios digitais. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 7 (2011) 283-300. [Consult. 3 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2PQAluQ>.

**SARACEVIC, T.**

1996 Origem, evolução, relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (jan./jun. 1996) 41-62. [Consult. 27 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/36UU1n4>.

**SARACEVIC, T.**

1995 A Natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (1995) 1-9. [Consult. 26 out. 2021]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/5946>.

**SOUSA, B.; FUJITA, M.**

2004 Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. *Informação & Sociedade*. [Em linha]. 24 (jan. 2004) 19-34. [Consult. 7 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2PTCW7r>.

**VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G.**

2014 Encontrabilidade da informação: atributos e recomendações para ambientes informacionais digitais. *Informação & Tecnologia*. [Em linha]. 1:1 (dez. 2014) 42-58. [Consult. 23 out. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2ZfBGyv>.

**WURMAN, R. S.**

2005 *Ansiedade da informação 2*. São Paulo: Cultura, 2005.

**Vinícius Cabral Accioly Bezerra | [vviniuscabral@gmail.com](mailto:vviniuscabral@gmail.com)**

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

**Diego Andres Salcedo | [salcedo.da@gmail.com](mailto:salcedo.da@gmail.com)**

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

**Resumo:** Frente a indissociável relação dos estudos da informação com os de Linguagem, procurou-se verificar quais teorias da Linguagem têm sido utilizadas como aporte para os entendimentos e usos da Linguagem, no bojo das pesquisas brasileiras em Ciência da Informação (CI) produzidas no âmbito do GT1: *Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação*, no ENANCIB, objetivando-se apresentar uma descrição panorâmica sobre o tema com a seleção de trabalhos com enfoque específico à Linguagem para aplicação de uma análise hermenêutico-dialética. Para tanto, recorreu-se a um levantamento bibliográfico na Base de dados BENANCIB utilizando como estratégia de busca o termo “Linguagem”. Da análise hermenêutico-dialética identificou-se que os aportes teóricos da Linguagem, relativamente predominantes nas pesquisas epistemológicas em CI, no contexto-recorte estabelecido, são: Filosofia da Linguagem Pragmática, de L. Wittgenstein, e a Teoria da Ação Comunicativa, de J. Habermas, cabendo a consideração da ocorrência de um processo comunicativo descontínuo em torno do arcabouço teórico em pauta.

**Palavras-chave:** Linguagem; Filosofia da Linguagem Pragmática; Processo Comunicativo; Teoria da Ação Comunicativa.

**Abstract:** Considering the inseparable relationship between the studies of information and language, it was verified which theories of language have been used as a contribution to the understanding and uses attributed to language, in the context of the Brazilian research in Information Science (IS) produced in GT1: *Historical and Epistemological. Studies in Information Science*, at ENANCIB, with the objective of presenting a panoramic description on the subject with the selection of specific works in Language for the application of a hermeneutic-dialectical analysis. A bibliographic survey was carried out in the BENANCIB database, using the term “Language” as a search strategy. From the hermeneutic-dialectical analysis, it was identified that the theoretical contributions of Language, relatively predominant in epistemological research in IS, in the established context are: Philosophy of Pragmatic Language, by L. Wittgenstein, and Theory of Communicative Action, by J Habermas, considering the occurrence of a discontinuous communicative process around the theoretical framework in question.

**Keywords:** Language; Philosophy of Pragmatic Language; Communicative Process; Theory of Communicative Action.

## 1. Introdução

Dos elementos constitutivos desse trabalho, com interesse na Linguagem como fenômeno essencial da comunicação social no contexto da Ciência da Informação (CI), poder-se-ia recuperar, inicialmente, enquanto projeto de revisão sintética do tema:

- Raízes dialógicas: em Platão, pelo qual a Linguagem, centralizando seu debate a partir do convencionalismo de “Crátilo”, discute a natureza propositiva do “Sofista”; em Aristóteles, pela ênfase do fenômeno linguístico como

componente Retórico (comunicação), Poético (metáfora) e Político (poder); em Santo Agostinho, por meio de discussões sobre a natureza interpretativa do signo;

- Potencial utilitário (campo da pedagogia e da psicologia): por meio de autores de teorias de aprendizagem dispostos a pensar os processos humanos de uso da Linguagem na construção do conhecimento e sua socialização, no âmbito do behaviorismo de Skinner, ou do inatismo, de Chomsky, recorrendo-se, ainda, aos antagonismos entre o cognitivismo construtivista de Piaget e a psicologia histórico-cultural (psicologia sociointeracionista) de Vygotsky, perspectivas conceituais que poderiam, por exemplo, ser base para consideração da Linguagem no contexto da interrelação entre diferentes unidades de informação.

O objetivo dessas aproximações é o de sensibilizar o leitor sobre os desafios cognitivos, fenomenológicos e epistemológicos envolvidos nos estudos da Linguagem, adentrando-se em um recorte temporal delimitado pelo que se convencionou chamar de:

- Primeira virada linguística da Filosofia (Filosofia Analítica e Positivismo Lógico são algumas das nomenclaturas atribuídas ao conjunto de teorias que fundamentaram este movimento), momento em que a Linguagem ganha destaque nas discussões filosóficas e matemáticas de Frege, Russell e Wittgenstein, que defendiam o desenvolvimento da Linguagem como fenômeno puro e ideal, com função instrumental para o pensamento, cabendo, ainda, a inserção do Estruturalismo e da Semiologia, a partir da Linguística de Saussure;
- Segunda virada linguística da Filosofia, que propõe o alargamento das fronteiras sintáticas e semânticas da Linguagem, introduzindo-a pela sua compreensão pragmática, comunicacional e de uso, movimento liderado – no contexto europeu – por um “segundo” Wittgenstein, que concebe sua noção de Linguagem enquanto uso (Jogos de Linguagem), e – no contexto americano – por Peirce, pela noção Semiótica (Pragmatismo amplificado e complexo), de absoluta relevância nos estudos informacionais pela introdução da tríade conceitual: signo, significante e significado – oportunizando analisar os desafios dessas concepções nos estudos da informação.

Na perspectiva desse trabalho, a ausência de definições unívocas sobre os conceitos que circundam e representam saberes em diferentes áreas do conhecimento é considerada, senão um fenômeno comum, pelo menos, historicamente diversificado. Principalmente pela correlação desse fenômeno a áreas genuinamente irmanadas, que necessitam de saberes multidisciplinares convergentes para resolução de problemas de investigação mútua. Neste universo, assumiu-se que a Linguagem, considerada também como um objeto de investigação da CI, é um atributo indissociável da informação e do conhecimento, cabendo então à CI reconhecer a natureza de tais atributos.

Assim, a questão de pesquisa perseguida a partir desse cenário, histórica e sinteticamente descrito, diz respeito à necessidade de se investigar e diagnosticar quais seriam as teorias da Linguagem que têm sido utilizadas como aporte para os entendimentos e os usos atribuídos a Linguagem no bojo das pesquisas brasileiras em CI, cabendo observar que, a

expressão ‘Uso’ é empregada em detrimento da expressão ‘Conceituação’, ou ainda, ‘Significação’, assumindo-se essa opção como decorrente de uma abordagem pragmática de estudos da Linguagem, admitida como aporte gnosiológico para as investigações conceituais pautadas pela perspectiva da Filosofia da Linguagem Pragmática (FLP).

A demanda por este mapeamento decorre da natureza constitutiva da CI relacionada, em todas as suas instâncias, aos estudos da Linguagem, uma vez que os limites de onde termina a Linguagem e começa a Informação, são muito sutis, reconhecendo-se a relação entre Informação e Linguagem, concebendo-se Informação como um acontecimento constante na relação do homem com o mundo, na objetivação desse mundo e nos usos da racionalidade comunicativa e instrumental, resultando um procedimento inerente à Linguagem.

Nesta conjuntura, a partir da intenção de se identificar sobre quais teorias respaldam os usos da Linguagem nas pesquisas produzidas pela CI, seus percursos e as relações estabelecidas no âmago desse campo no contexto nacional, observa-se como consequência, a apresentação, também, de um conjunto variável, rizomático e interdisciplinar de teorias que orientam potenciais definições da Linguagem, vislumbrando-se que, por meio deste diagnóstico, se possam sinalizar os limites e alcances das relações deste fenômeno individual e social, nas pesquisas informacionais.

O contexto desse trabalho deriva de uma proposição investigativa do Grupo de Pesquisa Pragma: Estudos Pragmáticos em Ciência da Informação, que reúne alunos de graduação, bibliotecários, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), iniciado em 2016, assim como mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), iniciado em 2007, ambos os programas sediados na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O Pragma, credenciado no CNPq, é interessado em orientações e produções de trabalhos sobre a relação da pragmática com os estudos informacionais, conforme descrito em seu Diretório (PRAGMA..., 2020), e perfeitamente alinhado aos interesses do PPGCI e da disciplina optativa Filosofia da Linguagem Pragmática e Ciência da Informação (PROGRAMA..., 2016).

Nessas condições, derivou-se o interesse em enfatizar o viés pragmático dos estudos da Linguagem, relacionando-os com as problematizações dos estudos informacionais, decorrendo, enquanto objetivo da disciplina (em sua oferta para os mestrandos matriculados no PPGCI UFSCar de 2019), uma investigação sobre o estado da arte dos estudos da Linguagem, no âmbito do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), construindo-se, deste modo, a pesquisa que ora se apresenta descrita nesse relato de experiência e que registra o percurso de investigação, análise e produção de resultados desenvolvidos pelos mestrandos e docentes envolvidos na referida proposição.

### **2. Base de abordagem teórica**

Na visão de Wittgenstein, em sua obra *Investigações Filosóficas* (1989), a Linguagem é o seu uso. Neste contexto, a significação de um conceito é resultado de um conjunto de ações que envolvem o seu uso e está diretamente associado a uma Forma de Vida, sendo articulado por Regras de vida, que, em suas respectivas Formas de Vida, são

compartilhadas socialmente. A Semelhança de Família, outra expressão sugerida pelo filósofo, se manifesta como elos potenciais de relação entre as significações possíveis entre palavras, sem sugerir relações hierárquicas, históricas e gramaticais entre estes significados, sendo somente a sua constituição genética, volátil e dinâmica, o que manteria a conexão entre as significações variadas de uma mesma palavra.

Assim, a observação dos usos do conceito de Linguagem na CI a partir da noção de Semelhança de Família, sugerida por Wittgenstein, explicita a construção de significação de conceitos e expressões, no bojo das dinâmicas dos Jogos de Linguagem, pois: “[...] os ‘jogos’ formam uma família” (WITTGENSTEIN, 1989:67). Esta abordagem pragmática sustenta inclusive a hipótese desta pesquisa de que não haveria uma univocidade para a definição da Linguagem na CI, sendo tal abordagem o que embasaria as articulações e argumentações feitas a partir da proposição de Wittgenstein, de que:

Se alguém estabelecesse um limite rígido, não poderia reconhecê-lo como sendo aquele que eu sempre desejara estabelecer ou havia estabelecido mentalmente. [...] Poder-se-ia então dizer: seu conceito não é o mesmo que o meu, mas aparentado com ele. E o parentesco é o mesmo que o de duas figuras, das quais uma consiste de manchas de cor fracamente delimitadas e outra de manchas de cor com forma e distribuição semelhantes, mas rigidamente delimitadas. A afinidade é tão inegável quanto a diferença (WITTGENSTEIN, 1989:76).

O conceito de Ação Comunicativa se constitui, nas proposições de Habermas (1987) – em sua Teoria da Ação Comunicativa (TAC) –, de um processo comunicativo eficiente entre dois ou mais sujeitos que visam entendimento e concordância racional em torno de questões de ordem comum. Por esse viés, ao relacionar o conceito de Linguagem com essa noção de ação, o filósofo a define como um:

[...] meio de entendimento sem mais abreviaturas, em que falantes e ouvintes se referem simultaneamente, a partir de um horizonte pré-interpretado que o seu mundo da vida representa, a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, para negociar definições da situação que pode ser compartilhada por todos (HABERMAS, 1987:138, tradução nossa).

Ou seja, a Linguagem se torna esse ponto em que ambos os comunicantes coadunam o interesse de compreensão e se inteiram das condições de trocas de mensagens, o fenômeno em que as percepções mútuas dos envolvidos na comunicação são colocadas em pauta e testadas a partir da capacidade racional de expressão e argumentação em torno das diferenças de percepção do mundo objetivo, subjetivo e social – o conglomerado de edifícios simbólicos, convencionais e “concretos”, que ordenam expressões, intervenções e valores – tendo por intenção uma concordância mútua, um consenso em relação ao tipo de ação a ser empreendida a partir dessa compreensão. Tais considerações são recuperadas no tecido de relações teóricas apresentado no final desse trabalho, visando estabelecer observações sobre os usos da Linguagem na CI brasileira, no recorte estabelecido pelo *corpus* então selecionado.

### **3. Metodologia, estudos precedentes e corpus de análise**

Como recurso de análise das teorias da Linguagem identificadas no âmbito do *corpus* selecionado, recorreu-se ao método de análise hermenêutico-dialética, preconizando, enquanto procedimentos que orientam, simplificada, a interpretação, posterior contraposição, dos conteúdos discursivos expressos em unidades textuais diversas, contextualizadas tanto pela consciência histórico-cultural do sujeito interpretante quanto dos agentes enunciativos (MINAYO, 2002). Nesse sentido, a análise dos usos do termo Linguagem no *corpus* selecionado se deu pela aplicação da metodologia hermenêutico-dialética (MINAYO, 2002) dividida, apenas por interesse de exposição didática, em duas etapas:

- **Etapa 1, Hermenêutica:** como uma análise interpretativa de itens textuais produzidos por agentes-enunciadores, tendo por agente-analista um indivíduo histórica, espacial e socialmente situado (especialistas em Linguagem no contexto da CI), visando a identificação e descrição de um conteúdo ou processo argumentativo-enunciativo também temporal, espacial e socialmente localizado, resultando quadros interpretativos desses usos – observando-se, ainda, que tais quadros não tiveram um interesse historiográfico, mas sim, de fundo contextual às narrativas sobre a ideia de Linguagem a partir do termo; e,
- **Etapa 2, Dialética:** como etapa promotora de uma síntese nascida da contraposição entre os vários quadros argumentativos-enunciativos resultantes da Etapa 1, objetivando, das diferenças entre agentes, condições de enunciação (histórica, social e espacialmente localizadas) e usos do termo Linguagem, o que promoveria um esclarecimento do que se veicula enquanto sentido do termo e suas relações com os campos teóricos (teorias) da Linguagem e em relação aos campos teóricos dos agentes-enunciadores.

Ou seja, se da primeira etapa resulta uma interpretação dos usos do termo, da segunda etapa, por meio da contraposição, diferenciam-se os sentidos, as fontes (campos) e agentes. O método, nessa perspectiva, é constituído por essas duas instâncias complementares entre si, utilizando-se, na situação de investigação desse trabalho, como:

- **Instrumentos de pesquisa:** o levantamento bibliográfico na Base de dados BENANCIB, empregando-se como estratégia de busca o termo “Linguagem”, nos campos: Título, Resumo, Assunto, Palavra-chave. Objetivando-se a identificação de pesquisas (expressas em itens textuais) que abordavam temas relacionados ao conceito de Linguagem.
- **Fonte de recuperação de textos:** a plataforma BENANCIB - repositório desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Informação, Discurso e Memória” (CNPQ), da Universidade Federal Fluminense, em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) – que disponibiliza os trabalhos já apresentados no ENANCIB, publicados em seus *Anais*.

As ações decorrentes dos interesses de investigação, podem ser observadas no seguinte ordenamento geral:

- a) **Fase de exploração:** Seleção de textos após busca na Base BENANCIB, a partir da estratégia de busca: Linguagem, a partir do campo Título, Autor, Resumo e Assunto; Sistematização de textos a partir dos autores, anos de publicação e grupos de trabalho (GT) publicados; Análise, identificação e descrição das Unidades lexicais (presença da expressão contextualizada do termo “Linguagem”) nos itens textuais e sua identidade de GT.
- b) **Fase de seleção:** Seleção dos trabalhos publicados em GT de interesse específico (recorte com ênfase no enfoque do uso do termo Linguagem); Análise e seleção por título, palavras-chave, resumo, para composição do quadro de teorias da Linguagem, utilizados.
- c) **Aplicação do método de análise hermenêutico-dialética:** Análise hermenêutica-dialética dos usos da linguagem, identificadas a partir das unidades lexicais título, palavras-chave e resumo dos GT de interesse, de modo a identificar – e discutir – abordagens dos aportes teóricos relacionados à Linguagem, utilizadas nestes trabalhos, indicadas no corpo desses itens textuais.

Os estudos precedentes sobre o tema da linguagem foram identificados no *corpus* de análise, baseado na produção científica publicada, em formato completo, nos *Anais* do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – evento promovido, desde 1994, pela ANCIB, entidade representativa do desenvolvimento da pesquisa na CI brasileira –, disponibilizados em versão digitalizada. Este evento, que ocorre anualmente, estrutura-se em 11 GT, que abordam temáticas variadas, de modo que as pesquisas desenvolvidas no campo são distribuídas e apresentadas respeitando a ementa de cada um destes grupos<sup>1</sup>.

O GT1 *Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação*, objeto e foco de análise do presente trabalho, apresenta-se como um relevante espaço de discussão e reflexão acerca da historiografia e epistemologia da CI, tendo por ementa e escopo:

**Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da Informação e seu objeto de estudo – a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área. (ASSOCIAÇÃO..., 2020:1).**

Os trabalhos apresentados nesse GT contribuem para a constituição dessa ciência e de sua base epistemológica nacional, tendo-se em vista que ali estão as pesquisas, resultados e ideias na perspectiva da pesquisa brasileira, algo muito importante para se entender as bases, os caminhos, e se encontrar respostas, visualizando perspectivas de compreensão dos movimentos científicos e seus impactos na constituição da CI. Tendo-se em vista esse

---

<sup>1</sup> Segundo Dantas (2018), que investigou títulos de trabalhos apresentados no ENANCIB, utilizando-os também como fonte (em recorte de 2005 até 2017), foram identificados 23 trabalhos cuja temática era a produção científica publicada em seus *Anais*.

cenário, aponta-se aqui a contribuição precedente de dois artigos relacionados ao foco de interesse específico no GT1:

*Artigo 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação: padrões de pesquisa, temáticas abordadas, referenciais teóricos e impacto científico* (MESCHINI e FRANCELIN, 2019): em que se analisa os perfis epistemológicos e metodológicos dos trabalhos apresentados dentro do GT1 dos anos de 2014-2018, visando identificar e apresentar as principais características desse grupo nos itens supracitados, acaba por apontar para a variedade de temas, expressando a característica interdisciplinar da área e indicando a necessidade de atenção maior a questão do método, pois este: “[...] está diretamente relacionado à construção do conhecimento e, dessa maneira, aos estudos históricos e epistemológicos da CI.” (MESCHINI e FRANCELIN, 2019:2).

Meschini e Francelin (2019) sinalizam para o caráter poli-epistemológico da CI tendo em vista que a informação, objeto de pesquisa dessa área, vincula-se a uma diversidade de aspectos linguísticos e formatos que se relacionam a distintas áreas do conhecimento, ratificando-se, assim: “[...] a importância das pesquisas realizadas pelo GT1, na medida em que propiciam discussões que expandem a compreensão e contextualização da área perante a Ciência, considerando suas relações com outras disciplinas.” (MESCHINI e FRANCELIN, 2019:5), demonstrando-se, por exemplo, a influência de pensadores de áreas correlatas, tais como Filosofia, Ciências Sociais, Linguística (entre outras) na epistemologia da CI, apresentando os autores mais citados nesse GT.

*Artigo 2 – Historiografia e Epistemologia na Ciência da Informação: um olhar sobre a literatura brasileira* (SILVA e FREIRE, 2019): pelo qual se analisa, além dos trabalhos científicos do GT1, também artigos em periódicos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), durante o período de 2003 a 2018, objetivando: “[...] identificar os pesquisadores mais atuantes na temática historiografia e epistemologia da Ciência da Informação, os periódicos que mais contribuíram com publicações e as instituições mais representativas para a temática.” (SILVA e FREIRE, 2019:1). Não obstante a CI busca repouso no: “[...] interesse por metainformações acerca de seus próprios preceitos epistemológicos, no intuito de perceber como, ao longo do tempo, os movimentos culturais, sociais, políticos e científicos constituíram seus objetos, teorias, sujeitos e metodologias” (SILVA e FREIRE, 2019:2).

Nessa perspectiva, considerando-se que toda ciência tem a necessidade de compreender sua história e epistemologia, para concretizar sua identidade e visualizar caminhos futuros, os espaços de comunicação científica, como eventos e periódicos, contribuem de modo satisfatório para essa compreensão, tendo em vista que abrigam/difundem as pesquisas realizadas. No recorte de investigação (2003-2018) feito por Silva e Freire (2019), observa-se um aumento do crescimento de publicações da CI devido ao advento de novos programas de pós-graduação, de novos periódicos e de novos eventos científicos, o que possibilita a expansão do campo no Brasil,

cabendo salientar o apontamento dos autores de que a Região Sudeste concentra a maior parte da contribuição no GT1, fato derivado de que as instituições dessa região abrigam os primeiros Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil, um fenômeno: “[...] que se pode tomar como referência histórica para entender o domínio da referida região na produção da temática” (SILVA e FREIRE, 2019:8).

Em suma, o que se pode entender a partir da leitura desses dois artigos – somando-se aos resultados da presente pesquisa –, é que a temática de epistemologia é muito importante para o desenvolvimento da CI enquanto ciência, considerando-se, pela percepção de Silva e Freire, que: “[...] é necessário manter os estudos epistemológicos atualizados, pois são base para o construto teórico e metodológico da área, o que permite visualizar as tendências de concepções conceituais e metodológicos” (2019:20), fortalecendo, assim, a presente proposição investigativa e seu recorte.

#### **4. Resultados e discussão**

Para contextualização geral do conteúdo no BENANCIB – composto de 3.062 itens textuais disponibilizados para visualização –, visando seleção gradativa de registros de interesse específico para essa pesquisa, optou-se por situar esse conteúdo, primeiro, a partir de uma contabilização de itens que apresentavam a Linguagem como temática investigativa, resultando na composição de 1.520 registros que apresentavam relações do termo Linguagem com outros temas, tais como: Tecnologia, Conhecimento, Mediação, Representação; Organização, Museu. Estes termos foram selecionados das ementas dos GT e foram trazidos apenas em caráter ilustrativo de tratamento do tema no BENANCIB.

Depois, com um segundo momento de seleção – refinada por meio do recurso de busca avançada, pela combinação do termo Linguagem com os termos assunto, ou palavra-chave, ou resumo, ou título –, desses 1.520 registros, obteve-se um retorno de 57 artigos, dos quais 6 foram descartados por não terem disponibilização completa do conteúdo (artigos produzidos antes de 2003 não são digitalizados integralmente, dificultando a análise pretendida).

Os demais artigos (51, ao todo) foram analisados, extraindo-se e registrando-se – em concomitante categorização – informações sobre título, palavra-chave, resumo, autores, link do artigo e citações sobre linguagem (unidades textuais com o termo Linguagem).

A quantidade geral de textos avaliados nessa etapa, e sua distribuição por GT, é apresentada na Tabela 1<sup>2</sup>, nas seguintes condições.

---

<sup>2</sup> Foram excluídos os GT 06, 07, 10 e 11, nessa etapa, pela não identificação do tema nos itens de representação do conteúdo textual.

## A REPRESENTAÇÃO DE CONTEÚDOS TEXTUAIS REFERENTES AO CONCEITO DE LINGUAGEM...

**Tabela 1** – Quantidade de trabalhos recuperados por GT de interesse no ENANCIB com menção do termo Linguagem

GT	Conteúdos temáticos de cada GT	Recuperações
01	Estudos Históricos e Epistemológicos da CI	12
02	Organização e Representação do Conhecimento	34
03	Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	2
04	Gestão da Informação e do Conhecimento	1
05	Política e Economia da Informação	2
08	Informação e Tecnologia	3
09	Museu, Patrimônio e Informação	3

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

A partir da resultante desses procedimentos, observando-se duas vertentes de caracterização do itens – uma de contextualização dos trabalhos como de abordagem generalista do tema; e outra de enfoque específico do tema em relação a uma abordagem conceitual e epistemológica – optou-se pelos textos de ordem conceitual e epistemológica para aplicação da análise hermenêutico-dialética. Ou seja, desse total de 51 textos foram selecionados os 12 registros pertencentes ao GT1, que expressa explicitamente a abordagem de interesse, apresentada em citação da seção anterior.

Como sinalizado pela citação da ementa e escopo do GT1, a relação direta dos interesses de enfoque teórico, epistemológico, com discussões dos fenômenos da disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade no processo de construção da área, foram diretivas que definiram os resumos dos trabalhos deste GT como de principal recorte da análise hermenêutico-dialética, uma vez que se considerou que seria promissor identificar a abertura do campo aos estudos dos fenômenos informacionais em diferentes perspectivas, principalmente por acolher neste grupo os exercícios que envolvem as construções transdisciplinares no campo.

Neste sentido, era pressuposto desta pesquisa, que neste espaço de articulação discursiva seriam identificados os estudos voltados a construção ou desconstrução de bases teóricas oriundas dos estudos na Linguagem, enquanto recurso para o alargamento dos estudos epistemológicos que fundamentam o campo. A partir disto, os trabalhos identificados foram analisados objetiva e pontualmente, observando-se prioritariamente, quais seriam as teorias de estudos da Linguagem utilizadas para sustentação, apoio e avanço na produção do conhecimento do campo. Sinaliza-se como preliminar, pois, o foco de análise neste primeiro momento foi o texto descritivo do resumo.

Os autores e textos então selecionados podem ser listados na seguinte conformação:

- Gracioso: *Aproximações teóricas em Ciência da Informação* (2005); *Considerações sobre Filosofia da Linguagem e Ciência da Informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais* (2009), *Sobre um outro lugar da linguagem nos estudos da informação* (2016);
- González de Gómez e Gracioso: *Ciência da Informação e Ação Comunicativa no cenário Web* (2007);

- Guerra: *Novas visibilidades na Ciência da Informação: jogos de linguagem, percepção visual e representação da imagem* (2010);
- Merigoux: *Comunicação científica, linguagem científica e teoria Kuhniana dos paradigmas: univocidade e metáfora são padrões linguísticos respectivamente associados à Ciência Normal e Revolucionária?* (2012);
- Gonzalez: *Informação é conteúdo: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação* (2013);
- Mata e Moura: *Os Spans e a polifonia informacional: práticas de indexação social e comportamento linguageiro dos spammers em sites de compartilhamento de vídeos* (2013);
- Lima, Zattar e Maia: *Interações mediadas pela linguagem, organizações e sociedade: racionalidade comunicativa e integração discursiva* (2013);
- Saldanha: *Do pressuposto retórico-filológico da Filosofia da organização dos saberes: decurso epistemológico e centralidade da linguagem* (2013), *O Demônio na brecha da linguagem: Capurro, Ética e Filosofia da Informação na Alemanha dividida* (2014);
- Silva e Saldanha: *A Ciência da Informação e sua Filosofia: Entre a linguagem, o símbolo e a informação* (2016).

A leitura aprofundada dos 12 trabalhos, em momento posterior, demonstrou que, na perspectiva epistemológica, a Filosofia da Linguagem Pragmática (FLP), especificamente proposta por Wittgenstein (1989) tem recebido, relativamente, maior atenção nos estudos informacionais, provavelmente por ser a abordagem que sugere o sujeito, e suas ações de uso da Linguagem como ponto de partida para o entendimento de outras dinâmicas individuais, sociais e comunicacionais.

Esta retomada do sujeito e da necessidade do entendimento dos processos de comunicação que o envolvem, na perspectiva da CI, também se confirma quando se observa que o segundo aporte teórico mais acionado nas pesquisas, oriundo dos estudos da Linguagem, é o da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), de Habermas (1987).

O contexto de acionamento das teorias da Linguagem se deu, nestes estudos, da seguinte maneira:

Ainda de modo introdutório, a FLP de Wittgenstein é abordada por Gracioso (2005) e, posteriormente, por Gonzalez de Gomez e Gracioso (2007) como aporte possível para os estudos da Linguagem natural nos processos de busca e recuperação da informação. Apoiado também neste mesmo filósofo (mas não só nele) para compreender a filosofia da organização dos saberes, Saldanha (2013) recorre à FLP como orientação para análise sobre o campo da CI, ou seja, ainda que se mantenha o lastro com o filósofo, expande-se a explanação sobre o conceito de Linguagem por outras proposições sobre o tema, pois, ao rastrear o desenvolvimento histórico-conceitual da organização dos saberes reconhece sua relação paralela entre Retórica, Filologia e Bibliologia.

Guerra (2010) também recupera a FLP de Wittgenstein para alargar a compreensão dos elementos envolvidos na representação e recepção da imagem, justificando que a Linguagem, e suas circunstâncias sociais de comunicação, tem relação direta com estes processos. No contexto do evento e desse GT, um ano antes, Gracioso (2009) assume a convergência entre a FLP e a TAC, de Habermas, mais especificamente no que diz respeito ao compromisso ilocucionário assumido pelos participantes da comunicação e ao cumprimento das pretensões de validade comunicativa, como aportes teóricos que auxiliariam no entendimento destas ações de informação enquanto ações eficientes.

Já com o intuito de entender a função constituinte da Linguagem nas interações sociais, os autores Lima e Zattar (2013) desenvolvem estudos sobre as interações mediadas pela Linguagem nas organizações e na sociedade recorrendo, para tanto, aos estudos da relação entre “mundo da vida” e “sistemas”, conforme proposto por Habermas (1987) em sua TAC, discutindo tais conceitos em relação a Luhmann (1927-1998), concluindo que a função predominante da Linguagem, neste contexto discursivo, é a de ser uma possibilidade de condução ética das ações nos espaços das organizações.

Como base para o entendimento do objeto da CI, Gonzalez (2013) recorre a Linguística Sociocognitiva, centrada no uso do conceito de “metáfora do canal” de Reddy (1979), modelo teórico que sistematiza um tipo de comunicação que ocorre na ausência de um interlocutor. Na obra, observa-se a não utilização expressa da FLP, a TAC, tecendo considerações sobre outros pressupostos filosóficos, dos quais se destaca a noção triádica de Mundos, em Popper.

Para orientar os entendimentos sobre as atuais práticas de indexação e comportamento de usos da Linguagem, que efetivam a recuperação de *spams*, na *web*, Mata e Moura (2013) buscam fundamentação na Semiótica de Peirce. A partir dos elementos sugeridos neste fundamento os autores buscam compreender o comportamento dos *spammers* em *sites* de compartilhamento de vídeos que utilizam a Linguagem natural como forma de organização e recuperação da informação.

Silva e Saldanha (2016) propõem analisarem as relações entre Informação, Linguagem e Símbolo e, para tanto, entendem a CI como “ciência hermenêutico-retórica”, situando-a a partir da ideia da Linguagem enquanto “linguagem-símbolo” (ou informação simbólica), embasados nos argumentos de Rafael Capurro, cuja abordagem é de ordem representacionista (“homem informacional”), próxima da noção de Ernst Cassirer (1874-1945), que é a de “homem simbólico”. Sugerem, em caráter conclusivo, o conceito de informação simbólica, como: “[...] o deslocamento da centralidade dos estudos informacionais para o homem” (p. 1), citando a FLP, mas recorrendo a outros teóricos e não a Wittgenstein.

Com o intuito de discutir as noções de Ética, Linguagem e Epistemologia, visando melhor compreensão do pensamento filosófico de Rafael Capurro no âmbito dos estudos informacionais, Saldanha (2014) destaca, dentre suas conclusões tanto o recurso da hermenêutica para abordagem filosófica da Ética em Capurro quanto a perspectiva crítica de uma “ética transcultural” oposta a um “infoimperativo” ou a um pseudo “bem-estar informacional”, chamando a atenção para o problema da ética como elemento *a posteriori*, passível de crítica em relação ao modelo estrutural e anteriormente elaborado.

Procurando ampliar a matriz gnosiológica da CI, na perspectiva dos estudos da Linguagem, Gracioso (2016) retoma a obra *Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos*, de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), sem, no entanto, estabelecer relações conceituais diretas com os estudos informacionais, sinalizando apenas algumas perspectivas de aproximação da proto-pragmática proposta pelo pensador, enquanto percurso de investigação a ser considerado nos estudos informacionais futuros.

Merigoux (2012) encontra na obra de Thomas Khun, *Estrutura das Revoluções Científicas*, elementos para compreensão dos componentes que envolvem a Linguagem científica enquanto recurso indissociável da Comunicação Científica, tendo por hipótese que a Linguagem científica seria o que possibilita uma certa continuidade na comunicação entre cientistas no decorrer da história, inclusive durante as mudanças de paradigma. Assim, essa Linguagem funcionaria como “condutora” de um processo de comunicação científica, integrada à CI, como subárea da mesma.

Sumariamente, identificamos, nesta ordem, a predominância das seguintes teorias da Linguagem, presentes nos estudos epistemológicos em CI: Filosofia da Linguagem Pragmática (L. Wittgenstein); Teoria da Ação Comunicativa (J. Habermas, também por enfoque em Luhman); Semiótica (C. S. Peirce); Linguística sociocognitiva (metáfora do canal, de Reddy); Retórica; Filologia; Bibliologia; Hermenêutica (R. Capurro); Homem simbólico (Ernst Cassirer), Linguagem-condutora (T. Khun).

## **5. Considerações finais**

Dado seu caráter exploratório e descritivo, a presente investigação reconhece em seus limites a redução do empreendimento de análise aprofundada em apenas um GT do evento do ENANCIB (GT 01), observando-se, ainda, uma descrição panorâmica dos GT que apresentam afinidade com o tema Linguagem (GT 02, 03, 04, 05, 08 e 09). Essa decisão de aprofundamento das leituras a partir apenas do GT 01 justifica-se pelo caráter qualitativo da pesquisa, referido pelo uso do método hermenêutico-dialético, considerando-se que os resultantes contrapuseram conteúdos textuais representados pelos instrumentos Resumos aos conteúdos completos dos artigos selecionados.

Essa perspectiva, ao mesmo tempo que verificou o grau de representação desses instrumentos, também possibilitou observar a condição de comunicação discursiva dos trabalhos, apontando graus de similaridade ou contraposição, complementação ou disparidade, solução ou problematização. Ou seja, do processo de análise decorreu uma leitura amplificada dos processos comunicacionais enquanto objetos eficientes ou não, pois uma vez que se considera a Linguagem elemento essencial do processo comunicativo, a manutenção ou desapropriação constante de referenciais teóricos de um campo científico demonstraram certa volatilidade no uso de conceitos e pouca, ou baixa, constância nos aprofundamentos sugeridos, dado a identificação de uma aparente desconstrução do arcabouço teórico dos textos iniciais por uma dissolução gradual de “contornos”, uma vez que não se vê revisitada a busca ou oferta de abordagens anteriores.

Nota-se que nos quatro anos iniciais (2005, 2007, 2009 e 2010) o tema da Linguagem traz como abordagens constantes tanto a FLP quanto a TAC, que, vão, aos poucos, sendo substituídas por outras teorias. Não se quer subestimar, com isso, as proposições teóricas posteriores às da FLP e TAC, mas, antes, pensa-se que tais proposições deveriam ter por

condução, as discussões, ou questionamentos, “comunicados” pelas publicações do evento nas quatro edições, ou seja, a produção e retroalimentação dos autores se daria pela “absorção” ou “rejeição” dos pressupostos assumidos ano a ano pelo GT em torno do conceito de Linguagem pelas abordagens da FLP e da TCA, o que não aconteceu, pois, há um intervalo médio de 2 anos para cada ocorrência do conceito, com substituição dessas abordagens por outras não relacionadas, tais como: Semiótica (Peirce); Linguística sociocognitiva (Reddy); Retórica; Filologia; Bibliologia; Hermenêutica (Capurro); Homem simbólico (Cassirer), Linguagem-condutora (Khun).

Poder-se-ia, nesse âmbito, situar o presente relato como delimitado pelo caráter de um estudo de caso, que, a critério de informação, pretende-se desdobrar em outros desenvolvimentos, tais como: sistematização mais completa dos dados e inclusão de registros da BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação) e da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) para complementação das fontes nacionais, e inclusão das bases de dados específicas da CI internacional; e, ampliação, em trabalhos futuros, do escopo das fontes nacionais e internacionais investigadas, e de novos critérios de análise das teorias da Linguagem, possibilitando identificar no seu bojo as relações e usos nas operacionalizações de produtos e serviços de informação, por exemplo; ou ainda, proporcionar a complementação a alusão a estas teorias no âmbito das bibliografias dos cursos de pós-graduação em CI, podendo sinalizar a necessidade de maior aprofundamento (ou não) sobre estes aportes, no campo.

Do ponto de vista de perspectivas de avanço da abordagem metodológica, reconhece-se, pelo uso do método de análise hermenêutico-dialético, possibilidades de enriquecimento do processo analítico, passível de continuidade e/ou complementação por meio de verificações de unidades (identificadas e selecionadas como de interesse no uso do conceito de Linguagem) típicas do processo de argumentação científica, caracterizadas como citações indiretas (paráfrases) ou diretas – entendidas, no recorte definido neste artigo, como embasamento explícito do autor na teoria. Observando-se, ainda, que pontos de conexão entre afirmações autorais desvinculadas de paráfrases e citações diretas seriam entendidas como produções de áreas, cabendo avaliar, em pesquisas futuras, o nexo disciplinar ou interdisciplinar da produção e que, a partir de uma análise mais pontual, presumir-se-ia, potencialmente, as teorias da Linguagem mais predominantes em cada GT, e em que medida a Linguagem se sobressairia nas investigações de determinados eixos temáticos no campo.

### **Referências bibliográficas**

#### **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA**

2020 *GT 01: Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação*. [Em linha]. [João Pessoa]: ANCIB, 2020. [Consult. 24 abr. 2020]. Disponível em: <http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-01>.

#### **GONZALEZ, Marcos**

2013 Informação é conteúdo: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14<sup>o</sup>, Florianópolis, 2013 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2264/INFORMA%c3%87%c3%83O%20%c3%89%20CONTE%c3%9aDO.pdf?sequence=1>.

#### **GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; GRACIOSO, Luciana de Souza**

2007 Ciência da Informação e a ação comunicativa no cenário web. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8<sup>o</sup>, Salvador, 2007 - *Anais...* [Em linha]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/15/GT1--066.pdf?sequence=1>.

#### **GRACIOSO, Luciana de Souza**

2016 Sobre um outro lugar da linguagem nos estudos da informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17<sup>o</sup>, Salvador, 2016 - *Anais...* [Em linha]. Salvador: Universidade Federla da Bahia, 2016. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3073/2016-GT01-CO-07.pdf?sequence=1>.

#### **GRACIOSO, Luciana de Souza**

2009 Considerações sobre Filosofia da Linguagem e Ciência da Informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10<sup>o</sup>, João Pessoa, 2009 - *Anais...* [Em linha]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/6/GT%201%20Tt%203-%20GRACIOSO%2c%20Luciana%20Considera%c3%a7%c3%b5es%20sobre%20Filosofia...pdf?sequence=1>.

#### **GRACIOSO, Luciana de Souza**

2005 Aproximações teóricas em Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6<sup>o</sup>, Florianópolis, 2005 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidad Federal de Santa Catarina, 2005. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em: [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/34/GT1\\_Gracioso.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/34/GT1_Gracioso.pdf?sequence=1).

**GUERRA, Claudia Bucceroni**

2010 Novas visibilidades na Ciência da Informação: jogos de linguagem, percepção visual e representação da imagem. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11<sup>o</sup>, Rio de Janeiro, 2010 - *Anais...* [Em linha]. Rio de Janeiro : IBICT, 2010. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/990/Novas%20-%20Guerra.pdf?sequence=1>.

**HABERMAS, Jürgen**

1987 *Teoría de la acción comunicativa - I*. Madrid: Taurus Humanidades, 1987.

**LIMA, Clóvis Montenegro; ZATTAR, Marianna; MAIA, Mariangela Rebelo**

2013 Interações mediadas pela linguagem, organizações e sociedade: racionalidade comunicativa e integração discursiva. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14<sup>o</sup>, Florianópolis, 2013 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2274/INTERA%c3%87%c3%95ES%20MEDIADAS.pdf?sequence=1>.

**MATA, Priscila Oliveira da; MOURA, Maria Aparecida**

2013 Os *Spams* e a polifonia informacional: práticas de indexação social e comportamento linguageiro dos *spammers* em *sites* de compartilhamento de vídeos. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14<sup>o</sup>, Florianópolis, 2013 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2419/OS%20SPAMS%20E%20A%20POLIFONIA.pdf?sequence=1>.

**MERIGOUX, Daniel Ribeiro**

2012 Comunicação científica, linguagem científica e teoria Kuhniana dos paradigmas: univocidade e metáfora são padrões linguísticos respectivamente associados à ciência normal e revolucionária? In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13<sup>o</sup>, Rio de Janeiro, 2012 - *Anais...* [Em linha]. Rio de Janeiro : FIOCRUZ, 2012. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1100/MERIGOUX.pdf?sequence=1>.

**MESCHINI, Fabio Orsi; FRANCELIN, Marivalde Moacir**

2019 Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação: padrões de pesquisa, temáticas abordadas, referenciais teóricos e impacto científico. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20<sup>o</sup>, Florianópolis, 2019 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, p. 1-22. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:

<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/571/518>.

**MINAYO, Maria Cecília de Souza**

2002 *Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social*. In *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Org. Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2002, p. 83-107.

**PRAGMA**

2020 *PRAGMA: estudos pragmáticos em Ciência da Informação*. [Em linha]. [Lago Sul]: CNPq, 2020. [Consult. 21 mar. 2020]. Disponível em:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5781724135118999#linhaPesquisa>.

**Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**

2016 *Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI*. [Em linha]. 2016. [Consult. 21 mar. 2020]. Disponível em:  
<http://www.ppgci.ufscar.br/publicacoes/documentos/projetos/filosofia-da-linguagem.pdf>.

**SALDANHA, Gustavo Silva**

2014 Mediação e formações simbólicas: notas cassirerianas sobre linguagem, conhecimento e cultura na Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15<sup>o</sup>, Belo Horizonte, 2014 - *Anais...* [Em linha]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:  
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2648/MEDIA%20E%20FORMA%20ES%20SI-MB%20LICAS.pdf?sequence=1>.

**SALDANHA, Gustavo Silva**

2013 Do pressuposto retórico-filológico da Filosofia da organização dos saberes: decurso epistemológico e centralidade da linguagem. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14<sup>o</sup>, Florianópolis, 2013 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:  
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2269/DO%20PRESSUPOSTO%20RET%20RICO.pdf?sequence=1>.

**SILVA, Giovani Miguez da; SALDANHA, Gustavo Silva**

2016 A Ciência da Informação e sua filosofia: entre a linguagem, o símbolo e a informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17<sup>o</sup>, Salvador, 2016 - *Anais...* [Em linha]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:  
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3072/2016-GT01-CO-06.pdf?sequence=1>.

**SILVA, Tiago José; FREIRE, Isa Maria**

2019 Historiografia e epistemologia na Ciência da Informação: um olhar sobre a literatura brasileira. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20<sup>o</sup>, Florianópolis, 2019 - *Anais...* [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, p. 1-21. [Consult. 28 fev. 2020]. Disponível em:  
<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/531/514>.

**WITTGENSTEIN, Ludwig**

1989 *Investigações filosóficas*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Abril Cultura, 1989.

**Agradecimentos**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa**

Não

## **A REPRESENTAÇÃO DE CONTEÚDOS TEXTUAIS REFERENTES AO CONCEITO DE LINGUAGEM...**

---

**Fernanda Parolo de Mattos Nogueira** | [fernandap.m.nogueira@gmail.com](mailto:fernandap.m.nogueira@gmail.com)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Luciana de Souza Gracioso** | [luciana@ufscar.br](mailto:luciana@ufscar.br)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Marco Donizete Paulino da Silva** | [marco\\_donizete@yahoo.com.br](mailto:marco_donizete@yahoo.com.br)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Graziella De Campli** | [grazielladecampli@yahoo.com](mailto:grazielladecampli@yahoo.com)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Resumo:** Consideram-se os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) como ferramentas utilizadas para interpretar estruturas do conhecimento, auxiliando na organização, representação e recuperação da informação. Discute-se em que medida os verbetes como ferramentas da Organização do Conhecimento (OC), contribuem para o entendimento e maior aplicabilidade, no sentido de contribuir para área Ciência da Informação na recuperação da informação. Para isso, procedeu-se à realização de um levantamento de dados considerando os termos recuperados na ISKO, identificados pela *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* (IEKO). A análise foi realizada com recurso da metodologia de análise de conteúdo. A partir da abordagem proposta por esse trabalho, recuperaram-se 32 artigos para a discussão dos conceitos de SOC na literatura brasileira de Ciência da Informação. Como resultados, identificaram-se os verbetes que possibilitaram direcionar alguns aportes teóricos e práticos no próprio contexto da OC. Os verbetes recuperados na IEKO tratam de sistema de classificação e mostram que esse sistema ordena e evidencia o processo de OC para seu determinado uso, mas que a sua prática não contribui para que o conhecimento seja recuperado, sendo necessário estar em conjunto com outro processo, como a indexação, para que possa ser recuperado pelo assunto, o que permite concluir que a indexação atribui termos representativos com base nos conceitos do material, permitindo observar como IEKO tem compreendido os processos e sistemas de OC. Para diversos autores, a OC é abordada em diferentes pensamentos e pontos de vistas: o SOC enquanto processo aborda a representação, organização, descrição dos documentos, utilizando a classificação, indexação e catalogação como procedimento; e o SOC como ferramenta, usa regras e padrões como sistemas de classificação, tesouros, ontologias, etc.

**Palavras-chave:** Recuperação da informação; Sistema de classificação; Sistema de Organização do Conhecimento; Terminologia.

**Abstract:** The Knowledge Organization Systems (KOS) as tools used to interpret knowledge structures are considered, helping in the organization, representation and retrieval of information. It is discussed to what extent the entries as Knowledge Organization (KO) tools contribute to understanding and greater applicability, in the sense of contributing to the Information Science area in what concerns information retrieval. For this, a data survey was carried out considering the terms retrieved in ISKO, identified by the *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* (IEKO). The analysis was performed using the content analysis methodology. Based on the approach proposed by this work, 32 articles were retrieved to discuss the concepts of KOS in the Brazilian Information Science literature. As a result, we identified the entries that made it possible to direct some theoretical and practical contributions in the context of KO. The entries retrieved in IEKO are classification systems and show that this system orders and highlights the KO process for its particular use, but that its practice does not contribute for the knowledge to be retrieved, being necessary the conjunction with another process, such as indexing, so that it can be retrieved by subject, which allows us to conclude that indexing assigns representative terms based on the concepts of the material, allowing us to observe how IEKO has understood the KO processes and systems. For several authors, KO is approached from different thoughts and points of view: the KOS as a process addresses the representation, organization, description of documents, using classification, indexing and cataloging as a procedure; and KOS as a tool, uses rules and standards such as classification systems, thesauri, ontologies and so on.

**Keywords:** Information retrieval; Classification system; Knowledge Organization System; Terminology.

## 1. Introdução

A Organização do Conhecimento (OC), internacionalmente conhecida como *Knowledge Organization* (KO), é considerada um campo de pesquisa, ensino e prática. O domínio de OC entende que é necessário sistematizar e organizar o conhecimento para poder recuperar a informação, dessa forma, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) foram instituídos como instrumentos de controle de vocabulário e representação do conhecimento.

Representar, classificar e ordenar são processos, acima de tudo, humanos, nos quais se refere a tentativa humana de ajustar-se e se localizar de forma intelectual e física de acordo com seu contexto (JODELET, 2001). Ao tentar representar documentos, os humanos reúnem objetos e ideias de acordo com algum grau de semelhança. Na área de Biblioteconomia, a OC era conhecida como “organização bibliográfica”; e, agora entendida como Organização do Conhecimento, esse domínio se utiliza de sistemas (sistemas de classificação, tesouros e ontologias) e processos (classificação, indexação), para recuperar os documentos.

Considerando que o conhecimento precisa ser organizado para ser alcançado com facilidade e gerando eficácia no acesso, recuperação de novos conhecimentos, é essencial entender a função dos sistemas de organização e dos processos de organização do conhecimento, tendo em vista que os SOC são instrumentos que dão suporte para realizar a sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação.

Compreendendo que os *Knowledge Organization Processes*/Processos de Organização do Conhecimento (KOP/POC) e os SOC são utilizados para representar, localizar, acessar, recuperar e utilizar o conhecimento registrado organizado, **faz-se necessário analisar como eles estão sendo abordados em termos de seus subsídios teóricos nas pesquisas no âmbito da OC**. Portanto, o problema se caracteriza em: **Como a enciclopédia de organização da informação entende os processos e sistemas de organização do conhecimento?**

O objetivo do estudo consiste em contribuir com a área da produção científica sobre organização do conhecimento. O objetivo específico está em analisar os verbetes publicados sobre processos e sistemas de organização do conhecimento na enciclopédia da International Society for Knowledge Organization (ISKO) verificando o conceito de processos e de sistemas na literatura da enciclopédia.

Diante deste contexto, a OC que está sendo evidenciada nesta pesquisa trata de sua análise no sentido “restrito”, isto é, conforme Hilder (2018:15) na “abordagem de assunto” a qual está atrelada à busca da representação das abordagens da informação (ou documento) para melhor análise dos sujeitos que estão envolvidos nas práticas dos recursos de recuperação da informação, no contexto dos POC e SOC.

## 2. Os processos e sistemas da Organização do Conhecimento

Bräscher e Carlan (2010:150), evidenciam a OC como: “um processo de modelagem que visa construir representações do conhecimento”, enquanto Lima e Alvares (2012:27-28) traduzem as atuações da OC “[...] como se representa o conhecimento; se as áreas do

conhecimento são representadas da mesma maneira; o que pode ser representado; e se tudo pode ser representado”. Café e Bräscher (2008) consideram que o objetivo da OC é “à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”.

A OC é um processo individualizado, porém o conhecimento também é coletivo, relaciona culturas, valores e princípios. Desse modo, os fatores sociais podem interferir na visão do mundo de uma pessoa, e esse conhecimento será subjetivo, porém quando a pessoa interagir com um novo conhecimento, esse conhecimento se tornará social. Barité (2011: 42), entende o objetivo da organização do conhecimento como socializar o conhecimento. O autor ainda explica que o conhecimento é "um produto social, uma necessidade social e um dinamismo social".

Hjørland (2016:476), explica que os principais aspectos da OC são os Sistemas de Organização do conhecimento (SOC) e os Processos de Organização do Conhecimento (POC). Os SOC consistem na seleção de conceitos pelas relações semânticas. Segundo a *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* (ISKO..., 2022), SOC são: sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias e outros sistemas de metadados.

Hodge (2000), em concordância com a *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* (ISKO..., 2022), aborda o termo SOC, em inglês *Knowledge Organization Systems* (KOS), criado para abranger sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, redes semânticas e ontologias, taxonomias e tesouros. Outros autores definem os SOC de diferentes maneiras: como esquemas que organizam, gerenciam e recuperam informações (VICKERY, 2008); enquanto Carlan (2010), entende os SOC como denominação para as linguagens documentárias que agregam elementos incorporados nas inovações tecnológicas da era digital.

Os sistemas de classificação bibliográfica foram desenvolvidos com o objetivo de fornecer subsídios para a organização de acervos em bibliotecas, facilitando, assim, a localização e o acesso à informação por seus usuários. Ao mesmo tempo, adicionalmente, tais sistemas são utilizados para classificar e organizar o conhecimento. Isto é, os sistemas de classificação bibliográfica também representam o modo como o conhecimento é organizado na esfera social.

As listas de cabeçalhos de assuntos são listas convencionais de assuntos que são utilizadas com frequência e nelas são encontrados pontos de acesso no catálogo da biblioteca ou centro de documentação. O objetivo das listas é recuperar os pontos de acesso com rapidez. Essas listas contêm descritores, sinônimos e termos preferidos que são usados na indexação e recuperação por assunto de um documento.

Os tesouros são vocabulários controlados onde descrevem documentos para facilitar na representação e recuperação de documentos. Neles, os termos/descriptores de um determinado domínio são relacionados, podem também ser utilizados para entender a terminologia de uma área; a partir deles se faz a indexação.

As ontologias são sistemas onde se encontram modelos conceituais e base do conhecimento de um domínio; muito parecidas com os tesouros, porém sua interpretação é realizada através de *softwares*. Ontologias também são entendidas como linguagens formais de representação conceitual. Elas facilitam a criação de outros SOC como os tesouros.

Os SOC representam uma variedade de sistemas que organizam, gerenciam e possibilitam a representação do conhecimento para se poder recuperar a informação. Na maioria das vezes as características, diferenças e funções dos SOC dependem do contexto em que estão, geralmente são relacionados a bibliotecas e organização de gerenciamento da informação.

Os sistemas e processos de OC são estabelecidos pela necessidade de descrever, representar, arquivar e organizar os documentos. Os POC são desenvolvidos de acordo com as demandas dos SOC; sendo assim, os POC foram projetados de acordo com os modelos de conhecimento e experiência do indivíduo e do coletivo, assim projetando a preservação além da guarda de documentos, visando a conservação e recuperação. Os POC são processos de catalogação, indexação, classificação feitos por humanos ou computadores.

A catalogação compreende em registrar conjuntos de informações sobre determinado documento. Essas informações variam de acordo com o tipo de documento catalogado. Alguns desses campos são: título, autor, tradutor, número de edição, editor, local, data e publicação, ISBN, entre outros. A função da catalogação é padronizar o livro e gerar uma identificação única para ele. As regras da catalogação são baseadas em normas nacionais e internacionais.

A indexação é onde se escolhem os termos para descrever um documento ou livro. O processo de indexação é realizado em duas partes: a primeira é a análise conceitual onde se decide qual é o assunto do documento e os termos que melhor o descrevem; a segunda é a tradução do assunto em termos de indexação. Sua função é promover o diálogo entre sistema e usuário para recuperar e organizar documentos.

Podem ser citados como exemplos de sistemas de classificação a *Colon Classification* (Classificação dos Dois Pontos) de Ranganathan, a *Classificação Decimal de Dewey* (CDD), idealizada por Melvil Dewey, e a *Classificação Decimal Universal* (CDU), organizada por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Esses sistemas de classificação têm como objetivo servir como instrumento que permite a representação por assunto e a localização da informação registrada para que seja possível sua recuperação, independentemente do suporte em que esteja registrada.

Com o avanço tecnológico, os impactos culturais e científicos e a necessidade de representar e organizar por meio de preservação e compartilhar o conhecimento, os POC se abrem em um campo de estudo que resolve problemas de organização e acesso ao conhecimento.

### **3. Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento do estudo, a definição do *corpus* de análise se deu pelos termos identificados na enciclopédia IEKO, acessada digitalmente pelo link: <https://www.isko.org/cyclo/index.html>. A enciclopédia é de acesso aberto, organizada e hospedada pela ISKO e produzida pelo ISKO *Scientific Advisory Council*. O objetivo da enciclopédia está em organizar artigos que abranjam todo o campo de OC, como: conceitos, disciplinas, organizações, sistemas, padrões, teorias sobre sistemas específicos de domínios da área.

O *corpus* de análise foi constituído a partir da lista de índice alfabético com vista a identificar os textos que discutem sistemas de organização do conhecimento (esquemas de classificação, tesouros, etc.) ou processos (classificação, indexação, etc.).

**Quadro 1 – Verbetes utilizados na análise**

<b>Verbete</b>	<b>Autor</b>
Alphabetization	Wendy Korwin and Haakon Lund
Art studies and knowledge organization	Anders Ørom
Astronomy's three kingdom system	Steven J. Dick
Boolean logic	Martin Frické
Canadian research and development classification (CRDC)	Ariadne Legendre
Citation analysis	Birger Hjørland
Classification of psychology	Birger Hjørland
Classification of sciences in Greco-Roman antiquity	Jonathan Furner
Colon Classification (CC)	MP Satija
Colour classification in natural languages	Don Dedrick
Data	Birger Hjørland
Data documents	Joachim Schöpfel, Dominic Farace, Hélène Prost, Antonella Zane e Birger Hjørland
Discipline	Björn Hammarfelt
Document theory	Michael Buckland
Domain analysis	Birger Hjørland
Facet	Michelle Hudon
Facet analysis	Birger Hjørland
Fictional literature classification and indexing	Jarmo Saarti
Folk classification	Preliminary editorial placeholder article; to be replaced when an author is found for an improved article
Genealogical classification	Claudio Gnoli
Genre	Pauline M. Rafferty
Hierarchy	Michael K. Bergman
Hypertext	Riccardo Riddi
Ideal language	Steven Laporte
Information	Birger Hjørland
Information retrieval	Birger Hjørland
Integrative levels classification (ILC)	Cláudio Gnoli
Knowledge organization (KO)	Birger Hjørland
Knowledge organization system (KOS)	Fulvio Mazzocchi
Knowledge pyramid: The DIKW hierarchy	Martin Frick

Korean Decimal Classification (KDC)	Dong-Geun Oh
Library and information science (LIS)	Birger Hjørland
Library classification: parts 1	Thomas M. Dousa
Literary warrant	Mario Barité
Logical division	Martin Frick
Mathematical theory of classification	Daniel Parrochia
Mathematics in classification systems	Craig Fraser
Nippon Decimal Classification (NDC)	Keiichi Fujikura
Nomenclature for museum cataloging	Heather Dunn and Paul Bourcier
Online public access catalogues and library discovery systems	David Wells
Ontologies (as knowledge organization systems)	Maria Teresa Biagetti
origins of the knowledge organization field	Philip Hider
Paratext	Roswitha Skare
Peirce's classification of the sciences	Torjus Midtgarden
Provenance	Natália Bolfarini Tognoli and José Augusto Chaves Guimarães
Reader-interest classification	Daniel Martínez-Ávila
Science	Birger Hjørland
Shiyali Ramamrita Ranganathan	K. S. Raghavan
Soil classification	Aleksandra A. Nikiforova
Species	Alessandro Minelli
Statistical classification	Preliminary editorial placeholder article; to be replaced when an author is found for an improved article
Subject (of documents)	Birger Hjørland
Table of contents	Birger Hjørland
The international Society for Knowledge Organizational (ISKO)	Rick Szostak and Peter Ohly
Thesaurus (for information retrieval)	Stella G. Dextre Clarke
User-based and cognitive approaches	Birger Hjørland
Work	Richard P. Smiraglia

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

A análise foi realizada com recurso da metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A análise de conteúdo organiza-se em três fases: a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A definição das categorias de análise não foi feita nenhuma projeção teórica anteriormente à leitura analítica dos documentos componentes do corpus de análise, ou seja, foi feita *a posteriori*.

A pré-análise foi realizada por meio da leitura flutuante dos documentos, visando uma primeira aproximação. Essa fase se refere a como as ideias são organizadas e envolvidas: a escolha dos documentos para a análise; a formulação de hipóteses e objetivos; a elaboração

de indicadores que fundamentam a interpretação final. A escolha dos documentos que compõem o *corpus* de análise foi definida pelas seguintes regras: a) exaustividade: consideração de todos os elementos do *corpus*, sem exclusão; b) representatividade: qualidade da amostra; c) homogeneidade: documentos e técnicas de coleta de dados foram observados de modo homogêneo e d) pertinência: verificação da adequação dos documentos aos objetivos da análise.

Depois da realização da leitura flutuante, em caráter inspeccional, foram identificados os documentos que poderiam responder à questão proposta nos objetivos, isto é, identificar e descrever a presença dessa temática na *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* (ISKO..., 2022).

Na segunda fase, se refere a exploração do material, Bardin (2016) aborda a aplicação da técnica propriamente dita e a produção das primeiras inferências e interpretações. Como suporte à fase de pré-análise foi possível determinar as unidades de registro (UR): “*Classification\**”; “*Indexing\**”; “*Knowledge classification system\**”; “*Knowledge organization system\**”; “*Thesaurus\**”; “*Ontology\**”; “*Classification system\**”; “*KO\**” e “*KOS\**”.

Para realizar a análise dos resultados foi desenvolvida uma ficha de trabalho contendo os seguintes campos: unidade de registro, unidade de contexto, inferência e referência, como consta no exemplo abaixo:

**Quadro 2 – Ficha de trabalho**

<b>Unidade de Registro</b>	
<b>Unidade de contexto</b>	<b>Inglês:Tradução livre:</b>
<b>Inferência</b>	
<b>Referência</b>	

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

As fichas de trabalho foram preenchidas de acordo com a UR pesquisada, destacando o entendimento de cada passagem sobre a UR, e a inferência foi realizada a partir da interpretação do trecho. Tais fichas podem ser acessadas por meio do *link*: <https://docs.google.com/document/d/1JtM-Xh53vzewSGxOphFc4y3KjTvdyrBtVb85y8IVxiY/edit>.

As mesmas não foram inseridas neste trabalho devido ao tamanho do arquivo e também para não prejudicar a leitura da análise.

Na terceira fase, o foco é o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação; para isso, nos resultados é argumentado o conceito geral de sistemas e processos de organização do conhecimento na visão dos autores analisados.

Os resultados coletados referem-se à análise dos atributos por meio da interpretação das aparições registradas, objetivando verificar a conformidade das aparições dos conceitos do *corpus* analisado. Por isso, vale ressaltar que os documentos em sua maioria não incluem conclusivamente uma discussão a respeito dos conceitos pesquisados (UR), mas é possível a verificação dos conceitos mais utilizados e o entendimento dos autores sobre a temática;

tendo-se isso, pode-se afirmar que a interpretação do conteúdo realizada sofreu um alto grau de subjetividade. Portanto, para a análise, as fichas foram selecionadas de acordo com esses critérios estabelecidos.

#### **4. Resultados e discussão**

As discussões e resultados serão apresentados a partir da análise de conteúdo descritiva dos conjuntos temáticos definidos *a priori* para a análise. Com isso, foram definidos os seguintes conjuntos: “*Knowledge organization system\**”; “*Classification\**”; “*Classification system\**”; “*Indexing\**”; “*Ontology\**”.

##### **4.1. Sistemas de organização do conhecimento**

Os sistemas de organização do conhecimento têm um verbete próprio na enciclopédia IEKO. Hjørland (2016) apresenta a organização do conhecimento enquanto um instrumento para descrever, representar, arquivar e organizar documentos, bem como assuntos e conceitos, elaborados por humanos ou por programas de computador. Para tanto, são desenvolvidos regras e padrões, como sistemas de classificação, lista de cabeçalhos de assuntos, tesouros e metadados.

A organização do conhecimento em sistemas de classificação e conceitos são assuntos centrais em OC. Hjørland (2016) ainda expõe que existem dois principais aspectos em OC, que são os processos de organização do conhecimento (POC) e os sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Hjørland (2016), em seu verbete, *Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization*, publicado em 2013, traz uma citação de Hodge (2000): “Em OC o conceito de sistema de organização do conhecimento (SOC) é um termo genérico usado para listas de autoridade, sistemas de classificação, tesouros, mapas de tópicos, ontologias, etc.” (HODGE, 2000).

Mazzochi (2018) em seu texto, *Knowledge organization system (KOS)*, define sistemas de organização do conhecimento como um termo genérico usado para referir a uma ampla gama de itens, como, cabeçalhos de assunto, tesouros, esquemas de classificação e ontologias, que foram concebidos com relação a diferentes propósitos, em momentos históricos diferentes. Eles são caracterizados por diferentes estruturas e funções específicas, formas variadas de se relacionar com a tecnologia e usados em uma variedade de contextos por diversas comunidades. O autor finaliza com o entendimento de que o que todos os SOC têm em comum é que foram concebidos para apoiar a organização do conhecimento para facilitar a sua gestão e recuperação (MAZZOCHI, 2018).

Mazzochi (2018), relaciona os SOC com os POC: “O suporte aos processos de organização do conhecimento e acesso ao conhecimento é a função básica dos sistemas de organização do conhecimento.” O autor também explica a relação dos conceitos.

Um conceito é o elemento estrutural básico do sistema de organização do conhecimento. Um vocabulário, ou seja, a expressão formal de conceitos, forma o núcleo da representação física de cada sistema de organização do conhecimento. O vocabulário é utilizado para

expressar tanto a semântica quanto a sintaxe do todo organizado, ou, conforme o caso, as regras que definem como é que uma estrutura deve ser usada (MAZZOCHI, 2018).

Raghavan (2019) expõe a abordagem analítica de acordo com a organização do conhecimento, sendo essa abordagem realizada de acordo com as facetas. Raghavan (2019) explica que a abordagem analítica de facetas vem da *Classificação de Dois Pontos* ou *Colon Classification* (CC). As facetas fundamentais foram criadas por Ranganathan, elas são: Personalidade, Material, Energia, Espaço e Tempo, com base na natureza da entidade representada. Com isso, Ranganathan propôs as fórmulas de indexação para disciplinas, atribuindo uma faceta a cada papel específico na sentença criada.

A partir da criação da indexação, foram gerados os SOC amigáveis. Hjørland (2016), explica os SOC baseados no usuário. Os sistemas amigáveis ao usuário devem ser produzidos com base na informação coletada de usuários ou sobre usuários; um exemplo disso são sistemas como iPhone da Apple e o Google.

Rafferty (2021), em seus verbetes “*Genre*”, fala sobre a prática social da organização do conhecimento como as *tags*, que transforma usuários em indexadores. A autora explica que “quando usamos *tags*, estamos engajados em uma prática comunicativa. A marcação surge de uma situação recorrente e dá origem a uma forma tipificada de comunicação, ou seja, funciona como gênero”.

O contexto que envolve o SOC nos direciona para aportes teóricos e práticos de assuntos centrais da OC, a saber: os sistemas de classificação. Estes são comumente debatidos e conceituados dentro dos estudos que seguem a organização de documentos. Devido à sua pluralidade, os sistemas de classificação serão abordados no capítulo seguinte, sobre como as suas diversas abordagens e suas classificações são direcionadas e discutidas dentro do campo.

### **4.2. Sistema de classificação e classificação**

Os verbetes da IEKO tratam de vários sistemas de classificação, por exemplo: sistemas de classificação científica, sistemas de classificação bibliográfica, sistemas facetados, sistemas de classificação universais, sistemas de classificação genética.

Os sistemas de classificação científica, segundo Hjørland (2021), são as classificações bibliográficas que nada mais são do que sistemas de classificação de documentos e representações de documentos. Essas classificações são interpretações de coisas do mundo, como música, arte, animais e religiões. O autor explica o nome “sistemas de classificação científica” para poder distinguir da classificação bibliográfica, pois nela são incluídas classificações feitas por estudiosos, como por exemplo, instrumentos musicais ou gêneros literários.

Hjørland (2021), usa o termo “classificação científica” para todos os tipos de classificações nas quais as classificações bibliográficas podem se basear. Como por exemplo, a *Classificação Decimal de Dewey*, que se baseia em plantas e animais para gerar a classe da Zoologia.

Outro sistema de classificação muito conhecido é o *Colon Classification* (CC), apesar de não ser mais utilizado, ganhou um verbete na enciclopédia por conta de sua relevância. Satija (2017), explica que o CC é um esquema geral, que visa classificar por disciplina, todas

as disciplinas e todas as formas de documentos bibliográficos, em todos os tipos de biblioteca. O CC tem um grande potencial para classificações que necessitam de profundidade. A autora elucida o sistema como analítico-sintético, caracterizando-o em um sistema de classificação enumerativo. Os sistemas enumerativos fornecem uma lista de cima para baixo, exaustiva de todos os assuntos registrados, porém o CC lista conceitos que devem ser combinados em uma ordem pré-definida, assim, construindo um número de classe coextensivo ao assunto do documento. Satija (2017) explica ainda que para projetar um sistema de classificação, Ranganathan dividiu seu trabalho em três planos sucessivos, conhecidos como: planos Ideal, Verbal e Notacional. O plano da ideia é a mensagem, o verbal é a sua expressão e o plano de notação é sua representação visível em símbolos taquigráficos.

Biagetti (2021) fala sobre uma classificação formal que seria uma cópia formalizada de um tipo de classificação, normalmente codificada em uma linguagem da família das lógicas de descrição. A autora faz uma citação de Giunchiglia, Marchese e Zaihrayeu (2006), para explicar como a classificação formal tem a mesma estrutura que a classificação já conhecida, sua diferença são a codificação de rótulos de classificação em linguagem formal, isolando o máximo possível a semântica classificatória. São exemplos de classificação formal: taxonomias, tesouros, sistemas de classificação facetada e ontologias.

Martinez-Ávila (2017), fala sobre sistemas de classificação de bibliotecas que são baseados em disciplinas acadêmicas que não podem ordenar e acomodar materiais interdisciplinares de uma forma que potencialize a utilidade para os usuários. Seu enfoque está em como os sistemas são utilizados nas coleções e como os usuários percebem os assuntos.

Hjørland (2017) fala sobre as classificações abrangentes, das quais dependem disciplinas como um instrumento classificatório, e, portanto, acabam tendo um olhar mais epistemológico na abordagem. Hjørland nesse verbete defende a classificação fundamentada por fenômenos (coisas) que existem no mundo, sendo assim uma abordagem ontológica.

Os sistemas de classificação universais foram abordados por ØROM (2003), no seguinte texto: *Knowledge Organization in the domain of art studies: history, transition and conceptual changes*. O autor fala sobre a classificação do domínio das artes, e como os sistemas de classificação universais têm problemas básicos de contradição para classificar a arte no geral.

A classificação genética foi abordada por Nikiforova (2019), no texto *Soil classification*, com a intenção de explicar como a ciência do solo é classificada. A autora define a classificação genética como a classificação na qual os solos modernos são divididos de acordo com as condições de formação do solo (ou fatores de formação do solo), que determinam as propriedades dos solos. Ao mesmo tempo, o termo sistema de classificação genética refere-se a um sistema de classificação que reflete essas condições de formação do solo.

A classificação dos solos tem duas abordagens: a morfológica que foca as propriedades de diagnóstico do solo, e a genética que se tornou dominante (HARTEMINK, 2015). Os sistemas de classificação genética fornecem uma compreensão da concepção dos objetos de classificação, além de estimar uma previsão de mudanças futuras (HJØRLAND, 2017:108).

Diante do exposto, vemos como a classificação ordena e evidencia o processo de organização do conhecimento para seu determinado uso. Entretanto, sua prática não constitui a abrangência para que o conhecimento seja recuperado. De forma que para isto ocorrer, se faz necessário com a conjuntura da prática da indexação, que o conhecimento além de tornar-se organizado, é possível ser recuperado pelos usuários que almejam determinado assunto representado. Ao qual sobre este diálogo será direcionada a discussão do próximo capítulo.

### **4.3. Indexação**

A indexação é abordada na enciclopédia IEKO através de exemplos, não existe um verbete a explicando em si, mas o processo de indexação e seu conceito estão presentes por toda a enciclopédia.

Gnoli (2020), em seu texto *Integrative Levels Classification (ILC)*, explica que a indexação de documentos propõe-se a agrupar conteúdos semelhantes. A indexação está ligada ao processo de classificação com o objetivo de organizar a biblioteca para os usuários. O autor conclui que a maioria das classificações documentais utilizadas são disciplinares, ou seja, classificações de aspecto ou fenômeno.

Frické (2021), utiliza de Rogers (1960) para definir a indexação: “a indexação é feita por coordenadas como um sistema de catalogação de assuntos que capitaliza o conceito de conjunção lógica de ideias (a frase), e vem da lógica simbólica”.

Hjørland (2013) em *User-based and cognitive approaches to knowledge organization: a theoretical analysis of the research literature*, argumenta sobre o processo de indexação que pode ser visto à luz de dois modos de leitura, sendo um a abordagem cognitiva da indexação, onde transforma a indexação (e leitura) em uma questão cognitiva, afastando a atenção das práticas socioculturais tipificadas de produção e uso de documentos, onde autores, indexadores e leitores estão comprometidos com o modelo de indexação. Hjørland expõe que Andersen (2004) entende a indexação com um processo mental pois usa os modelos de processamento de informações humanas da psicologia cognitiva.

Hjørland (2016) entende a indexação como orientada por políticas, onde a “subjetividade dos indexadores deve ser um ideal” (HJØRLAND, 2016). A indexação orientada é direcionada a um público específico ou grupos de usuários. Para quem utiliza o catálogo, é importante que o propósito e a perspectiva sejam expressos na representação temática do livro, assim, possibilitando que os usuários encontrem livros.

Raghavan (2019) explica a contribuição de Ranganathan para a indexação como uma indexação em cadeia que consiste em um método de derivar índices alfabéticos para um catálogo classificado. Mills (1963) em sua introdução à CDU, referiu-se à indexação em cadeia como a maneira mais eficaz de indexar qualquer classificação. A indexação em cadeia é um bom exemplo do índice do catálogo de classificados, complementando a disposição dos livros classificados nas prateleiras das bibliotecas e a ordem das entradas no catálogo de classificados. O cabeçalho de assunto derivado usando a indexação em cadeia simplesmente inverte a hierarquia classificatória, resultando em cabeçalhos de assunto alfabéticos que agrupam assuntos relacionados dispersos no esquema de classificação e o arranjo classificado de entradas em um catálogo ou bibliografia (referido como “colocação de parentes distribuídos” por Jack Mills).

Hudon (2020) em seu verbete *Facet*, conta como Otto Kaiser, no fim do século XIX, criou uma linguagem de indexação sistemática baseada em três categorias (concreto, processo, país) e um conjunto de regras para combiná-las. A autora traz uma citação de Svenônio (1978) em que afirma que ele é o verdadeiro criador da indexação facetada, o primeiro a reconhecer a utilidade das facetas na construção de expressões em uma linguagem de indexação sintética. As subdivisões comuns, como as subdivisões cronológicas, geográficas e de forma, já previstas na *Classificação Decimal Universal* (CDU) e na *Classificação Decimal de Dewey* (CDD), também são consideradas facetas de um sujeito (BROUGHTON, 2013; BROUGHTON e SLAVIC 2007; CANONNE 1993; MCILWAINE 1992; SLAVIC 2011; STILES 1992).

Hjørland (2016), em *Subject (of documents)* fala sobre a inconsistência na indexação e a geração de erros. O autor cita Cooper (1969), que explica que os indexadores podem ser guiados, por exemplo, pelos mesmos princípios ou suposições ruins e, nesse caso, sua indexação será consistentemente ruim. Portanto, estudos de consistência entre indexadores podem não fornecer necessariamente uma base para melhorar a qualidade da indexação. A implicação é que só podemos determinar a qualidade da representação do sujeito do ponto de vista de uma teoria de como deve ser uma boa indexação e classificação. Hjørland (2016) ainda estende a sua investigação a indexação automática onde não é puramente orientada a documentos porque a frequência de termos em uma determinada coleção é levada em consideração. Termos que são usados em muitos documentos têm um baixo poder discriminatório e, portanto, recebem um peso menor. Portanto, o autor entende que a indexação automática é menos orientada a documentos e mais contextual em comparação, por exemplo, com o uso da regra de 20%. Ainda assim, é claro, esse princípio de indexação automática não atende às demandas de "indexação orientada a solicitações"/"indexação orientada a políticas".

Em *Knowledge Organization*, Hjørland (2016) afirma a importância da teoria do conhecimento para a indexação e recuperação da informação, pois a indexação sistemática e as revisões sistemáticas são utilizadas para recuperar dados médicos. Por implicação, indexação e recuperação têm que se adaptar aos critérios para o que conta como conhecimento neste paradigma. O mesmo é, claro, o caso em outros campos e no caso de paradigmas conflitantes. Em geral, os critérios de organização do conhecimento encontram-se nas áreas temáticas, nas suas teorias e nos seus paradigmas.

O autor também explica no verbete *Information Retrieval and Knowledge Organization: a perspective from the Philosophy of Science*, em que é necessário que cada documento seja atribuído às classes mais relevantes do SOC, o que não é uma questão trivial, mas depende tanto das qualificações específicas do indexador quanto da filosofia de indexação utilizada pelo sistema, por exemplo, a operacionalização do conceito "sujeito" (HJØRLAND, 2017). Lardera e Hjørland (2020) levantam a hipótese de que a indexação feita pela MEDLINE, uma das bases de dados bibliográficas mais importantes do mundo, pode ser baseada em princípios muito mecânicos.

A questão dos princípios mecânicos, se discute quando a análise do documento para envolver o processo de indexação é realizada de forma superficial, em que o olhar do indexador não está direcionado para a amplitude com que o documento está precisando ser representado. Em que o relacionamento entre conceitos torna-se como necessidade rica de representação crítica do documento. Sobre estas relações de conceito para conceito,

difunde-se a questão da estrutura ontológica do documento, a qual será discutida no capítulo que procede.

### 4.4. Ontologias

Mazzochi (2018) em *Knowledge Organization System (KOS)* explica que a ontologia abrange a estrutura classificatória usada por taxonomias e tesouros. Sua característica única é a apresentação de propriedades para cada classe dentro da estrutura classificatória. O autor cita Zeng (2008) para explicar como uma taxonomia completa e propriedades exaustivas, uma ontologia, funciona como um vocabulário conceitual e um modelo de trabalho que permite armazenar, pesquisar e raciocinar com base em instâncias e regras.

Como disciplina filosófica, Biagetti (2021) esclarece a ontologia como o ramo da metafísica que estuda a natureza do ser, define as categorias fundamentais e as estruturas da realidade e tenta classificar as entidades de todas as esferas do ser. A autora elucida que para os sistemas de informação, as ontologias são artefatos de engenharia, ou esquemas conceituais compartilhados que definem entidades, conceitos, objetos, relacionamentos relevantes entre eles e suas propriedades, e são cada vez mais usados para representar um campo do conhecimento ou a estrutura de sistemas usando uma linguagem explícita e legível por máquina.

Biagetti (2021) em seu texto *Ontologies as knowledge organization systems* elucida que uma ontologia é capturada pela representação das entidades que existem dentro de uma determinada porção do mundo em um determinado nível de generalidade. Inclui uma taxonomia dos tipos de entidades e relações que existem no mundo sob uma determinada perspectiva.

Hjørland (2021) entende as ontologias como tipos de SOC que são usados em relação a tecnologias de informação de *front-end*, como a *web* semântica e em linha com SOC tradicionais. O autor compara as ontologias com sistemas de classificação e tesouros, e percebe que geralmente as ontologias têm um nível alto de granularidade e estão intimamente ligadas à pesquisa científica real no domínio.

Hjørland (2021) em *Information retrieval* entende que a pesquisa em ontologia como SOC é hoje o campo no qual especialistas e filósofos estão trabalhando em conjunto com cientistas da computação e da informação. Como foi demonstrado no presente artigo, filosofias conflitantes também estão em jogo neste domínio e demonstramos a necessidade de uma abordagem relacionada à teoria dos paradigmas de Kuhn, além de teorias pragmáticas e críticas reconhecendo o papel de objetivos e interesses, e consequências no conhecimento. O autor ainda defende que as ontologias também são construídas em sua maioria usando linguagens formais, e muitos autores consideram o uso de tais linguagens formais uma condição necessária para que um KOS seja uma ontologia.

Hjørland (2021) também define o objetivo da ontologia como: um instrumento da ciência, e o ontólogo, como cientista, está interessado em termos ou rótulos ou códigos – todos vistos como entidades linguísticas – apenas na medida em que representam entidades na realidade. O objetivo da ontologia é descrever e representar adequadamente aquelas estruturas da realidade que correspondem aos termos gerais usados pelos cientistas.

O autor ainda entende o uso do termo *ontologia* em ciência da informação, pois é usado como um tipo específico de SOC com alguns requisitos específicos e como um termo

genérico para outros tipos de KOS. Seguindo a ideia da escada semântica, sugere-se aqui definir ontologias como tipos de KOS com o maior número de relações semânticas entre os conceitos. É típico das ontologias, no entanto, que elas frequentemente representam conexões entre entidades e propriedades.

Sobre os sentidos de conceitos nas relações semânticas, a reflexão que segue perfaz na crítica sobre a contribuição da análise, que recorre desde o documento até os sistemas que comportam o contexto. Acerca dos aportes teóricos levantados, cabe à conclusão que se segue o pensamento reflexivo da pesquisa.

### **5. Considerações finais**

O aprofundamento da literatura permitiu analisar como os autores abordavam a temática, obtendo, dessa maneira, base teórica para a construção do trabalho. Nesse contexto, os sistemas e processos de OC são estabelecidos pela necessidade em descrever, representar, arquivar e organizar documentos. Os POC são desenvolvidos conforme ocorrem as demandas dos SOC, sendo projetados de acordo com os modelos de conhecimento e experiência do indivíduo e do coletivo, caracterizando-se como processos, nos quais se aborda a catalogação, classificação e indexação realizada por humanos ou computadores.

Na análise dos resultados, as autoras abordaram a Organização do Conhecimento utilizando a perspectiva de diferentes autores. A OC, abordada enquanto instrumento e termo genérico, faz uso de regras e padrões (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, metadados, etc.), caracterizando, dessa forma, em ferramentas de SOC (HJØRLAND, 2016; MAZZOCHI, 2018).

O Sistema de Organização do Conhecimento abordado nos verbetes possibilitou direcioná-lo para aportes teóricos e práticos no próprio contexto da OC. A criação de SOC com base no usuário utilizando como processo a indexação, por exemplo, teve como intuito coletar informações dos usuários, como os sistemas da Google e do iPhone, da Apple, podendo ser utilizados para aperfeiçoamento do sistema (HJØRLAND, 2016). Outro exemplo foi o uso de *tags* pelo usuário, em que ele se torna indexador e passa a atribuir termos representativos a um determinado conceito (RAFFERTY, 2021).

Os verbetes que tratam de sistema de classificação mostraram que ela ordena e evidencia o processo de organização do conhecimento para seu determinado uso, mas que a sua prática não contribui para que o conhecimento seja recuperado, sendo necessário estar em conjunto com outro processo, como a indexação, para que possa ser recuperado pelo assunto. A indexação atribui termos representativos com base nos conceitos do material. Para realizar esse processo, são utilizadas as ferramentas de SOC, criando, dessa forma, uma linguagem padrão para aquele material, como tesouros, por exemplo. As ontologias, como mostrado nas análises, possuem uma estrutura classificatória usada por taxonomias e tesouros, apresentando propriedades para cada classe dentro da estrutura classificatória (MAZZOCHI, 2018).

A combinação do aprofundamento teórico e da análise dos resultados acerca dos sistemas e processos na Organização do Conhecimento possibilitou chegar ao propósito do estudo, permitindo observar como a *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* (ISKO..., 2022) tem compreendido os processos e sistemas de OC. Para diversos autores, a

Organização do Conhecimento é abordada em diferentes pensamentos e pontos de vistas: o SOC enquanto processo aborda a representação, organização, descrição dos documentos, utilizando a classificação, indexação e catalogação como procedimento; e SOC como ferramenta, usa regras e padrões como sistemas de classificação, tesouros, ontologias, etc.

O SOC tem gerado constantemente debates sobre os conceitos compostos nele, principalmente, com a evolução contínua da tecnologia, colocando esse tipo de pesquisa em um patamar que está sempre em desenvolvimento e atualização, abrindo espaço para a elaboração cada vez maior de estudos. Por isso, sugere-se a sua continuação futura.

### **Referências bibliográficas**

**BARDIN, Laurence**

2016 *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2016.

**BARITÉ, Mario**

2018 Literaty Warrant. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2018.

**BARITÉ, Mario**

2011 Sistemas de organización del conocimiento: una tipología actualizada. *Informação & Informação*. [Em linha]. 16:2 (2011) 122-139. [Consult. 25 jan. 2022]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011572/e5b2d3d4f76975d29ff6d43225512129>.

**BERGMAN, Michael K.**

2021 Hierarchy. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**BIAGETTI, Maria Teresa**

2021 Ontologies as knowledge organization systems. *Knowledge Organization*. 48:2 (2021) 152-176.

**BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana**

2010 Sistemas de Organização do Conhecimento: antigas e novas linguagens. In *Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento*. Org. J. Robredo, M. Bräscher. Brasília: IBICT, 2010, p. 14-176.

**BROUGHTON, Vanda**

2013 Faceted classification as a general theory for Knowledge Organization. *SRELS Journal of Information Management*. 50 (2013) 735-750.

**BROUGHTON, Vanda; SLAVIC, Aida**

2007 Building a faceted classification for the humanities: principles and procedures. *Journal of Documentation*. 63 (2007) 727-754.

**BUCKLAND, Michael**

2018 Document theory. *Knowledge Organization*. 45:5 (2018) 425-436.

**CAFÉ, Lígia Maria Arruda; BRÄSCHER, Marisa**

2008 Organização da informação e bibliometria. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 13:1 (2008) 54-75.

**CANONNE, André**

1993 *Vocabulaire élémentaire des classifications*. Liège: CÉFAL, 1993.

**CARLAN, Eliana**

2010 *Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação*. [Em linha]. 2010. [Consult. 8 fev. 2022]. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010\\_ElianaCarlan.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010_ElianaCarlan.pdf).  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.

**CLARKE, Stella G. Dextra**

2019 The Information retrieval thesaurus. *Knowledge Organization*. 46:6 (2019) 439-459.

**DEDRICK, Don**

2021 Colour classification in natural languages. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**DICK, Steven J.**

2019 Astronomy's three kingdom system: a comprehensive classification system of celestial objects. *Knowledge Organization*. 46:6 (2019) 460-466.

**DUNN, Heather; BOURCIER, Paul**

2020 Nomenclature for museum cataloging. *Knowledge Organization*. 47:2 (2020) 183-194.

**FRASER, Craig**

2020 Mathematics in library and review classification systems: an historical overview. *Knowledge Organization*. 47:4 (2020) 334-356.

**FRICKÉ, Martin**

2021 Boolean logic. *Knowledge Organization*. 48:2 (2022) 177-191.

**FRICKÉ, Martin**

2019 The Knowledge pyramid: the DIKW hierarchy. *Knowledge Organization*. 49:1 (2019) 33-46.

**FRICKÉ, Martin**

2016 Logical division. *Knowledge Organization*. 43:7 (2016) 539-549.

**FUJIKURA, Keiichi**

2020 Nippon Decimal Classification (NDC). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**FURNER, Jonathan**

2020 Classification of the Sciences in Greco-Roman antiquity. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**GIUNCHIGLIA, Fausto; MARCHESE, Maurizio; ZAIHRAYEU, Ilya**

2006 Encoding classifications into lightweight ontologies. In EUROPEAN SEMANTIC WEB CONFERENCE, 3<sup>rd</sup>, Budva, Montenegro, 2006 - *The Semantic Web: research and applications: proceedings...* [S. l.]: Springer, p. 80-94.

**GNOLI, Claudio**

2020 Integrative Levels Classification (ILC). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**GNOLI, Claudio**

2018 Genealogical classification. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2018.

**HAMMARFELT, Björn**

2020 Discipline. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**HARTEMINK, Alfred E.**

2015 The Use of soil classification in journal papers between 1975 and 2014. *Geoderma Regional*. 5 (2015) 127-139.

**HILDER, Philip**

2018 Origins of the knowledge organization field. *Knowledge Organization*. 34:6 (2018) 475-484.

**HILDER, Philip**

2018 The Terminological and disciplinary origins of information and knowledge organization. *Education for Information*. 34:1 (2018) 135-161.

**HJØRLAND, Birger**

2022 Table of contents (ToC). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**HJØRLAND, Birger**

2021 Data: with big data and database semantics. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**HJØRLAND, Birger**

2021 Information. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**HJØRLAND, Birger**

2021 Information retrieval and knowledge organization: a perspective from the philosophy of science. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**HJØRLAND, Birger**

2021 Science. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**HJØRLAND, Birger**

2018 Library and Information Science (LIS). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2018.

**HJØRLAND, Birger**

2017 Domain analysis. *Knowledge Organization*. 44:6 (2017) 436-464.

**HJØRLAND, Birger**

2016 Knowledge Organization. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2016.

**HJØRLAND, Birger**

2016 Organização do Conhecimento. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2016.

**HJØRLAND, Birger**

2016 Subject (of documents). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2016.

**HJØRLAND, Birger**

2013 Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization. *Information processing and management*. 49 (2013) 1.313-1.325.

**HJØRLAND, Birger**

2013 Facet analysis: the logical approach to knowledge organization. *Information Processing and Management*. 49:2 (2013) 545-557.

**HJØRLAND, Birger**

2013 User-based and cognitive approaches to knowledge organization: a theoretical analysis of the research literature. *Knowledge Organization*. 40:1 (2013) 11-27.

**HJØRLAND, Birger**

1998 The Classification of psychology: a case study in the classification of a knowledge field. *Knowledge Organization*. 25:4 (1998) 162-201.

**HJØRLAND, Birger; GNOLI, Claudio**

2021 Folk classification: preliminary editorial placeholder article. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**HJØRLAND, Birger; GNOLI, Claudio**

2020 Statistical classification. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**HODGE, G.**

2000 Knowledge Organization Systems: an overview. In *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files*. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000, p. 3-9.

**HUDON, Michèle**

2020 Facet. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**

2022 *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization (IEKO)*. [Em linha]. 2022. [Consult. 7 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/>.

**JOACHIM, Schöpel [et al.]**

2021 Data documents. *Knowledge of Organization*. 48:4 (2021) 307-328.

**JODELET, D.**

2001 Representações sociais: um domínio em expansão. In *As Representações sociais*. Ed. D. Jodelet. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 17-44.

**KORWIN, Wendy; HAAKON, Lund**

2019 Alphabetization. *Knowledge Organization*. 46:3 (2019) 209-222.

**LAPORTE, Steven**

2018 Ideal language. *Knowledge Organization*. 45:7 (2018) 586-608.

**LARDERA, Marco; HJØRLAND, Birger**

2020 Keyword. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**LEGENDRE, Ariadne**

2019 Canadian Research and Development Classification (CRDC). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2019.

**LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian**

2012 Organização e representação da informação e do conhecimento. In *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. Org. Lillian Álvares. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21-34.

**MARTINEZ-ÁVILA, Daniel**

2017 Reader-interest classifications. *Knowledge Organization*. 44:3 (2017) 234-246.

**MAZZOCHI, Fulvio**

2018 Knowledge organization system (KOS). *Knowledge Organization*. 45:1 (2018) 54-58.

**MCLLWAIN, Ia C.**

1992 Ranganathan and the University College London. In *S. R. Ranganathan and the West*. New Delhi: Sterling, 1992, p. 249-262.

**MIDTGARDEN, Torjus**

2021 Peirce's classification of the sciences. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**MINELLI, Alessandro**

2022 Species. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2022.

**NIKIFOROVA, Aleksandra A.**

2019 Soil classification. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2019.

**OH, Dong-Geun**

2021 Korean Decimal Classification (KDC): its history, development, characteristics and future prospects. *Knowledge Organization*. 48:3 (2021) 248-262.

**ØROM, Anders**

2003 Knowledge Organization in the domain of art studies: history, transition and conceptual changes. *Knowledge Organization*. 30:3-4 (2003) 128-143.

**PARROCHIA, Daniel**

2018 Mathematical theory of classification. *Knowledge Organization*. 45:2 (2018) 184-201.

**RAFFERTY, Pauline M.**

2021 Genre. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2021.

**RAGHAVAN, K. S.**

2019 Shiyali Ramamrita Ranganathan. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2019.

**RIDDI, Riccardo**

2017 Hypertext. In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2017.

**SAARTI, Jarmo**

2019 Fictional literature, classification and indexing. *Knowledge Organization*. 46:4 (2019) 320-332.

**SATIJA, Mohinder**

2017 Colon Classification (CC). *Knowledge Organization*. 44:4 (2017) 291-307.

**SKARE, Roswitha**

2020 Paratext. *Knowledge Organization*. 47:6 (2020) 511-519.

**SLAVIC, Aida**

2011 Classification revisited: a web of knowledge. In *Innovations in Information retrieval: perspectives for theory and practice*. London: Facet, 2011, p. 23-48.

**SMIRAGLIA, Richard P.**

2019 Work. *Knowledge Organization*. 46:4 (2019) 308-319.

**STILES, William G.**

1992 That's the way it is. In *S. R. Ranganathan and the West*. New Delhi: Sterling, 1992, p. 134-141.

**SZOSTAK, Rick; OHLY, Peter**

2020 The international society for knowledge organization (ISKO). In *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2020.

**TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves**

2019 Provenance as a knowledge organization principle. *Knowledge Organization*. 46:7 (2019) 558-568.

**VICKERY, B. C.**

2008 Faceted classification for the web. *Axiomathes*, 2008, v. 18, n. 2.  
Apêndice A - referências do corpus de análise

**WELLS, David**

2020 Online public access catalogues and library discovery systems. *Encyclopedia of Knowledge Organization – ISKO*, 2020.

**Amanda Mendes da Silva** | [amanda.m.silva@unesp.br](mailto:amanda.m.silva@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Jéssica Beatriz Tolares** | [jessica.tolare@unesp.br](mailto:jessica.tolare@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Alessandra Nunes de Oliveira** | [alessandranunesoliveira@gmail.com](mailto:alessandranunesoliveira@gmail.com)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Resumo:** Os contextos de trabalho, as funções e as competências dos profissionais da informação, tradicionalmente identificados como bibliotecários, arquivistas e documentalistas, estão a ser profundamente reconfigurados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Neste cenário, impõem-se novas abordagens à formação destes profissionais, nomeadamente no contexto do ensino superior. No presente texto, apresenta-se a aprendizagem baseada em projetos como um contributo para a introdução de metodologias de ensino inovadoras na área da Ciência da Informação. A partir de uma revisão da literatura sobre a aprendizagem baseada em projetos e sobre formação em Ciência da Informação, é apresentada uma experiência pedagógica concretizada num curso de licenciatura desta área. São descritas a planificação e as estratégias de implementação, com recurso a ferramentas digitais, de uma experiência de aprendizagem baseada em projetos numa unidade curricular específica, com uma análise crítica do processo e dos resultados obtidos. Evidencia-se que esta opção de ensino-aprendizagem promove uma integração harmoniosa da teoria e da prática, favorecendo a motivação dos estudantes e o desenvolvimento de competências técnicas e transversais. O trabalho contribui para a reflexão sobre metodologias didáticas em Ciência da Informação e pode servir de orientação para experiências pedagógicas futuras, nesta área.

**Palavras-chave:** Formação em Ciência da Informação; Inovação pedagógica; Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação.

**Abstract:** The work contexts, roles and competencies of information professionals, traditionally identified as librarians, archivists and documentalists, are being deeply reconfigured by Information and Communication Technologies. Therefore, new approaches to train these professionals are required, particularly in higher education. This paper presents project-based learning as a way to introduce innovative teaching methodologies in Information Science education. Based on a literature review on project-based learning and Information Science education, a pedagogical experience carried out in an Information Science undergraduate program is presented. The planning and implementation strategies, using digital tools, of a project-based learning experience in a curricular unit are described, with a critical analysis of the process and the results obtained. Results show that this teaching-learning approach promotes a harmonious integration of theory and practice, favouring student motivation and the development of technical and transversal competencies. The work contributes to the reflection on didactic methodologies in Information Science and may guide future pedagogical experiences in this area.

**Keywords:** LIS education; Pedagogical innovation; Library and Information Sciences and Technologies.

## 1. Introdução

Considerando as profundas mudanças tecnológicas relacionadas com a produção, difusão, uso e armazenamento da informação, iniciadas em meados do século XX, os profissionais da informação, tradicionalmente identificados como bibliotecários, arquivistas ou documentalistas, tiveram de adaptar-se a tempos de mudança. Evoluiu-se de um mundo onde a informação estava guardada em suportes e edifícios com limites e acesso bem

definidos, maioritariamente livros, arquivos e bibliotecas, para um ambiente onde a informação, mediada tecnologicamente, é virtual e omnipresente, permeando todos os aspetos da vida quotidiana. Como sublinharam Silva e Ribeiro (2004:1), esta revolução tecnológica associada à informação “(...) determina comportamentos, atitudes e fomenta práticas de organização e pesquisa da informação (...) que não podem ser alheias ao perfil profissional que, forçosamente, terá que substituir o tradicional bibliotecário/arquivista/documentalista”.

Abriram-se, simultaneamente, novas oportunidades de inserção profissional, em ambientes que extravasam os serviços de informação em sentido estrito, mas também surgiram outros perfis profissionais, fortemente tecnológicos, que vieram disputar os seus campos de atuação habituais. Os contextos de trabalho e as funções destes profissionais foram, e ainda estão a ser, reconfiguradas. Foram, assim, surgindo novos perfis profissionais, aos quais correspondem áreas de atuação, competências e funções diferenciadas, conjugando práticas e saberes centenários adaptados a um cenário determinado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Primeiro nos países de tradição anglo-saxónica, e depois num contexto mais alargado, surgem novas designações para as profissões da informação: gestores e curadores de informação, gestor de repositórios, arquiteto de informação, analista de dados, cibertecário, gestor de conteúdos, *patent researcher*, *information advisor*, *photoarchivist*, entre outras (BAPTISTA e MUELLER, 2004; DOROTY, 2006; GORDON, 2008; SILVA e RIBEIRO, 2004). Sem discutir o âmbito real de cada designação, nem a existência de uma especificidade concreta que as justifique a todas, importará sublinhar dois aspetos. Estas novas designações apresentam-se como estando alinhadas com as mudanças tecnológicas que alteraram os métodos tradicionais de armazenamento, organização, recuperação, uso e preservação da informação. Adicionalmente, o uso desta nova terminologia explicita a procura de novas áreas de exercício laboral e a tentativa de criar categorias diferenciadoras passíveis de aceitação social e profissional e que possam favorecer a integração no mercado de trabalho.

Estas mudanças profundas vieram exigir alterações consentâneas na educação dos profissionais da informação e as instituições de ensino superior tiveram de reconfigurar a sua oferta formativa nesta área, de modo a preparar diplomados aptos para carreiras profissionais dinâmicas e capazes de se adaptarem e responderem às necessidades de contextos muito diversos. Esta mudança teve de ser sistémica porque, como bem assinalou Robert S. Taylor, no final da década de 1970, “our schools have moved from a Ptolemaic information world with the library at the centre to a dynamic, Copernican universe with information at its centre and with libraries as one of the many planets revolving around this information core” (*apud* MARCHIONINI e MORAN, 2012: iv).

Em Portugal, esta mudança ocorreu na transição para o novo milénio com o surgimento dos primeiros cursos de licenciatura, no Instituto Politécnico do Porto e na Universidade do Porto, e com a progressiva afirmação da Ciência da Informação, em substituição das Ciências Documentais (SILVA e RIBEIRO, 2002). Assim, começou a desenhar-se e a pôr-se em prática um novo modelo formativo para os profissionais da informação, com perfis de competências adaptados aos desafios impostos por um meio ambiente formatado pelas tecnologias. Neste contexto de transformação digital, as instituições têm de oferecer planos de estudos aptos para dotar os seus diplomados de competências técnicas sólidas, mas que também promovam atitudes e estratégias de *adaptability*, *positivity*, *action-taking* e

*networking*, de modo a contrariar a rápida obsolescência dos perfis de competência (OCHÔA e PINTO, 2017).

Na verdade, desde a década de 1970, tem sido defendido um novo perfil para o profissional responsável pela gestão de todo o ciclo de vida da informação nos mais diversos contextos. Em 1974, Ely advogava já um perfil centrado na originalidade, ousadia, flexibilidade e entusiasmo por novas ideias, em oposição à conformidade, timidez e rigidez, sublinhando que “in a real sense, librarians have to become pioneers again. (...) pioneers in the technological jungle, where no one really knows what tomorrow will bring, where developments are so rapid, and changes so cataclysmic, that only the sharpest and most sensitive will survive and flourish” (ELY, 1974:16). Neste estudo promovido pelo Centre for the Study of Information and Education, da Universidade de Siracusa (Nova York, EUA), Ely alertava para a necessidade de mudar os planos de estudo, os programas das disciplinas, a estrutura e os métodos de ensino-aprendizagem de modo a abordarem as novas e diversificadas formas e técnicas de informação e atendendo à importância da formação contínua. O foco tinha de ser um perfil profissional capaz de integrar diferentes áreas de conhecimento e atuação: “librarians and information specialists should be competent in management, communication, counselling all aspects of information science, instructional program development, media production and use, research, subject knowledge, systems design, and technology” (ELY, 1974:8).

Mais recentemente, Mole, Dim e Horsfall (2017) propuseram uma reengenharia da formação na área da Ciência da Informação, tanto ao nível dos conteúdos como dos métodos de ensino, no sentido de integrar as competências tradicionais dos profissionais da informação com as inovações tecnológicas. Não esquecendo as temáticas nucleares da Ciência da Informação alinhadas com um viés tecnológico, propõem a inclusão de conteúdos relacionados com empreendedorismo, uma forte ligação com os contextos profissionais de índole empresarial, o recurso a sistemas de ensino à distância e preocupações com questões sociais. Por seu lado, Krtalic e Mandl (2019) enfatizaram que, nos planos de estudo de Ciência da Informação, é necessário enveredar por abordagens de ensino-aprendizagem que promovam papéis mais ativos para os estudantes, integrem conhecimentos tecnológicos, promovam a diversidade e que mudem o foco de objetos para a curadoria de dados.

Na Europa, a partir de meados da década de 2000, o Processo de Bolonha orientou e condicionou a criação e a estrutura dos cursos de 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ciclos de Ciência da Informação, mas parece não ter sido conseguida uma abordagem comum à formação nesta área (BORREGO, 2015). Neste processo, os métodos de ensino não receberam a atenção central que seria desejável. Isso terá potenciado algum imobilismo nos métodos pedagógicos implementados nos cursos de Ciência da Informação, onde “didactic teaching methods, reliant on memorising textbooks or the teacher’s notes, are all too common in many countries, partly because of the scarcity of LIS literature in the local language, and partly because of a combination of large student numbers, small numbers of teachers and the nature of local assessment regimes, but are unlikely to underpin the necessary cognitive development” (JOHNSON, 2013:73).

Contudo, na literatura, é possível encontrar evidências da adoção de práticas pedagógicas inovadoras tanto ao nível de relatos de experiências didáticas (AGOSTO, COPELAND e ZACH, 2013; APARAC-JELUŠIĆ e KURBANOGU, 2019; BOWLER e LARGE, 2008;

HUGGINS, 2017; KRTALIC e MANDL, 2019) como de projetos de investigação-ação (<https://einfose.ffos.hr/>; <https://decris.ffos.hr/>).

No presente texto, irá ser apresentada uma experiência pedagógica conduzida num curso de licenciatura da área de Ciência da Informação, em que foi adotada a metodologia de aprendizagem baseada em projeto, evidenciando uma experiência didática inovadora nesta área de formação. Será descrita a sua planificação e implementação, complementada com uma reflexão sobre os resultados produzidos. Este relato será enquadrado numa revisão da literatura sobre a aprendizagem baseada em projetos e sobre os planos de estudo na área da Ciência da Informação, com ênfase nos aspetos relativos à conjugação da teoria e da prática. Iremos procurar evidenciar que a combinação harmoniosa e integradora das componentes teóricas e aplicadas é um desafio e uma necessidade na conceção de planos de estudo de 1º ciclo. Mas, para obter resultados otimizados, é fundamental concretizar abordagens pedagógicas de conjuguem os conceitos, teorias e técnicas aprendidas no plano abstrato com problemas reais do contexto de exercício profissional. Por outro lado, será importante tirar partido das ferramentas digitais para melhorar a motivação e o desempenho dos estudantes, bem como a comunicação destes entre si e com o professor.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1. Aprendizagem baseada em projetos**

A aprendizagem baseada em projetos fundamenta-se num paradigma de aprendizagem construtivista destinado a envolver os estudantes na pesquisa e na resolução de problemas autênticos. É bastante semelhante à aprendizagem baseada em problemas, havendo alguma sobreposição entre ambas abordagens, pelo que as utilizaremos como equivalentes, apesar de alguns autores as distinguirem (KOKOTSAKI, MENZIES e WIGGINS, 2016; KRAUSS e BOSS, 2013).

A aprendizagem baseada em problemas teve origem em meados do século XX, em escolas de Medicina, dos EUA, e tinha como intuito dotar os estudantes, futuros médicos, de competências para resolver problemas através da integração, avaliação, interpretação e aplicação de grandes quantidades de informação, de modo a formularem as melhores respostas possíveis para os pacientes. Em vez de memorizarem manuais de Medicina, os futuros médicos aprendiam com base em cenários clínicos que reproduziam a realidade profissional quotidiana da prática médica (MARRA *et al.*, 2014). Esta transição da aquisição de conhecimento para a resolução de problemas produziu resultados positivos e este método de ensino-aprendizagem extravasou a área do ensino da Medicina e tornou-se frequente em cursos de Economia ou Engenharia, entre outros (BOROCHOVICIUS e TORTELLA, 2014; MASSON *et al.*, 2012).

A aprendizagem baseada em problemas apresenta muitas semelhanças com a aprendizagem baseada em projetos, na medida em que ambas têm início com um desafio ou uma pergunta aberta, exigem dos aprendentes a planificação e a análise crítica de uma abordagem e levam os estudantes a assumir o papel de profissionais. Na realidade, a aprendizagem baseada em problemas e a aprendizagem baseada em projetos distinguem-se essencialmente em termos de foco, duração e resultados (KRAUSS e BOSS, 2013).

Assim, enquanto a primeira está centrada no processo de aprendizagem, a segunda está orientada para a produção de um resultado final (KOKOTSAKI *et al.*, 2016).

De acordo com Krauss e Boss (2013:5) "in project-based learning, students gain important knowledge, skills, and dispositions by investigating open-ended questions to "make meaning" that they transmit in purposeful ways". As principais características da aprendizagem baseada em projetos envolvem *a)* lidar com preocupações do mundo real e alcançar um nível de compreensão elevado, *b)* personalização na medida que os estudantes escolhem o tema com o qual trabalham, *c)* fomentar o questionamento por parte dos estudantes, o que os leva a pesquisas que os confrontam com a complexidade, *d)* os estudantes aprendem juntos e uns com os outros, e a sua aprendizagem é significativa para além do meio académico, e *e)* os estudantes são pessoalmente influenciados pelo que aprendem e ficam mais suscetíveis de recordarem as suas aprendizagens (KRAUSS e BOSS, 2013).

A aprendizagem baseada em projetos envolve uma ideia/tópico central e um estudo a longo prazo com atividades de aprendizagem relacionadas. Os estudantes têm controlo sobre o que aprendem, como aprendem, e como expressam a sua aprendizagem. Há uma mudança da aquisição de conhecimentos para a resolução de problemas, a qual promove o desenvolvimento de competências. Os estudantes têm de se empenhar no pensamento crítico, aplicando o que aprenderam, a fim de construir o seu próprio significado. A aprendizagem baseada em projetos pode ter início com um cenário, uma questão em aberto, ou um desafio, e os estudantes têm de planear uma abordagem e interpretar a situação, num processo contínuo de revisão. Os estudantes trabalham em conjunto em equipas para a partilha de conhecimentos, construção de conhecimentos e resolução de problemas. Espera-se que os estudantes criem um conjunto de produtos tangíveis que respondam ao desafio proposto. Os resultados obtidos têm de ser partilhados e estarem acessíveis ao público, ilustrando representações da aprendizagem da turma. Estas são as principais linhas orientadoras da aprendizagem baseada em projetos, partilhadas por vários autores, apesar de algumas variações (BLUMENFELD *et al.*, 1991; KOKOTSAKI *et al.*, 2016; KRAUSS e BOSS, 2013).

Não sendo correto generalizar, por falta de estudos fiáveis que o sustentem, a maioria da literatura sobre aprendizagem baseada em projetos sublinha os resultados positivos desta metodologia em vários níveis de ensino, incluindo em instituições de ensino superior. Nesta matéria, Kokotsaki *et al.* (2016:268) referem que "freedom and challenge that students experience as a result of solving the problems that arise in designing and building their projects result in high levels of student engagement due to the cognitive challenge as well as the strong affective, ethical and aesthetic dimensions that form part of a well-designed project". Blumenfeld *et al.* (1991) complementam esta perspetiva sublinhando que a aprendizagem baseada em projetos aumenta a motivação dos estudantes porque os convoca para a solução de problemas verdadeiros, fomenta o trabalho em grupo e a conceção de soluções reais, que dão origem a "artefactos". Por outro lado, os projetos favorecem a compreensão profunda, já que os estudantes têm de encontrar e usar informação, conceitos e princípios, potencialmente favorecedores de competências de metacognição e de aprendizagem, quando os estudantes têm de planificar, refletir sobre os progressos e avaliar as soluções. Por seu lado, Moylan (2008) considera que uma das vantagens do uso da aprendizagem baseada em projetos reside no facto de ser capaz de dotar os estudantes das sete competências essenciais ao sucesso profissional no século XXI, nomeadamente 1. pensamento crítico e orientação para a resolução de problemas; 2.

criatividade e inovação; 3. colaboração, trabalho em equipa e liderança; 4. sensibilidade para o multiculturalismo; 5. competências infocomunicacionais; 6. competências no uso das TIC e 7. foco na carreira e autoconfiança na aprendizagem.

Contudo, tal como qualquer metodologia de ensino-aprendizagem, a aprendizagem baseada em projetos também apresenta riscos e pode fracassar em termos de resultados esperados. Para garantir o sucesso desta prática pedagógica, é determinante trabalhar a ideia central do problema colocado aos estudantes, o qual irá estruturar todo o desenvolvimento do projeto. Na perspetiva de Dolmans *et al.* (1997), um problema corretamente definido para o sucesso da aprendizagem baseada em problemas deve respeitar sete princípios: 1. simular a vida real; 2. promover realizações; 3. fomentar a integração de conhecimentos; 4. fomentar a aprendizagem autodirigida; 5. atender aos conhecimentos prévios dos estudantes; 6. suscitar interesse nos estudantes e 7. refletir os objetivos de aprendizagem. Um cuidado especial deve ser dado à elaboração do enunciado dos projetos e à identificação das atividades a realizar, tal como sublinhado por Blumenfeld *et al.* (1991). Estes autores também destacam o papel das TIC para o sucesso da aprendizagem baseada em projeto pois “technology has the potential to sustain student motivation and support student learning and doing during the various phases of projects. It can support teachers in similar ways. Technology can supplement and complement teachers’ instructional and managerial roles, relieving teachers of some of the complexities of implementing projects” (Blumenfeld *et al.*, 1991:1.974). Já Kokotsaki *et al.* (2016) realçam o papel do professor no que respeita à gestão do tempo, na orientação preliminar dos estudantes levando-os a pensar de modo estruturado sobre o projeto, na assunção de uma atitude de autogestão por parte dos aprendentes realçando as suas responsabilidades, gerindo o trabalho de grupo, promovendo o trabalho colaborativo, otimizando o aproveitamento da tecnologia para a concretização do projeto e avaliando os projetos e atribuindo classificações aos estudantes.

A aprendizagem baseada em projetos pode ser complementada com aprendizagem colaborativa, que ocorre quando estudantes e professores trabalham em conjunto para criar conhecimento. Os estudantes trabalham entre si em grupo, mas o grupo também trabalha em conjunto com o professor, num esforço para criar conhecimento. O foco é trabalhar uns com os outros para o mesmo objetivo, e não trabalhar simplesmente no mesmo projeto (DADIDSON e MAJOR, 2014). Não havendo uma estratégia única para fomentar o trabalho colaborativo, é possível verificar que algumas orientações são comuns na literatura sobre esta temática. Assim, para funcionar, o trabalho cooperativo precisa de partir de uma atividade adequada ao trabalho em grupo, o trabalho dos estudantes deve concretizar-se em pequenos grupos, as tarefas a realizar devem ser interdependentes, ainda que possam ser realizadas de modo independente, de modo a sustentar um funcionamento orgânico dos membros do grupo, os quais devem assumir um sentido de responsabilidade e agir de modo transparente, na base de uma atitude de ajuda recíproca entre os parceiros da equipe (DILLENBOURG, 2007; LAAL e LAAL, 2012).

A aprendizagem baseada em projetos tem sido um tema de interesse durante quase 50 anos e, juntamente com a aprendizagem colaborativa, pode ser uma abordagem didática interessante para trazer inovação aos cursos de Ciência da Informação, tanto ao nível do 1º ciclo como do 2º ciclo. Contudo, a eficácia da aprendizagem baseada em projetos no ensino superior tem sido principalmente explorada no ensino de engenharia e na formação de professores (KOKOTSAKI *et al.*, 2016). Assim, o objetivo da nossa abordagem de aplicação da aprendizagem baseada em projetos na área da Ciência da Informação, num contexto de

ensino superior, parece ser inovador. Com efeito, a pesquisa na Web of Science (44) e na Scopus (48), nos campos do título, assunto e palavras-chave, conjugando os termos “project-based learning” com “information science”, recuperou apenas dois trabalhos focados na implementação desta estratégia de ensino aprendizagem em cursos de graduação em Ciência da Informação (ARQUERO-AVILÉS, MARCO-CUENCA e SISO-CALVO, 2019; TERRA, MOREIRA e GOMES, 2021). Assim, ainda que o número de resultados obtidos tenha sido significativo (92 trabalhos) a quase totalidade foca-se no ensino da *Computer and Information Science* ou na aplicação desta metodologia para o ensino de competências da literacia da informação.

### **2.2. A formação dos profissionais da informação**

As características a considerar na formação inicial ou contínua dos profissionais da informação incluem os conteúdos dos planos de estudo, no contexto do ensino superior ou do ensino profissional, a sua organização, estrutura e as metodologias bem como as estratégias de ensino implementadas na sala de aula (ELY, 1974). Tanto ao nível da formação inicial como da formação contínua, a formação dos profissionais da informação precisa de atender a dois níveis de intervenção: em termos de apresentação dos conteúdos e em termos dos próprios conteúdos, ou seja, dos tópicos lecionados (KRTALIC e MANDL, 2019).

Neste trabalho, vamos concentrar a nossa análise nas formas de apresentação dos conteúdos, com foco para as metodologias e estratégias de ensino, considerando que as recomendações de Ely permanecem atuais: "moving away from traditional lecture courses and the rote memory work traditionally done by students in mastering lectures notes and textbook-centred approaches to study, the emphasis should now be placed on individualized (and small group or seminar) learning techniques, utilization of non-book learning resources wherever appropriate, introduction of case study methods, student self-pacing and self-evaluation activities, maximum exposure to actual (or simulated) field conditions through visits, extended practical, increased use of internship arrangements and other methods of giving real-life experience, and recognition learning prescriptions, assignments and related testing methods to establish a competency-based approach" (1974:6).

Os planos de estudo para formar os profissionais ou gestores de informação precisam de cobrir um conjunto lato de conhecimentos relativos à produção, recolha, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação, atendendo à definição clássica de Ciência da Informação cunhada por Boroko (1968).

Neste alinhamento, destacaríamos, uma reflexão estrutural, numa abordagem comparativa ao nível europeu, almejando um nível de harmonização favorável à internacionalização, conduzida no início do novo milénio sob a coordenação da Royal School of Library and Information Science, da Dinamarca (KAJBERG e LORRING, 2005). Num cenário ditado pela adaptação ao modelo de Bolonha, um grupo de 150 docentes de escolas de Ciência da Informação de vários países europeus, incluindo Portugal, produziu linhas orientadoras sobre a estrutura e os conteúdos da formação em Ciência da Informação no ensino superior.

Outros trabalhos têm-se dedicado à adequação de abordagens pedagógicas e métodos de ensino inovadores, bem como ao uso das tecnologias digitais, para lecionar os conteúdos

fundamentais da área da Ciência da Informação. Uma das conclusões do Projeto EINFOSE (2016-2018) sublinha que os cursos da área de Ciência da Informação precisam de um novo enquadramento pedagógico, configurado por um conjunto de atividades, um contexto social específico e por uma sequência de atividades didáticas “more student-centred approach to instruction and the new role of the teacher who was not seen only as the direct transmitter of knowledge, but rather facilitator of an active, self-directed construction of knowledge, in other words constructivism, and use of instructional approaches which are based in constructivism are recommended” (EINFOSE, 2018:57). Neste projeto, são referidas novas metodologias de ensino, como as *flipped classroom* (aulas invertidas), a gamificação, os MOOC ou o *blended-learning*. Outros autores propõem o recurso ao ensino baseado na pesquisa (*design-based research*) pela vantagem de integração entre a teoria e a prática, além da conceção de produtos que podem ter uma utilização real (BOWLER e LARGE, 2008). A aprendizagem baseada na prática (*practice-based learning*), especialmente sob a forma de estágios curriculares, é outra metodologia de ensino recomendada e relatada na área da Ciência da Informação. Esta metodologia de ensino, pode tomar a forma de projeto de intervenção, ação comunitária, trabalho de campo, entre outras designações, conforme relatado por Huggins (2017) para o contexto norte-americano.

Partindo da constatação de que a formação dos profissionais da informação tem de responder a um contexto em mudança, caracterizado por uma diversidade de fontes (ao nível dos formatos, da qualidade, das línguas, dos dispositivos, etc.), especialização de domínios cada vez mais acentuada, diversidade de públicos e influência da tecnologia na aprendizagem, Krtalic e Mandl (2019) conduziram um estudo comparado em oito países europeus (Alemanha, Áustria, Croácia, Eslovénia, Espanha, Itália, Suécia e Turquia) no sentido de identificarem novas tendências ao nível da didática da Ciência da Informação, em cursos de ensino superior. Com base na análise dos programas das disciplinas e em entrevistas a diretores de curso, concluem que há predisposição dos docentes para enveredarem por práticas de ensino inovadores, como as *flipped classroom*, a gamificação, a cultura participativa ou o *blended learning*. Contudo, estas iniciativas carecem de um enquadramento e apoio institucional mais estruturado e estão muito dependentes da vontade individual de cada docente.

### **3. Metodologia e objetivos**

De seguida, será relatada uma experiência de ensino-aprendizagem desenvolvida numa unidade curricular de uma licenciatura da área de Ciência da Informação, do Instituto Politécnico do Porto (Portugal), dando um exemplo de como a inovação pedagógica pode ser concretizada nesta área, em resposta aos desafios da formação dos profissionais de informação do futuro. Será apresentada a unidade curricular de *Projeto de Serviços e Recursos de Informação* (3º ano/2º semestre), da Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto Politécnico do Porto, nomeadamente os resultados da aprendizagem e as opções pedagógicas fundamentadas na aprendizagem baseada em projetos e no trabalho colaborativo. Serão partilhados e discutidos, de acordo com a metodologia e objetivos apresentados a seguir, três anos de experiência letiva nesta unidade curricular, com ênfase para os resultados do ano letivo 2019-2020.

Em termos de procedimento, foi realizada uma revisão bibliográfica focada na aprendizagem baseada em projetos e em estudos sobre o ensino na área da Ciência da Informação e sobre as competências nucleares dos profissionais da informação, necessárias para responder aos desafios do futuro. De seguida, são apresentados os dados recolhidos a partir da experiência na lecionação da unidade curricular de *Projeto de Serviços e Recursos de Informação*, nomeadamente as opções pedagógicas, a sua implementação e os resultados da aprendizagem. O desenvolvimento desta experiência será discutido à luz da revisão da literatura sobre aprendizagem baseada em projetos e sobre formação na área da Ciência da Informação.

Os dois principais objetivos deste trabalho envolvem uma análise crítica da experiência letiva na unidade curricular de *Projeto de Serviços e Recursos de Informação*, à luz da aprendizagem baseada em projetos, e uma reflexão sobre a integração de novos métodos de ensino-aprendizagem para a operacionalização dos planos de estudos em Ciência da Informação, considerando a relevância de atender, num grau adequado, às necessidades e preferências de aprendizagem dos estudantes.

#### **4. Dados recolhidos: relato de uma experiência pedagógica na unidade curricular de Projeto de Serviços e Recursos de Informação**

A unidade curricular de *Projeto de Serviços e Recursos de Informação* faz parte integrante do plano de estudos do 2º semestre, do 3º ano letivo, da Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação. O plano de estudos em vigor durante a experiência letiva aqui relatada foi aprovado em 2017 (Instituto Politécnico do Porto, 2017), após várias alterações desde 2001, quando se iniciou o primeiro plano de estudos da licenciatura.

Esta unidade curricular conta com 7 ECTS e 120 horas de contacto, definidas como horas de trabalho teórico-prático, e 69 horas para trabalho autónomo dos estudantes. Cada semestre inclui 16 semanas de ensino, havendo 7h30 de contacto em sala de aula por semana. O trabalho tem de ser realizado principalmente em sala de aula com o acompanhamento do professor, sendo, por isso, obrigatória a presença em 2/3 das aulas lecionadas. Normalmente, as aulas são concentradas em dois dias (4 horas + 3h30 horas) para que os alunos possam focar-se de modo continuado na realização do projeto e estimular a necessidade de se envolverem em tarefas duradouras, tal como ocorre num contexto profissional.

Na primeira aula, o professor explica o modo de funcionamento da unidade curricular e é apresentada a lista de projetos disponíveis para os alunos escolherem. Os estudantes têm de organizar equipas de trabalho com dois elementos em cada uma, pois apenas havendo um número ímpar de estudantes era permitida uma equipa de trabalho de três. Esta quantidade de elementos por grupo de trabalho foi ponderada em função do grau de esforço adequado para cumprir os objetivos definidos para cada trabalho. No caso de um grupo ter três elementos, o enunciado o trabalho era pontualmente reformulado para se adaptar à dimensão do grupo. De seguida, cada grupo de trabalho tinha de escolher o projeto a desenvolver ao longo do semestre, a partir das propostas do professor. Também era dada a possibilidade aos estudantes de proporem ao professor uma temática específica que fosse

do seu interesse, para que fosse estruturada como um projeto. Contudo, esta opção nunca foi efetivamente aproveitada pelos estudantes.

O enunciado de cada projeto apresentava informação estruturada quanto às tarefas base a desenvolver, os resultados que tinham de ser produzidos, a calendarização das apresentações intercalares e da entrega final, bem como um conjunto básico de referências bibliográficas para introduzir e aprofundar o tema proposto.

As temáticas dos projetos propostas aos estudantes destinavam-se a pôr em prática os conhecimentos, competências e aptidões adquiridas ao longo dos cinco semestres anteriores do curso, considerando também as preferências pessoais que alguns deles pudessem ter. Neste intuito, as áreas de intervenção dos projetos caracterizavam-se pela sua diversidade, desde que enquadrável dentro da área científica e profissional da Ciência da Informação. Cada grupo de trabalho era encorajado a escolher o tema mais alinhado com os interesses dos membros do grupo. No caso de vários grupos pretenderem escolher o mesmo projeto, o docente procurava fomentar o diálogo para que chegassem a um acordo. Em casos pontuais, foi necessário recorrer a sorteio aleatório para atribuir um projeto da preferência de vários grupos. A Tabela 1 apresenta os tópicos dos projetos que foram implementados no ano letivo de 2019-2020.

**Tabela 1 – Título e link dos blogues de cada projeto do ano letivo de 2019-2020**

Criação de revista científica eletrónica em Ciência da Informação <a href="http://revistacientificaeletronica.data.blog/">http://revistacientificaeletronica.data.blog/</a>
Repositórios digitais confiáveis para preservação de documentos <a href="https://repositoriosdigitaisconfiaveis1920.car.blog/">https://repositoriosdigitaisconfiaveis1920.car.blog/</a>
Gestão das fotografias de um Gabinete de Comunicação e Imagem <a href="https://fotografiacomimagem.blogspot.com/">https://fotografiacomimagem.blogspot.com/</a>
Software de geração automática de resumos <a href="https://softgerautomatomatica.blogspot.com/">https://softgerautomatomatica.blogspot.com/</a>
A presença dos docentes e investigadores do Instituto Politécnico do Porto nas redes <a href="https://redessociaiscientificas.blogspot.com/">https://redessociaiscientificas.blogspot.com/</a>
Jogos didáticos para desenvolvimento de competências de literacia de informação <a href="https://jogosdidaticos2020.blogspot.com/">https://jogosdidaticos2020.blogspot.com/</a>
Implementação de uma ferramenta de gestão de conferências <a href="https://gestodeconferencias.wordpress.com/">https://gestodeconferencias.wordpress.com/</a>
Gestão de referências bibliográficas

<a href="https://gestaoderefsbibliograficas.wordpress.com/">https://gestaoderefsbibliograficas.wordpress.com/</a>
---

Política institucional de gestão do email
---

<a href="https://politicainstitucionaldegestaodoemail.politics.blog/">https://politicainstitucionaldegestaodoemail.politics.blog/</a>
---

Gestão de dados científicos
-----------------------------

<a href="https://psriprojetoj2020.travel.blog/">https://psriprojetoj2020.travel.blog/</a>
---

Deteção e combate ao plágio em contexto académico
---

<a href="https://projectk.tech.blog/">https://projectk.tech.blog/</a>
---

Gestão da informação pessoal
------------------------------

<a href="https://gestaodeinformacaopessoal.blogspot.com/">https://gestaodeinformacaopessoal.blogspot.com/</a>
---

Ferramentas para criação e aplicação de inquéritos online
---

<a href="https://ferramentasparainqueritos.design.blog/">https://ferramentasparainqueritos.design.blog/</a>
---

**Fonte:** elaboração própria (2021)

Depois de seleccionar o seu projeto, cada grupo tinha três tarefas obrigatórias e comuns a todos os projetos. A primeira incluía a criação de um blogue para apresentar o seu projeto, para ir descrevendo as atividades realizadas em cada aula e para divulgar os materiais criados durante o projeto e os seus resultados. Em todas as aulas, conforme indicado no enunciado dos projetos, cada grupo tinha de escrever um *post* com um mínimo de 100 palavras, relatando as atividades realizadas nesse dia e uma reflexão sobre esse processo. O *link* para o blogue de cada projeto pode ser consultado na Tabela 1. A segunda tarefa envolvia a planificação das tarefas a realizar ao longo do semestre para concretizar o projeto, de acordo com os resultados exigidos no enunciado. Para o efeito, os estudantes podiam usar o MS Project ou criar uma planificação em Excel. Já a terceira tarefa implicava uma revisão da literatura sobre a temática do projeto, de modo a familiarizarem-se com o assunto e para conhecerem outros trabalhos relevantes no âmbito do seu projeto.

Além das tarefas inerentes ao desenvolvimento do projeto, todos os grupos tinham de fazer três apresentações intercalares, em aulas com a participação de toda a turma e do professor. Deste modo, os grupos iam acompanhando o trabalho uns dos outros, recolhendo ideias e comentários dos colegas, seguindo uma estratégia de partilha de experiências e conhecimentos. Nestas apresentações, o professor fazia comentários no sentido de orientar o trabalho futuro. Por outro lado, esta era também uma oportunidade de os estudantes treinarem competências de apresentação em público. Portanto, estas apresentações destinam-se a estimular a reflexão e o debate coletivo em torno dos projetos, além de promoverem um controlo passo a passo mais eficaz dos trabalhos realizados. Além das apresentações intercalares, cada grupo tinha de participar na sessão pública, aberta a toda a comunidade escolar, para apresentação dos resultados finais do seu projeto. Esta sessão pública, dedicada às apresentações finais, era organizada por todos os estudantes, a quem cabia a gestão da sua logística e a sua divulgação. Os resultados finais a entregar variavam de acordo com a temática de cada projeto, mas, independentemente disto, todos os grupos

tinham de entregar um cartaz e um artigo científico do projeto, de modo a favorecer a iniciação científica dos estudantes e a encorajar a análise e reflexão crítica sobre o trabalho realizado.

Durante as aulas, duas vezes por semana, os estudantes trabalhavam nos seus projetos e discutiam as suas opções, ideias e tarefas com o docente. O blogue funciona aqui como um mote e uma ferramenta para o acompanhamento de cada grupo de trabalho por parte do professor. De facto, em todas as aulas o professor revê e discute com os alunos de cada grupo o *post* relativo à aula anterior, onde os estudantes descrevem o trabalho que realizaram. Há assim, um acompanhamento individualizado e permanente das tarefas em curso, evitando que os estudantes enveredem por opções inadequadas. O blogue permite ainda aos estudantes terem um histórico da evolução do seu trabalho, favorecendo uma análise crítica baseada em factos.

O recurso ao Moodle também se apresentou como uma estratégia que facilitou a comunicação com os estudantes, permitiu a entrega de trabalhos e a disponibilização de recursos. De notar que, no ano letivo 2019-2020, devido à pandemia de COVID-19, em meados de março de 2020, as aulas começaram a decorrer *online*, tendo sido utilizado o Zoom como ferramenta de videoconferência para as aulas. Podemos sublinhar que o acompanhamento dos grupos não foi prejudicado por esta circunstância e que as aulas decorreram conforme o calendarizado, tendo sido criadas salas de trabalho paralelas no Zoom, de modo a que os grupos pudessem trabalhar apesar da distância física, com a supervisão do professor, nos momentos de aula.

### **5. Discussão dos resultados: análise da experiência pedagógica de Projeto de Serviços e Recursos de Informação à luz da aprendizagem baseada em projetos**

A prática pedagógica usada na unidade curricular de *Projeto de Serviços e Recursos de Informação* está alinhada com a aprendizagem baseada em projetos, uma vez que se enquadra num ambiente de ensino caracterizado por Marra *et al.* (2014) da seguinte forma:

**a) Aprendizagem focada em problemas:** os conteúdos e as competências a aprender são organizados em torno de problemas reais e autênticos, que neste caso correspondem às áreas de intervenção/temáticas de cada projeto proposto para escolha dos estudantes. As temáticas propostas enquadram-se em áreas muito diversas de atuação dos profissionais da informação, desde a gestão da informação organizacional (por exemplo, política de gestão do email institucional), à organização do conhecimento (por exemplo, *software* de geração automática de resumos), à comunicação científica (por exemplo, criação de revista científica eletrónica em Ciência da Informação) ou à conceção de novos serviços (por exemplo, gestão de dados científicos), entre outras. Todos os projetos conjugam a aplicação de conhecimentos e técnicas específicas da área da Ciência da Informação, lecionadas em diversas unidades curriculares do curso nos cinco semestres anteriores, com o uso de ferramentas tecnológicas.

**b) Aprendizagem centrada no estudante:** um conjunto de processos cognitivos e afetivos são utilizados para investigar e resolver o problema. Os estudantes trabalhando em grupo precisam de fazer pesquisa sobre a temática do seu projeto, planificar as atividades,

criar produtos ou soluções para os problemas, além de gerirem a interação entre os membros da equipa de trabalho, com o docente e com a turma, no geral.

**c) *Autorresponsabilidade:*** os estudantes são obrigados a assumir as suas responsabilidades desde o início, uma vez que têm de fazer uma planificação calendarizada de todas as etapas de concretização do projeto e cabe-lhes organizarem as suas tarefas e o seu tempo de modo a chegar ao resultado final esperado. Os estudantes assumem um papel de decisão nas opções que têm de tomar.

**d) *Autorreflexão:*** os alunos são encorajados a monitorizar a sua compreensão e aprendizagem de modo a ajustar as suas estratégias, graças ao diálogo com o professor em todas as aulas, com o mote da leitura e análise do *post* no blogue, e com as apresentações intercalares do projeto. Os estudantes desenvolvem uma abordagem de metacognição sobre o trabalho que vão realizando, refletindo de modo crítico sobre o seu processo de aprendizagem e tendo uma imagem da clara de como ele se desenrola, com avanços e recuos.

**e) *Trabalho colaborativo:*** o intercâmbio é estimulado entre os dois estudantes de cada grupo de trabalho, com outros grupos de trabalho, com o professor e com outros indivíduos, nomeadamente através do blogue do projeto. Aqui, o recurso a um leque diversificado de ferramentas tecnológicas vai favorecer a interação entre os membros de cada grupo de trabalho e o docente, diminuindo significativamente os condicionalismos espaço-temporais.

**f) *O docente é um facilitador:*** o professor atua como um facilitador cujo papel fundamental é modelar e orientar processos de raciocínio, pesquisa e integração de informação além de facilitar a dinâmica de grupo. O professor formula perguntas para avaliar a correção, relevância e profundidade das atividades desenvolvidas para concretizar o projeto, ajudando os estudantes a ponderar diferentes escolhas.

Adicionalmente, pode sublinhar-se que um envolvimento mais ativo dos alunos, diferentes perceções do papel do professor e a ponte entre a teoria e a prática são os três principais resultados desta experiência didática na área da Ciência da Informação.

No que respeita ao seu envolvimento mais ativo, verifica-se que os estudantes concebem o seu próprio percurso de aprendizagem desde o início porque escolhem o tema do projeto que irão desenvolver. No processo de seleção do tema do projeto, a turma, normalmente, chega a um acordo para a sua atribuição a cada grupo de trabalho, através da discussão de modo a atingir um consenso. Dentro de cada grupo de trabalho, os estudantes também têm de chegar entre si a um acordo sobre a escolha do projeto. O trabalho colaborativo também é concretizado através da coordenação permanente no desenvolvimento do projeto entre os dois parceiros de cada grupo de trabalho. Os estudantes programam as atividades a realizar no âmbito do projeto, de acordo com o calendário letivo, planificando a trajetória de trabalho. Os estudantes fazem também uma pesquisa ativa da bibliografia para revisão de literatura, a partir de uma lista inicial de referências que lhes é fornecida como ponto de partida. Em cada aula, os estudantes fazem um registo autónomo, no blogue do projeto, com uma descrição crítica das atividades que realizaram, criando uma memória das atividades desenvolvidas, o que os ajuda a ter uma perspetiva mais distanciada, essencial para uma reflexão crítica. Os estudantes assumem também um papel ativo na divulgação do seu projeto, não só através da utilização do blogue, onde devem colocar todo o material

produzido no âmbito do projeto, mas também através da organização de uma sessão final com uma apresentação formal de todos os trabalhos aberta a toda a comunidade.

A percepção do papel do professor por parte dos estudantes sofre igualmente mudanças significativas porque o professor é visto como alguém que orienta, questiona e ajuda a resolver problemas, não dando soluções, mas ajudando a encontrá-las. Em todas as aulas, o professor discute com cada grupo o trabalho realizado na aula anterior, com base na leitura do *post* no blogue, dando sugestões de melhorias ou apenas reforçando os aspetos positivos. Ao ler os *posts* de cada turma, um aspeto relevante é também a revisão ortográfica e a correção sintática feita pelo professor. Este aspeto pode parecer menos relevante, considerando tratar-se de estudantes de licenciatura, mas é fundamental para melhorar a qualidade da escrita dos alunos, que revelam progressos significativos entre o primeiro e o último *post*, no que diz respeito à redação dos textos. A utilização do blogue, através da análise dos *posts* num diálogo entre alunos e docente, proporciona um ambiente que estimula o questionamento e a escolha de respostas criativas e inovadoras, além de orientar o percurso do grupo de trabalho. Assim, é uma excelente abordagem para implementar a aprendizagem baseada em projetos com um acompanhamento contínuo do trabalho independente dos alunos por parte do professor. Esta monitorização contínua do professor é também a garantia de rigor em todas as etapas da implementação do projeto, e o rigor é uma exigência para o sucesso da aprendizagem baseada em projetos (KRAUSS e BOSS, 2013). Neste sentido, poderemos afirmar que na prática pedagógica que aqui relatamos os estudantes passaram a ver o professor como um guia que está ao seu lado, em vez de um “sábio” que transmite o seu conhecimento. Como refere Moylan (2008:288) o professor passa de “sage on the stage” a “guide on the side”, evoluindo-se para um ensino focado no processo de ensinar, o que implica ultrapassar a mera exposição de conteúdos.

Esta abordagem didática também promove a integração entre teoria e prática porque todos os projetos envolvem a entrega de resultados que podem ser efetivamente utilizados (manuais do utilizador, recomendações de implementação, criação de tutoriais, organização de um serviço, etc.) e todos partem de uma revisão bibliográfica relevante para o âmbito do projeto. Os estudantes compreendem que, para planear as atividades do projeto e depois pô-las em prática, precisam de dominar os conceitos, teorias e metodologias ou conhecer relatos de experiência. Compreendem que não podem conceber sem pensar primeiro. Por outro lado, compreendem que a revisão bibliográfica inicial os ajuda a criar um mapa para o seu caminho futuro, mas que não se trata de uma fase fechada pois até ao final do projeto podem ir sempre reformulando a sua revisão da literatura. Compreendem que ao longo de todo o projeto, encontrarão novos textos que os ajudarão a resolver problemas ou a ter novas ideias. Nesta medida, assimilam que a teoria reforça a sua resiliência face aos problemas práticos que têm de resolver durante o projeto. Além disso, compreendem que a conjugação da teoria e da prática é uma condição para o sucesso dos projetos. Os estudantes são estimulados para agirem como profissionais e têm de assumir vários papéis e cumprir diferentes atividades: têm de ler e escrever, pesquisar, trabalhar em equipa, utilizar diferentes ferramentas tecnológicas, conceber meios de difusão do seu trabalho e falar em público, numa situação de aprendizagem que simula, em certa medida, um contexto profissional.

A experiência letiva aqui descrita também se inspira no modelo da aprendizagem baseada em problemas apontado por Barrows (1996), uma vez que a aprendizagem é centrada no estudante, a aprendizagem ocorre em pequenos grupos de estudantes, o professor é um facilitador ou um guia, os problemas formam o foco e o estímulo para a aprendizagem. De

facto, os problemas são um estímulo para desenvolver competências profissionais orientadas para a resolução de situações reais e o conhecimento é adquirido através da aprendizagem autodirigida. Neste sentido, também se pode considerar que é uma abordagem alinhada com a proposta da Secção de Educação e Formação da IFLA (IFLA EDUCATION..., 2012), a qual recomenda que os planos de estudos nesta área devem promover oportunidades para que estudantes adquiram e demonstrem competências profissionais através do envolvimento em projetos passíveis de uma implementação real e capazes de produzirem resultados úteis. Por outro lado, está também alinhada com os resultados de aprendizagem recomendados pelo projeto EINFOSE (2016:218), uma vez que apoia diretamente competências genéricas (por exemplo, planeamento ou gestão), competências específicas/profissionais considerando o âmbito de cada projeto, competências pessoais (como comunicação, colaboração, criatividade ou resolução de problemas) e valores como competência ou responsabilidade.

Outro contributo positivo da abordagem baseada em projetos nesta unidade curricular é satisfazer alguns dos requisitos das "competências futuras", entendidas como "the ability to act successful on a complex problem in a future unknown context of action, it refers to individuals' disposition to act in a self-organized way, visible to the outsider as performance" (EHLERS e KELLERMANN, 2019:13). Este modelo de competências futuras divide as competências em três dimensões inter-relacionadas: dimensão subjetiva, dimensão do objeto e dimensão social. A dimensão subjetiva refere-se às aptidões pessoais para aprender, adaptar-se e progredir, no sentido de melhorar as condições de produtividade, capacidade de integração no mercado de trabalho do futuro e integração e envolvimento numa sociedade capaz de responder aos desafios. A dimensão do objeto está relacionada com a capacidade de agir de modo autoestruturado relativamente a um objetivo, tarefa ou na resolução de um problema, são competências instrumentais. A dimensão social implica a capacidade de agir de modo autoestruturado relativamente ao contexto social, à sociedade e ao ambiente organizacional. Estas três dimensões incluem dezasseis perfis de aptidões: A. Competências relacionadas com dimensão subjetiva: (1) Autonomia, (2) Autoiniciativa, (3) Autogestão, (4) Necessidade/motivação para a concretização, (5) Flexibilidade pessoal, (6) Competência de aprendizagem autónoma, (7) Autoeficácia; B. Competências relacionadas com a dimensão do objeto: (8) Adaptabilidade, (9) Criatividade, (10) Tolerância à ambiguidade, (11) Literacia digital, (12) Capacidade de reflexão; C. Aptidões relacionadas com a dimensão social: (13) Capacidade de reflexão, (14) Mentalidade futurista, (15) Competências de cooperação e (16) Competências de comunicação (EHLERS e KELLERMANN, 2019). Todas as competências parecem encontrar um cenário fértil para a sua concretização na aprendizagem baseada em projetos, ficando apenas algumas dúvidas quanto à mentalidade futurista, por não ser muito clara da sua definição.

Assim, a prática didática da unidade curricular de *Projeto de Serviços e Recursos de Informação*, aplicando uma abordagem de aprendizagem baseada em projetos, parece ajudar os alunos a desenvolver competências profissionais e pessoais específicas para enfrentar com sucesso futuros contextos reais de trabalho. Esta opinião é reforçada porque a experiência recolhida parece evidenciar que, tal como notou Moylan (2008), nesta aprendizagem baseada em projetos, os estudantes desenvolvem aprendizagens nos seis níveis da Taxonomia de Bloom, incluindo a) conhecimento, b) compreensão, c) aplicação, d) análise, e) síntese e f) avaliação, integrando de modo complexo os conhecimentos e competências específicos da área da Ciência da Informação. Adicionalmente, também

treinam competências transversais, no plano das *soft skills*, vertente que precisa de ser reforçada nos planos de estudo da área da Ciência da Informação, na opinião tanto dos estudantes como dos empregadores (SAUNDERS e BAJJALY, 2022).

Para terminar, neste tópico de análise da experiência pedagógica relatada, importa também sublinhar algumas dificuldades e limitações, sentidas neste percurso. Esta metodologia é mais adequada aos estudantes nas últimas etapas do plano de estudos da licenciatura, na medida em que já possuem conhecimentos teóricos e técnicos específicos da área da Ciência da Informação que os habilitam a desenvolver as temáticas dos projetos propostos. Os estudantes não vão tanto aprender novos conhecimentos da área da Ciência da Informação, ainda que isso também ocorra. De facto, vão antes integrar conhecimentos diversos para um único fim e vão aplicar teorias, conceitos e métodos que conhecem essencialmente do ponto de vista teórico. Outro aspeto a ter em conta diz respeito ao facto de esta abordagem requerer uma grande carga de trabalho por parte do professor, não só na preparação do enunciado dos projetos, mas também no seu acompanhamento durante as aulas, incluindo aspetos científicos e de orientação da dinâmica de trabalho do grupo, além de exigir disponibilidade para responder com rapidez às solicitações dos estudantes. Nesta medida, considera-se que a implementação desta abordagem pedagógica não é adequada em aulas com mais de 20/25 estudantes, pelas dificuldades inerentes ao acompanhamento de um número tão elevado de estudantes, em termos de tempo e de coordenação do trabalho dos grupos.

### **Conclusões**

Neste trabalho, procurámos contribuir para a reflexão sobre a formação superior na área da Ciência da Informação, no que respeita especificamente às metodologias de ensino aprendizagem, no sentido de implementar práticas pedagógicas alinhadas com a aquisição de conhecimentos e de competências capazes de responder às exigências presentes e futuras do mercado de trabalho dos profissionais da informação. Através de um relato de experiência sobre a implementação de uma abordagem focada na aprendizagem baseada em projetos e da análise crítica da sua concretização bem como dos resultados alcançados, demonstraram-se as vantagens deste tipo de prática pedagógica. Naturalmente, reflexões adicionais e experiências diversas permitirão melhorar esta metodologia de ensino-aprendizagem aplicada à formação em Ciência da Informação.

### **Referências bibliográficas**

**AGOSTO, D.; COPELAND, A.; ZACH, L.**

2013 Testing the benefits of blended education: using social technology to foster collaboration and knowledge sharing in face-to-face LIS courses. *Journal of Education for Library and Information Science*. 54:2 (2013) 94-107.

**APARAC-JELUŠIĆ, T.; KURBANOGLU, S.**

2019 Innovative approaches to teaching and learning in Library and Information Science. [Em linha]. *Education for Information*. 35:2 (2019) 53-63. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/EFI-199003>.

**ARQUERO-AVILÉS, R.; MARCO-CUENCA, G.; SISO-CALVO, B.**

2019 From the classroom to the library: the experience of entrepreneurship and teaching innovation in the area of Library and Information Science in Spain. In *Supporting Entrepreneurship and Innovation*. Ed. by Janet A. Crum, Samantha Schmehl Hines. [Em linha]. Bingley: Emerald Publishing, 2019, p. 183-201. (Advances in Library Administration and Organization; 40). Disponível em: <https://doi.org/10.1108/S0732-067120190000040002>.

**BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M., ed.**

2004 *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004.

**BARROWS, H. S.**

1996 Problem-based learning in Medicine and beyond: a brief overview. *New Directions for Teaching and Learning*. 68 (1996) 3-12.

**BLUMENFELD, P. C. [et al.]**

1991 Motivating project-based learning: sustaining the doing, supporting the learning. *Educational Psychologist*. 26:3/4 (1991) 369-398.

**BORKO, H.**

1968 *Information Science: what is it? American Documentation*. 19:1 (jan. 1968) 3-5.

**BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B.**

2014 Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. [Em linha]. 22:83 (2014) 263-293. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000200002>.

**BORREGO, Á.**

2015 Library and information education in Europe: an overview. *BiD*. [Em linha]. 35:35 (2015). Disponível em: <https://doi.org/10.1344/bid2015.35.8>.

**BOWLER, L.; LARGE, A.**

2008 Design-based research for LIS. *Library and Information Science Research*. [Em linha]. 30:1 (2008) 39-46. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2007.06.007>.

**DAVIDSON, N.; MAJOR, C. H.**

2014 Boundary crossings: cooperative learning, collaborative learning and problem-based learning. *Journal on Excellence in College Teaching*. 25:3/4 (2014) 7-55.

**DILLENBOURG, P.**

2007 What do you mean by collaborative learning? In *Collaborative learning: cognitive and computational approaches*. Oxford: Elsevier, 2007, p. 1-19.

**DOLMANS, D. H. J. M. [et al.]**

1997 Seven principles of effective case design for a problem-based curriculum. *Medical Teacher*. 19:3 (1997) 185-189.

**DOROTY, G. K.**

2006 *Rethinking information work: a career guide for librarians and other information professionals*. Westport: Libraries Unlimited, 2006.

**EHLERS, U.-D.; KELLERMANN, S. A.**

2019 *Future skills: the future of learning and higher education: results of the International Future Skills Delphi Survey*. Karlsruhe, 2019.

**EINFOSE**

2018 *Intellectual output 04: didactic framework*. [Em linha]. 2018. Disponível em: <https://einfose.ffos.hr/intellectual-outputs/04>.

**EINFOSE**

2016-2018 *European Information Science Education: encouraging mobility and learning outcomes harmonization (EINFOSE)*. [Em linha]. 2018. Disponível em: <http://einfose.ffos.hr/>.

**ELY, D. P.**

1974 Future training for service: a report for the Library and Information Science Profession. In *25th Southwestern Library Association Biennial Conference*. 1974.

**KAJBERG, L.; LORRING, L., ed.**

2005 *European curriculum reflections on Library and Information Science education*. Copenhagen: The Royal School of Library and Information Science, 2005.

**GORDON, R. S.**

2008 *What's the alternative? : Career options for librarians and info pros*. Medford: Information Today, 2008.

**HUGGINS, S.**

2017 Practice-based learning in LIS education: an overview of current trends. *Library Trends*. [Em linha]. 66:1 (2017) 13-22. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2017.0025>.

**IFLA EDUCATION AND TRAINING SECTION**

2012 *Guidelines for professional library/information educational programs*. [Em linha]. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/yd.20075>.

**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

2017 Despacho n.º 10.153/2017. *Diário da República*. 2ª série. 225 (2017) 26.417-26.419.

**JOHNSON, I. M.**

2013 The Impact on education for librarianship and information studies of the Bologna process and related European Commission programmes and some outstanding issues in Europe and beyond. *Education for Information*. [Em linha]. 30:1/2 (2013) 63-92. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/EFI-130933>.

**KOKOTSAKI, D.; MENZIES, V.; WIGGINS, A.**

2016 Project-based learning: a review of the literature. *Improving Schools*. [Em linha]. 19:3 (2016) 267-277. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1365480216659733>.

**KRAUSS, J.; BOSS, S.**

2013 *Thinking through project-based learning: guiding deeper inquiry*. Thousand Oaks: Corwin, 2013.

**KRTALIC, M.; MANDL, T.**

2019 Didactic trends in LIS education and their reflection in curricula design. *Education for Information*. [Em linha]. 35:2 (2019) 65-86. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/EFI-190268>.

**LAAL, M.; LAAL, M.**

2012 Collaborative learning: what is it? *Procedia: Social and Behavioral Sciences*. [Em linha]. 31 (2011) 491-495. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.12.092>

**MARCHIONINI, G.; MORAN, B. B.**

2012 *Information professionals 2050: educational possibilities and pathways*. Chapel Hill: University of North Carolina, 2012.

**MARRA, R. [et al.]**

2014 Why problem-based learning works: theoretical foundations. *Journal on Excellence in College Teaching*. 25:3/4 (2014) 221-238.

**MASSON, T. J. [et al.]**

2012 Metodologia de ensino: aprendizagem baseada em Projetos (PBL). In *COBENGE: XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia*. Belém, 2012, p. 1-10.

**MOLE, A. J. C.; DIM, C. L.; HORSFALL, M. N.**

2017 Re-engineering LIS education to meet industrial needs for knowledge societies. *Journal of Librarianship and Information Science*. [Em linha]. 49:3 (2017) 313-319. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000616637907>.

**MOYLAN, W. A.**

2008 Learning by project : developing essential 21<sup>st</sup> century skills using student team projects. *International Journal of Learning*. 15:9 (2008) 287-292.

**OCHÔA, P.; PINTO, L. G.**

2017 Strategies, competencies and transitions roles in a digital transformational labour market. In *IFLA WLIC 2017: libraries, solidarity, society*. Wrocław: IFLA, 2017, p. 1--10.

**SAUNDERS, L.; BAJJALY, S.**

2022 The Importance of soft skills to LIS education. *Journal of Education for Library and Information Science*. [Em linha]. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/jelis-2020-0053>.

**SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.**

2004 Formação, perfil e competências do profissional da informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8<sup>o</sup>, Estoril, 2004 - *Nas Encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: actas*. Estoril: APBAD, 2004.

**SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.**

2002 *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.

**TERRA, A. L.; MOREIRA, D.; GOMES, F.**

2021 Detecção e combate ao plágio em contexto académico: descrição de um projeto desenvolvido no âmbito de um curso de graduação em Ciência da Informação. *RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:3 (2021) 742-763. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.26512/rici.v14.n3.2021.36185>.

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17a5>

**Resumo:** Apresenta avaliação dos portais de transparência das capitais brasileiras e do Distrito Federal, com relação às características que permitem a realização da *accountability* e a contratações emergenciais em resposta à pandemia da COVID-19, adotando a metodologia de coleta de dados da Transparência Internacional Brasil. A pesquisa baseou-se no método indiciário, que prioriza as evidências ou indícios e tem caráter exploratório e qualitativo, com estratégia documental. Os resultados revelam que a maioria das capitais brasileiras e o Distrito Federal atendem às características que permitem a realização da *accountability*. Pode-se dizer que os portais das capitais brasileiras e do Distrito Federal são transparentes, com exceção do portal de transparência dos municípios de Cuiabá e Maceió. No contexto da COVID-19, os portais de transparência se mostram capazes de oferecer transparência e *accountability* para que os cidadãos possam ter conhecimento dos recursos públicos alocados nas ações de combate à pandemia.

**Palavras-chave:** *Accountability* pública; COVID-19; Políticas públicas de informação - Brasil; Portais de transparência pública.

**Abstract:** It presents an evaluation of the transparency portals of Brazilian capitals and the Federal District, regarding the characteristics that allow accountability, in relation to emergency hiring in response to the COVID-19 pandemic, adopting the data collection methodology of Transparency International Brazil. The research was based on the evidentiary method, which prioritizes evidence or traces and has an exploratory and qualitative character, with a documentary strategy. The results reveal that most Brazilian capitals and the Federal District meet the characteristics that allow accountability. It can be said that the portals of Brazilian capitals and the Federal District are transparent, with the exception of the transparency portal of the municipalities of Cuiabá and Maceió. In the context of COVID-19, transparency portals are capable of offering transparency and accountability so that citizens can be aware of the public resources allocated to actions to combat the pandemic

**Keywords:** Public accountability; COVID-19; Public information policies - Brazil; Public transparency portals.

## 1. Introdução

No contexto da pandemia provocada pela COVID-19, e em razão do montante de recursos públicos destinados à sua prevenção e aos cuidados médico-hospitalares necessários e devidos à população, constatamos a seguinte lacuna a ser explorada: não há estudos nacionais disponíveis, no campo da Ciência da Informação, que abordem a *accountability* com base nas características de divulgação das informações e dados disponibilizados pelos portais de informação. Diante disso, apresentamos o seguinte questionamento: Que reflexão pode ser feita sobre os portais de transparência das capitais brasileiras e do Distrito Federal, com relação ao atendimento das características que permitem a realização da *accountability*?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compartilhar os resultados de avaliação dos portais de transparência das capitais brasileiras e do Distrito Federal com relação às características que permitem a realização da *accountability*. Essa identificação está consubstanciada na análise da transparência das informações relativas à disponibilização e uso de recursos públicos em resposta à pandemia da COVID-19, com base em levantamento realizado pela Transparência Internacional Brasil (TIB) nos portais de transparência das 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, em 2020.

Adotamos a premissa de que as informações e os dados contidos nos portais de transparência das capitais brasileiras e do Distrito Federal atendem a determinadas características de publicização, de modo que reúnem condições para a realização da *accountability* por parte do cidadão comum (LOURENÇO, 2015). Tais informes dariam condições para que o cidadão pudesse, caso assim desejasse, absorver as informações para exercer seu senso crítico e então julgar o gestor municipal em suas ações (O'DONNELL, 1994, 1998).

## **2. Marco conceitual**

Adotamos como base conceitual o modelo de Regime e Políticas de Informação, por entendermos que é a abordagem mais adequada no campo da Ciência da Informação para tratar do tema em foco. Em seguida, tratamos da Questão da Transparência e, por último, discutimos a *Accountability*, à luz do que observamos no decorrer da pesquisa.

### **2.1. Regime e políticas de informação**

Para tratar de regime e políticas de informação, trazemos para a discussão o conceito de Regime de Informação (RI), pois é nesse regime que se estabelece o contexto em que as políticas de informação são planejadas e implementadas (FREIRE e REGO, 2016; REGO e FREIRE, 2018). O entendimento do conceito Regime de Informação foi estabelecido em uma conjuntura social de economia de mercado, sendo abordado por González de Gómez (1999, 2002, 2015) e aplicado por Freire e Rego (2016) e Freire (2008, 2013), sob a perspectiva da Gestão e da Política da Informação em um ambiente caracterizado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O conceito de regime de informação é definido por González de Gómez (2002:34) como sendo:

Um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

O regime de informação seria o modo de produção informacional predominante em dada sociedade, como observa González de Gómez e Chicanel (2008:2):

[...] como instrumento analítico, [O conceito de regime de informação] visaria à reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturações preferenciais das relações de poder.

Por sua vez, Braman (2004) enriquece a discussão contribuindo com o conceito de “regime global emergente de políticas de informação”, em que o termo “global” seria derivado de sua aplicação nos acordos, normas e hábitos internacionais, além de contemplar atores estatais e não estatais, e o “emergente” por estar ainda em elaboração e ser sistêmico, logo dinâmico. Para Braman (2004:29), “[...] aqueles que usam a teoria do regime geralmente assumem que os sujeitos de sua análise não são estáticos, mas devem mudar ao longo do tempo, característica nem sempre encontrada em outros tipos de teoria política ou jurídica”.

Por sua vez, a transparência é destacada por Braman (2004) como característica do regime global de política de informação, conforme asseveram Magnani e Pinheiro (2011:598):

[...] a necessidade de transparência é uma das características do regime global da política de informação apontada por Braman (2004). Florini (1998), de uma forma mais ampla, ressalta que a transparência provê uma base para um sistema de governança transnacional altamente democrático e baseado no aumento da força da sociedade civil global. Segundo essa autora, o segredo fez sentido num mundo verdadeiramente dividido em Estados-nação. Porém, na era da integração global, a transparência é o único padrão apropriado. Vários setores têm sofrido pressão da sociedade no sentido de mostrar transparência em seus atos e condutas, como é o caso do comércio, do setor financeiro, da esfera pública e da segurança.

Outro conceito, nessa mesma perspectiva, foi apresentado por Braman (2011:3), enfatizando o papel do Estado na implementação das políticas de informação, como explica: “Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade – que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação”.

Contudo, a definição de política de informação ainda está sendo formada, em razão das modificações nas relações entre os atores sociais e o desenvolvimento das TIC, por isso o que se tem, atualmente, são conceitos amplos que refletem a marca da Ciência da Informação, como assinalam Freire e Rego (2016). Estando isso em desenvolvimento, apresentamos algumas definições para nos localizar nesse contexto de consolidação do conceito. Nesse sentido, de acordo com Jardim, Silva e Nharreluga (2009:9), adotamos a seguinte noção de políticas públicas de informação:

[...] conjuntos de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

A seguir, abordamos a problemática da transparência como dever do Estado na prestação de contas aos cidadãos.

### **2.2. A Questão da Transparência**

O crescimento internacional do movimento *Freedom of Information Laws*, de acordo com Bovens (2002), foi um importante passo para o aumento da fiscalização do governo por parte dos cidadãos. Nesse sentido, Villanueva (2003) observa que o direito à informação

vai além da liberdade de expressão e do acesso à informação, sendo então formado pelo: i) direito de buscar informação e receber informação; ii) direito de informar; e iii) direito de ser informado.

Bovens (2002:327) faz uma interessante distinção entre transparência e direito à informação, a saber:

As regras atuais sobre governo aberto são, em sua maior parte, uma questão de higiene pública. Essa regulamentação tem como objetivo aumentar a transparência da administração pública, com vistas a um melhor controle democrático e responsabilidade social do governo. Em contraste, os direitos de informação são acima de tudo um elemento de cidadania. Dizem respeito, em primeiro lugar, ao funcionamento social dos cidadãos, não só em relação às autoridades públicas, mas também nas suas relações mútuas e nas suas relações com entidades jurídicas privadas. Os direitos à informação devem fazer parte do capítulo dos direitos civis das constituições, juntamente com os outros direitos individuais.

Mas a que nos referimos quando tratamos de transparência pública? Usaremos o conceito utilizado por Grimmelikhuijsen e Meijer (2014:139), que afirmaram que transparência pública é o ponto no qual “uma organização (pública) permite que atores externos monitorem e avaliem seu funcionamento e desempenho internos”. Percebemos então que para haver transparência é necessário receptores externos capazes de processar as informações disponibilizadas.

Para Michener e Bersch (2013) e Rodrigues (2020), o conceito de transparência, apesar de ser muito utilizado, não oferece unanimidade e muito menos precisão, por isso os autores propõem elementos de uma estrutura conceitual, contribuindo assim para a precisão do termo transparência e para elucidar o problema de seu uso impreciso e do desenvolvimento de políticas questionáveis em torno do assunto.

Observando as descrições sobre transparência, chegamos a uma questão bastante intrigante aos pesquisadores da área, a saber: Qual é a diferença entre transparência e accountability? Hood (2010:989, grifo do autor) inicia seu artigo informando o seguinte:

[...] Accountability se refere, em geral, ao dever de um indivíduo ou organização de responder de alguma maneira pela forma como agiu. Transparência se refere, de modo geral, a agir de tal forma que decisões, regras e outras informações sobre a ação estejam visíveis a outras pessoas e instituições.

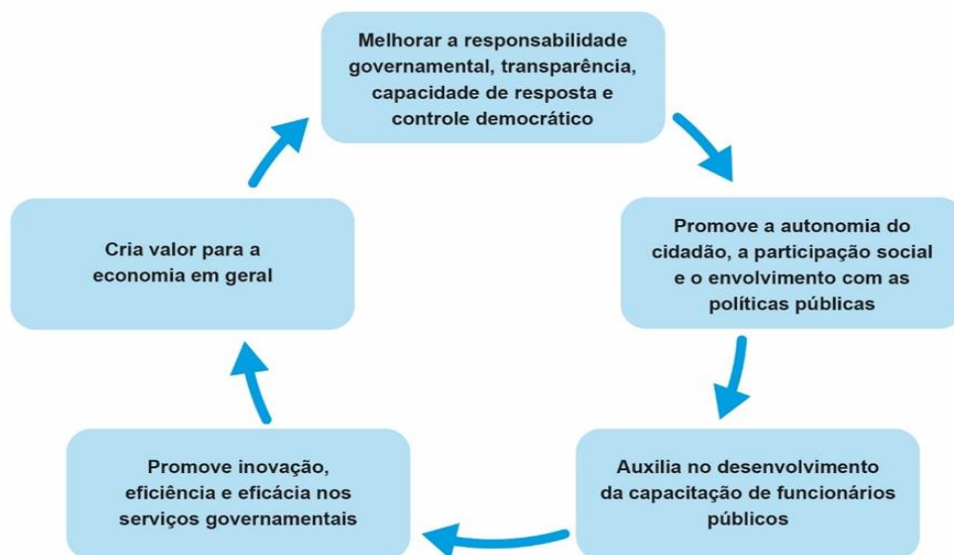
Nesse sentido, os benefícios da Lei de Acesso à Informação (LAI) vão além da simples publicização das informações e dados do governo, uma vez que promove ganhos potenciais em âmbito econômico, social e de governança. Dias, Costa e Almeida (2018) enumeram esses benefícios:

- torna possível ampliar o escrutínio por parte dos cidadãos e, conseqüentemente, aumenta a sua confiança como um agente ativo;
- a participação dos cidadãos na vida pública e na formulação de políticas públicas tende a aumentar com o acesso à informação;

- é necessário haver a capacitação de agentes públicos para que estes possam garantir a participação dos cidadãos.
- por meio das TIC os serviços públicos se tornaram mais rápidos, facilitando com que os cidadãos possam realizar suas reivindicações;
- quando há a disponibilização de informação para os cidadãos, as empresas privadas podem utilizar essas informações para a criação de novos produtos.

A Fig. 1, a seguir, apresenta o ciclo de benefícios que a transparência pública pode proporcionar.

**Fig. 1 – Ciclo de benefícios proporcionados pela Transparência Pública**



**Fonte:** Dias, Costa e Almeida (2018).

O texto *Identifying transparency* (MICHENER e BERSCH, 2013) incorporou duas condições necessárias e conjuntamente suficientes para estabelecer a transparência, a saber: i) *visibilidade*, o que torna o objeto visível, e para tanto a internet é fundamental; e ii) *inferibilidade*, que rege que o objeto possa ser inferido com algum grau de precisão. Sinteticamente, significa posicionar o nível em que a informação é completa e facilmente localizada (visível) e até que ponto a informação pode ser usada para tirar conclusões precisas (inferível), e obviamente tudo isso vai depender também de como a informação é mediada.

Michener e Bersch (2013) salientam que os princípios de inferibilidade e de visibilidade são mais bem revelados no movimento de dados abertos, que enfatizam os dados brutos, nas iniciativas internacionais, como a *Open Government Partnership* e a *Extractive Industries Transparency Initiative*, que fornecem dados e ferramentas para análise e vêm conseguindo adesão de governos pelo mundo. O aumento da demanda por dados deduzíveis (dados brutos) não aconteceu apenas pela facilidade com que são verificáveis e

mais modulares, mas, principalmente, pela falsa transparência e divulgação de informações ininteligíveis, que continuam sendo um problema tanto para os cidadãos como também para os formuladores de políticas públicas.

Assim, para que haja transparência, é necessário que a informação seja visível, isto é:

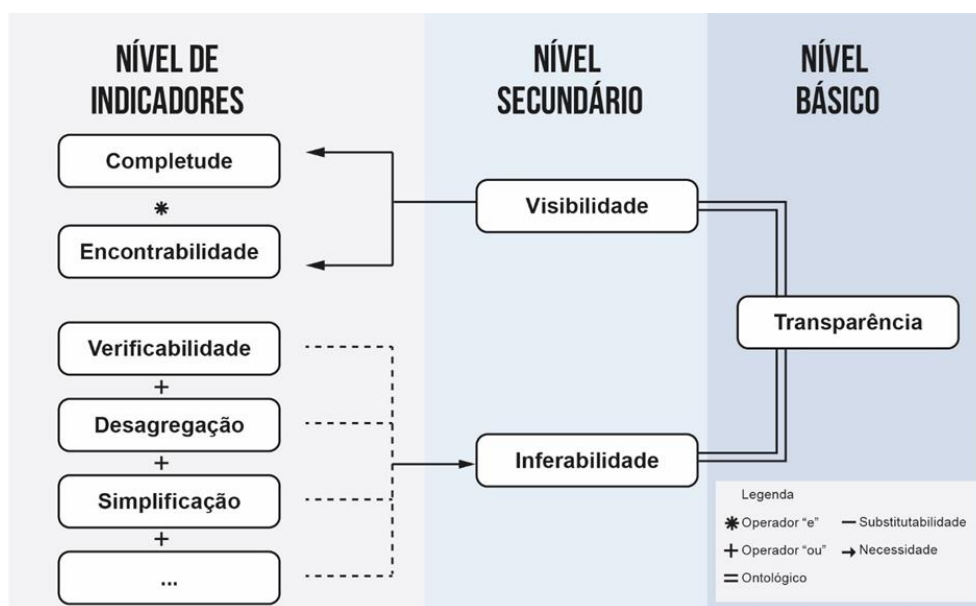
- que a informação seja completa ou o mais próximo possível de ser completa; e
- que a informação seja encontrada com relativa facilidade.

Além disso, é necessário também que a informação possua qualidade de inferibilidade, para que não haja a possibilidade de a sua imprecisão dificultar realizar inferências verificáveis e, conseqüentemente, lance dúvidas sobre a credibilidade do que foi tornado visível. Para que haja a inferibilidade das informações, Michener e Bersch (2013) ressaltam que são necessários os seguintes atributos:

- desagregação: quando os dados são brutos e, na medida do possível, elaborados o mais próximo da fonte, em sua forma mais primária;
- verificabilidade: ocorre quando os dados verificados são informações que já foram examinadas por terceiros; e
- simplificação: ocorre quando as informações são tornadas mais “compreensíveis” (deduzíveis). É claro que essa simplificação vai ser relativa à capacidade dos produtores de informação e ao perfil dos consumidores em foco.

A Fig. 2, a seguir, ilustra as condições que conferem os níveis de transparência, anteriormente detalhados.

**Fig. 2 – O Conceito de Transparência em três níveis**



Fonte: Adaptado de Rodrigues (2020).

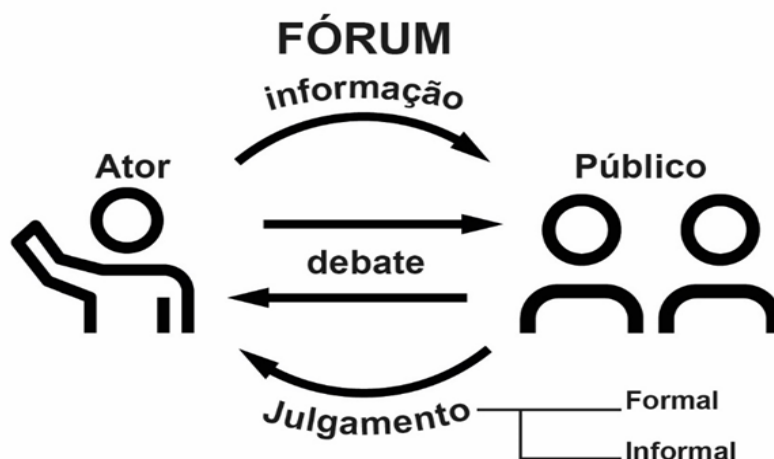
Discutida a questão da transparência, o próximo tópico apresentará a outra face da moeda, ou seja, a *accountability*, um segundo momento do processo de transparência, fundamental para a criação do senso crítico no cidadão por meio dos portais de transparência.

### 2.3. Accountability

Adotamos a definição de *accountability* de Bovens (2007:450), como sendo “uma relação entre um ator e um fórum, em que o ator tem a obrigação de explicar e justificar sua conduta; o fórum pode colocar questões e julgar, e o ator pode enfrentar as consequências”. Para Bovens (2010), um fórum pode ser um indivíduo, uma organização, instituição ou mesmo a opinião pública. Podemos, com isso, perceber que é necessário haver três condições para que *accountability* seja um mecanismo social, a saber: i) o ator deve ser obrigado a informar ao fórum sobre sua conduta; ii) é necessário haver discussões entre o ator e o fórum sobre sua conduta; e iii) as partes devem estar cientes de que o fórum pode delegar consequências aos atos do ator em foco.

A Fig. 3 esquematiza, conforme definem Willems e Van Dooren (2012), o processo interativo da *accountability*, para os autores, quando se tem inicialmente um ator (governo) que deve explicações de sua conduta e ações a um público (cidadãos), que por sua vez trava um debate com esse primeiro ator. Nessa relação, o debate é abastecido de informações pelo portal de transparência e, como consequência, há a construção do pensamento crítico, que derivará um julgamento. Importante termos em mente que esse julgamento poderá ser formal, como ocorre nos tribunais de contas do Estado, ou informal, baseado na opinião pública, que será exercido pelo cidadão pelo voto.

**Fig. 3 –** Representação esquemática dos conceitos básicos da *Accountability*



**Fonte:** Adaptado de Willems e Van Dooren (2012).

A *accountability* burocrática, adotada nas gestões governamentais, se dá de diferentes formas, já que a sua aplicação será o resultado da interação das forças do sistema burocrático estabelecido. A consequência disso é que a nova gestão pública enfatiza o papel do cidadão não só como cliente dos serviços públicos, mas, também, como um elemento

essencial para o aprimoramento da relação de poder entre a burocracia estabelecida e os grupos de interesse e as comunidades afetadas, e para estabelecer mudanças que gerem impacto positivo na governança.

Portanto, dentro de uma burocracia, a *accountability* ocorre em duas dimensões: vertical e horizontal (CENDON, 2000). A dimensão vertical é a relação que liga a posição administrativa inferior com a superior. Por sua vez, a responsabilidade horizontal vincula um administrador, que é o ator na administração pública como um todo, aos cidadãos, grupos de interesse e outros que fazem parte e são servidos pelo governo. Como a literatura indica, existem três formas básicas de responsabilização burocrática, que apresentamos na sequência.

*Accountability* vertical, que segundo Bovens, Goodin e Schillemans (2014) teve sua origem na teoria do agente principal. Essa teoria baseia-se na hierarquia entre um superior e seu subordinado, ao qual delega a obrigação de responder pelos seus atos. Há dois elementos importantes na administração pública para essa teoria:

- direcionamento da política, que são os objetivos dados nas instruções de um superior ao seu subordinado;
- monitoramento da implementação, que é o acompanhamento das ações de acordo com os objetivos estabelecidos além do estabelecimento dos limites legais e éticos dessas ações.

Podemos caracterizar a *accountability* vertical, de acordo com Michels e Meijer (2008), como tendo:

- comunicação assimétrica;
- atores subordinados;
- comportamento de comando;
- autonomia limitada.

A *accountability* horizontal é mais complexa do que a vertical, em virtude do surgimento da gestão de desempenho, governança de rede, participação pública e ideias de aprendizagem organizacional, conforme elucidam Michels e Meijer (2008). O Poder Executivo cada vez mais aumenta seu relacionamento com parceiros privados para a prestação de serviços, e esses parceiros influenciam nos resultados, o que gera um aumento da *accountability* em razão de todos prestarem contas entre si.

As teorias de *accountability* horizontal e vertical tiveram como um de seus autores seminais O'Donnell (1994, 1998), que destaca duas dimensões na responsabilização democrática:

- i. vertical:** estabelecida entre agentes não estatais e estatais, no pressuposto de que os cidadãos controlam os governos por meio das eleições e da garantia da soberania popular e do controle social. Para O'Donnell (1994, 1998), esse elemento democrático já se fazia presente e consolidado em muitas poliarquias;

- ii. horizontal:** que se efetiva por meio da fiscalização mútua entre os três poderes e “é produto de uma rede de agências que tem seu cume nos tribunais comprometidos com a *accountability*” (ABRUCIO e LOUREIRO, 2004:82).

A próxima seção fará a ligação da *accountability*, levando em conta o que foi exposto até este momento, com a forma em que a publicização da informação deve ser estabelecida a partir de determinadas características. Será exatamente o ponto em que haverá o enfoque da Ciência da Informação, ligando os portais de transparência e a *accountability*.

### 2.4. Divulgação de dados

Tem-se, no Brasil, uma discussão a respeito da transparência nos portais municipais, como podemos comprovar em Müller *et al.* (2020) e Silva *et al.* (2019) porém pouco se fala a respeito da *accountability* pública exercida pelo cidadão comum. Parte-se da ideia de que, conforme evidenciam Harrison, Guerrero e Burke (2012), a informação disponibilizada é o suficiente para que o cidadão possa ser um crítico de sua realidade, mas isso não é garantia de facilitação para a ocorrência da *accountability* pública. Faremos aqui uma análise da qualidade das informações e dos dados publicizados nos portais de informação das capitais brasileiras, de acordo com características que facilitam para o cidadão comum a capacidade de acesso e uso das informações para sua análise crítica. Baseados em Lourenço (2015), apresentamos a seguir as características que a publicização das informações deve apresentar nos respectivos portais de transparência.

- a) Qualidade:** abrange determinadas características, como precisão, consistência e oportunidade;
- b) Completude:** significa que o portal deve oferecer aos cidadãos que o acessam a possibilidade de consulta e/ou download de suas demonstrações financeiras;
- c) Acesso e Visibilidade:** considera o acesso ao sistema, que se refere à conexão à rede de internet, e ao conteúdo (acesso social e acesso cognitivo);
- d) Usabilidade e Compreensibilidade:** está relacionada à interatividade e compreende aspectos técnicos do design do site;
- e) Oportunidade:** trata-se dos dados relevantes, garantindo sua publicação em tempo hábil;
- f) Valor:** refere-se à importância dada pelos cidadãos aos dados e informações recebidas por meio do portal da transparência;
- g) Granularidade:** refere-se à desagregação dos dados, ou dados primários;
- h) Comparabilidade:** direciona-se a possibilidade de fazer comparações e cruzamentos de dados.

A seguir, apresentamos os procedimentos para coleta de dados com informações sobre COVID-19 nos portais de transparência das capitais dos Estados e do Distrito Federal, no Brasil.

### 3. Metodologia

Adotamos o modelo epistemológico denominado *paradigma indiciário*, o qual, segundo Freire (2001:64), é caracterizado pela:

[...] capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador [caçador] de modo tal que possa se traduzir numa sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”.

Esse paradigma pode ser apresentado sob a seguinte metáfora, ainda de acordo com Freire (2001:65):

Ginzburg compara os fios que compõem uma pesquisa desenvolvida sob o paradigma indiciário aos fios de um tapete. Colocados os conceitos básicos e definido o campo onde se realiza a investigação, enfim, reunidos os indícios ou pistas do objeto de estudo, a visão do observador verá tomar forma uma “trama densa e homogênea” que será tecida no tear do quadro de referência teórico. [...] O tapete é o paradigma que, a cada vez que é usado e conforme o contexto, denomina-se venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

O paradigma indiciário está ligado aos procedimentos que formam o conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios, dos detalhes. Nessa direção, este artigo se orienta pelo Método Indiciário, observando as evidências, ou pistas, que a transparência e a *accountability* pública “deixaram” em artigos, documentos e nos portais de transparência. Nesse intuito, optamos pela estratégia documental analisando os relatórios da Transparência Internacional Brasil (TIB), que são:

- i. Ranking de transparência no combate à COVID-19: base de dados;
- ii. Ranking de transparência no combate à COVID-19: nota metodológica;
- iii. Metodologia 2: transparência em contratações emergenciais, doações, programas de estímulo econômico e medidas de proteção social; e
- iv. Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à COVID-19.

### 4. Resultado da análise

Abordamos, aqui, questão de os portais de transparência possibilitarem, ou não, a realização da *accountability* pelo cidadão comum, de acordo com dados e informações sobre contratações emergenciais em resposta à pandemia da COVID-19 disponibilizados nos portais de transparência das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Para isso, baseamo-nos na análise dos dados coletados mensalmente pela Transparência Internacional Brasil (TIB) nas secretarias municipais de saúde, no período de maio/2020 a agosto/2020 (TIB, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e), no âmbito dos estados da federação, do Distrito Federal, das capitais brasileiras e da União.

#### 4.1. Avaliação da Transparência

A TIB desenvolveu uma metodologia própria para analisar a transparência por meio da construção de dimensões, categorias e itens específicos, aqui apresentados no Quadro 1, sendo realizadas coleta de dados e informações nos meses de maio/2020, junho/2020 e julho/2020 utilizando a mesma metodologia. Essa metodologia sofreu modificações em agosto/2020, na quarta coleta de dados, de acordo com TIB (2020c). Essas modificações estão marcadas no Quadro 1 como (4<sup>a</sup>).

**Quadro 1 – Modelo de análise da Transparência Internacional Brasil – 2020**

Dimensão	Categoria	Item
<b>Informações disponíveis</b> <i>(4<sup>a</sup>) Contratações emergenciais</i>	Informações essenciais	Site específico para informações sobre contratações emergenciais
		Nome do/a contratado/a
		Número do CPF ou CNPJ
		Valor total e unitário dos contratos
		Prazo contratual
		Processo de contratação ou aquisição
	Informações desejáveis	Data de celebração do contrato
		Órgão contratante
		Quantidade
		Descrição do bem ou serviço
		Local da execução
		<i>(4<sup>a</sup>) Status de contratações com problemas ou pendências</i>
		<i>(4<sup>a</sup>) Publicação do edital e fases públicas das licitações</i>
		<i>(4<sup>a</sup>) Data da última atualização do portal</i>
	Dados abertos <i>(4<sup>a</sup>) Formato e acessibilidade das informações</i>	Formato aberto dos dados
		Possibilidade de <i>download</i> das informações
		Mecanismos de busca
		Possibilidade de <i>download</i> da íntegra do contrato
		Dicionário de dados
	<b>Legislação</b>	Legislação específica
Divulgação de legislação		A legislação aplicável às contratações emergenciais está disponível no mesmo portal?

	Controle	Há previsão legal de que as contratações sejam acompanhadas pelos órgãos de controle?
	Informações aos gestores	São fornecidas informações e orientações aos gestores responsáveis por contratações?
	Repositório de legislação	Há um repositório com a legislação dedicada ao enfrentamento da Covid-19?
(4ª) Doações	<i>Recebimento de doações</i>	<i>Orientações sobre como fazer doações</i>
	<i>Informações sobre doações recebidas</i>	<i>Informações sobre as doações recebidas em espécie e in natura</i>
	<i>Destinação das doações</i>	<i>Informações sobre a destinação das doações in natura</i>
(4ª) Medidas de estímulo econômico e proteção social	Medidas de estímulo econômico	<i>A legislação e as medidas destinadas a estimular a economia no enfrentamento da crise decorrente da pandemia são apresentadas com destaque e em detalhes?</i>
		<i>São fornecidas informações consolidadas sobre os recursos destinados a cada uma destas medidas e sobre seus impactos?</i>
	Medidas de proteção social	<i>A legislação e as medidas destinadas à proteção social para minimizar o impacto da pandemia são apresentadas com destaque e em detalhes?</i>
		<i>São fornecidas informações consolidadas sobre os recursos destinados a estas medidas e sobre seu impacto?</i>
<b>Controle Social</b>	Destaque para o portal/informações sobre as contratações emergenciais	Portal oficial do governo
		Portal de informação sobre a COVID-19 ou do órgão de saúde responsável
		Portal de transparência ou do órgão de controle
		Redes sociais do governo (perfis oficiais dos governos municipais/estaduais no Facebook e Twitter)
		<i>(4ª) Disponibilização de instrumentos de visualização de informações agregadas sobre as contratações emergenciais voltadas para o enfrentamento da COVID-19, por meio de gráficos, infográficos, painéis interativos e/ou dashboards</i>
	Ouvidoria	<i>Link para Ouvidoria no portal onde estão as contratações emergenciais</i>
		Possibilidade de se realizar denúncia anônima
		Tag específica em assunto para 'COVID-19'
		<i>(4ª) Relatório estatístico sobre a atuação da Ouvidoria em resposta às manifestações sobre COVID-19</i>

	Transparência passiva	Link para o E-sic no portal onde estão as contratações emergenciais
		Possibilidade de se realizar pedido de acesso à informação de forma sigilosa
		Tag específica em assunto para 'COVID-19'
		<i>(4ª) Relatório estatístico sobre o desempenho da Ouvidoria em resposta às manifestações sobre COVID-19</i>
	Órgão coletivo	Acompanhamento das contratações por conselho, comissão ou outro órgão coletivo com participação de organizações da sociedade civil

**Fonte:** Adaptado de Transparência Internacional Brasil (2020d:3).

Iniciamos analisando, com base na classificação apresentada no resultado constante na TIB (2020<sup>a</sup>:7), de acordo com a seguinte escala:

<b>Péssimo</b>	<b>Ruim</b>	<b>Regular</b>	<b>Bom</b>	<b>Ótimo</b>
0 – 19 pts	20 – 39 pts	40 – 59 pts	60 – 79 pts	80 – 100 pts

Os valores que constam nos períodos das avaliações correspondem às médias que são obtidas considerando diferentes pesos, de acordo com TIB (2020c:9), como podemos ver na equação para extração dessas médias, a seguir:

$$\left( \frac{\text{Controle social} + 2(\text{Medidas}) + 2(\text{Doações}) + 2(\text{Legislação}) + 4(\text{Formato}) + 2(\text{Desejáveis}) + 4(\text{Essenciais})}{\Sigma (\text{somatório máximo})} \right)$$

No Quadro 2, apresentamos um resumo da evolução da classificação dos portais das capitais brasileiras e Distrito Federal diante das quatro coletas realizadas pela metodologia da TIB. Observamos uma situação em que os resultados melhoram a cada avaliação, e isso pode ser um sinal de que a transparência está caminhando para se tornar uma realidade nos governos municipais no Brasil, uma vez que a transparência nas capitais brasileiras e Distrito Federal pode ser um referencial para os demais municípios brasileiros.

**Quadro 2** – Evolução dos Resultados das Avaliações da Transparência dos Portais das Capitais dos Estados Brasileiros e Distrito Federal – maio/2020 a agosto/2020

Classificação Maio/2020	Classificação Junho/2020	Classificação Julho/2020	Classificação Agosto/2020
ótimo	ótimo	ótimo	ótimo
ótimo	ótimo	ótimo	ótimo
ótimo	ótimo	ótimo	ótimo
Bom	ótimo	ótimo	ótimo
Bom	ótimo	ótimo	ótimo
Bom	ótimo	ótimo	ótimo
Regular	ótimo	ótimo	ótimo
Regular	ótimo	ótimo	ótimo
Regular	ótimo	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Regular	Bom	ótimo	ótimo
Ruim	Bom	ótimo	ótimo
Ruim	Bom	Bom	ótimo
Ruim	Bom	Bom	ótimo
Ruim	Bom	Bom	Bom
Ruim	Regular	Bom	Bom
Ruim	Regular	Bom	Bom
Ruim	Regular	Bom	Regular
Ruim	Regular	Bom	Regular
Ruim	Regular	Bom	Regular
Péssimo	Ruim	Regular	Regular

**Fonte:** Levantamentos divulgados pela Transparência Internacional Brasil (2020b).

Essa realidade, captada pela quarta avaliação da TIB, é positiva por provar que, em tão pouco tempo – maio/2020 a agosto/2020 –, a maioria dos portais deu um salto qualitativo importante. Vários portais foram classificados como “ruim” em maio/2020, mas em agosto/2020 vieram a ser classificados como “ótimo”, sinalizam que, havendo esforço e objetividade do gestor municipal, é possível fazer transformações significativas na relação entre o setor público municipal e os seus cidadãos.

O número de portais classificados como “ótimo” cresceu a cada avaliação, até que se tornou maioria diante das outras classificações. Em contrapartida, apresentou uma realidade entre os portais em foco, indicando que há uma diferença entre os portais com relação à transparência: praticamente os portais se diferenciaram em dois polos: o dos portais classificados como “ótimo” e o dos portais classificados como “regular”. A diferença de nível de transparência entre eles é considerável, já que “regular” está dentro do intervalo de 40-59 pontos e “ótimo” está dentro do intervalo de 80-100 pontos. Fica claro que a maioria dos gestores públicos das capitais brasileiras e do Distrito Federal promoveu esforços para o desenvolvimento de mais transparência em seus respectivos portais.

#### 4.2. Avaliação da Accountability

Ao nos depararmos com os portais em dezembro de 2020, observamos que haviam sido realizados aperfeiçoamentos, exibindo uma espécie de homogeneização em suas formas e conteúdo. Essa constatação é importante, pois sinaliza que os portais conseguiram aprimorar sua função de transparência.

No entanto, nesta seção os portais serão analisados sob a perspectiva da *accountability*, conforme as características da divulgação de dados já apresentadas e discutidas. Em virtude da redução das diferenças entre a transparência desses portais, decidimos apresentar apenas os portais que possibilitam a *accountability*. O grupo de portais que possibilitam a *accountability* por parte do cidadão, conforme Quadro 3, é formado pelo Distrito Federal e 21 capitais brasileiras:

**Quadro 3 – Portais de Transparência das Capitais Brasileiras e Distrito Federal que possibilitam a Accountability, por região**

Região	Capitais dos Estados	Pontuação (agosto/2020)
Norte	Macapá	99,0
	Porto Velho	98,0
	Rio Branco	98,0
	Palmas	97,0
	Boa Vista	95,0
	Belém	78,0
Nordeste	João Pessoa	99,0
	Fortaleza	96,0
	Recife	86,0
	Natal	85,0
	Salvador	84,0
Centro-Oeste	Distrito Federal	97,0
	Goiânia	99,0
	Campo Grande	94,0
	Cuiabá	73,0
Sudeste	Vitória	99,0
	Belo Horizonte	93,0
	São Paulo	92,0
	Rio de Janeiro	69,0
Sul	Curitiba	83,0
	Florianópolis	89,0
	Porto Alegre	94,0

**Fonte:** Elaboração própria.

Observamos que a distribuição da pontuação nas capitais proporciona uma boa cobertura no país: quatro das cinco regiões brasileiras (Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) tiveram

um aproveitamento de 100%, sem dúvida um avanço da transparência e da *accountability* pública no Brasil.

No Quadro 4 apresentamos a análise desses portais, considerando as características necessárias para proporcionar a *accountability* por parte do cidadão. O resultado foi satisfatório com relação às características de divulgação de dados, de acordo com Lourenço (2015). Nesse sentido, todas as oito características apontadas pelo autor foram contempladas nos portais em foco, o que os deixa na fronteira do que se espera de um portal de transparência, isto é, um dispositivo informacional que pode ser utilizado como um instrumento de cidadania e transformação social.

**Quadro 4 – Avaliação dos Portais de Transparência que possibilitam realizar *Accountability***

<b>Características</b>	<b>Resultados da Análise</b>
<b>Qualidade</b>	A autenticidade é baseada na apresentação dos documentos originais, o que garante a precisão das informações.
<b>Compleitude</b>	Segue rigidamente o que está estabelecido por lei, contendo inclusive legislação pertinente e recomendações de entidades de interesse (Ministério Público, Tribunal de Contas da União e organizações não governamentais).
<b>Acesso e visibilidade</b>	As informações e dados podem ser compartilhados por meio de <i>links</i> e baixados em formato PDF. Não há dados que sofram alguma forma de discriminação quanto a sua disponibilidade.
<b>Usabilidade e compreensibilidade</b>	A navegação é fácil de ser realizada, já que a arquitetura do portal é amigável. As informações e dados são publicitados de forma simples e objetiva, inclusive com apoio de gráficos e figuras.
<b>Oportunidade</b>	Não há comentário sobre o tempo entre a data de obtenção da informação e a sua publicitação. A data de atualização é explícita e adequada.
<b>Valor e utilidade</b>	As informações e dados são relevantes e adequados para a análise crítica por parte do cidadão.
<b>Granularidade</b>	São apresentados documentos primários com dados granulares que possibilitam sua exploração de diferentes formas, conforme a necessidade do cidadão.
<b>Comparabilidade</b>	É possível haver comparação e análise entre os diferentes dados e informações disponibilizados, já que a sua granularidade está presente.

**Fonte:** Elaboração própria.

A partir do Quadro 4, é possível notar um estágio satisfatório de desenvolvimento no que se refere à transparência pública como também à *accountability* pública. Em apenas nove anos, desde a LAI (2011), saímos de uma realidade em que prevalecia a opacidade informacional pública para uma realidade que se caracteriza pela busca, da transparência pública e *accountability* pública. Os portais de informação das capitais dos estados

brasileiros e do Distrito Federal que contemplaram as características de divulgação de dados, são patrimônios dos valores democráticos brasileiros quando possibilitam o empoderamento do cidadão por meio da informação.

### **5. Considerações finais**

Observando a evolução da transparência dos mencionados portais de transparência, delimitada ao período de coleta de dados pela TIB nas respectivas secretarias municipais de saúde, percebemos um desenvolvimento significativo ao compararmos a primeira coleta de dados realizada pela TIB, em maio/2020, para a última, em agosto/2020. Foi possível observar que alguns portais, João Pessoa, Goiânia e Distrito Federal, mantiveram sua qualidade desde o princípio.

A evolução dos aspectos de transparência dos portais das demais capitais também se mostrou expressiva, uma vez que na primeira avaliação apenas dois capitais e o Distrito Federal obtiveram “ótimo”, enquanto na última avaliação essa categoria já incluiu dezenove municípios e o Distrito Federal. Esse resultado representa um avanço no movimento da transparência brasileira, e os portais de transparência das capitais brasileiras são exemplos para os demais municípios brasileiros.

A avaliação foi realizada em dezembro de 2020, com uma diferença de quatro meses entre a primeira avaliação vislumbrando a *accountability* e a última coleta de dados realizada pela TIB, em agosto/2020. A realidade de os portais possibilitarem *accountability* é um aprimoramento relevante para a coletividade, uma vez que se trata de uma rota para a consolidação de uma sociedade mais democrática, na qual os gestores públicos devem esclarecimento de suas ações aos cidadãos.

### **Referências bibliográficas**

**ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R.**

2004 Finanças públicas, democracia e accountability. In *Economia do setor público*. Org. C. Biderman, P. Arvate. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 75-102.

**BOVENS, M.**

2010 Two concepts of accountability: accountability as a virtue and as a mechanism. *West European Politics*. [Em linha]. 33:5 (2010) 946-967. [Consult. 22 out. 2020]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2010.486119>.

**BOVENS, M.**

2007 Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. *European Law Journal*. [Em linha]. 13:4 (2007) 447-468. [Consult. 14 set. 2020]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>.

**BOVENS, M.**

2002 Information rights: citizenship in the information society. *The Journal of Political Philosophy*. [Em linha]. 10:3 (2002) 317-341. [Consult. 25 set. 2020]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9760.00155>.

**BOVENS, M.; GOODIN, R. E.; SCHILLEMANS, T.**

2014 *The Oxford handbook public accountability*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

**BRAMAN, S.**

2011 Defining information policy. *Journal of Information Policy*. [Em linha]. 1 (2011) 1-5. [Consult. 22 set. 2020]. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/281600906\\_Defining\\_information\\_policy](https://www.researchgate.net/publication/281600906_Defining_information_policy).

**BRAMAN, S.**

2004 The Emergent global information policy regime. In *The Emergent global information policy regime*. Org. S. Braman. [Em linha]. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-37. [Consult. 18 set. 2020]. Disponível em: [http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/o22\\_emergentregime.pdf](http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/o22_emergentregime.pdf).

**BRAMAN, S.**

1989 Defining information: an approach for policymakers. *Telecommunications Policy*. [Em linha]. 13:3 (1989) 233-242. [Consult. 11 ago. 2020]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0308596189900062>.

**CENDON, A. B.**

2000 Accountability and public administration: concepts, dimensions, developments. In *Openness and Transparency in Governance: Challenges and opportunities*. Ed. M. Kelle. Bratislava: Network of Institutes and Schools of Public Administration in Central and Eastern Europe, 2000. p. 22-61.

**DIAS, J. P. C.; COSTA, F. J. L.; ALMEIDA, G. O.**

2018 Public Transparency in Brazil and the Open Government Partnership - OGP. *Scholedge International Journal of Multidisciplinary & Allied Studies*. [Em linha]. 5:12 (2018) 121-131. [Consult. 21 abr. 2021]. Disponível em: <https://thescholedge.org/index.php/sijmas/article/view/518/516>.

**FREIRE, G. H. A.**

2008 Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 3:3 (dez. 2008) 195-207. [Consult. 14 fev. 2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v13n3/a13v13n3.pdf>.

**FREIRE, I. M.**

2001 *A Responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2001. [Consult. 17 maio 2016]. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/682>. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**FREIRE, I. M.; REGO, H. O.**

2016 Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros. *Ciência da Informação em Revista*. [Em linha]. 3:3 (set.-dez. 2016) 47-55. [Consult. 2 set. 2016]. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2566>.

**GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.**

2015 Políticas e regimes de informação: perspectivas. In *Desvendando facetas da gestão e políticas de informação*. Org. J. C. R. Garcia, M. G. Targino. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015, p. 321-352.

**GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.**

2002 Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 31:1 (2002) 27-40. [Consult. 21 abr. 2017]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>.

**GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.**

1999 Política e gestão da informação: novos rumos. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 28:2 (1999) 109-110. [Consult. 21 abr. 2017]. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000200001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200001).

**GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M.**

2008 A Mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, São Paulo, 2008 - *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

**GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; MEIJER, A. J.**

2014 Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: evidence from an online experiment. *Journal of Public Administration: research and theory*. [Em linha]. 24:1 (2014) 137-157. [Consult. 1 set. 2020]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/270814803\\_Effects\\_of\\_Transparency\\_on\\_the\\_Perceived\\_Trustworthiness\\_of\\_a\\_Government\\_Organization\\_Evidence\\_from\\_an\\_Online\\_Experiment](https://www.researchgate.net/publication/270814803_Effects_of_Transparency_on_the_Perceived_Trustworthiness_of_a_Government_Organization_Evidence_from_an_Online_Experiment).

**HOOD, C.**

2010 Accountability and transparency: siamese twins, matching parts, awkward couple? *West European Politics*. [Em linha]. 33:5 (ago. 2010) 989-1.009. [Consult. 25 ago. 2020]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2010.486122>.

**JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A; NHARRELUGA, R. S.**

2009 Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:1 (2009) 2-22. [Consult. 18 abr. 2017]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743/535>.

**LOURENÇO, R. P.**

2015 An Analysis of open government portals: a perspective of transparency for accountability. *Government Information Quarterly*. [Em linha]. 32:3 (jul. 2015) 323-332. [Consult. 3 dez. 2020]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740624X15000660>.

**MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K.**

2011 “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 7:2 (2011) 593-610. [Consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278>.

**MICHELS, A.; MEIJER, A.**

2008 Safeguarding public accountability in horizontal government. *Public Management Review*. [Em linha]. 10:2 (mar. 2008) 165-173. [Consult. 20 out. 2019]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14719030801928490>.

**MICHENER, G.; BERSCH, K.**

2013 Identifying transparency. *Information Polity*. [Em linha]. 18:3 (2013) 233-242. [Consult. 22 jan. 2020]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Katherine-Bersch/publication/262390668\\_Identifying\\_Transparency/links/56390dc108aecf1d92a9bc9b/Identifying-Transparency.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Katherine-Bersch/publication/262390668_Identifying_Transparency/links/56390dc108aecf1d92a9bc9b/Identifying-Transparency.pdf).

**MÜLLER, A. P. [et al.]**

2020 Perception of municipal public transparency: citizens 'interest. *Research, Society and Development*. [Em linha]. 9:9 (2020) p. e200996835.

**O'DONNELL, G. A.**

1998 Horizontal Accountability in new democracies. *Journal of Democracy*. 9:3 (1998) 112-126.

**O'DONNELL, G. A.**

1994 Delegative democracy. *Journal of Democracy*. [Em linha]. 5:1 (jan. 1994) 55-69. [Consult. 15 maio 2018]. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/225426/pdf>.

**PINHEIRO, M. M. K.**

2010 Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 3:1 (jan.-dez. 2010) 113-126. [Consult. 18 abr. 2017]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119353>.

**REGO, H. O.; FREIRE, I. M.**

2018 Accountability: novo conceito para a ciência da informação? *Ciência da Informação em Revista*. [Em linha]. 5:1 (jan.-abr. 2018) 29-40. [Consult. 29 abr. 2018]. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/4105/3402>.

**RODRIGUES, K. F.**

2020 Unveiling the concept of transparency: its limits, varieties and the creation of a typology. *Cadernos EBAPE.BR*. [Em linha]. 18:2 (abr.-jun. 2020) 237-253. [Consult. 10 ago. 2020]. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/cebape/v18n2/en\\_1679-3951-cebape-18-02-237.pdf](https://www.scielo.br/pdf/cebape/v18n2/en_1679-3951-cebape-18-02-237.pdf).

**SILVA, M. C. [et al.]**

2019 Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. *Revista Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*. [Em linha]. 13:2 (2019) 87-100. [Consult. 20 jan. 2020]. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3540181](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3540181).

**TIB - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL**

2021 *Conhecimento*. [Em linha]. São Paulo, 2021. [Consult. 10 out. 2020]. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/conhecimento>.

**TIB - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL**

2020a *Metodologia : ranking de transparência no combate à COVID-19*. [Em linha]. São Paulo, 2020. [Consult. 10 out. 2020]. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/89:tibr-notametodologicarankingcovid?stream=1>.

**TIB - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL**

2020b *Metodologia 2: transparência em contratações emergenciais, doações, programas de estímulo econômico e medidas de proteção social*. [Em linha]. São Paulo, 2020. [Consult. 10 dez. 2020]. Disponível em: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br:8080/covid/arquivos/429/Metodologia%202%20para%20an%C3%A1lise%20de%20Transpar%C3%Aancia%20dos%20Estados.%20Distrito%20Federal%20e%20Capitais%20Brasileiras%20sobre%20contrata%C3%A7%C3%B5es%20emergenciais%20em%20resposta%20%C3%A0%20COVID-19%20%E2%80%93%20Transpar%C3%Aancia%20Internacional%20Brasil>.

**TIB - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL**

2020c *Ranking de Transparência no Combate à COVID-19: base de dados*. [Em linha]. São Paulo, 2020. [Consult. 10 dez. 2020]. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>.

**TIB - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL**

2020d *Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à COVID-19*. [Em linha]. São Paulo, 2020. [Consult. 10 dez. 2020]. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-emergenciais-covid19?stream=1>.

**TIB - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL**

2020e *Ranking de Transparência no Combate à COVID-19: nota metodológica*. [Em linha]. São Paulo, 2020. [Consult. 10 dez. 2020]. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>.

**VILLANUEVA, E.**

2003 *Derecho de acceso a la información pública en Latinoamérica*. 1ª ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

**WILLEMS, T.; VAN DOOREN, W.**

2012 *Coming to terms with accountability*. *Public Management Review*. [Em linha]. 14:7 (2012) 1.011-1.036. [Consult. 20 out. 2020]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/254349345\\_Coming\\_to\\_Terms\\_with\\_Accountability](https://www.researchgate.net/publication/254349345_Coming_to_Terms_with_Accountability).

**Herbert de Oliveira Rego | herbert.rgo@gmail.com**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Isa Maria Freire | isafreire2011@gmail.com**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

# OBSERVAÇÕES SOBRE AS DISCIPLINAS EM TEMÁTICA SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

OBSERVATIONS ON THE SUBJECTS ON RECORDS MANAGEMENT IN ARCHIVAL SCIENCE PROGRAMS IN BRAZIL

**Eliane Silveira Gonçalves | Hemmilys Karolinne de Sousa Maia | Kethlen Anne Araújo Perdigão**

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17a6>

**Resumo:** Os cursos universitários são o caminho para desenvolvimento do conhecimento e avanços das pesquisas científicas, bem como o *locus* do saber a ser aplicado na prática profissional. A Gestão de Documentos, no campo teórico da Arquivologia, tornou-se um dos principais suportes para a organização documental, facilitando a preservação dos documentos produzidos, racionalizando sua guarda e tornando mais eficiente o acesso à informação arquivística. Nessa perspectiva, objetivou-se observar como a temática Gestão de Documentos se apresenta nos cursos universitários em Arquivologia no Brasil. Realizou-se pesquisa com natureza básica, abordagem quali-quantitativa, com ênfase nos dados quantitativos coletados nos Projetos Políticos de Cursos, tendo o apoio do método de pesquisa documental e bibliográfica, no sentido de compreender como a Gestão de Documentos e suas abordagens teóricas e práticas estão sendo ensinadas nos cursos universitários. Com base nos dados coletados dos 16 cursos de Arquivologia no Brasil, situados em universidades públicas, foram identificadas nos Projetos Políticos de Cursos 51 disciplinas obrigatórias que contemplam a temática, traçando um total de 987 referências bibliográficas entre as consideradas básicas e complementares.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Ensino universitário; Gestão de Documentos; Projeto Político de Curso.

**Abstract:** University programs are the way to develop knowledge and improve scientific research, as well as the *locus* of knowledge to be applied in professional practice. Records Management in the theoretical field of Archival Science has become one of the main supports for document organization, facilitating the preservation of produced documents, rationalizing their storage, and making access to archival information more efficient. In this perspective, the objective was to observe how the theme of Records Management is presented in university programs in Archival Science in Brazil. Research was carried out with a basic nature, a quali-quantitative approach, with emphasis on quantitative data collected in the Political Projects of Programs, having the support of the documental and bibliographic research method to understand how Records Management and its theoretical and practical approaches are being taught in university programs. Based on the data collected from the 16 Archival Science programs in Brazil, located in public universities, 51 compulsory subjects that cover the theme were identified in the Political Projects of Programs, drawing a total of 987 bibliographic references among those considered basic and complementary.

**Keywords:** Archivology; University education; Records Management; Political Project of Program.

## **Introdução**

Os cursos universitários em Arquivologia são compreendidos como um dos principais locais em que as pesquisas científicas no campo arquivístico se têm desenvolvido, contribuindo com o *locus* do saber a ser aplicado na vivência do profissional arquivista.

No Brasil, os diálogos para a criação do curso iniciaram-se na década de 1970 e, no presente, estão registrados 18 cursos, distribuídos em quase todas as regiões do país, dos

quais 16 estão inseridos em instituições de ensino público e 2 em instituições privadas, sendo um presencial e outro em formato de ensino a distância (EAD).

O campo teórico da Gestão de Documentos, que é considerado um dos principais pilares da área do conhecimento da Arquivologia, vem sendo tema de diálogos desde a década de 1940 em diversos países, como Estados Unidos e Canadá. Tem havido uma observação mais acentuada dos documentos produzidos e/ou recebidos nos setores administrativos e que estão envolvidos na tomada de decisão, objetivando assegurar a produção, tramitação e destinação dos documentos arquivísticos e, assim, garantir que estes estejam disponíveis de forma rápida e precisa, quando e onde sejam necessários para o utente.

Compreendendo que o campo universitário é um dos principais locais em que o conhecimento da área de Arquivologia é dialogado e disseminado, busca-se observar como a temática Gestão de Documentos se apresenta nos cursos universitários em Arquivologia no Brasil.

Utilizaram-se, como base para construção desta pesquisa, as contribuições dos autores Ranieri (2005), Marques (2013), Fujino e Silva (2018) e Araújo e Demai (2019) no que tange o ensino universitário de Arquivologia e Gestão de Documentos. Na fundamentação dos aspectos metodológicos, utilizou-se Gil (2002, 2017) e Pizzani, *et al.* (2012) para o desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo deste trabalho é uma breve consideração acerca do ensino universitário de Arquivologia e dos Projetos Políticos de Cursos, Gestão de Documentos e suas abordagens teóricas e práticas. A metodologia utilizada é descrita, destacando-se as três etapas da coleta dos dados. Apresenta-se a análise e interpretação dos resultados, com o panorama das 51 disciplinas obrigatórias distribuídas nos 16 cursos de Arquivologia, que estão inseridos nas universidades públicas. Identifica-se o perfil dessas disciplinas – suas características, cargas-horárias, modalidades e referências bibliográficas. Por fim, há as considerações finais frente ao estudo realizado.

### ***Ensino universitário e projetos políticos de cursos de Arquivologia: breves considerações***

Os primeiros ensaios das instituições de ensino superior em território nacional datam de meados do século XVI, criados pelos jesuítas e a Companhia de Jesus. As universidades só se estruturaram como se conhece hoje a partir dos anos de 1930. No entanto, sua autonomia, tanto em termos didáticos quanto administrativos e financeiros, só ocorreu a partir da reforma universitária de 1968 e, anos mais tarde, as universidades ganharam mais reforço com a *Lei de Diretrizes e Bases para Educação* publicada em 1996.

A Reforma Universitária de 1968 teve como principal foco a expansão das instituições públicas de ensino superior. Suas principais mudanças ocorreram em questões como: maior incentivo na relação entre pesquisas e ensino; a extinção das cátedras vitalícias; institucionalização das carreiras acadêmicas; e, principalmente, a maior autonomia das universidades. Essas e outras mudanças impulsionaram a iniciação científica, que tem proporcionado inúmeros avanços.

As universidades têm caminhado, ao longo dos anos, com foco na construção e disseminação do conhecimento produzido no seu espaço, que é, sabidamente, importante para o desenvolvimento da sociedade. Isso porque conseguem alinhar as influências de forma a coexistirem através do equilíbrio, e, assim, somam-se forças para impulsionar o desenvolvimento das próprias instituições educacionais e pesquisas científicas.

Os cursos de nível superior têm como norteador o Projeto Político de Curso. Segundo Araújo e Demai (2019) projeto político de curso é:

Documento legal que organiza o currículo na forma de planejamento pedagógico, de acordo com as legislações e outras fundamentações socioculturais, políticas e históricas, abrangendo justificativas, objetivos, perfil profissional, organização curricular das competências, habilidades, bases tecnológicas, temas e cargas horárias teóricas e práticas, aproveitando de experiências e conhecimentos e avaliação de aprendizagem, infraestrutura de laboratórios e equipamentos e pessoal docente, técnico e administrativo (p. 92).

Reforçando o que está expresso na citação acima, os Projetos Políticos de Cursos se fazem presentes e são parte importante da construção ou reestruturação dos cursos universitários, visando ser a junção formal da estrutura vital do ensino superior, incluindo como pauta, para além da organização pedagógica, a forma prática da ciência, sua função social, tendo em vista o profissional que se quer formar e o relacionamento participativo com a sociedade.

Os Projetos Políticos de Cursos são ainda incorporados na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* que, segundo Ranieri (2005), tornou o documento pré-requisito básico para a renovação do reconhecimento dos cursos e para o recredenciamento das universidades junto ao Ministério da Educação. Se antes esse reconhecimento era permanente, agora ele depende de avaliação periódica, que ocorre de quatro em quatro anos. Com esse marco, tornou-se o instrumento parte integrante de todos os cursos de nível superior, organizando o planejamento pedagógico e unindo-o, em um único instrumento, à organização funcional do curso.

### ***Cursos de Arquivologia***

O campo da Arquivologia teve seu arcabouço disciplinar desenvolvido principalmente a partir da Revolução Francesa (1789) e ainda avança ao longo dos anos e se fortalece, pois de acordo com Marques (2013:25) é “a disciplina científica que estuda as funções e atividades do arquivo; os princípios, as teorias, os conceitos e as técnicas a serem utilizados na produção, organização, comunicação e recuperação da informação orgânica”, ou seja, suas características científicas próprias estão presentes como campo que atua na organização, preservação e acesso à informação.

Quanto ao processo de formação universitária no Brasil, a Arquivologia se estrutura a partir do final dos anos 1970, culminando na criação do primeiro curso de graduação, aprovado em 1977, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Ao longo de décadas de existência, os cursos universitários passaram por diversas influências,

principalmente de teorias externas, o que provocou e ainda vem provocando inúmeras mudanças na estrutura e no debate teórico e prático da área internamente.

Essas inúmeras influências e mudanças chegaram ao ensino superior de Arquivologia, tendo como impacto, entre tantos outros: debates sobre os programas curriculares dos cursos; o aumento significativo de professores devidamente especializados na área a nível de pós-graduação; ampliação de atividades de pesquisa e publicações em temas diversificados da própria área ou em correlação com outras áreas do conhecimento.

O ensino universitário é um dos principais caminhos para a boa formação de profissionais, aptos a exercerem plenamente suas funções, contribuindo para que a sociedade tenha acesso a bons serviços e à informação. Para a construção desse profissional, os cursos universitários podem e devem proporcionar acesso a um ensino arquivístico sólido, a fim de elevar o aporte de conhecimentos específicos da área.

### ***Gestão de Documentos e suas abordagens teóricas e práticas***

Entre várias funções da Arquivologia, uma das principais é dar subsídios teóricos e práticos para o tratamento dos documentos arquivísticos e, assim, torná-los acessíveis. Para promover tal ação, o profissional arquivista precisa ter conhecimento e clareza acerca das teorias, metodologias e técnicas para que as atividades aplicadas na trajetória de tratamento e acesso aos documentos arquivísticos sejam realizadas de forma clara e objetiva. Nesse sentido, a área da Gestão de Documentos adentra a discussão por ser a abordagem teórica e prática que coopera cientificamente no processo de produção, tramitação, organização, preservação e acesso aos documentos produzidos e recebidos por pessoa física ou jurídica.

Esse ponto teórico que faz parte da área da Arquivologia se tornou presente a partir do momento em que se deu o aumento significativo da produção de documentos, em meados do século XX, em diferentes pontos do mundo e, mais significativamente, nos Estados Unidos e nas suas instituições administrativas públicas.

A massa documental acumulada provocou mudanças na dinâmica dos setores públicos, desencadeando análises e discussões, fazendo-se necessário pensar em como manter o controle de todos os documentos que estavam sendo produzidos e recebidos nas repartições públicas.

Com o avanço da Segunda Guerra Mundial, a situação dos documentos arquivísticos nos Estados Unidos se tornou incontrolável e leis e decretos foram publicados para tentar resolver o problema. Neste contexto, a Gestão de Documentos decorreu de uma necessidade prática e se desenvolveu também como base teórica a partir, principalmente, da relação de interdisciplinaridade com outras áreas como a Administração e o Direito. Ao longo dos anos, a Gestão de Documentos foi tema de inúmeras publicações sobre sua teoria e aplicação, além de debates essenciais que contribuíram para o seu entendimento e evolução.

É essencial que haja uma pesquisa que contribua para observar como esse tema está inserido no ensino arquivístico, a fim de suscitar diálogos sobre como se têm abordado esta disciplina no âmbito acadêmico e influenciar em uma possível rediscussão das abordagens

teóricas e práticas da área, contribuindo, assim, para a melhoria do fazer arquivístico no país.

### ***Procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa***

O estudo se classifica como uma pesquisa básica, com a finalidade de reunir “estudos que tem como propósito preencher uma lacuna no conhecimento” (GIL, 2017:25) e, desse modo, auxiliar no entendimento de como as disciplinas com temáticas em Gestão de Documentos encontram-se inseridas nas grades curriculares dos cursos de Arquivologia.

Em relação à abordagem da pesquisa, utilizou-se o viés quantitativo, no sentido de quantificar os dados coletados e, assim, inserir o viés qualitativo, em virtude da necessidade de conhecer o campo de estudo e seus dados, bem como a importância de se fazerem reflexões sobre as referências, ampliando o entendimento de como o tema Gestão de Documentos está inserido nas disciplinas.

Quanto aos objetivos propostos, estes foram classificados como exploratório e descritivo, pois objetiva-se apresentar o atual cenário das disciplinas sobre Gestão de Documentos e, assim, “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002:41), de forma a descrever “as características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2017:26).

O método de análise para o delineamento do presente estudo será a linha da pesquisa documental, com foco nos Projetos Políticos de Cursos dos 16 cursos universitários que se encontram em instituições públicas de ensino superior. A pesquisa bibliográfica entendida como “revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” (PIZZANI, *et al.*, 2012:53) proporcionou o entendimento sobre os temas que circundam este trabalho.

Os percursos metodológicos foram desenvolvidos em três etapas, descritas a seguir:

Na **primeira etapa**, houve a coleta dos dados. Utilizamos o subsídio da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-sic) às universidades federais e as ferramentas de acesso à informação disponibilizadas nos *sites* das universidades estaduais. Além do uso de *e-mail* das coordenações dos cursos e seus próprios sites.

Na **segunda etapa**, realizou-se análise quantitativa, mediante tabulação dos dados coletados nos Projetos Políticos de Cursos e a identificação das disciplinas que possuíam em suas ementas temáticas sobre Gestão de Documentos. Assim, foram coletadas informações como: data de publicação dos Projetos Políticos de Cursos; nome das disciplinas obrigatórias, tanto as básicas como as complementares, voltadas à gestão de documentos e dados das referências bibliográficas.

Por fim, a **terceira etapa** corresponde à análise das informações coletadas e à apresentação panorâmica de Gestão de Documentos nos cursos universitários de Arquivologia.

### **Apresentação e análise dos resultados**

Essa seção está destinada à apresentação e análise dos resultados. O primeiro tópico apresenta o mapeamento e perfil das disciplinas voltadas à temática Gestão de Documentos. O segundo tópico é direcionado a análise das referências bibliográficas destas disciplinas identificadas.

- **Das disciplinas com temática em Gestão de Documentos**

Entre os 16 cursos de Arquivologia nas instituições de ensino superior público, identificaram-se 51 disciplinas, contendo 987 referências bibliográficas. Para o andamento dessa ação, foram utilizados os Projetos Políticos de Cursos, visando identificar as disciplinas com temáticas associadas à Gestão de Documentos. Os dados serão apresentados a partir dos quadros de 1 a 5 em que os cursos de Arquivologia e suas disciplinas são divididos pelas regiões do país.

O Quadro 1 se refere às disciplinas voltadas à temática de Gestão de Documentos coletadas nos Planos Políticos de Cursos da área de Arquivologia que estão localizadas na região sudeste<sup>1</sup>. São apresentados os estados, nomes das disciplinas; características; cargas horárias; tipos das referências bibliográficas e suas respectivas quantidades.

**Quadro 1 – Disciplinas com temáticas voltadas à Gestão de Documentos - Região Sudeste**

REGIÃO SUDESTE							
Estado	Universidade	PPC	Disciplinas	Características	C/H	Tipos de referências	
RJ	UFF	2019	Arquivos Permanentes	Teórico-prática	60h	Artigos	1
						Dicionário	1
						Livros	3
						Materiais técnicos	3
			Classificação em Arquivo	Teórico-prática	60h	Artigos	7
			Dicionário	1			
			Legislação	1			
			Livros	7			
			Fundamentos Teóricos em Informação II	Teórico	60h	Livros	9
			Gestão de Documentos I	Teórico	60h	Artigo	1
	Livros	4					
	Material técnico	1					
	Tese	1					
				Teórico	60h	Dicionário	1

<sup>1</sup> Nessa região os cursos estão distribuídos da seguinte forma: **Rio de Janeiro** -> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF); **Espírito Santo**-> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); **São Paulo** -> Universidade Estadual Paulista (UNESP); **Minas Gerais**-> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**OBSERVAÇÕES SOBRE AS DISCIPLINAS EM TEMÁTICA SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS...**

			Gestão de Documentos II			Livros 4 Materiais técnicos 3
	UNIRIO	2006	Avaliação de Documentos Arquivísticos	Teórico	60h	Artigos 14 Dicionários 3 Legislações 7 Livros 32 Materiais técnicos 5
			Gestão da Informação Arquivística	Teórico	60h	Artigos 12 Dicionário 1 Legislações 3 Livros 10
			Gestão de Documentos Arquivísticos	Teórico-prática	60h	Artigos 33 Dicionários 3 Legislações 3 Livros 22 Materiais técnicos 20
			Introdução à Arquivologia	Teórico	60h	Artigos 9 Livros 9
			Organização Prática de Arquivos	Prática	120h	Dicionário 1 Livros 4 Materiais técnicos 2
ES	UFES	2017	Avaliação de Documentos arquivísticos	Teórico	60h	Artigos 5 Dicionário 1 Legislação 1 Livros 6 Materiais técnicos 2
			Gestão de Documentos	Teórico	60h	Artigos 3 Legislação 1 Livros 5
SP	UNESP	2012	Arquivos Correntes e Intermediários	Teórico	60h	Artigos 7 Livros 15 Materiais técnicos 3
			Arquivos Empresariais	Teórico	60h	Artigos 49 Legislações 2 Livros 13 Materiais técnicos 8
			Arquivos Permanentes	Teórico	60h	Artigos 2 Dicionário 1

						Livros	5
						Materiais técnicos	4
			Classificação Arquivística	Teórico-prática	60h	Artigos	6
						Dicionários	2
						Livros	16
						Materiais técnicos	8
			Produção Documental	Teórico	60h	Artigos	3
						Dicionários	3
						Legislações	2
						Livros	12
						Materiais técnicos	8
MG	UFMG	2019	Gestão de Documentos Arquivístico I	sem informação	60h	Artigos	10
						Dicionário	1
						Legislação	1
						Livros	18
						Materiais técnicos	6
						TCC	1
			Gestão de Documentos Arquivístico II	sem informação	60h	Artigos	11
						Legislações	3
						Livros	4
						Materiais técnicos	3
						Tese	1

**Fonte:** Elaboração própria, 2021.

Das 5 universidades do sudeste do país analisadas, 3 apresentam 5 disciplinas com temáticas em Gestão de Documentos, e duas delas - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - duas disciplinas cada. Assim, nesta região, há um total de 19 disciplinas direcionadas ao estudo em questão, das quais 18 têm carga-horária de 60h e uma delas, 120h. Observa-se que, quanto à classificação da disciplina como teórica e/ou prática, há 12 disciplinas teórico-práticas, 4 teóricas e 1 prática. Pontua-se que não obtivemos informações quanto à característica das disciplinas da universidade da UFMG.

Quanto às referências bibliográficas, há 492 itens distribuídos em: artigos científicos (173), legislação nacionais e internacionais (24), dicionários (19), livros e capítulos de livros (198) e material técnico (76).

## OBSERVAÇÕES SOBRE AS DISCIPLINAS EM TEMÁTICA SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS...

Seguindo as observações, no quadro seguinte (Quadro 2), são discriminadas 12 disciplinas oriundas dos Planos Políticos de Cursos da região Sul<sup>2</sup>.

**Quadro 2 – Disciplinas com temáticas voltadas à Gestão de Documentos - Região Sul**

REGIÃO SUL							
Estado	Universidade	PPC	Disciplinas	Características	C/H	Tipos de referências	
RS	UFSM	2020	Avaliação Documental	Teórico	60h	Artigo 3 Livros 6 Materiais técnicos 2	
			Gestão e Classificação de Documentos	Teórico	75h	Artigo 1 Livros 11 Materiais técnicos 3	
	UFRGS	2014	Avaliação de Documentos	Teórico-prática	60h	Artigos 9 Livros 15 Materiais técnicos 4	
			Gestão Documental	Teórico-prática	60h	Artigo 1 Livros 5 Materiais técnicos 2	
	FURG	2017	Análise e Seleção de Documentos de arquivo	sem informação	60h	Livros 4	
			Classificação Arquivística	sem informação	60h	Livros 6 Material técnico 1	
			Gestão Arquivística	sem informação	60h	Livros 7 Materiais técnicos 3	
	PR	UEL	2018	Introdução a Gestão de Documentos	Teórico-prática	60h	Artigo 1 Legislação 1 Livros 5 Material técnico 1
	SC	UFSC	2015	Arquivos Correntes e Intermediários	Teórico-prática	72h	Artigos 3 Livros 3
				Arquivo Permanente	Teórico-prática	72h	Artigos 13 Dicionários 2 Legislações 14

<sup>2</sup> Nessa região os cursos estão distribuídos da seguinte forma: **Rio Grande do Sul** -> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG); **Paraná** -> Universidade Estadual de Londrina (UEL); **Santa Catarina** -> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

						Livros	16
						Materiais técnicos	3
			Avaliação de Documentos	Teórico-prática	72h	Artigos	4
						Livros	6
						Materiais técnicos	2
			Classificação Arquivística	Teórico-prática	72h	Artigo	1
						Livros	7
						Materiais técnicos	1

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Observa-se, a partir do Quadro 2, que na região Sul do país, há, ao todo, cinco cursos de Arquivologia, sendo 3 no estado do Rio Grande do Sul, 1 no estado do Paraná e 1 em Santa Catarina. Desses cursos, somam-se 12 disciplinas com temática em Gestão de Documentos, sendo a Universidade do Estado de Londrina (UEL) com apenas 1 disciplina sobre o tema.

Outro ponto a ser observado se refere às características dessas disciplinas, que estão representadas em teórica – total de 2 disciplinas; e teórico-prática – total de 7 disciplinas. Não sendo possível computar as disciplinas do curso da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pois as informações não foram localizadas em seu Projeto Político de Curso. Quanto à carga horária das disciplinas, há 7 disciplinas com 60 horas cada, 2 contêm 72h e 1 com 75h.

Há 157 referências bibliográficas, distribuídas em: artigos (35), dicionários (2), legislações nacionais e internacionais (15), livros e capítulos de livros (81), material técnico (24).

Em se tratando da região Nordeste<sup>3</sup> (Quadro 3), 9 disciplinas contemplam a temática de Gestão de Documentos, distribuídas entre três cursos.

**Quadro 3 – Disciplinas com temáticas voltadas à Gestão de Documentos - Região Nordeste**

REGIÃO NORDESTE							
Estado	Universidade	PPC	Disciplinas	Características	C/H	Tipos de referências	
BA	UFBA	2017	Arquivos Correntes	Teórico-prática	60h	Artigos	3
						Livros	3
			Arquivos Intermediários	Teórico-prática	60h	Materiais técnicos	4
						Livros	4
						Materiais técnicos	3

<sup>3</sup> Nesta região os cursos estão distribuídos da seguinte forma: **Bahia** -> Universidade Federal da Bahia (UFBA); **Paraíba** -> Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**OBSERVAÇÕES SOBRE AS DISCIPLINAS EM TEMÁTICA SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS...**

			Arquivos Permanentes	Teórico-prática	60h	Artigos Livros Materiais técnicos Tese	3 10 4 1
PB	UEPB	2016	Arquivos Permanentes	Teórico	60h	Artigo Livro Materiais técnicos	1 1 4
			Gestão de Documentos	Teórico	60h	Livros Material técnico	4 1
			Prática de Gestão de Documentos	Teórico	60h	Artigo Dissertação Livros Material técnico	1 1 2 1
	UFPB	2008	Avaliação e Seleção de Documentos	sem informação	60h	Artigos Livros	6 9
			Gestão de Documentos em Arquivo Correntes e Intermediários	sem informação	60h	Artigos Legislações Livros Materiais técnicos	16 8 19 7
			Gestão de Documentos em Arquivo	sem informação	60h	Referências não foram localizadas	0

**Fonte:** Elaboração própria, 2021.

A partir da observação do Quadro 3, verifica-se que a região Nordeste apresenta três cursos, totalizando 6 disciplinas com temática em Gestão de Documentos. No que se refere às características das disciplinas: 3 seguem o perfil teórico-prático e 3 são teóricas, sendo 5 disciplinas com carga horária de 60h. Destaca-se que não foram localizadas as informações das características teóricas ou práticas das disciplinas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Há 116 referências bibliográficas, distribuídas em: artigos científicos (30), dissertação (1), legislação nacional e internacional (8), livros e capítulos de livros (52), material técnico (24), tese (1).

O Quadro 4 refere-se à região Norte, que possui somente dois cursos de Arquivologia, aprovados com o apoio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

**Quadro 4 – Disciplinas com temáticas voltadas à Gestão de Documentos - Região Norte**

REGIÃO NORTE						
Estado	Universidade	PPC	Disciplinas	Características	C/H	Tipos de referências
AM	UFAM	2020	Avaliação de Documentos Arquivísticos	Teórico-prática	60h	Artigo 2 Legislação 1 Livros 5 Tese 1
			Classificação de Documentos Arquivísticos	Teórico-prática	60h	Artigo 3 Legislação 1 Livros 3 Tese 1
			Gestão de Documentos Arquivísticos	Teórico	60h	Artigo 5 Dissertação 1 Livros 2
PA	UFPA	2014	Avaliação de Documentos	Teórico-prática	60h	Artigo 1 Livros 4 Materiais técnicos 2
			Classificação de Documentos	Teórico-prática	60h	Artigos 2 Dicionário 1 Legislação 1 Livros 4
			Gestão de Documentos de Sistemas I	Teórico-prática	60h	Legislações 3 Livros 2 Materiais técnicos 3
			Gestão de Documentos de Sistemas II	Teórico-prática	60h	Artigo 1 Dicionário 1 Legislação 1 Livros 5 Materiais técnicos 2
			Introdução à Arquivologia	Teórico	60h	Artigo 1 Dicionário 1 Livros 6

**Fonte:** Elaboração própria, 2021.

A região Norte contém os cursos de Arquivologia mais recentes, UFAM 2009 e UFPA 2012. As duas universidades apresentam, juntas, 8 disciplinas com temáticas em Gestão de Documentos e suas características são: 5 teórico-práticas e 2 teóricas. As cargas-horárias são todas de 60h.

Sobre as referências bibliográficas, temos o total de 65 literaturas distribuídas em: artigos científicos (15), dicionários (3), dissertação (1), legislação nacional e internacional (7), livros e capítulos de livros (31), material técnico (7), tese (1).

## OBSERVAÇÕES SOBRE AS DISCIPLINAS EM TEMÁTICA SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS...

Concernente à região Centro-Oeste<sup>4</sup>, refletida no Quadro 5, tem-se a Universidade de Brasília, em que foram identificadas 3 disciplinas no Projeto Político de Curso a saber: Avaliação Arquivística, Classificação Arquivística e Gestão Integrada de Documentos.

**Quadro 5 – Disciplinas com temáticas voltadas à Gestão de Documentos - Região Centro-Oeste**

REGIÃO CENTRO-OESTE						
Estado	Universidade	PPC	Disciplinas	Características	C/H	Tipos de referências
DF	UNB	2015	Avaliação Arquivística	Teórico-prática	60h	Artigos 14 Filme 1 Livros 29 Material técnico 3 Tese 1
			Classificação Arquivística	Teórico-prática	60h	Artigo 20 Dicionário 2 Dissertação 2 Legislação 1 Livros 21 Materiais técnicos 14 Tese 1
			Gestão Integrada de Documentos	Teórico-prática	60h	Artigos 24 Livros 6 Materiais técnicos 7

**Fonte:** Elaboração própria, 2021.

A partir da observação do Quadro 5, verifica-se que há, ao todo, três disciplinas envolvidas com a temática de Gestão de Documentos e todas com característica teórico-prática, com 60h cada. Quanto às referências bibliográficas, temos um total de 146 produções distribuídas em artigos científicos (58), dicionário (2), dissertação (2), legislação nacional e internacional (1) e livros e capítulos de livros (56).

### • Análises gerais

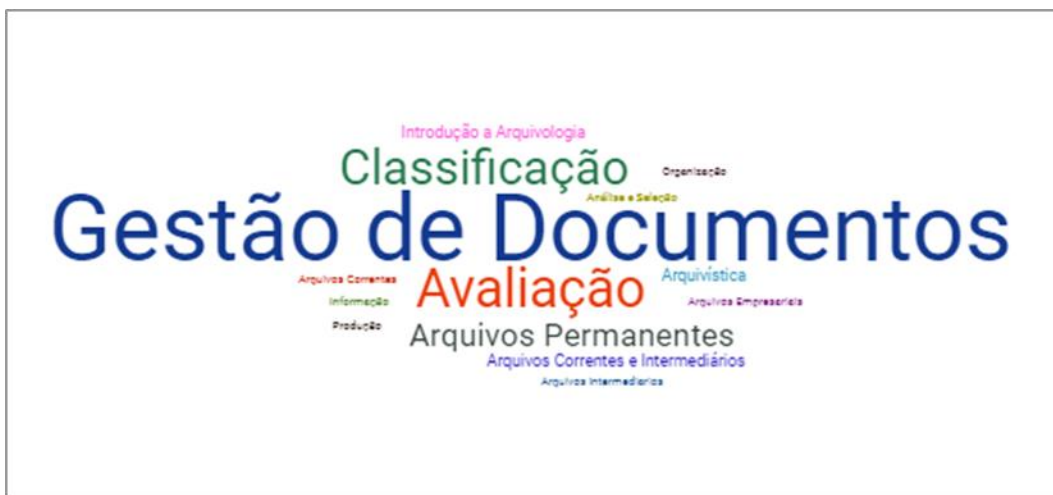
Sublinha-se que a atualização do Projeto Político de Curso mais antigo é referente ao ano de 2006 da UNIRIO, seguido pelo da UFPB de 2008, datados da década passada. A partir de 2010, os projetos políticos de cursos atualizados foram: UNESP em 2012; UFRGS e UFPA em 2014; UNB e UFSC em 2015; UEPB em 2016; UFES e FURG em 2017; UEL em 2018; UFMG e UFF em 2019; e em 2020 foram as UFSM e UFAM.

<sup>4</sup> Nesta região existe apenas o curso localizado no **Distrito Federal** -> Universidade de Brasília (UNB).

De acordo com os resultados apresentados nos quadros, os cursos universitários de Arquivologia possuem em suas grades curriculares de 1 a 5 disciplinas com assuntos associados à Gestão de Documentos, com média de 3 disciplinas por curso, a contar: 1 disciplina (UEL); 2 disciplinas (UFES, UFMG, UFRGS e UFESM); 3 disciplinas (FURG, UEPB, UFAM, UFBA, UFPB e UNB); 4 disciplinas (UFSC); e 5 disciplinas (UFF, UFPA, UNESP, UNIRIO).

Com relação à nomenclatura das disciplinas que trabalham com a temática, observou-se uma variação no uso dos termos que se destacam na nuvem de nomenclaturas (ver Fig. 1). Dentre as dezesseis instituições, 11 utilizam o nome Gestão de Documentos, a saber: UFES, UEPB, UFAM, UNIRIO, UFMG, UFPA, UFPB, UFF, UFRGS, UNB e UEL. O termo Avaliação aparece 9 vezes, sendo utilizado pela UNB, UFRGS, UFPA, UFSC, UNIRIO, UFES, UFAM, UFESM e UFPB. Quanto ao termo “classificação”, este se apresenta 8 vezes, complementando o nome das disciplinas com as palavras “arquivística, de documentos e em arquivo”. Por conseguinte, nota-se a frequência dos nomes: arquivos permanentes (5), arquivística (2), arquivos corrente e intermediário (2), introdução à Arquivologia (2), análise e seleção (1), arquivos correntes (1), arquivos empresariais (1), arquivos intermediários (1), informação (1), organização (1) e produção (1).

Fig. 1 – Nuvem das nomenclaturas das disciplinas voltadas a GD



Fonte: Os autores (2021) a partir dos dados dos Projetos Políticos de Curso.

Infere-se que as disciplinas são voltadas para diálogos de assuntos considerados subtópicos dentro do campo da Gestão de Documentos, como por exemplo, disciplinas que tratam sobre Classificação e Avaliação, que são funções arquivísticas importantes e que fazem parte da área.

Além disso, observou-se também quais as temáticas mais recorrentes nas ementas das disciplinas, sendo estas as bases norteadoras dos conteúdos a serem ministrados no decorrer das aulas. Em ordem decrescente e com numeral indicativo de frequências, o tema mais abordado entre as disciplinas é Gestão de Documentos (15), seguido de Avaliação (14), Destinação (13), Produção (12), Classificação e Arquivo Intermediário (10), Arquivo

Permanente e Arquivo Corrente (9), Ciclo Vital (6), Tramitação (4) e Teoria das Três Idades (2).

Diante do exposto, o tema de destaque Gestão de Documentos representa ementas que tinham foco em diálogos sobre seu conceito e suas características. A Avaliação, por sua vez, é impactada diretamente através das ações realizadas na prática da Gestão de Documentos, e, nesse cenário, mostra a preocupação com o seu impacto também na classificação, acesso, difusão e eliminação de documentos.

Os temas Ciclo Vital e Teoria das Três Idades aparecem em seis (6) e dois (2) casos recorrentes, respectivamente. É importante salientar que por serem temas presentes na abordagem teórica da Gestão de Documentos e nesse cenário do ensino da Arquivologia, apresentam menor número. Esse resultado traz certa preocupação sobre como as abordagens teóricas da Gestão de Documentos estão sendo transmitidas para os estudantes, sendo esta a disciplina que contribui no entendimento do processo de tramitação dos documentos arquivísticos e está entrelaçada a outras.

Sobre as abordagens teóricas e práticas, em 8 disciplinas não foi possível identificar a informação. No entanto, existe sinalização nos Projetos Políticos de Curso, da concentração de 23 disciplinas que identificam seus diálogos como sendo teóricos e práticos, 19 disciplinas voltadas exclusivamente para a teoria e 1 disciplina descrita como prática.

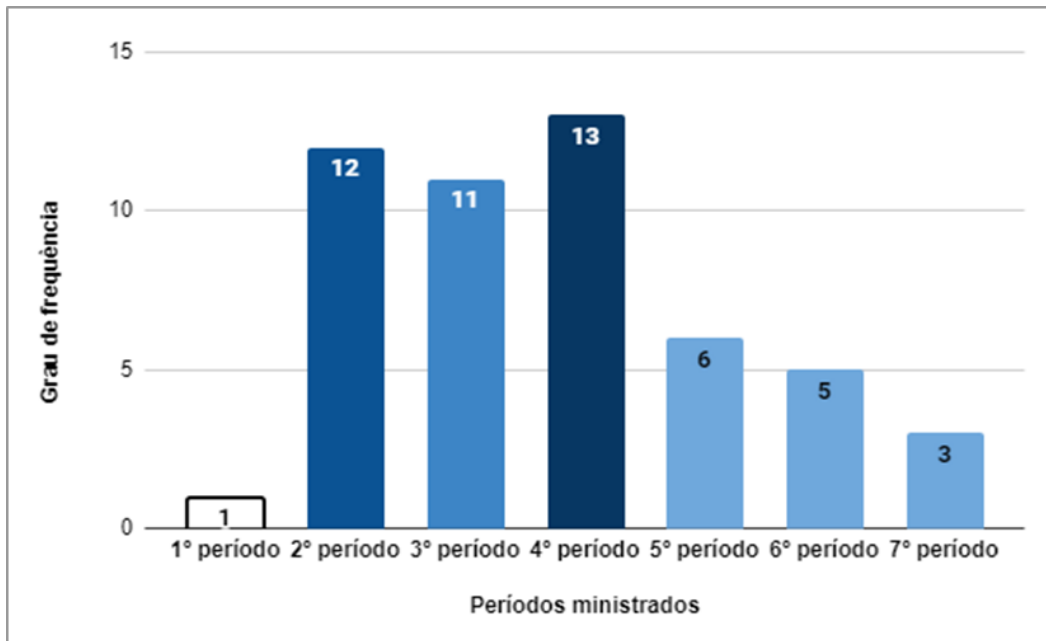
A partir dos objetivos de cada disciplina, é possível compreender a sua finalidade e ter base para a interpretação de suas características, sendo elas, em sua maioria, teórico-práticas – conclusão a que chegamos a partir do quantitativo de termos *teóricos* utilizados no método de ensino e um quantitativo inferior, porém significativo, do termo *prática* e *estudo de caso*, que, nesta circunstância, entende-se como uma atividade prática.

Em associação com a temática, percebe-se que a Gestão de Documentos é um tema que se utiliza tanto de ações teóricas como práticas, o que contempla o que foi apresentado por Williams (2007:394) ao discorrer que a teoria “está sempre em ativa com a prática: uma interação entre as coisas feitas, as coisas observadas e a explicação (sistemática) delas. Isso permite uma distinção necessária entre teoria e prática, mas não requer sua oposição”.

Quanto às disciplinas, estas são ministradas por hora/aula, comumente indicadas no Projeto Político de Curso, que determina sua duração. Das 51 disciplinas com temáticas em Gestão de Documentos, 45 têm carga horária de 60 horas, na observância de alguns casos diferenciados como quatro disciplinas com 72 horas, uma disciplina com 120h e outra com 75 horas. A hegemonia de carga horária referente a 60 horas/aula reflete um padrão em torno das disciplinas consideradas teórico-práticas, indicando que esta carga horária supre e dá suporte às disciplinas que abordam o tema Gestão de Documentos.

As disciplinas sinalizadas nessa pesquisa foram as obrigatórias, pois entende-se que essas são essenciais para conhecimento dos fazeres técnicos da profissão dos arquivistas, ministradas frequentemente nos primeiros quatro semestres do curso arquivístico, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Períodos em que as disciplinas de GD são ministradas**



**Fonte:** Os autores (2021) a partir dos dados dos Projetos Políticos de Curso.

No primeiro semestre, identificamos a oferta de 1 disciplina voltada à temática do estudo, intitulada como “Introdução à Arquivologia” ofertada aos novos acadêmicos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Observando os graus de frequências em que as disciplinas são ofertadas por período letivo, nota-se que o contato do discente com os conteúdos ou abordagens voltadas a Gestão de Documentos acontece frequentemente a partir do segundo semestre, com 12 disciplinas distribuídas nos cursos da UFF, UNIRIO, UFES, UFSM, UFRGS, FURG, UEL, UFBA, UEPB, UFPA e UNB; no terceiro semestre, 11 disciplinas; e, no quarto, o mais recorrente, com 13 disciplinas nos eixos de conhecimento de produção, classificação, avaliação e gestão de documentos.

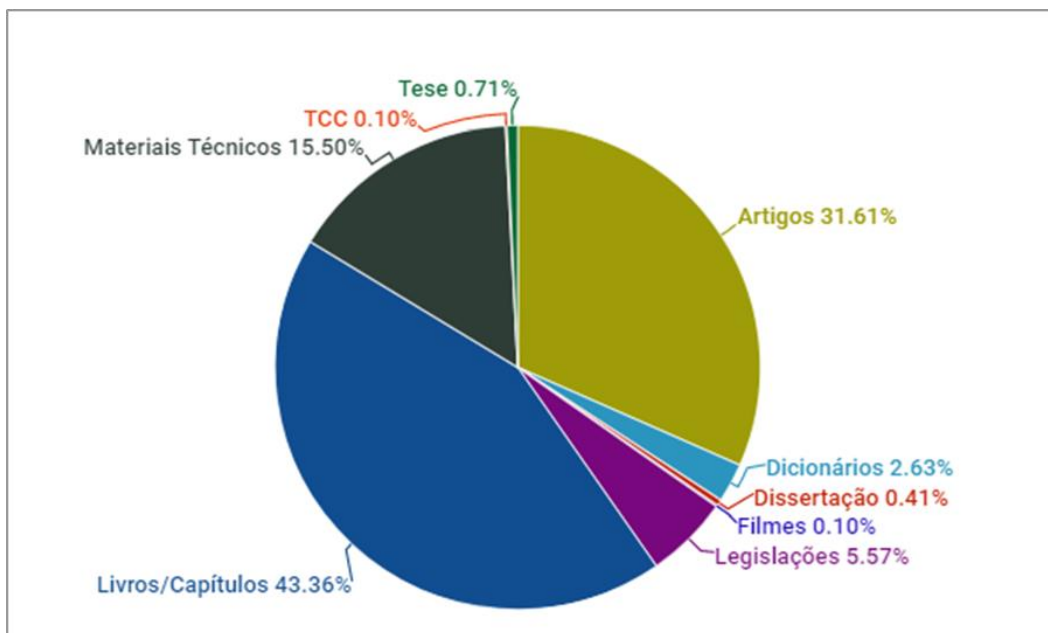
Em um segundo cenário, observa-se que o contato do discente com a temática da pesquisa em questão, ocorre somente na metade do curso, a partir do 5º semestre, em que se apresentam as abordagens sobre arquivos permanentes.

Acerca do perfil das disciplinas, nota-se que a Gestão de Documentos detém uma sincronicidade enquanto as nomenclaturas utilizadas para nomear as disciplinas, de forma a representar bem o que se propõe a estudar nesta área, bem como as temáticas inerentes às ementas, que são todas abarcadas pela Gestão de Documentos, na forma prática ou teórica. Em outras palavras, as características de cada disciplina estão intimamente relacionadas à Gestão de Documentos e às suas temáticas, propiciando neste âmbito, um caminhar de sincronia entre as disciplinas e a área de estudo.

- **Referências bibliográficas das disciplinas: básicas e complementares**

Em se tratando das referências bibliográficas, foi identificado um total de 987 referências, entre as consideradas básicas e complementares. No gráfico abaixo (Gráfico 2), podem-se verificar detalhadamente as modalidades coletadas:

**Gráfico 2 – Referências por modalidades**



**Fonte:** Os autores (2021) a partir dos dados dos Projetos Políticos de Curso.

Constatam-se as diversidades dos materiais bibliográficos empregados nas disciplinas, assim como a predominância dos Livros e/ou Capítulos de livros representados em 43,36%, seguido dos Artigos em 31,61%, Materiais técnicos 15,50% e Legislações 5,57%. O conjunto dessas referências possui uma média de publicação entre os anos de 1934 a 2017.

Sobre os Livros e/ou Capítulos de livros, os autores mais indicados nas referências são: R. T. Schellenberg, H. L. Bellotto, C. Couture e Y.J. Rousseau, J. M. Jardim e L. C. Lopes. Entre os Artigos, os autores são inúmeros como: J.M. Jardim, D. Flores, T. Cook, R. T. Sousa, dentre outros. As publicações técnicas estão concentradas em manuais elaborados como sugestão pelo Conselho Nacional de Arquivo ou instituições como o Arquivo Público de São Paulo. Quanto às legislações, são as consideradas Legislações Arquivísticas, diretrizes como Lei dos Arquivos, Lei de Acesso à Informação, Resoluções sobre Classificação e Avaliação.

Ampliando o panorama de análise, é possível mensurar o quantitativo de referências por universidades, conforme tabela a seguir:

**Tabela 1 – Referências por Universidades**

<b>Universidades</b>	<b>QTD por n.</b>	<b>QTD por %</b>
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	21	2,13%
Universidade Estadual de Londrina – UEL	8	0,81%
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	16	1,62%
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	25	2,53%
Universidade Federal da Bahia – UFBA	35	3,55%
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	24	2,43%
Universidade Federal Fluminense – UFF	48	4,86%
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	59	5,98%
Universidade Federal do Pará – UFPA	41	4,15%
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	65	6,59%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	36	3,65%
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	75	7,60%
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	26	2,63%
Universidade de Brasília – UNB	146	14,79%
Universidade Estadual Paulista – UNESP	169	17,12%
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	193	19,55%
<b>Total geral</b>	<b>987</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Os autores (2021) a partir dos dados dos Projetos Políticos de Curso.

Destaca-se que 19,55% das referências são da UNIRIO, seguido de 17,12% da UNESP e 14,79% da UNB. Salienta-se que as referências bibliográficas da FURG são datadas entre os anos de 1997 a 2016, UEPB de 1970 e a mais recente em 2014, UFAM entre o ano de 1995 a 2009. Em relação às datas de publicação das referências bibliográficas da UFBA, estas estão inseridas entre o ano de 1971 a 2000, ou seja, as referências utilizadas nas disciplinas são de quase 20 anos.

Na UFES, as disciplinas contêm referências datadas de 1973 e a mais recente de 2014. Entre as referências das disciplinas da UFF, consta um livro de autoria internacional datado de 1961 e a referência mais recente é um artigo publicado pela revista *Acervo* de 2015. Sobre as referências bibliográficas da UFMG, essas estão inseridas entre os anos de 1968, com a indicação da Lei 5.433, de 8 de maio de 1968, que trata sobre o regulamento da Microfilmagem, e em 2016, com o livro *Corrente atuais do pensamento arquivístico*, no qual apresenta diversos temas arquivísticos dialogadas em outros países.

Na UFPA, frente às referências bibliográficas, a data mais distante é de 1959, uma publicação de Teodoro R. Schellenberg, intitulada *A Avaliação de documentos públicos modernos*, e a mais recente é o artigo de 2017, *Abordagens contemporâneas sobre avaliação em Arquivologia e Ciência da Informação: macroavaliação, avaliação do fluxo*

*informacional e modelo índice-evidência-prova*, dos autores Lisiane Braga Ferreira e Moisés Rockembach.

Quanto à UFPB, a referência mais antiga é de 1974, de J. Q. Gordea com o trabalho *Sistemas de arquivos e controle de documentos*, e o material bibliográfico mais recente é datado de 2013, com o livro *Documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*, da autora Rosely Curi Rondinelli.

As referências bibliográficas da UFRGS vão desde a clássica publicação de Hilary Jenkinson, de 1922, *A Manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*, a mais recente de 2017, com o estudo *Abordagens contemporâneas sobre avaliação em Arquivologia e Ciência da Informação: macroavaliação, avaliação do fluxo informacional e modelo índice-evidência-prova*, dos supracitados autores Lisiane Braga Ferreira e Moisés Rockembach.

Tangente aos materiais bibliográficos da UFSC, estes estão datados entre o ano de 1981, com a publicação *O que é patrimônio histórico?* do autor Carlos A. Lemos, e a mais recente é do ano de 2017, com a publicação *Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do Sul do Brasil*, dos autores Fernanda Martendal, Eva C. Silva e Elizete Vieira Vitorino. Em relação às referências bibliográficas da UFSM, contata-se a indicação da primeira edição de *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, de Theodore R. Schellenberg, de 1956.

No que concerne à quantidade dos assuntos abordados nas disciplinas, considera-se a média dentre o total satisfatória para abarcar o arcabouço teórico da Gestão de Documentos. Nesse sentido, é possível verificar uma relação com as discussões teóricas, através de uma reflexão sobre teoria e prática da Gestão de Documentos. Ações como organização, preservação, recuperação da informação, dentre outras questões envolvendo os documentos de arquivos contribuirão para melhores procedimentos, visando à acessibilidade e usabilidade da informação registrada.

### **Considerações finais**

A pesquisa foi pensada no sentido de observar como a Gestão de Documentos se apresenta no ensino de Arquivologia e, assim, perceber como esse tema de relevância arquivística está sendo apresentado aos alunos e futuros arquivistas. A partir disso, o que se confirmou é que Gestão de Documentos e suas abordagens teóricas e práticas estão presentes em todos os 16 cursos de Arquivologia em quantidade de disciplina considerável.

Quanto às suas cargas horárias, a maioria apresenta 60h, com aulas tanto teóricas quanto práticas e, em alguns casos, teórico-práticas. Essas características demonstram que os alunos que se formaram nesses cursos tiveram amplo acesso à temática e, desse modo, teriam condições positivas de aplicação de Gestão de Documentos e seus locais de atuação.

Outro ponto observado foram as referências bibliográficas, que são de diferentes autores e tipos (livros, capítulos, artigos científicos, literatura técnica como manuais, legislações e dicionários). Salienta-se que alguns cursos apresentaram defasagem temporal quanto às datas das bibliografias demonstrando necessidade de atualização das indicações bibliográficas listados nos Projetos Políticos de Curso. Entretanto, a maioria dos cursos

apresenta indicações de leitura atuais e apropriadas para o conhecimento e debate sobre o tema.

Ao término da pesquisa, algumas perguntas ficaram sem respostas, como: por que o tema Ciclo Vital dos Documentos e Teoria das Três Idades apareceu em poucas ementas disciplinares? Como os assuntos que estão presentes nas ementas são contemplados nas dinâmicas em sala de aula pelos professores? E, o mais importante: como os alunos, futuros arquivistas, absorvem os assuntos tratados nessas disciplinas? São esses conteúdos suficientes para a boa prática da Gestão de Documentos nas instituições públicas ou privadas no território brasileiro?

De qualquer forma, a presente pesquisa tem a função de ser um passo para análise mais profunda sobre Gestão de Documentos e como esta se apresenta no Brasil.

### **Referências bibliográficas**

**ARAÚJO, Almério Melquíades de; DEMAI, Fernanda Mello**

2019 *Currículo escolar em laboratório: a educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Centro de São Paulo, 2019.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2011 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. [Em linha]. Brasília. (18 nov. 2011). [Consult. 20 abr. 2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2002 Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília. (4 jan. 2002).

**FUJINO, Asa; SILVA, Adaci Aparecida Oliveira Rosa da**

2018 Formação e trabalho do profissional da informação: trajetórias no Brasil. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina, 2018. *Anais*. Londrina, 3.977-3.997.

**GIL, Antonio Carlos**

2017 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

**GIL, Antonio Carlos**

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**MARQUES, Angélica Alves da Cunha**

2013 *A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

**PIZZANI, Luciana [et al.]**

2012 A Arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 10:2 (2012) 53-66. [Consult. 5 jan. 2021] Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>.

**RANIERI, Nina Beatriz Stocco**

2005 Aspectos jurídicos da autonomia universitária no Brasil. *Revista CEJ*. 9: 31 (dez. 2005) 19-30.

**SCHELLENBERG, T. R.**

2006 *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

2014 *Projeto Político Pedagógico*. Londrina, 2014.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

2016 *Projeto Político Pedagógico*. João Pessoa, 2016.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

2012 *Projeto Político Pedagógico*. São Paulo, 2012.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

2009 *Projeto Político Pedagógico*. Manaus, 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

2017 *Projeto Político Pedagógico*. Salvador, 2017.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

2006 *Projeto Político Pedagógico*. Vitória, 2017.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

2006 *Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro, 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

2006 *Projeto Político Pedagógico*. Niterói, 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

2012 *Projeto Político Pedagógico*. Belo Horizonte, 2017.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

2014 *Projeto Político Pedagógico*. Belém, 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

2008 *Projeto Político Pedagógico*. João Pessoa, 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**

2017 *Projeto Político Pedagógico*. Porto Alegre, 2017.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

2014 *Projeto Político Pedagógico*. Poerto Alegre, 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

2015 *Projeto Político Pedagógico*. Floeianópolis, 2015.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
2004 *Projeto Político Pedagógico*. Santa Maria, 2004.

**WILLIAMS, Raymond**  
2007 *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

**Eliane Silveira Gonçalves | [elianegoncalves@ufam.edu.br](mailto:elianegoncalves@ufam.edu.br)**

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Faculdade de Informação e Comunicação, Brasil

**Hemmilys Karolinne de Sousa Maia | [hemmilys.maia@gmail.com](mailto:hemmilys.maia@gmail.com)**

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Faculdade de Informação e Comunicação, Brasil

**Kethlen Anne Araújo Perdigão | [kethlen.annesilva@gmail.com](mailto:kethlen.annesilva@gmail.com)**

Centro de Documentação e Memória da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Brasil

# OS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS NA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA DIPLOMÁTICA: um estudo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

PHOTOGRAPHIC DOCUMENTS IN THE DIPLOMATICS' THEORETICAL-METHODOLOGICAL PERSPECTIVE: a study of the Fernando Henrique Cardoso Foundation

Maítha Elena Tosta Graziano | Maria Leandra Bizello

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17a7>

**Resumo:** Observando o *status* empregado às fotografias nos arquivos atualmente, desde o reconhecimento do seu caráter de documento de arquivo, suas diferenças na organização, acondicionamento e disponibilização para o acesso, evidencia-se a necessidade de aprofundar as discussões sobre esses documentos no âmbito arquivístico. Por esse motivo, propõe-se discutir a fotografia e suas *nuances*, vislumbrando a sua natureza documental e, conseqüentemente, arquivística, a partir do seu contexto de produção por meio da perspectiva teórico-metodológica que a análise diplomática oferece como ferramenta válida para compreendê-la enquanto resultado de uma ação registrada no mundo contemporâneo, isto é, um documento. Para tanto, a metodologia aplicada foi o estudo de caso sendo a Fundação Fernando Henrique Cardoso o universo de pesquisa. Conclui-se que, mais que aplicar a crítica diplomática aos documentos fotográficos, faz-se necessário refletir sobre a produção das imagens como documentos, bem como suas características e sua condição de produção, isto é, seu contexto.

**Palavras-chave:** Arquivística; Diplomática; Fotografia; Fundação Fernando Henrique Cardoso.

**Abstract:** Observing the *status* used for photographs in archives today, since the recognition of their character as an archival document, their differences in organization, packaging and availability for access, it is evident the need to deepen the discussions about these documents in the archival scope. For this reason, it is proposed to discuss photography and its *nuances*, envisioning its documentary and, consequently, archival nature, from its production context and the theoretical-methodological perspective that diplomatic analysis offers as a valid tool to understand it while result of an action registered in the contemporary world, that is, a document. For that, the methodology applied was the case study, being the Fernando Henrique Cardoso Foundation the research universe. It is concluded that, more than applying diplomatic criticism to photographic documents, it is necessary to reflect on the production of images as documents, as well as their characteristics and their condition of production, that is, their context.

**Keywords:** Archival Science; Diplomats; Photography; Fernando Henrique Cardoso Foundation.

## Introdução

Na Ciência da Informação, atualmente, evidencia-se o crescente desenvolvimento de estudos a respeito do acesso à informação. Tal concentração é consequência da crescente demanda deflagrada a partir dos anos 1950, em virtude da intensa e acelerada produção de informação registrada e, a partir dos anos 1990 e início do século XXI, observa-se o aumento expressivo da utilização dos recursos tecnológicos para esses fins.

A tecnologia possibilita o acesso, a recuperação e a disponibilização de dados e informações no ambiente digital, onde existe a possibilidade de inserir e usufruir de diversos conteúdos – textos, imagens, gráficos, sons, vídeos, entre outros – gerando de forma exponencial um ambiente digital colaborativo. Para tanto se faz necessário que a informação esteja

organizada e estruturada de modo que possa corresponder à expectativa gerada pelos inúmeros recursos disponíveis pela Internet.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que a problemática aqui diz respeito ao *status* empregado as fotografias nos arquivos atualmente, no que concerne o reconhecimento do seu caráter de documento de arquivo e suas diferenças tanto na organização como também, no acondicionamento e na disponibilização para acesso, observando, em específico, o acesso proporcionado pelo ambiente digital do arquivo em relação aos documentos chamados tradicionais (documento textual, manuscrito, impresso) de arquivo.

Assim, busca-se discutir a fotografia e suas *nuances* vislumbrando a sua natureza documental e, conseqüentemente, arquivística, passível de ser compreendida por meio do seu contexto de produção. Tal compreensão partiu da perspectiva teórico-metodológica que a análise diplomática oferece como ferramenta válida para compreender a fotografia como resultado de uma ação registrada no mundo contemporâneo, isto é, um documento.

A instituição arquivística está representada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC). A escolha desta instituição deve-se ao fato de que a documentação custodiada pela Fundação FHC é, sem dúvida alguma, uma documentação privada de caráter e interesse público por conta do seu conteúdo e do papel representativo perante a sociedade, a qual a entidade geradora da documentação custodiada está inserida. Tal papel é de grande relevância por se tratar de um ex-presidente da República do Brasil, além de ser um político influente no cenário político e econômico do país na esfera atual e, também, sua sólida contribuição como sociólogo e pesquisador.

Iniciaremos com a discussão a respeito da fotografia enquanto documento e, também, documento de arquivo, com objetivo de expor, principalmente, algumas questões nebulosas como, por exemplo, o tratamento “especial” dado para este documento no que concerne sua organização, acondicionamento e, até mesmo, acesso, uma vez que, na maioria das instituições arquivísticas, esta documentação é de caráter permanente. A partir disso, adentraremos na discussão a respeito da Diplomática e o seu uso para análise de documentos modernos e contemporâneos como, por exemplo, a própria fotografia. Posteriormente, apresentaremos a Fundação FHC e, também, o tratamento contextual, a descrição e o acesso virtual que a Fundação FHC oferece para seu acervo fotográfico. E, por fim, algumas considerações finais.

### ***Fotografia e a Teoria Arquivística***

É fato que a primeira fotografia reconhecida diz respeito a imagem produzida em 1826 pelo francês, Joseph Nicéphore Niépce. Para produção desta imagem foi necessária uma câmera e, aproximadamente, oito horas de exposição à luz solar. A este processo de produção da primeira fotografia, Niépce chamou de “heliografia”, pois ocorreu uma gravura a partir do uso da luz do Sol. Em paralelo a esta produção, Louis Jacques Mandé Daguerre, através do uso de uma câmera escura produzia efeitos visuais.

Após vários contatos por correspondências, Daguerre e Niépce firmaram uma parceria no ano de 1829 e, após a morte de Niépce, Daguerre desenvolveu um processo denominado de daguerreotipia cujo resultado seria o daguerreótipo. Sabe-se que este processo foi desenvolvido no ano de 1839. A fotografia popularizou-se como produto de consumo

somente a partir do ano de 1888 e sua inserção nos arquivos ocorreu somente após sua popularização.

A presença de fotografias em arquivos é mais recorrente naqueles cujos acervos foram acumulados por pessoas físicas, isto é, arquivos pessoais e privados, mas cabe destacar que as fotografias estão também presentes nos arquivos empresariais e instituições públicas. Nesse sentido, há em torno da fotografia uma discussão a respeito da existência ou não do seu caráter documental. Tal discussão caracteriza-se por ser uma indagação atual cujo entendimento varia de acordo com o cenário em que se encontra custodiada. Para Lacerda, tal discussão é consequência de duas visões,

de um lado, a crença que as imagens são fundamentalmente obras artísticas ou criações pessoais, e que devem ser tratadas uma a uma, como peças de uma coleção; de outro, o caráter de registro objetivo, socialmente atribuído à imagem obtida pelo dispositivo fotográfico devido à capacidade que tem de registrar, com alto grau de semelhança, a aparência das coisas e, sobretudo, de estar conectado a esse referente pela natureza indicial desse tipo de signo visual. (LACERDA, 2009:118).

O entendimento de fotografia como documento e, até mesmo, como documento de arquivo não é consensual na área da Arquivologia. Heredia Herrera (1993) enfatiza as inúmeras dificuldades existentes para a concretização da equiparação dos documentos fotográficos com os demais documentos considerados documentos de arquivo. Tais dificuldades dizem respeito à composição do cenário de produção, circulação e uso dos registros fotográficos, pois “as fotografias estariam sempre sujeitas à vontade de alguém” para sua criação, e, portanto, “formariam, com muito mais frequência, coleções” (HEREDIA HERRERA, 1993:10).

No livro, *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*, de André Rouillé (2009), é possível compreender como cada tempo, ao longo dos anos, compreendeu a fotografia (da captura à ampliação) desde sua criação.

Rouillé (2009) discute a respeito do ser ou não a fotografia, um documento. O autor argumenta que o *status* de documento foi adquirido devido a uma crença na imagem como prova, como impressão direta, verdadeira e verídica do real, isto é, crença de que o recorte que a captura faz do instante da realidade no processo de fotografar é, de fato, a imagem verossímil da realidade. No entanto, o *status* de documento da fotografia foi sendo questionado, pois entre o real e a imagem sempre se interpõe uma série infinita de outras imagens, invisíveis, mas operantes, que se constituem de forma visual.

Na concepção de Lacerda (2008), as fotografias só se constituíram como documentos típicos de arquivo, ao integrarem documentos como relatórios e dossiês, pois as fotografias nunca compartilharam uma configuração atrelada a uma função documental.

Dado o exposto é possível compreender o quanto nebuloso e complicado é afirmar ser a fotografia um documento. Tradicionalmente as fotografias presentes nos acervos das instituições arquivísticas, públicas e/ou privadas, são submetidas a tratamentos que objetivam apenas sua identificação para posterior classificação e descrição, não levando em consideração o contexto de produção.

Tal tratamento deve-se ao fato de que, desde os manuais teóricos e trabalhos científicos a respeito da Arquivística à prática realizada nessas instituições, enfocam, única e especialmente, os chamados documentos tradicionais ou convencionais de arquivo. Isto é, os documentos do gênero textual, preferencialmente de natureza administrativa, cuja produção foi baseada em procedimentos controlados e padronizados, para que possam exercer e responder efetivamente as prerrogativas jurídicas e legais.

Outro motivo que justifica tal tratamento concerne ao fato de que tanto as fotografias como os filmes, por exemplo, caracterizam-se por serem registros produzidos e, conseqüentemente, acumulados, a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, são documentos recentes nas instituições arquivísticas. Além disso, as fotografias “não pertencem à categoria de documentos criados para representar ações com valor jurídico ou legal”, pois, “não apresentam em suas formas externas e internas traços que as classificariam de acordo com uma natureza oficial compartilhada” (LACERDA, 2008:77).

Na maioria das instituições arquivísticas, é possível verificar que as fotografias, geralmente, são organizadas e arquivadas sob uma lógica técnica específica e exclusiva, fundamentada nos critérios, principalmente, de conservação e preservação do seu suporte material. Dessa forma, tal organização é responsável pela descontextualização e isolamento das fotografias em relação ao restante dos documentos custodiados da mesma proveniência, além de frequentemente impossibilitar qualquer conexão clara com a entidade que as produziu.

Tal abordagem é vista por teóricos da Arquivística como uma compensação metodológica, visando minimizar a falta de elaboração e execução de métodos adequados para a organização desses documentos. Em consonância, Lacerda afirma que “tratar fotografias em arquivos, em muitos casos significa sistematizar conhecimentos metodológicos relativos à conservação, restauração e preservação” (LACERDA, 2008:80).

Nas instituições arquivísticas em que é empregado este tratamento, é possível identificar que a organização das fotografias ocorreu de forma equivocada. Pois, a não integração, isto é, a contextualização de todos os documentos, independentemente do seu gênero ou suporte, influencia negativamente no acesso a esses documentos, podendo até mesmo, torná-lo inviável.

Diante disso, Lopez afirma que

somente com respeito à proveniência é que toda a dimensão comunicativa da mensagem da fotografia pode ser exercida, pois não basta disponibilizar as fotografias para o pesquisador se estas não estiverem claramente ligadas ao seu vínculo institucional. A recuperação do contexto de produção – de documentos imagéticos ou não – trata-se de uma tarefa indispensável da organização arquivística (LOPEZ, 2007:1).

Neste sentido, cabe destacar que de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional, o princípio da proveniência é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (BRASIL, 2004:127).

A partir do contexto apresentado a respeito dos equívocos realizados no que concerne o tratamento dado as fotografias, é possível vislumbrar que uma aproximação com a Diplomática possibilita reflexão a respeito da natureza arquivística das fotografias no que

concerne sua autenticidade<sup>1</sup> e veracidade<sup>2</sup> mesmo estas sendo menos evidentes. Para tanto, faz-se necessário que o contexto de produção e sua proveniência sejam clara e efetivamente respeitados, pois como afirma Lopez, “o que definirá o documento fotográfico de arquivo será a relação orgânica com o produtor”. (LOPEZ, 2007:7).

Em consonância, Lacerda afirma que “a abordagem contextual dos arquivos é uma boa conduta a ser adotada na organização de qualquer acervo”, pois tal abordagem “objetiva ultrapassar a força dos conteúdos dos documentos e mover-se em direção às razões e circunstâncias de sua existência e os sentidos de sua produção” (LACERDA, 2009:124).

Nesse sentido, entendemos que uma aproximação entre a fotografia e a Diplomática com todo seu arcabouço teórico-metodológico, nos proporcionará o entendimento e o reconhecimento das características de natureza arquivística da fotografia, além de poder contribuir para a desmistificação de ser necessário que este documento seja tratado no arquivo apenas visando sua conservação e preservação de suporte.

### ***Diplomática***

A Diplomática, enquanto disciplina, surgiu no século XVII com o objetivo de analisar criticamente e verificar a autenticidade de documentos precedidos por autoridades soberanas e, também, os títulos da Igreja, através da aplicação de suas regras pré-estabelecidas e, até o século XIX, o objeto de estudo da Diplomática voltava-se apenas para os documentos de natureza jurídica, isto é, documentos que comprovassem as relações estabelecidas entre Estado e cidadãos.

A partir do século XIX, com a introdução dos estudos a respeito da Diplomática nas escolas europeias, ocorreu uma ampliação do objetivo dessa disciplina, isto é, os documentos seriam analisados para comprovar a autenticidade e, também, o contexto de produção, as funções desempenhadas, as competências e atividades do órgão produtor.

Por conseguinte, verifica-se que, a partir do século XX, houve um aumento expressivo na velocidade e na quantidade de documentos produzidos e, já no século XXI, temos que qualquer documento produzido para todo e qualquer fim pode ser analisado pelas regras teórico-metodológicas estabelecidas pela Diplomática. Isso porque, como afirma Rodríguez, atualmente a Diplomática

vem sendo reconhecida por diversos autores como instrumento útil à análise de documentos modernos e contemporâneos, na medida em que o emprego

---

<sup>1</sup> De acordo com Luciana Duranti, a autenticidade está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação, e são definitivamente separados para preservação, tacitamente julgados dignos de serem conservados por seu criador ou legítimo sucessor como testemunhos escritos de suas atividades no passado (DURANTI, 1994: 51).

<sup>2</sup> De acordo com Luciana Duranti (1994:50), “a veracidade de um documento depende das circunstâncias de sua criação e preservação”.

de seus conceitos e técnicas de análise permite o reconhecimento de padrões e fórmulas jurídicas adotadas no registro do ato (RODRÍGUEZ, 2011:66).

Para Bellotto (2002), a Diplomática tem sua teoria baseada nos estudos da estrutura formal dos documentos, evidenciando sua legitimidade e, assim, passando a ser aceite como documento original e oficial para a entidade a que pertence. Rodríguez complementa afirmando que

a Diplomática se esforça em averiguar a autenticidade, a validade e a autoridade, da mesma forma que a plena compreensão do conteúdo, através da observação dos distintos elementos constitutivos do documento, sem que isso represente uma preocupação específica sobre o assunto tratado (RODRÍGUEZ, 2011:66).

Dado o exposto, o objetivo do enfoque à estrutura formal dos documentos bem como a necessidade de assegurar e atestar sua autenticidade, é decorrente da necessidade de que o conteúdo documental seja, de fato, confiável para, por exemplo, auxiliar em pesquisas.

Ao longo dos séculos, a Diplomática vem se transformando e se reinventando com objetivo claro de se adequar as necessidades impostas no decorrer do tempo. Tal transformação decorre do complexo processo de produção dos documentos em virtude da burocracia e, também, pela necessidade de auxiliar o profissional arquivista a identificar o documento de arquivo na atual esfera contemporânea. Atualmente destacam-se os estudos de Luciana Duranti na área da Diplomática como resposta às atuais necessidades em relação ao documento de arquivo. Luciana Duranti<sup>3</sup> propõe ser possível a utilização dos mesmos critérios aplicados aos documentos medievais, cujo objetivo era de identificar a sua autenticidade, aos documentos contemporâneos, no que concernem sua criação, manutenção e preservação. Em virtude dessa proposta, temos então, a chamada Diplomática Contemporânea.

A Diplomática Contemporânea proposta por Luciana Duranti possibilita através da aplicação de seus fundamentos teóricos e metodológicos, a identificação de tipologias documentais. A tipologia documental, de acordo com Bellotto, consiste na “ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”. (BELLOTTO, 2006:52).

Desse modo, a tipologia documental diferencia-se da Diplomática, pois estuda os tipos de documento enquanto a Diplomática volta-se para a espécie documental. Para Rodríguez (2011), a tipologia documental concentra-se na análise do documento orgânico e não do documento isolado. No entanto, vale destacar que a tipologia documental parte do uso da Diplomática clássica para realizar sua análise.

---

<sup>3</sup> Luciana Duranti é professora na Universidade de British Columbia no Canadá e dedica-se ao estudo da teoria arquivística, diplomática contemporânea e gestão de documentos digitais e eletrônicos.

Assim, o trabalho arquivístico depende diretamente da escolha de abordagem a ser empregada na análise documental. Pois, como afirma Rodríguez,

enquanto que a diplomática tem por objeto a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, a tipologia documental ultrapassa esse limite agregando a seu objeto o estudo de componentes relativos ao conjunto orgânico, ou seja, se preocupa com a relação estabelecida entre os integrantes de uma mesma série documental, levando em conta o fato de esses documentos serem correspondentes à mesma atividade (RODRÍGUEZ, 2011:68).

Para Lacerda, a valorização da Diplomática, na área dos arquivos, como

quadro conceitual e metodológico voltado ao questionamento das formas documentais e de sua relação com a gênese documental no intuito de estabelecer sua autenticidade e valor, representa um grande avanço para a disciplina arquivística [...] em relação à natureza e ao caráter dos documentos de arquivo e sua relação com o contexto operacional no qual foram constituídos. (LACERDA, 2008:79).

Isso porque, entende-se que embora a Diplomática esteja voltada para o estudo da natureza dos documentos de modo individual, “seus pressupostos podem ser expandidos numa situação serial, na qual o aporte arquivístico ajuda a dar contornos mais precisos”. (LACERDA, 2008:79-80).

A partir do exposto, passamos para apresentação e caracterização da Fundação Fernando Henrique Cardoso, principalmente, no que tange o método empregado por esta instituição na organização da documentação custodiada.

### ***A Fundação Fernando Henrique Cardoso***

A Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC) é uma organização privada que custodia a documentação do seu próprio fundador, Fernando Henrique Cardoso, uma personalidade pública, cuja documentação abrange documentos do período em que foi senador, ministro e presidente da República do Brasil, além dos documentos pessoais e documentos de seus estudos enquanto sociólogo e professor universitário. A Fundação FHC possui um imenso e variado acervo composto de textos, cartas, livros, anotações, fotografias, objetos, vídeos, etc.

A criação e a fundação da instituição FHC foram possibilitadas devido a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que discorre sobre “acervos privados dos presidentes da República do Brasil”, e o acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso é respaldado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que discorre sobre “a política nacional de arquivos públicos e privados”. O instituto foi inaugurado em maio de 2004 na cidade de São Paulo, contudo, em 2010 o instituto torna-se uma fundação e, em 2022, a Fundação FHC completará 18

anos. É por meio da Lei Rouanet<sup>4</sup> que a Fundação FHC tem recebido recursos para o amparo às atividades ligadas ao tratamento técnico do Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso e algumas atividades da própria instituição.

A preservação da documentação do acervo na Fundação FHC segue critérios metodológicos tanto nas instalações físicas, quanto na organização e na manutenção preventiva baseando-se tanto na organicidade como também na funcionalidade e contexto de produção e/ou acumulação dos documentos.

O acesso ao acervo da Fundação FHC se dá por três modos de pesquisa, que pode ser realizada pelo acesso ao endereço eletrônico da instituição - <https://fundacaofhc.org.br/> - através da busca feita por palavras-chave, ou então, no Portal do Acervo, onde os documentos são liberados para consulta, à medida que estiverem em formato eletrônico. Para pesquisas mais complexas, destinadas a especialistas, a Fundação FHC fornece um endereço de *e-mail* para contato.

O guia do “Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso” é dividido em três períodos: pré-presidencial (1931-1994), presidencial (1995-2002) e pós-presidencial (desde 2003). A distribuição do acervo se dá em documentos: textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoros.

De acordo com a própria descrição que é feita pela Fundação FHC (2022) em seu *website*, o acervo do período pré-presidencial contempla a infância, os estudos, a vida acadêmica, a vida familiar, bem como a pesquisa e a produção científica de Fernando Henrique Cardoso até a campanha presidencial de 1994. Esta parte do acervo é composta, em sua maioria, por documentos textuais, documentos esses considerados como documentos tradicionais de arquivo. Entre esses documentos é possível encontrar correspondências (troçadas com instituições de ensino e pesquisa na área das Ciências Sociais e, também, correspondências com colegas, alunos e amigos), documentos textuais relacionados a carreira docente (como cadernetas, planos de aula, notas de leitura), bem como documentos referentes a administração do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), e documentos textuais e iconográficos do período que Fernando Henrique Cardoso foi senador da República e ministro da Fazenda, como correspondências, registros de eventos eleitorais, discursos, entrevistas, relatórios de pesquisas, reportagens fotográficas, *clipping* de imprensa entre outros.

A Fundação FHC (2022) informa que são aproximadamente 175 caixas-arquivo de documentos textuais e, no que concerne os documentos iconográficos, são aproximadamente 2.000 fotos referentes ao acervo do período pré-presidencial.

A respeito do acervo do período presidencial sua composição se dá pelos documentos produzidos durante os dois mandatos presidenciais (1995-2002) que compreende, em sua maioria, documentos que foram produzidos e que transitaram pelo gabinete pessoal de FHC. Em sua maioria, trata-se de documentos tradicionais, isto é, documentos textuais, manuscritos e/ou impressos, mas há também documentos iconográficos, audiovisuais e

---

<sup>4</sup> Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 que restabelece princípios da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986 onde institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

objetos tridimensionais. Entre os documentos há, por exemplo, relatórios, notas preparatórias de viagens, pareceres técnicos, condecorações, agendas, registros fotográficos de viagens e eventos oficiais, entre outros.

De acordo com a descrição da Fundação FHC (2022) em seu *website*, a documentação que compõe o acervo do período presidencial está reunida em mais 1.000 caixas-arquivo, onde esse conjunto refere-se a uma amostra de 10% do total recebido, sendo que o restante foi doado ao Arquivo Nacional.

Para a composição do acervo referente ao período pós-presidencial, a Fundação FHC (2022), em seu *website*, pontua que este período se trata de um acervo composto por documentos em diferentes linguagens e suportes, sendo, por exemplo, correspondências trocadas com pessoas e instituições, relatórios, projetos, noticiário de imprensa, certificados e diplomas, bem como reportagens fotográficas e televisivas, medalhas comemorativas e objetos tridimensionais variados.

A Fundação FHC na organização do acervo estabeleceu unidades de arquivamento sendo que cada unidade dessas têm um código numérico de identificação correspondente, permitindo, dessa forma, a localização dos documentos nos depósitos e mobiliários da instituição. A configuração lógica na organização permite a consulta a partir de critérios universais de acesso e classifica os documentos de modo a preservar sua organicidade e funcionalidade.

O acondicionamento dos documentos iconográficos na Fundação FHC, em especial as fotografias, se faz separadamente dos documentos textuais apenas no que concerne seu arranjo físico por consideração à preservação e conservação de seus suportes, mas é possível verificar a referência que estes documentos iconográficos possuem e fazem com os demais documentos do acervo. Essa referência permite a contextualização dos documentos, a manutenção da organização empregada, além do respeito à proveniência e a funcionalidade dos documentos.

A Fig 1, a seguir, foi retirada do relatório anual de atividades da Fundação FHC do ano de 2021, que apresenta em números concretos a quantidade de documentos já tratados e classificados por gênero documental e a quantidade desses mesmos documentos já disponíveis para acesso via Internet.

Sabe-se que as fotografias compõem o gênero iconográfico nos arquivos. A partir disso, é possível observar na figura acima apresentada que, no acervo da Fundação FHC, o volume dos documentos classificados como iconográficos é bastante expressivo tanto em relação a quantidade que já fora tratada e inserida na base de dados, como também em relação a quantidade que já está disponível para pesquisa e acesso via o *website* da Fundação.

**Fig. 1 – Quantidade de documentos no acervo da Fundação FHC**

<b>INSERÇÃO NA BASE DE DADOS (2005-2021)</b>		
<b>GÊNERO</b>	<b>FICHAS</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
AUDIOVISUAL	5.152	5.622
BIBLIOGRÁFICO	13.502	13.602
ICONOGRÁFICO	11.054	135.205
SONORO	4.224	4.452
TEXTUAL	26.559	101.220
TRIDIMENSIONAL	1.825	3.317
<b>TOTAL</b>	<b>62.316</b>	<b>263.418</b>

<b>DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET (2011-2021)</b>		
<b>GÊNERO</b>	<b>FICHAS</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
AUDIOVISUAL	4.503	4.733
BIBLIOGRÁFICO	803	803
ICONOGRÁFICO	9.500	75.670
SONORO	4.113	6.119
TEXTUAL	24.410	30.411
TRIDIMENSIONAL	1.373	1.776
<b>TOTAL</b>	<b>44.702</b>	<b>119.512</b>

**Fonte:** Relatório de Atividades 2021 – Fundação Fernando Henrique Cardoso.

### ***A Fotografia na Fundação Fernando Henrique Cardoso***

É fato que nas últimas décadas ocorreram expansivas transformações nos conceitos, bem como na utilização da diplomática e, em consequência disso, para Rodríguez (2011), a diplomática, atualmente, vem sendo empregada em larga medida na análise de documentação arquivística, com o objetivo claro de recuperação do contexto funcional da produção documental.

Corroborando com tal concepção, Rodrigues afirma que na área da Arquivística, “a Diplomática tem sido reinventada, adaptada como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea”. (RODRIGUES, 2008:153).

A respeito do contexto funcional dos documentos, Lacerda (2009) considera sua aplicação um desafio metodológico, principalmente, no que concerne às características dos documentos fotográficos quanto sua “função original” de produção, pois os documentos

fotográficos não são autoexplicativos e, em sua maioria, não foram produzidos em base de procedimentos controlados.

A concepção de que os documentos fotográficos possuem características de natureza arquivística se opõe, necessariamente, ao enfoque tradicional dado a esses documentos. De acordo com Lacerda (2008), a visão tradicional em relação aos documentos fotográficos, os considera desprovidos de qualquer caráter contextual de produção, bem como de vínculos a ele associados, além de indicar que o tratamento aos documentos fotográficos seja de modo isolado partindo do seu conteúdo informativo factual.

Em virtude disso, ao propor uma aproximação da Diplomática aos estudos dos documentos fotográficos nos arquivos visando à compreensão de suas características de natureza arquivística, busca-se enfatizar o valor probatório da fotografia, bem como sua autenticidade aliada ao seu contexto funcional, além de sua produção documental. Nesse sentido, Lacerda (2008) aponta que o valor informativo da fotografia baseada em seu conteúdo passa a ser secundário, além de que a correta contextualização de produção do documento fotográfico auxilia efetivamente na compreensão dos diferentes significados a que estão sujeitas as fontes fotográficas.

É importante salientar que o método empregado no tratamento técnico do acervo da Fundação FHC, isto é, a organização do acervo, fundamenta-se no contexto, na organicidade e na funcionalidade. Destacando que a organização dos documentos iconográficos<sup>5</sup> na Fundação FHC fundamentou-se também nestes critérios.

A organicidade que nas palavras de Guaye é, portanto, “a relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente, sendo precisamente a base da noção de fundo de arquivo” (GUAYE, 1984 *apud* BELLOTTO, 2004:152). O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional complementa esta definição conceituando organicidade, atualmente, como “a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (BRASIL, 2004 *apud* BELLOTTO, 2004:164-165).

A fundamentação na organicidade faz a ligação do documento com a instituição que lhe deu origem e, dessa forma, deve refletir as atividades desta. A utilização da funcionalidade na organização dos documentos, parte do pressuposto que deve garantir assim, que os documentos representem as circunstâncias, o contexto, aos quais foram produzidos, bem como a função empregada neste documento, e, a partir disso, possam dar subsídios para justificar sua acumulação e guarda por esta instituição.

É importante salientar que tanto a organicidade como a funcionalidade estão diretamente relacionados ao princípio de respeito à ordem original que é definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional como “princípio que,

---

<sup>5</sup> De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional, documentos iconográficos são imagens fixas, impressas, desenhadas e/ou fotografadas. (BRASIL, Arquivo Nacional, 2004:68).

levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade” (BRASIL, 2004:128).

Nesse sentido, é possível afirmar que os documentos na Fundação FHC são descritos individualmente e trazem consigo, necessariamente, o registro das circunstâncias que foram criados e/ou acumulados.

Assim, a figura a seguir, demonstra as possibilidades de pesquisas e o contexto de cada documento no acervo da Fundação FHC.

**Fig. 2 – Pesquisa no acervo da Fundação FHC**



**Fonte:** Fundação Fernando Henrique Cardoso (<https://fundacaofhc.org.br/>).

Conforme exposto na figura acima, é possível observar que a Fundação FHC proporciona em seu *website* estratégias de busca avançada e que os campos oferecidos a serem selecionados para pesquisa nos permitem identificar que sua organização contempla a organicidade e o contexto de produção de seus documentos custodiados. Além de que a existência desses campos se constitui de modo a facilitar as buscas, tornando a pesquisa mais direcionada às necessidades do pesquisador.

Nesse sentido, a figura a seguir visa representar o resultado de pesquisa realizada no *website* da Fundação FHC com objetivo de acessar documentos iconográficos, principalmente, as fotografias.

**Fig. 3 – Resultado de pesquisa no acervo da Fundação FHC**



**Fonte:** Instituto Fernando Henrique Cardoso (<https://fundacaofhc.org.br/>).

Na figura acima destacamos os campos de identificação que fornecem informações com objetivo de descrição e, também, contextualização das imagens que foram apresentadas como resultado da pesquisa realizada no *website* da Fundação FHC. Estes campos são: documento; suporte, autor; produtor/instituição; evento/atividade; especificação; local; descritores; código e; observação. Ressalta-se que os campos de identificação variam de acordo com cada documento apresentado como resultado da pesquisa realizada no *website* da instituição.

É importante salientar que não se faz possível a total aplicação da Diplomática, isto é, da total aplicação dos conceitos teóricos e metodológicos da Diplomática aos documentos fotográficos. Embora a Diplomática possa, sim, oferecer alguns pontos para reflexão a respeito do documento fotográfico no que tange sua autenticidade documental. Pois,

a análise diplomática defende a necessidade de compreensão dos contextos complexos ou não a partir do documento, considerando as suas propriedades como corporificativas das decisões e das ações, bem como da presença de autores e participantes do processo, todos responsáveis pela criação documental. (LACERDA, 2008:85).

Dado o exposto concluímos que o contexto arquivístico deve ser o ponto primordial para organização, descrição e acesso de fotografias em arquivos públicos e/ou privados.

### **Considerações finais**

Por todos os aspectos apresentados, vislumbra-se o fato de que, se a análise diplomática com todo seu arcabouço teórico-metodológico, não for totalmente aplicável às fotografias nos arquivos, temos ainda, como contribuição, uma reflexão mais concisa a respeito desses registros, bem como o estabelecimento efetivo da necessidade de conexão entre os documentos arquivísticos e o seu contexto funcional, em virtude também, das demandas, cada vez mais expressivas, no que tange o acesso à informação.

Isso porque, como afirmámos anteriormente, é possível observar atualmente que o tratamento técnico arquivístico deve, necessariamente, responder a proveniência, bem como respeitar a sua ordem original – organicidade e contexto – de produção para que seja efetiva e eficiente a recuperação da informação e, conseqüentemente, a disponibilização para o acesso.

Levando-se em consideração os aspectos mencionados, verificou-se a necessidade, cada vez maior, de estudos que enfoquem a forma de tratar as fotografias nos arquivos, considerando, principalmente, suas características de natureza arquivística, isto é, considerando sua produção, origem, contexto funcional e seus diferentes usos. Tal necessidade justifica-se para a consolidação desses documentos enquanto documentos de arquivo e a desmistificação de serem documentos “especiais”, bem como ampliar os horizontes dos profissionais arquivistas para seu tratamento visando além da conservação e preservação, a recuperação e o acesso à informação.

Conclui-se então, que mais que aplicar a crítica diplomática aos documentos fotográficos, faz-se necessário refletir sobre a produção das fotografias como documentos de arquivo, bem como suas características próprias e sua condição de produção, isto é, seu contexto.

### ***Referências bibliográficas***

**BELLOTTO, H. L.**

2006 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**BELLOTTO, H. L.**

2004 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

**BELLOTTO, H. L.**

2002 *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como fazer; 8).

**BRASIL. Arquivo Nacional**

2004 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2004.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Brasília.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991b Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Brasília.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991c Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Brasília.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1986 Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986. Brasília.

**DURANTI, L.**

1994 Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*. 7:13 (1994) 49-64.

**FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

2021 *Relatório de atividades 2021*. [Em linha]. 2021. [Consult. 5 mar. 2022]. Disponível em: [https://fundacaoofhc.org.br/files/FFHC-Relatorio\\_Anual\\_2021\\_PT\\_Web.pdf](https://fundacaoofhc.org.br/files/FFHC-Relatorio_Anual_2021_PT_Web.pdf).

**FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

[20--] *Fundação Fernando Henrique Cardoso*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 5 mar. 2022]. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/>.

**HEREDIA HERRERA, A.**

1993 *La Fotografía y los archivos*. In FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA; JORNADAS ARCHIVÍSTICAS, 2<sup>as</sup>, Palos de la Frontera, 1993 - *La Fotografía como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

**LACERDA, A. L. de**

2009 *Fotografia e o valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas*. *História, Ciências, Saúde*.16:supl.1 (jul. 2009) 115-138.

**LACERDA, A. L. de**

2008 *A Fotografia nos arquivos: um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela*. São Paulo, 2008.  
Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**LOPEZ, A. P. A.**

2007 *O Contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo*. [Em linha]. 2007. [Consult. 5 mar. 2022]. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/303>.

**RODRIGUES, A. C.**

2008 *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo, 2008.  
Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**RODRIGUEZ, S. T.**

2011 *Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental*. *Scire*. 17 (2011) 65-72.

**ROUILLÉ, A.**

2009 *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

**Maítha Elena Tosta Graziano** | [maithagraciano@gmail.com](mailto:maithagraciano@gmail.com)

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Maria Leandra Bizello** | [mleandra23@hotmail.com](mailto:mleandra23@hotmail.com)

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Resumo:** A pesquisa analisa o mercado iconográfico editorial, assim como as práticas pertinentes aos bibliotecários atuantes neste campo. Observa-se também a rotina laboral do nicho a fim de averiguar a existência de uma relação simbiótica com a Biblioteconomia. Com isso, propõe-se como objetivo principal investigar de que modo a iconografia editorial se estabelece ao perfil do bibliotecário, destacando, por sua vez, as contribuições da *práxis* biblioteconômica para o desenvolvimento do mercado iconográfico. O estudo tem caráter exploratório, abordagem quanti-qualitativa e os procedimentos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionário. A pesquisa apresentou as dinâmicas próprias pertencentes à esfera da iconografia editorial e identificou congruência com as atividades equivalentes às práticas desenvolvidas pelo *know-how* do bibliotecário. Portanto, conclui-se haver um nicho mercadológico propenso à atuação biblioteconômica fundamentado em suas competências adquiridas pela formação como profissional da informação, o que colabora positivamente com o campo iconográfico.

**Palavras-chave:** Bibliotecário iconógrafo; Iconografia editorial; Mercado editorial; Nicho mercadológico do bibliotecário.

**Abstract:** The research analyzes the iconographic publishing market, as well as the practices relevant to librarians working in this field. The work routine of the niche is also observed in order to verify the existence of a symbiotic relationship with Librarianship. With this, it is proposed as a main objective to investigate how editorial iconography is established to the librarian's profile, highlighting, in turn, the contributions of librarianship praxis to the development of the iconographic market. The study has an exploratory character, a quantitative-qualitative approach and the procedures adopted were the bibliographic research and the application of a survey. The research presented the dynamics belonging to the sphere of editorial iconography and identified congruence with the activities equivalent to the practices developed by the librarian's know-how. Therefore, it is concluded that there is a market niche prone to librarianship based on their skills acquired by training as an information professional, which positively collaborates with the iconographic field.

**Keywords:** Iconographic librarian; Editorial iconography; Editorial market; Librarian's marketing niche.

## 1. Introdução

A imagem transcorre ao longo dos anos acompanhando o percurso evolucionista da humanidade. Conforme salienta Shera (1977:10), o homem primitivo “[...] descobriu que poderia estender sua experiência registrando seus pensamentos sobre alguma substância ou matéria mais durável, e de uma forma mais exata do que na memória humana”. Assim, as imagens se tornaram presentes no cotidiano, inicialmente através das pinturas rupestres, e perpetuam até os dias atuais independentemente dos antigos suportes.

Para a sociedade contemporânea é inegável que as imagens possuem grande evidência sob diversos âmbitos das relações humanas, sejam elas no contexto individual ou social. Mas

esta relevância não é algo recente ou característico de tempos midiáticos, pois na verdade a imagem se apresenta desde a era pré-histórica e acompanha a Humanidade desde então, o que denota o poder informacional contido nas representações imagéticas.

Nesse sentido, Maimone e Tálamo (2008:2) debatem acerca da iconografia ser eficiente enquanto fonte comunicacional “[...] uma vez que, como qualquer outro documento, as imagens são fontes de informação, veículos de comunicação e, assim sendo, permitem geração e complementação de conhecimento”. Deste modo, a iconografia se configura como fonte informacional por meio da qual podemos identificar e reconstituir relatos de narrativas históricas que representam um corte do tecido social na qual se inserem, como é bastante utilizado pela história da arte, ciência esta que é o berço da iconografia.

Posto isso, temos como *locus* para pesquisa, o mercado iconográfico editorial, por entendermos que se trata de um mercado a ser explorado pela Biblioteconomia. Em sua gênese, o bibliotecário trabalha com informação e por ser este seu objeto laboral, o proporciona, conseqüentemente, uma pluralidade de locais de atuação. Desta forma, enxergamos a iconografia editorial como nicho mercadológico propício ao exercício deste profissional, no qual essa pesquisa visa evidenciar.

A propósito disso, Farias, Lima e Santos (2018:68) atentam para a carência de profissionais bibliotecários atuantes nos segmentos editoriais, pois segundo eles “Isso pode ocorrer devido à falta de conhecimento, por parte do mercado editorial, das diversas competências que esse profissional desenvolve durante a graduação, as quais podem ser um diferencial para uma empresa/instituição editorial”.

Com o intuito de gerar expansão da atividade laboral na área, a fim de elencarmos mais uma parcela de mercado para o profissional bibliotecário, a pesquisa tem como objetivo geral verificar de que modo o mercado da iconografia editorial se insere como nicho mercadológico para o profissional bibliotecário. É, pois, nesse contexto, que a pesquisa surge como resposta a uma necessidade identificada, à vista da dificuldade da escassa literatura produzida que versa sobre a temática da iconografia relacionada ao campo da Biblioteconomia.

Consonante a isso, os objetivos específicos que regem a pesquisa visam observar as atividades desempenhadas pelo bibliotecário iconógrafo inserido no mercado editorial; averiguar quais contribuições a *práxis* do bibliotecário oferece para o desenvolvimento laboral no campo da iconografia editorial e, por fim, identificar as dinâmicas da iconografia editorial, a fim de compreendermos a existência de uma relação simbiótica com a Biblioteconomia.

## **2. Iconografia – considerações contextuais**

A materialidade iconográfica é algo tão pertinente que nos acompanha até os dias atuais, crescente não somente quanto à evolução social, mas também quanto aos avanços tecnológicos. As imagens, sejam elas fotografias, pinturas, esculturas, etc. são fontes de informação e recursos comunicativos que se apresentam como reflexo da interlocução humana. Essas manifestações possibilitam a comunicação não-verbal por meio de representações visuais da construção social e se constituem em grandes acervos iconográficos como expressão do desenvolvimento humano. Em verdade, como bem

argumenta Souza e Trinchão (2013:137), a imagem é a melhor forma de comunicação depois da escrita e da linguagem oral.

Iconografista era o termo designado aos historiadores da arte que se dedicavam a estudar e interpretar as imagens. Essa leitura imagética em aversão à leitura superficial da época, tinha como objetivo a compreensão das filosofias ou teologias implícitas às obras de arte, pois conforme enfatiza Burke (2004:44), “As pinturas não são feitas apenas para serem observadas, mas também para serem lidas”.

Grandes nomes formavam esse seleto grupo de iconografistas, como o alemão Abraham Moritz Warburg, um célebre historiador de arte, que era referência nos seus estudos acerca do Renascimento Italiano e sobre a iconologia, e Erwin Panofsky, historiador alemão e crítico de arte, que desenvolvera o método iconográfico para análise de imagens. Panofsky (1979:47) define que a iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagens das obras de arte em contraposição à sua forma. Partindo dessa premissa, Eco (1992 *apud* Alés, 2019:11) ressalta que:

**A iconografia é a ciência que estuda a origem das imagens, desde sua relação alegórica e simbólica, bem como sua identificação por meio de atributos quase sempre intrínsecos a elas. O objetivo da Iconografia é identificar, classificar e explicar.**

A iconologia foi o primeiro termo utilizado relacionado às interpretações imagéticas. Derivado do grego, “[...] O termo iconologia vem de “eikon”, imagem e “logia”, de logos, palavra, estudo, pensamento, vindo a denotar o estudo cultural, dos valores simbólicos contidos nas obras.” (SOUZA e TRINCHÃO, 2013:134-135). A iconologia se torna, desse modo, o estudo sobre as interpretações acerca dos significados implícitos das imagens, mantendo uma ligação direta com o contexto histórico-cultural que abrange a sociedade na qual está inserida.

Portanto, as iconografias se configuram como veículos protagonistas de uma importante esfera da Humanidade: a memória. Desse modo, são capazes de refletir modelos distintos da construção social, suas especificidades ecoadas pela cultura, religião, política e padrões de organização de uma sociedade. Nessa perspectiva, as imagens são portadoras informacionais peculiares e de grande valia para a manutenção da memória histórica social, permitindo acessar outras formas de representação da realidade em detrimento à linguagem escrita.

### **3. O bibliotecário e o mercado de trabalho**

Para a sociedade em geral, pensar no campo de atuação dos bibliotecários é habitualmente cair no estigma de ligar esses personagens à biblioteca. É claro que este cenário é o mais propício para as práticas da Biblioteconomia, pois tradicionalmente se estabeleceu esse vínculo entre os profissionais e este *locus* de trabalho desde os tempos dos clérigos na criação das primeiras bibliotecas. Figueiredo e Souza (2007:10) explicam que “Embora todo um panorama esteja sendo modificado, ainda é forte a imagética do bibliotecário como o profissional que atua somente em uma biblioteca tradicional”.

Em contrapartida, é possível perceber um movimento que se direciona justamente à quebra desse paradigma, resultante, obviamente, do fenômeno da celeridade da sociedade da informação, pois “Dentro dessa peculiar realidade, configura-se o avanço tecnológico. De maneira coerente, subentende-se que os saberes necessitam ser modificados rapidamente”. (VELHO *et al.*, 2017:8.338). Essa mudança no campo das profissões nada mais é do que um reflexo que acompanha as modificações dos modelos sociais e econômicos em decorrência da revolução tecnológica que atinge e modifica diretamente o mercado de trabalho e a sociedade em si.

Segundo Pinto (2005:32) “O campo da Biblioteconomia, mais do que qualquer outro, é atingido pelas mudanças que afetam a sociedade contemporânea”. Nesta dinâmica, se por um lado as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) podam e exaurem alguns mercados tradicionais, por outro elas estimula a criação de novos arquétipos de trabalho, criando, conseqüentemente, novas perspectivas para as funções laborais.

Destarte, “É evidente a necessidade do bibliotecário de se adaptar às intensivas mudanças nas unidades de informação, características de uma sociedade geradora de novos modelos produtivos e de serviços intensivos em tecnologias de informação” (FARIAS, 2015:116). Desta forma, o bibliotecário tem atingido novos nichos mercadológicos que alçam diferentes esferas de atuação antes não concebidas pela Biblioteconomia. Para Valentim (1995:4) a grande mudança paradigmática para o profissional da informação é a mudança do paradigma do acervo para o paradigma da informação.

Frente a este novo panorama, é preciso atentarmos para transfigurarmos não somente as lacunas absorvidas pelo mercado, mas também para o desenvolvimento de novas perspectivas para o perfil do bibliotecário. Conforme afirmam Baptista e Mueller (2005:36) “As exigências do mercado da sociedade da informação atingem especificamente o bibliotecário, pois elas alteram a forma de trabalhar desse profissional”.

Nesse sentido, adotamos a visão de Valentim (2000:141) que identifica como mercado informacional existente não-ocupado as livrarias, editoras, provedores de Internet e empresas privadas. Acreditamos, com isso, que especular sobre a finitude desta profissão se tornou ultrapassado assim como a presunção do fim do livro físico, pois a garantia de que sempre teremos um objeto laboral, ou seja, a informação, nos permite afirmarmos que haverá continuamente um mercado à disposição, basta que o bibliotecário tenha perspicácia para enxergar novos nichos de atuação.

#### **4. Método**

O estudo apresenta a finalidade da pesquisa básica e possui o cunho exploratório - descritivo. A abordagem escolhida foi a quanti-qualitativa, pois o método corrobora para que possamos extrair informações relevantes por meio da subjetividade das respostas abertas, como também favorece a inferência precisa por meio de dados exatos das questões objetivas. Nessa perspectiva, conforme elucida Fonseca (2002:20), “A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

O levantamento bibliográfico foi o procedimento adotado para realização e desenvolvimento deste estudo. Desta forma, efetuamos a consulta a livros físicos e digitais,

além de uma varredura em diversos repositórios institucionais e bases de dados científicas como o *Portal de Periódicos da CAPES*, *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD), *Base de dados de periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI), *Biblioteca Eletrônica Científica Online* (SciELO), *Google Acadêmico*, entre outros, a fim de localizarmos produções acadêmicas concernentes à temática abordada para fundamentação teórica desta pesquisa.

Ademais, o questionário foi aplicado como instrumento de coleta de dados, utilizando a plataforma do Google Formulários que trouxe a praticidade de aplicar o questionário de maneira remota obtendo, assim, um alcance maior para encorpar a amostra. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 4 e 17 de novembro de 2021 e ao todo foram enviados 20 questionários, entretanto obtivemos o retorno apenas de 17 participantes. O *corpus* amostral foi composto através de uma busca na rede social LinkedIn na qual focamos em localizar perfis de profissionais bibliotecários que trabalhassem no ramo da iconografia editorial.

Para análise dos dados e discussão dos resultados, adotamos a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977:38), que define este método “[...] como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Logo, a metodologia escolhida permitiu uma maior inferência dos dados subjetivos levantados na pesquisa, nos dando ainda mais subsídios para a compreensão dos discursos coletados.

### **5. Análise e discussão dos resultados**

Os dados coletados no questionário foram organizados em quatro categorias distintas que visaram responder a problemática estabelecida para o desenvolvimento dessa pesquisa. A primeira categoria disposta almejou engendrar um preâmbulo que corresponde ao perfil dos participantes. A segunda categoria objetivou observar quais são as atividades desempenhadas por este profissional.

Na terceira categoria foi possível identificarmos também quais as contribuições da *práxis* do bibliotecário para o campo da iconografia editorial. Por fim, a última categoria expôs a relação entre a Biblioteconomia e a iconografia editorial que visou identificar as dinâmicas do campo da iconografia editorial com o intuito de compreendermos a relação com o campo da biblioteconomia.

#### **5.1. Perfil dos participantes**

Objetivamos na primeira categoria conhecer os participantes que compuseram nossa amostra. Desta forma, identificamos uma diversidade quanto ao tempo desde a formação acadêmica em Biblioteconomia. Os dados levantados mostram uma disparidade positiva e foram agrupados em ordem crescente: 6 meses; 1 ano; 3 anos; 4 anos; 6 anos; 7 anos; 8 anos; 9 anos; 10 anos; 11 anos; 13 anos; 14 anos; 17 anos; 40 anos. Ao analisar o tempo desde a formação desses profissionais, inferimos que há uma perspectiva aberta à categoria há um certo tempo, visto que a maioria da amostra apresenta bibliotecários bastante maduros na profissão.

Quanto à prática da educação continuada, buscamos colher em que medida os bibliotecários iconógrafos têm procurado por cursos de especialização ou programas de pós-graduação, como forma de complementar e aprimorar suas práticas em porções específicas do conhecimento. Observamos que 24% de nossa amostra, o que representa o total de 4 participantes, não possui qualquer outro tipo de formação para além da Biblioteconomia. Em contrapartida, 76% dos participantes, ou seja, 13 profissionais alegam ter realizado outras formações após a graduação.

Cunha (1984:155) traz a reflexão de que “A educação continuada não é uma panaceia para o desenvolvimento profissional do bibliotecário”. Porém, obviamente, com a atual conjuntura mundial, não podemos nos limitar a sermos profissionais obsoletos, engessados em um padrão que não sobrevive mais à celeridade das transformações de uma sociedade globalizada. Assim, “O profissional da informação precisa ter interesse em buscar caminhos que o conduzam a uma melhor qualificação e, com isso, manter-se atualizado frente às crescentes exigências do mercado de trabalho” (MIRANDA e SOLINO, 2006:386).

Julgamos ser essencial para a exploração de novos mercados, a exposição de novos universos de possibilidades de atuação durante a formação da graduação, pois entendemos que se abre um leque que permitirá ao aluno desvendar em qual das ramificações da Biblioteconomia este poderá vir a atuar. Sob esse íterim, questionamos se os participantes tiveram algum tipo de contato com o campo da iconografia dentro do período de graduação ou até mesmo se houve alguma divulgação deste nicho mercadológico como sendo apto ao perfil do bibliotecário.

Com essa questão, esperávamos dispor de respostas positivas que dialogassem justamente com a escolha de atuação destes profissionais no campo da iconografia. Porém, observamos, a partir dos resultados obtidos, que a maioria dos participantes, correspondente a 64,7% da amostra, respondeu que não teve nenhum contato com a iconografia durante a formação acadêmica.

Os dados levantados nos lançam uma certa inquietação quanto ao distanciamento que ocorreu entre os saberes da Biblioteconomia e da Iconografia, que outrora já estiveram tão próximos. No Brasil, conforme a pesquisa realizada por Moraes (2015:16-17) a iconografia, inclusive, fazia parte do currículo acadêmico no primeiro curso de Biblioteconomia iniciado em 1915 pela Biblioteca Nacional (BN) e se manteve até 1936 com a chegada da Escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo. Deste modo, percebemos que essa relação entre os campos já convergiu sob o mesmo plano precedentemente.

Ressalta-se, ainda, que 35,3% dos participantes relataram terem conhecido a iconografia durante a graduação. Dentro do contexto da interdisciplinaridade da Biblioteconomia, os dados sustentam a importância de trazermos a vivência da exploração de nichos mercadológicos para complementar o aprendizado em sala de aula, pois é na graduação que o aluno entra em contato com as primeiras dimensões da carreira profissional e é justamente nas trocas em sala de aula que ele aprimora seu olhar para novas perspectivas.

Com relação ao tempo de exercício desses profissionais no campo da iconografia editorial, levantamos os seguintes dados em ordem crescente: 9 meses; 1 ano e 6 meses; 2 anos; 3 anos; 3 anos e 1 mês; 5 anos; 6 anos; 8 anos; 9 anos; 11 anos; 12 anos; 13 anos; 15 anos. Fazendo um comparativo dos dados, percebemos nossa amostra de forma heterogênea

contando com profissionais experientes com 15 anos de atuação nesse mercado, o que demonstra uma experiência bastante significativa.

Mas nosso *corpus* amostral também conta com perfis de bibliotecários mais novíços, pois o menor tempo sinalizado gira em torno de 9 meses de atividade.

Para Farias, Lima e Santos (2018:68) é "[...] fundamental a participação das entidades de classe dos bibliotecários na divulgação das diversas competências e áreas de atuação, ampliando, assim, as possibilidades e os nichos mercadológicos". Afinal, é preciso várias frentes direcionadas à abertura de um mercado que possibilite ao bibliotecário o exercício de sua função. Mas também "Espera-se que os profissionais tenham criatividade para perceber mercados inexplorados, considerando sempre as suas competências, habilidades e aptidões para lidar com o conteúdo da informação e com o usuário da informação [...]", é o que defendem Baptista e Mueller (2005:35).

Moraes (2015:24) defende a interdisciplinaridade como uma busca de religar os saberes, tendo em vistas ligar as diferentes áreas de conhecimentos a fim de superar o pensar fragmentado. Ou seja, a própria interdisciplinaridade intrínseca à Biblioteconomia possibilita o acesso a novas perspectivas de nichos de mercado, estabelecendo ainda novas convergências com outras áreas informacionais, garantindo cada vez mais que os bibliotecários descubram novos universos de atuação.

### **5.2. As atividades do bibliotecário iconógrafo no mercado editorial**

Com relação às atividades desenvolvidas pelos bibliotecários iconógrafos inseridos no mercado editorial, os dados expressam uma tendência maior de certas funções presentes nesse cenário, como por exemplo a pesquisa iconográfica que representa 24,6% das respostas, ou seja, dos 17 participantes da pesquisa 14 pessoas responderam que têm essa prática atribuída ao seu cargo.

A solicitação de direitos autorais quanto a obtenção de licença para publicação de obras (fotografias, pinturas, textos, músicas, etc.) configura 19,3% do nosso resultado, em outras palavras, 11 respondentes destacaram essa atividade como pertencente à *práxis* do bibliotecário iconógrafo. Os dados vão ao encontro de Farias, Lima e Santos (2018:78), pois para os autores o bibliotecário deve transcender os nichos tradicionais, podendo vir a atuar como consultor de direitos autorais, por exemplo.

Observamos algumas atividades caracterizadas pela prática profissional do bibliotecário que também se fizeram presentes entre as respostas dos participantes: Indexação de imagens - 8,8%; Normalização de referências - 7,0%; Solicitação de ISBN - 1,8%; Elaboração de fichas catalográficas - 1,8%; Vocabulário controlado - 1,8%; Gestão de metadados - 1,8%; Verificação de fontes representou 3,5% da amostra.

Outras atribuições incumbidas ao bibliotecário iconógrafo também aparecem nas respostas em concordância com Freire, Alauzo e Spudeit (2017) no qual os autores trazem a editoração como uma via hábil para a prática de diversas atividades que vão além de processos técnicos em bibliotecas. Assim, os dados revelam a Elaboração de *briefings* para fotógrafos - 5,3%; Disponibilização dos créditos e legendas - 7,0%; *Benchmarking* - 1,8%; Avaliação de originais - 3,5%; Controle do fluxo editorial iconográfico - 7,0%; Relatórios - 3,5% e Gestão editorial - 1,8% são elencados como atividades possíveis atribuídas ao seu ofício.

Com base nos dados apresentados notamos que as competências técnicas presentes na formação do bibliotecário são absorvidas por esse mercado; inferimos, portanto, uma relação de proximidade entre os campos e uma excelente oportunidade de atuação para esses profissionais.

Quanto a ser necessária a formação especializada e/ou educação continuada voltada para o ramo da iconografia, conforme o esperado obtivemos a margem positiva de 94,1% da amostra contra apenas 5,9%, que alega ser dispensável. Nesse sentido, atentamos para Walter e Baptista (2008:99) ao defenderem a educação continuada como “[...] condições necessárias para o bibliotecário sobreviver no espaço competitivo que existe no mundo do trabalho”.

Os dados coletados evidenciam o conhecimento na legislação de direitos autorais como de fundamental importância para o investimento na educação continuada por parte dos bibliotecários iconógrafos atuantes no segmento editorial, pois conforme estabelecido por Mendes; Silveira e Freire (2020) a prática do direito autoral faz parte do ciclo formativo do profissional da informação.

Constatamos, também, que a formação especializada voltada para o campo iconográfico ainda precisa ser explorada de forma mais aplicada, visto que não tem uma disciplina no curso de Biblioteconomia dedicada à iconografia. Observamos essa manifestação com certa parcimônia, pois segundo Cunha (1984:150) “A educação formal numa escola de Biblioteconomia serve como base para a criação do arcabouço de um indivíduo e, sem outros acréscimos e atualizações, essa base pode se tornar obsoleta em pouco tempo”. Desta forma, entendemos que é por meio da educação continuada que o bibliotecário pode sofisticar a *práxis* laboral em qualquer campo a que se destine.

No que tange aos processos inerentes à iconografia, os estudos da Semiótica aparecem nas respostas dos participantes atrelados à Comunicação e a *Gestalt* como outras possibilidades que colaboram para o aperfeiçoamento técnico no tratamento das imagens devendo ser concebida para uma trajetória de educação continuada direcionada a este nicho mercadológico.

Com relação às maiores dificuldades identificadas pelos participantes para a realização das atividades pertinentes ao processo iconográfico, os dados destacam que 35,3% da amostra aponta os licenciamentos de imagens e textos como sendo a maior dificuldade encontrada no campo.

Ademais, os dados revelam que partes do fluxo iconográfico editorial são indicadas por remeterem à alguma dificuldade encontrada, tais como a: Pesquisa iconográfica e Localização de fontes (17,6%); Indexação imprecisa (5,9%); Falta de conhecimento na área (11,8%); Atender ao *briefing* (5,9%); Fluxo editorial (5,9%); Conhecimento específicos (5,9%); Solicitação de ISBN (5,9%); Divulgação do nicho (5,9%).

A respeito dos dados apresentados pensamos que com a experiência no ramo consegue-se atingir maior precisão e segurança no desempenho da função, levando em consideração, é claro, os cursos de extensão e/ou especialização realizados como formas de mitigar esse cenário de adversidades. Também acreditamos que os cursos de mestrado e doutorado em Biblioteconomia e Ciência da Informação poderiam oferecer disciplinas de iconografia e direitos autorais na perspectiva de melhorar a qualificação desses profissionais.

Quanto a percepção do ramo da iconografia editorial enquanto nicho mercadológico para o profissional bibliotecário, os participantes reclamam da concorrência com outros profissionais que ocupam esse mercado. Figueiredo e Souza (2007:21) já identificavam essa questão ao observar a abertura de novos nichos no mercado de trabalho, pois segundo eles:

**O problema se afigura quando o bibliotecário não ocupa os novos espaços, outros profissionais o fazem. É importante salientar que não só surgiram novas oportunidades de atuação quanto o perfil de profissional exigido pelo mercado também mudou [...].**

Nesse consenso, Freire, Alauzo e Spudeit (2017:95) reforçam que apesar da expansão do campo mercadológico do bibliotecário, “De fato, é necessário um profissional cada vez mais apto para ocupar espaços distintos nos quais sua participação se torna cada vez mais imprescindível”.

Quanto à questão salarial, que também fora apontada na pesquisa como uma dificuldade pertinente, Baptista e Mueller (2005:42) explicam que tanto no contexto brasileiro, como também “[...] na maior parte dos países, os salários costumam variar conforme a região geográfica e o tamanho das cidades. Apesar disso, de forma geral, considerando os salários pagos a bibliotecários brasileiros, parece não haver grandes diferenças regionais”.

No mais, a baixa remuneração é notada como um ponto desfavorável. Nesse sentido, Tabosa e Aguiar (2011:90) dialogam que “É importante ressaltar que no Brasil não existe um instrumento legal que estipule piso salarial para os bibliotecários, mas somente recomendações de honorários estipuladas por associações e sindicatos de classe”. O que configura uma defasagem na remuneração desses profissionais, motivando um desestímulo para a atuação.

A partir dos dados coletados identificamos as palavras-chave que permearam as respostas com maior densidade, no qual para uma melhor compilação dos dados, apresentamos na nuvem de palavras a seguir (Fig. 1).

Com isso, vislumbramos, a partir da nuvem de palavras gerada pela pesquisa, que nossos participantes enxergam a iconografia editorial um mercado desafiador; inovador; interessante; amplo; ainda pouco valorizado; inexplorado pelo bibliotecário; promissor no que tange uma nova perspectiva de nicho para atuação; em expansão; rico de possibilidades para a práxis bibliotecária; vasto quanto a áreas a serem desenvolvidas; por ora ainda restrito, porém com expectativas de ascensão.



Inferimos, a partir disso, que diversas são as contribuições da prática exercida pelos bibliotecários para a área da iconografia editorial. Todas as categorias mencionadas são fundamentadas na formação básica desse profissional, o que lhe dá subsídios teóricos e técnicos para atender com excelência às demandas requeridas por esse nicho.

Quanto às competências técnicas que consideram necessárias para o bibliotecário atuar com pleno domínio no mercado iconográfico editorial, a competência que remete ao conhecimento da legislação dos direitos autorais para uso de imagens e textos verbais aparece em 100% das respostas colhidas, denotando o alto índice de importância para o campo. Já a aptidão para realização de pesquisas iconográficas na Internet e bancos de imagens aparece em segundo lugar com taxa de 94,1%, correspondente a 16 respostas.

Outra competência que chamou nossa atenção foi a capacidade de análise crítica textual para representação imagética que atingiu a margem de 82,4%, sendo seguida do conhecimento do fluxo editorial com 76,5% e a competência em correlacionar a linguagem escrita com os vocabulários controlados existentes de acordo com cada banco de imagem utilizado apresentou o mesmo percentual de 76,5%.

Ter domínio de indexação de bancos de imagens assim como aptidão para o gerenciamento de processos são elencadas pelos participantes como competências que se destacam no mercado, totalizaram 70,3% dos resultados respectivamente. No que se refere a boa comunicação oral e escrita e o conhecimento em línguas estrangeiras, nossa amostra apontou que 64,7% julgam essas competências como sendo relevantes para atuação do bibliotecário na iconografia editorial.

Somente 7 participantes, que representam um percentual de 41,2%, acreditam que dominar normas de referências bibliográficas contribui para o exercício da sua função, o que nos gerou um certo estranhamento visto que a normalização é citada por Maimone e Tálamo (2008:311) como umas das principais competências atribuídas ao bibliotecário. As autoras ainda complementam que dentro do cenário editorial “A normalização de documentos – livros, dissertações, teses, periódicos, manuais, etc. já é efetivada há um bom tempo”, configurando demandas aos bibliotecários por parte desse mercado.

Sobre haver um diferencial na execução e desempenho das atividades proporcionada pela formação em Biblioteconomia, das 17 respostas obtidas apenas 2 pessoas de nossa amostra acreditam não haver relação entre sua formação e uma prática laboral diferenciada dos demais. Em contrapartida, 15 participantes afirmaram que se percebem como um profissional destacado no mercado iconográfico editorial.

Portanto, identificámos, dentro da formação básica em Biblioteconomia, competências que dialogam diretamente com o campo em questão. Consequentemente, o diferencial da atuação se fundamenta pelo protagonismo do bibliotecário que é pautado principalmente na *expertise* adquirida ao longo da sua formação, motivo pelo qual acreditamos veementemente na ocupação deste nicho por parte desses profissionais.

### **5.4. A relação entre a Biblioteconomia e a Iconografia editorial**

Apuramos as *nuances* da relação entre a Biblioteconomia e a Iconografia editorial onde percebemos a inclinação desses saberes na construção de uma simbiose. De modo geral, os dados levantados concatenam numa linearidade fluída transitando por diversos processos do fluxo editorial, que são respaldados pelos princípios estudados na Biblioteconomia.

Com isso, podemos inferir uma proximidade orgânica entre o fazer iconográfico e o *know-how* do profissional bibliotecário, que converge sob o pilar da competência em informação. A partir dessa perspectiva, os dados obtidos foram sistematizados no Quadro 1 em que apresentamos a aplicação de cada conceito/teoria da Biblioteconomia às rotinas editoriais de modo a ilustrar a compatibilidade com o campo da iconografia.

**Quadro 1 – Conceitos da Biblioteconomia aplicados à Iconografia editorial**

Teorias/Conceitos de Biblioteconomia	Aplicabilidade na iconografia editorial
Indexação	Por meio de descritores em bancos de imagens
Catálogo	Elaboração das fichas para publicação de obras (catálogo na fonte)
Recuperação da Informação	Favorece a encontrabilidade nas pesquisas iconográficas
CDD	Uma das classificações aplicadas às fichas catalográficas das produções editoriais
Organização Informacional	Organização do acervo iconográfico da instituição
Normalização	Elaboração de referências bibliográficas dos conteúdos de terceiros utilizados na produção da obra
Pesquisa de Fontes de Informação	Garante a fidedignidade dos dados, por meio de fontes confiáveis
Estudo de Usuário	Entendimento acerca do público alvo para quem a obra se destina
Gestão de Informação	Contribui para o controle dos fluxos editoriais
Vocabulário controlado	Controle e padronização dos termos para facilitar a indexação das imagens
Direitos Autorais	Ampara os processos de licenciamento

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, com dados da pesquisa (2021).

Constatamos, portanto, que de maneira pragmática os conceitos e teorias pertinentes à Biblioteconomia estabelecem relações ativas e coerentes às demandas requeridas pelo ramo da Iconografia editorial, nutrindo assim um alinhamento entre os processos ligados à editoração em si e as práticas conduzidas pela iconografia. Ressaltamos ainda que, no contexto da editoração, a atuação do bibliotecário torna-se indispensável, pois a inclusão desse profissional como parte do processo informacional garante a manutenção dessa dinâmica. Nesse sentido, Maimone e Tálamo (2008:311) enxergam na editoração uma das possibilidades viáveis de atuação onde o bibliotecário pode e deve se enquadrar.

De maneira geral, evidenciamos, por meio dos dados colhidos, que as áreas conversam com sincronia e notoriedade fornecendo, além de tudo, terra fértil para o desenvolvimento e abertura do campo. Ao bibliotecário cabe essa responsabilidade, haja vista que precisa expandir sua visão de mercado percebendo as potencialidades desse nicho.

A partir desse contexto, a última pergunta de nossa pesquisa objetivou perceber se os participantes, a partir de suas experimentações, acreditam existir uma relação de simbiose entre a Iconografia editorial e a Biblioteconomia. Observamos que do total de 17 profissionais que constituem nossa amostra apenas duas pessoas, ou seja, 11,8%, sinalizaram não reconhecer relação entre os campos. Por outro lado, constatamos uma

visão positiva na maior parcela amostral, pois ao todo 15 bibliotecários percebem existir sim essa relação entre os campos.

Outro ponto relevante observado é que apesar da relação simbiótica ser concebida na visão desses profissionais, é preciso atentarmos que para se conduzir uma abertura de mercado aos bibliotecários, baseada justamente na concepção da simbiose estabelecida entre as áreas, acreditamos que um investimento na divulgação desse nicho por parte das instituições formadoras seria o primeiro passo para a expansão mercadológica.

Portanto, concluímos haver um cenário composto por dois campos distintos, constituídos de suas especificidades e semelhanças, mas que interagem diretamente numa relação íntima no que diz respeito às práticas comuns aos dois universos. Descobrimos, além disso, que de maneira harmoniosa as áreas constroem uma relação mutuamente benéfica, estabelecendo um cenário mais do que abundante e apto para a atuação do bibliotecário.

### **6. Conclusões**

Posto o retrato das práticas pertinentes aos bibliotecários iconógrafos, os dados levantados encorpam uma realidade positiva à atuação desses profissionais no nicho abordado, visto que as atividades desempenhadas por esses profissionais nas funções destinadas, estabelecem uma associação genuína entre a iconografia e a *práxis* bibliotecária.

Justamente quando traçamos um paralelo entre as atividades demandadas pelo campo iconográfico, dentro do contexto do mercado da Editoração, com as teorias formadoras da categoria bibliotecária, é que conseguimos observar uma ligação de coexistência pacífica entre as áreas que estabelecem vínculos concretos de sincronia, o que validou nossa hipótese de simbiose levantada no início da pesquisa, pois o cenário se manifesta de maneira favorável no que tange a perspectiva de convergência das práticas iconográficas com as biblioteconômicas.

Deste modo, a iconografia editorial se estabelece como um nicho mercadológico com grande potencial para atuação da classe bibliotecária, uma vez que este profissional traz contribuições substanciais no desenvolvimento laboral do campo, dado que o bibliotecário apresenta um domínio técnico alicerçado pela competência informacional que o capacita com destreza às demandas provenientes do mundo editorial.

Além do mais, a formação do bibliotecário abrange diversas *nuances* pertinentes à editoração e em particular à iconografia editorial, sendo concebível ao perfil do bibliotecário. Reconhecido como um profissional multifacetado, o destaque é anunciado pelas práticas que são consideradas carros-chefes da atuação no contexto da iconografia e que são imprescindíveis para o bom aproveitamento dos fluxos editoriais, evidenciando, assim, a total viabilidade desse nicho mercadológico para a classe profissional da Biblioteconomia.

Portanto, acreditamos na relevância da pesquisa visto que ainda são poucos os bibliotecários que atuam na área, o que noticia a importância de divulgação desse nicho para atrairmos mais profissionais para o campo. A disseminação desse mercado possibilita, também, a mudança na concepção das instituições empregadoras com relação às categorias profissionais adequadas a trabalhar com iconografia, expandindo seu olhar para enxergar

na formação acadêmica do bibliotecário um perfil capacitado para atender as necessidades laborais do campo, gerando com isso, a consolidação da atuação nesta parcela de mercado.

### **Referências bibliográficas**

**ALÉS, J. M.**

2019 A Leitura iconográfica. *Revista Tino*. [Em linha]. 69 (2019) 10-12. [Consult. 8 mar. 2020]. Disponível em: <https://revista.jovenclub.cu/la-lectura-iconografica/>.

**BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M.**

2005 Considerações do mercado de trabalho do bibliotecário. *Información, cultura y sociedad*. [Em linha]. 12 (2005) 35-50. [Consult. 25 abr. 2021]. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-17402005000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17402005000100003&lng=en&nrm=iso).

**BARDIN, L.**

1977 *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

**BURKE, P.**

2017 *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

**CUNHA, M. B.**

1984 O Desenvolvimento profissional e a educação continuada. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. [Em linha]. 12:2 (1984) 149-156. [Consult. 3 jan. 2022]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30208>.

**FARIAS, M. G. G.**

2015 Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 6:2 (2015) 106-125. [Consult. 5 fev. 2022.]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/101368>.

**FARIAS, M. G. G.; LIMA, J. S.; SANTOS, F. E. P.**

2018 Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 28:2 (2018) 63-81. [Consult. 16 ago. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38682>.

**FIGUEIREDO, M. A. C. de; SOUZA, R. R.**

2007 Aspectos profissionais do bibliotecário. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:24 (2007) 10-31. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p10>.

**FONSECA, J. J. S.**

2002 *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UECE, 2002.

**FREIRE, F. da S.; ALAUZO, J. L. C.; SPUDEIT, D. F. de A.**

20147 Competências e campos emergentes para atuação de bibliotecários. *RACIn: Revista Analisando em Ciência da Informação*. [Em linha]. 5 (2017) 81-102. [Consult. 14 out. 2021]. Disponível em: [http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v5\\_n1/racin\\_v5\\_n1\\_artigo05.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v5_n1/racin_v5_n1_artigo05.pdf).

**MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M.**

2008 Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. *DataGramaZero*. [Em linha]. 3:2 (2008). [Consult. 2 out. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pcbcb/article/view/5272>.

**MENDES, S. O.; SILVEIRA, L. R.; FREIRE, T. C. S.**

2020 Atuação do bibliotecário no campo da editoração eletrônica de periódicos científicos: um estudo do portal de periódicos da UFMA. *Ciência da Informação em Revista*. [Em linha]. 7:3 (2020) 100–110. [Consult. 16 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9878>.

**MIRANDA, A. C. C. de; SOLINO, A. da S.**

2006 Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do Estado Rio Grande do Norte. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 11:3 (2006) 383-397. [Consult. 20 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/ppR7DKZgPV9PhBqYZSKginy/?format=pdf&lang=pt>.

**MORAES, M. B. de.**

2015 A Interdisciplinaridade da biblioteconomia a partir da sua historicidade curricular. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 11 (2015) 9-26. [Consult. 30 jun. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/554/412>.

**PANOFSKY, E.**

1979 *Significado nas artes visuais*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

**PINTO, V. B.**

2005 A Biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário. *Transinformação*. [Em linha]. 17:1 (2005) 31-43. [Consult. 6 ago. 2021]. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=79>.

**SHERA, J.**

1977 Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 6:1 (1977) 9-12. [Consult. 14 jul. 2021]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92>.

**SOUZA, S. dos S.; TRINCHÃO, G. M. C.**

2013 Educação e desenho: a importância da compreensão da iconografia e da iconologia na análise do livro didático. *InterSciencePlace: revista científica internacional*. 26:1 (2013) 132-146.

**TABOSA, H. R.; AGUIAR, T. P.**

2011 O Atual mercado de trabalho para o bibliotecário no Estado do Ceará. *Biblionline*. [Em linha] 7:1 (2011) 84-98. [Consult. 10 ago. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9928>.

**TARGINO, M. das G.**

1997 Práxis bibliotecária. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 7:1 (1997) 26-33. [Consult. 24 fev. 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/352>.

**VALENTIM, M. L. P.**

2000 O Moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 5:9 (2000) 16-28. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16>.

**VALENTIM, M. L. P.**

1995 Assumindo um novo paradigma na Biblioteconomia. *Informação & Informação*. (1995) 2-6.

**VELHO, C. O. [et al.]**

2017 Os Docentes e os possíveis espaços de troca de saberes em ambiente escolar. In EDUCERE – Congresso Nacional de Educação, 13º, Ribeirão Preto, 2017 - *Trabalhos*. São Paulo, 2017. 18.332-18.348.

**WALTER, M. T. M. T.; BAPTISTA, S. G.**

2008 Formação profissional do bibliotecário. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha] 13:25 (2008) 84-103. [Consult. 25 abr. 2021]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p84>

**Karoline Gomes de Sousa | karolinegsousa@gmail.com**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

**Virgínia Bentes Pinto | vbentes@ufc.br**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

# “NEM MONGE, NEM MILITAR, APENAS BIBLIOTECÁRIO”: descobertas e evidências documentais em jornais brasileiros sobre Edson Nery da Fonseca

"NEITHER MONK NOR MILITARY, ONLY LIBRARIAN": discoveries and documentary evidence in Brazilian newspapers about Edson Nery da Fonseca

Alessandra Nunes de Oliveira | Jetur Lima de Castro

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17a9>

**Resumo:** Considerando as narrativas dos jornais impressos e o percurso da vida profissional de Edson Nery da Fonseca, o estudo aqui delineado apresenta o palco de narrativas em jornais sobre acontecimentos profissionais do campo da Biblioteconomia na vida do bibliotecário e professor. Se toma por evidência as páginas dos jornais brasileiros, bem como algumas colunas de opinião que ele escrevia. Do ponto de vista metodológico, o estudo surge de uma perspectiva interpretativa, exploratória e documental com base na bibliografia. Para essa pesquisa, torna-se notório que os jornais orientam o nosso olhar como fonte documental utilizada para analisar partes de acontecimentos profissionais da vida do respectivo escritor, poeta e professor. Os resultados indicam fragmentos dos jornais, que a nosso ver são notícias que merecem destaque pela contribuição memorável de Edson Nery da Fonseca para a Biblioteconomia brasileira, mas que ao debruçar-se sobre os jornais, pode-se avaliar esses destaques sobre outras notícias que marcam sua trajetória profissional. Sobre isso, destacam-se como os jornais podem ser utilizados em diversos pontos do protagonismo narrado. Conclui-se que Edson Nery da Fonseca estava à frente do seu tempo. Amoroso com os livros, amante da Biblioteconomia. Permita-se dizer também “polêmico”. Essas foram algumas questões, presentes nas narrativas dos jornais que deixam em aberto a reflexão sobre o seu legado memorialístico frente à sua dedicação a Biblioteconomia brasileira.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia; Documentos; Edson Nery da Fonseca; Jornais; Narrativas.

**Abstract:** Considering the narratives of the printed newspapers and the career path of Edson Nery da Fonseca, the study here outlined presents the stage of narratives in newspapers about professional events in the field of librarianship in the life of the librarian and teacher. The pages of the Brazilian newspapers, as well as some opinion columns he wrote, are taken for evidence. From the methodological point of view, the study arises from an interpretative, exploratory and documentary perspective based on bibliography. For this research, it becomes notorious that newspapers guide our look as a documentary source used to analyze parts of professional events in the life of the respective writer, poet and teacher. The results indicate fragments of newspapers, which in our view are news that deserve to be highlighted by Edson Nery da Fonseca's memorable contribution to the Brazilian librarianship, but that by looking at newspapers, one can evaluate these highlights about other news that mark his professional path. On this, we highlight how newspapers can be used in various points of the narrated protagonism. It is concluded that Edson Nery da Fonseca was ahead of his time. Loving with books, lover of librarianship. Allow ourselves to also say "controversial". These were some questions, present in the narratives of newspapers that leave open the reflection on his memorialistic legacy in the face of his dedication to the Brazilian librarianship.

**Keywords:** Librarianship; Documents; Edson Nery da Fonseca; Newspapers; Narratives.

## 1. Introdução

“Apenas bibliotecário” é a primeira folha de *O Pequeno Jornal: Jornal Pequeno* de 1 de novembro de 1948. Ele relata a trajetória do jovem bibliotecário Edson Nery da Fonseca. A frase que apresenta o título desta pesquisa vai além do que limita a expressão enunciada pelo próprio intelectual sobre sua vida. No artigo, discute-se o percurso histórico sobre a

vida profissional do bibliotecário Edson Nery da Fonseca sob a ótica das narrativas dos jornais impressos.

Sobre sua vida, obra e contribuição para a área da Biblioteconomia já há estudos que descrevem sua trajetória como poeta, escritor e professor através do panorama da sua produção bibliográfica e entrevistas realizadas com o próprio Edson Nery da Fonseca. Entretanto, o estudo que aqui se apresenta, dedica-se ao palco da leitura narrativa sobre determinados acontecimentos da vida de Edson Nery da Fonseca que ficaram em evidência nas páginas dos jornais brasileiros, bem como algumas colunas de opinião que o respectivo professor escrevia para os jornais, tornando-se notório que foram os jornais a fonte utilizada na presente pesquisa para analisar partes de acontecimentos da vida do respectivo escritor, poeta e professor.

Nesse aporte, considera-se a compreensão exploratória, qualitativa da informação mediada por jornais. Assim, a pesquisa documental é uma fonte primária, riquíssima e estável em dados históricos, que visa representar o conteúdo de um documento em uma forma diferente do original, de modo a facilitar a informação condensada e interpretativa (MARCONI e LAKATOS, 2002; BARDIN, 2009). Os jornais pesquisados caracterizam-se como procedimentos da análise documental, que [...] consiste em realizar um intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados documentos (KRIPKA, SCHELLER e BONOTTO, 2015:244).

Com as informações encontradas nos jornais, destaca-se a importância de considerar as questões sobre a vida e obra do Professor Edson Nery, que pouco é abordada e mostrada ao público na contemporaneidade, mas que foram encontradas nas páginas dos jornais cotidianos de antigas décadas e que podem ter sido esquecidas ou nunca mostradas ao público. Diante de tal percepção, a pesquisa investigou as reportagens feitas sobre e com Edson Nery, pois algumas notícias envolviam seu nome, em outras o mesmo concedia entrevistas, assim como os artigos de opinião que ele descrevia para a mídia jornalística.

As entrevistas, encontradas nos jornais, revelam que o modo poético do bibliotecário estava enraizado em sua fala. Em outras, observamos um Edson Nery que defendia a Biblioteconomia brasileira para longe dos estereótipos em que a mídia buscava encaixá-la, mas que também chegou a criticar acontecimentos que envolviam a Biblioteca Nacional.

Os jornais consultados para pesquisa foram encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional por intermédio da ocorrência “Edson Nery da Fonseca” desde 1940 a 1991. O motivo que determinou o ponto de partida da investigação na década de 1940, foi o fato de essa ser a primeira que mais recuperou ocorrências com o seu nome, estando o jornal, *Diário de Pernambuco*, entre os jornais que mais noticiou fatos sobre a vida profissional do escritor.

Assim como na década de 1950, o mesmo jornal ainda alcançava o primeiro lugar em notícias sobre o escritor. Já na década de 1960, o jornal *Correio Brasiliense* é o que mais traz assuntos sobre a ocorrência com o nome de Edson Nery da Fonseca. Em 1970-1980, o *Diário de Pernambuco* volta a apresentar mais notícias sobre a ocorrência procurada, e em 1990, como resposta de poucas ocorrências (cerca de 9), o *Jornal do Brasil — RJ* apresenta mais ocorrências sobre o assunto explorado. Devido a essa diminuição de ocorrências, a pesquisa delimitou o fim da análise aos anos de 1990.

Desse ponto de vista, é importante ressaltar que entre as décadas existem muitos jornais que noticiaram assuntos sobre Edson Nery da Fonseca, no entanto, para serem citados à publicação científica seriam necessários trabalhos de muitas folhas e de longa extensão de pesquisa, devido à riqueza de materiais disponíveis.

Entretanto, a presente investigação considerou alguns fragmentos que a nosso ver são notícias que merecem destaques devido à sua contribuição para a Biblioteconomia brasileira, mas que debruçando-se sobre os jornais, pode-se avaliar o destaque sobre outras notícias. Sobre isso, destaca-se como os jornais podem ser utilizados em diversos pontos do protagonismo narrado.

## ***2. Os jornais como evidência documental***

Quando nos debruçamos sobre as folhas dos jornais para ler uma notícia estamos frente às informações que representam um recorte do tempo narrado. Embora esses recortes possam passar despercebidos para um determinado leitor, como a simples leitura cotidiana, para outros podem significar informações importantes que representam ou fazem parte de uma revitalização de uma narrativa histórica, de uma memória, momento e acontecimento para entender determinada época.

Os jornais podem provocar no leitor, que apreende a narrativa histórica, um horizonte para compreender determinada cobertura jornalística e analisar as representações de determinados conceitos suscetível em um contexto social, pois embora algumas pesquisas não utilizem unicamente os jornais como narrativa de um acontecimento, eles ainda são utilizados como fonte testemunhal, produzindo subsídios para discussões a cerca de um determinado assunto.

A percepção do observador que utiliza os dispositivos informacionais presentes em um jornal como as manchetes, fotos, colunas e artigos de opiniões, contempla todos os indícios investigativos que ele pode proporcionar sobre o que se pretende encontrar, conforme os interesses de pesquisa, conceituando assim, na prática, o jornal tendo seu lugar de objeto documental.

Buckland (2018) explicita essas questões no estudo da teoria do documento, isso para identificar aquilo que seja um documento e de como pode se evidenciar o jornal como um objeto documental:

*Um objeto é considerado um documento quando há uma afirmação ou percepção de evidência para alguma crença. O efeito de um documento, então, depende da crença em algum aspecto da realidade [...]. No entanto, para funcionar como um documento, é necessário um ato de percepção (ler, ver ou sentir), portanto, um observador é tão necessário quanto um criador (BUCKLAND, 2018:4)*

O autor considera uma palavra fundamental para quando se estiver diante de um documento, a percepção da evidência, pois por intermédio dos jornais busca-se saber, através dos registros narrados sobre um determinado comportamento social, uma opinião, acontecimento, imagens da sociedade ou sobre uma figura pública.

Como linha investigativa para essa pesquisa, torna-se necessário que o pesquisador, que manipula os documentos, atente-se a sua percepção de ler, ver e sentir o jornal, visto que está manifesto a uma variedade de dispositivos informacionais e narrativos que incluem textos simples, discursos, manchetes, e imagens, que encontram-se inseridos nas folhas dos periódicos, sendo a percepção a grande aliada para o manuseio deste determinado documento, uma vez que a gama desse material para o investigador requer não apenas exaustivas leituras das folhas dos jornais, mas também a atenção sobre o que se busca e questiona, observar textos e imagens que voltam-se para a ordem do discurso, e também sobre o que está por trás de determinadas notícias, isto é, o que está sob suspeita. É um breve contexto que se adequa na tríade: ler, ver e sentir.

Buckland (2018) atribui três origens de um documento, quando ele é: criado, transformado ou considerado. No primeiro, está a intencionalidade, quando ele foi criado para ser um documento, de modo a deixar provas sobre um fato, atribuindo a visão convencional.

No segundo, quando ele pode ser utilizado como um documento, isto é, transformado e atribuído como um, onde surgem fragmentos que possam ser observados, em razão de atributos que nele consiga ler uma evidência, ocasionando uma abordagem funcional.

O terceiro está ligado, a ‘priori’, na percepção sobre qualquer objeto que não tenha relação com os dois primeiros, em que um perceptor atribui como documento, quer seu criador ou não, pretendesse que fosse um documento ou não, sendo uma visão semiótica.

Para essa pesquisa, o jornal alcança o conceito de documento como atribuição, pois embora ele não seja criado para ser um, na medida em que ele é utilizado como meio informativo de notícias, nele são apreendidas informações que, quando contextualizadas no tempo, tornam-se evidências de um determinado acontecimento. Para Louis Quéré (2005), o acontecimento é uma instância que evoca o passado e o futuro. E, é isso que fazemos, olhamos para trás e pensamos sobre o que passou despercebido, onde foi enunciado? Nessa perspectiva, o acontecimento é um exemplo que estimula o conhecimento e recebe poderes hermenêuticos que impulsionam o pensamento a buscar e explorar a compreensão. A reflexão de Kreniski e Aguiar (2011:4) é incisiva quanto ao uso e importância do jornal, que por vezes foi desprezado como fonte documental “seria um erro desprezar a imprensa como fonte documental. Já que dentro do nosso país a imprensa não apenas foi transmissor na informação dos atos, mas ela foi além, proporcionou a discussão sobre os acontecimentos e o posicionamento de opiniões”.

Os jornais, conforme a sua importância documental, correspondem ao pensamento de Briet (2016) ao investigar sobre os subsídios em relação ao conceito de documentação e as novas “roupagens documentais” que constituem parte dos objetos que consistem na ampliação do que é a documentação. A autora esclarece que, através das múltiplas comunicações da contemporaneidade, um documento é “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico, ou intelectual” (BRIET, 2016:1). Caracteriza-se um paralelo com os jornais que apresentam uma notícia registrada, assim como fotografias inseridas, de modo a representar um acontecimento ou evidenciar um fato histórico, contexto que oferece elementos para pensar os jornais como evidência, isto é, um objeto considerado um documento quando há uma afirmação ou percepção que evidencie alguma crença. Podemos resgatar reflexões e ressignificações do período que está sendo revisitado.

Partindo dessa breve ponderação, o interesse em revisitar determinada época, em que nossa presença física não ocupou o determinado evento, também ocorre. Entretanto, para acontecer a interpretação e a (re)vitalização, recorre-se aos documentos que são elementos que ecoam vozes de uma determinada sociedade, cultura, ideologia ou comportamento, ali registrados.

No seguinte tópico adentraremos na narrativa sobre o que os jornais contam do berço de Edson Nery da Fonseca, desde sua iniciada juventude como escritor, sua dedicação e louvor para com a primeira biblioteca da cidade do Recife.

### **3. “Um entusiasmo de Franciscano e uma paciência de Beneditino”**

No editorial *Cousas da cidade* (1946), o jornal apresenta um novo escritor provinciano: Edson Nery da Fonseca, que estava participando de uma nova geração de escritores pernambucanos, que são amantes de livros e estavam contribuindo com artigos para o *Diário de Pernambuco*.

Com uma breve história, a coluna do jornal, *Cousas da cidade*, narra o interesse do escritor por livros através da genealogia do seu avô, “o velho Nery”, que não era letrado, mas foi um homem dado às leituras por possuir uma tipografia a qual chegou a editar a *Revista do Instituto Arqueológico* mesmo não havendo tido lucro com as edições que lançou no mercado, ganhou méritos com outras representações, em herança a contribuir e influenciar para que seu neto se tornasse um amante de livros (Cousas..., 1946:4).

Em uma pequena nota do jornal *Diário de Pernambuco*, na coluna *Diário social* (jan. 1947) expõe-se que Edson Fonseca estava chegando na capital vindo do Rio de Janeiro, após terminar o curso de Biblioteconomia que fez na Biblioteca Nacional. A sua volta à capital Recife foi nomeada como acontecimento da ‘literatura da semana’, também na coluna *Galeria* (1948), do *Diário de Pernambuco*, uma vez que, em sua ida para o Rio de Janeiro, fez ser julgado como “perdido” para sempre na hipótese em não querer voltar mais para sua cidade natal, por acharem que ele seria seduzido pela metrópole e não encontraria mais encanto na paisagem e amigos de sua província.

Em 1 de julho de 1948, às 14h, ocorreu a aula inaugural do curso de Biblioteconomia, no auditório da Discoteca Pública Municipal, promovido pela Diretoria de Documentação e Cultura (DDC) em bases do curso nacional promovido pela Biblioteca Nacional.

O acontecimento foi divulgado com destaque no jornal *Diário de Pernambuco* tendo duas páginas dedicadas ao discurso proferido por Edson Nery da Fonseca, que era bibliotecário da DDC. O seu discurso ecoou enunciando a responsabilidade social que o curso de Biblioteconomia possuía para o desenvolvimento da comunidade em relação a contribuir para a educação do povo por meio da renovação de acesso às bibliotecas, seja por meio de espaços fixos ou ambulantes, que precisavam estar mais próximas ao povo.

Fig. 1 – Jornal “Diário de Pernambuco” - 2 jul. 1948, p. 3

**Aula inaugural do  
Curso de Biblioteconomia**

**A solenidade promovida ontem pela D. D. C. – Discurso do escritor Edson Nery – “Servir á cultura, servir á comunidade, servir a todos, indistintamente, pobres e ricos, brancos e pretos, professores e estudantes”**

Conforme foi noticiado, realizou-se ontem, ás 14 horas, no auditório da Discoteca Pública Municipal, a aula inaugural do Curso de Biblioteconomia, promovido pela Diretoria de Documentação e Cultura, nas

um atrazo de muitos anos. E' na verdade consideravel a diferença que ha entre as bibliotecas americanas e as brasileiras, bastando citar, como exemplo expressivo, o facto salientado pelo sr. Rubens Bor-

ha de Morais, de se encontrar hoje maiores facilidades para o estudo de assuntos brasileiros em bibliotecas estrangeiras.

Mas já começamos a sentir os efeitos

(Conclue na 8.ª página)

Fonte: BRASIL. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital (2022).

Além de celebrar a importância do curso de Biblioteconomia, teceu uma crítica por meio de comparação com cursos que, até então, estavam sendo evidenciáveis nos jornais, devido ao retorno monetário que poderiam causar, o qual ele discorre “não queremos habilitar candidatos a uma profissão rendosa; não iniciamos hoje um curso igual aos muitos que enchem a coluna alfabética dos jornais, prometendo entre reclames de xaropes e pomadas, uma vitória fácil na vida” (Aula..., 1948:3).

A realidade que ocorria no Brasil, como o encarecimento cada vez maior de livros e a capacidade cada vez menor de aquisição do povo, foi evidenciada em seu discurso como uma forma de luta que faria parte do cotidiano dos amantes dos saberes, logo, esse triste acontecimento faria das bibliotecas um celeiro de busca vindoura, pois assumiriam um espaço de significação social, porém, estruturalmente, insuficiente, uma vez que as bibliotecas estavam sendo esquecidas pelos poderes públicos, pois esses estavam preocupados apenas com obras cenográficas “para inglês ver”.

O seu discurso proferido em 1948, no que diz respeito à crítica aos poderes públicos e a busca de uma biblioteca acessível, pode ser visto como atemporal se consideramos os problemas enfrentados na respectiva época, que ainda se encontram presentes na contemporaneidade nas lutas que as bibliotecas travam no seu cotidiano, principalmente a respeito de como as bibliotecas deveriam serem vista, que elas:

não são mais aqueles lugares solenes, com móveis pouco convidativos, os livros escondidos misteriosamente do leitor, os funcionários agressivos, pondo mil e umas dificuldades diante do consulente, e um diretor adquirindo obras de seu interesse pessoal e se movimentando entre as estantes como se tudo aquilo fosse um reino seu (Aula..., 1948:3).

O trecho supracitado necessita ser analisado, porquanto é uma contribuição para as próprias práticas bibliotecárias desenvolvendo um sistema de autoanálise que os profissionais da informação exercem em seu ambiente, pois Edson Nery da Fonseca teceu um panorama crítico tanto do poder público, mas também para sua própria profissão que

precisa avançar em termos comportamentais, que fomentavam o pensar social do povo para com as bibliotecas.

Edson Nery da Fonseca foi responsável pela reforma da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Através do projeto que elaborou para modernizar a biblioteca, conseguiu a aprovação do Reitor Joaquim Amazonas para que as iniciativas sobre a biblioteca fossem executadas.

Em novembro de 1948, *O Pequeno jornal: Jornal pequeno* dedicou a sua primeira página em apresentar a trajetória do jovem bibliotecário e conduzir uma entrevista concedida por ele, que findou numa manchete do jornal com os seus dizeres “nem monge, nem militar, apenas bibliotecário”, pois, antes de exercer as práticas biblioteconômicas, foi oficial do exército na segunda guerra e quase beneditino, devido à assiduidade com que frequentava o Mosteiro de São Bento. Edson Nery da Fonseca, conta ao jornal:

não foi apenas a vida beneditina que me atraiu. Eu namorei a vida militar durante muito tempo, julgando encontrar a carreira das armas – e ainda hoje penso nisso – a minha salvação para esta vida. Mas hoje posso dizer-lhe que estou satisfeito por ser bibliotecário. Os trabalhos de rotina da biblioteca me dão uma satisfação intelectual que durante muitos anos me faltou (Nem monge..., 1948:1).

A razão de a manchete ser veiculada em *O Pequeno jornal: Jornal pequeno* foi em decorrência do acontecimento de sua nomeação como bibliotecário para organizar a biblioteca de Direito da Universidade do Recife. Ele reconheceu que o louvor dessa iniciativa era atribuído ao Magnífico Reitor da Universidade. Conforme a matéria, mais de 40 mil livros estavam amontoados servindo a característica de um depósito de livro que agora, com Edson Nery da Fonseca, a organização da biblioteca da Faculdade de Direito vai exigir tempo, esforço e dedicação para esta apreciativa atividade.

A matéria do jornal aponta para um novo procedimento em organização biblioteconômica, porém, busca apresentar o perfil do bibliotecário responsável pela organização, embora ele já havia tido reconhecimento como escritor na cidade do Recife; a evidência na matéria atribuiu o seu perfil de bibliotecário por meio da sensibilidade na organização para com as obras e a profissão que exercia.

Do sono aparente, nasce um catálogo, inanimados jardins de ordem, flores de paciência. Revela-se o parentesco infinito das séries, mapas, referências, dicionários. Dos galhos pendem respostas maduras. Todas, ao alcance de qualquer, sob tua vista complacente, zelosa de guardião do pomar (Nem monge..., 1948:3).

Com um trabalho amoroso e sentindo-se feliz entre as estantes, assim Edson Nery da Fonseca encontrava-se como bibliotecário. Seu interesse pela profissão foi despertado por uma crônica de Mário de Andrade e por um artigo de Carlos Drummond de Andrade, e foi com uma poesia de E. Carrera Guerra que ele descreve ao jornal que vive intensamente os seus versos.

Fig. 2 – *O Pequeno Jornal: Jornal pequeno* - 1 nov. 1948



Fonte: BRASIL. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital (2022).

A continuidade da sua dedicação à biblioteca de Direito da Universidade do Recife foi descoberta no espaço de *O Pequeno jornal: Jornal pequeno*, de 11 de janeiro de 1949, que noticiou que a biblioteca, durante vários meses, estaria fechada para os leitores, a fim de que os funcionários se dedicassem aos trabalhos da reforma e organização, contando com uma equipe de bibliotecários contratados para organização do acervo.

A notícia descreve que o primeiro trabalho consistiria na arrumação dos livros nas estantes através da Classificação Decimal de Mevil Dewey e que seria confeccionado um catálogo *sui generis* do Recife, que permitiria aos leitores o encontro mais rápido das obras. Ainda foi relatado que a biblioteca iria contar com um salão de leitura confortável, empréstimo de livros domiciliar, que até então, era feito apenas para professores. A reportagem jornalística conclui com as palavras de Edson Nery da Fonseca expondo que:

Com esta reforma, a Universidade terá prestado um grande benefício. Não apenas aos professores e alunos da Faculdade de Direito, mas a toda a população desta cidade. Na verdade, o Recife ainda não possui uma biblioteca pública. A do Estado é uma instituição morta, um simples depósito de livros, com uma verba que não dá para cobrir nem as despesas de limpeza. E não se compreende uma cidade moderna sem a sua biblioteca. A biblioteca é uma daquelas instituições fundamentais para a educação e o aperfeiçoamento cultural da comunidade (Uma Biblioteca..., 1949:7).

Para compreender essa fala, resgatamos uma notícia que descrevia como estava a situação da biblioteca pública da Cidade do Recife. Praticamente não existia biblioteca, pois seu espaço não convidava o leitor a frequentá-la, a luz era deficiente e a catalogação dos livros

era mal feita, formando uma babel de livros empilhados com estantes que não suportavam o peso dos livros, de tão deterioradas que estavam (Uma Biblioteca..., 1949:1).

**Fig. 3 – O Pequeno Jornal: Jornal pequeno - 11.jan. 1949**



**Fonte:** BRASIL. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital (2022).

Sua dedicação à Biblioteca da Faculdade de Direito foi aplaudida pelo intelectual Gilberto Freyre em seu artigo de opinião na revista *O Cruzeiro* de 1952, no qual fez uma comparação sobre o que era a biblioteca antes da sua organização, fazendo a metáfora de ser um “cemitério de livros” com “estantes sepulcrais” e o que passou a ser com a contribuição técnica de Edson Nery da Fonseca, um espaço de “paz estudiosa”:

a reforma que ali se verificou, graças a um jovem técnico a quem o Reitor da Universidade do Recife deu carta branca para realizar uma obra mais de ressurreição que de simples renovação, teve qualquer coisa de milagre, deu vida a livros que pareciam, na verdade, mortos. Deu ao espaço destinado a tristonho depósito de livros o aspecto, a vivacidade, a graça de uma verdadeira biblioteca (FREYRE, 1952:10).

Gilberto Freyre vai metaforizando a biblioteca entre o divino e o terreno, entre a morte e a vida, com passos de louvores ao ligamento que a reforma proporcionou, dos livros para com o público, uma vez que a desorganização e o ambiente, nada convidativo, em que ela se encontrava, fazia desaparecer o entusiasmo em frequentá-la.

O conceito de ressurreição é o caminho que Gilberto Freyre descreve, explica poeticamente a reforma e a organização que Edson Nery proporcionou ao contexto da biblioteca, através

dos livros que agora nascem nas mãos dos usuários que ali frequentam e sentem a paz do ambiente da biblioteca.

Gilberto Freyre atribui a Edson Nery a competência técnica de “[...] um entusiasmo de Franciscano e uma paciência de Beneditino. É completo. Cuida do geral e cuida dos pormenores. Cuida dos livros sem esquece-se que os livros devem existir para os homens como os sábados da definição de Cristo” (FREYRE, 1952:10).

**Fig. 4** – Revista “O Cruzeiro”: a biblioteca do Recife



**Fonte:** BRASIL. Biblioteca Nacional - *Hemeroteca Digital* (2022).

Embora seja lembrado como o bibliotecário que deu vida à biblioteca do Recife, em 1959, Edson Nery da Fonseca voltava ao Recife para ministrar um curso de documentação no Arquivo Público Estadual (Iniciado..., 1959). Sob o título *Documentação uma atividade nova no setor empresarial*, o jornal *Diário de Pernambuco* divulgou através de suas palavras a importância do processamento técnico da documentação no Brasil.

**Fig. 5 – Diário de Pernambuco - 1959**



**Fonte:** BRASIL. Biblioteca Nacional - *Hemeroteca Digital* (2022).

Neste capítulo, observámos o lado dedicado de Edson Nery da Fonseca para implementação da técnica biblioteconômica e os cursos que ele próprio promovia para elevar o nível educacional da comunidade bibliotecária. No próximo capítulo analisaremos seu papel de elucidar a opinião sobre a Biblioteconomia para leitores dos jornais e como ele utilizava a mídia impressa para mediar sua fala.

#### **4. “[...] subordinados aos medalhões da cultura nacional”**

É interessante analisar que Edson Nery da Fonseca estava sempre atento ao circuito da mídia impressa sobre o que noticiavam da Biblioteconomia Brasileira, uma vez que além dele ser um percussor na divulgação da área Biblioteconomia, ainda era um crítico que observava sobre o que era divulgado, podendo mesmo enviar cartas de opinião para as redações dos jornais para explicar sobre certos estigmas divulgados sobre a profissão e o curso.

No dia 2 de junho de 1954, com o título *Formação de técnicos para lidar com bibliotecas*, o jornal *Correio da Manhã* apresentava um breve percurso histórico da Biblioteconomia mantida pela Biblioteca Nacional, informações de como funcionava o curso e quais eram os seus objetivos para formar bibliotecários.

Entretanto, no primeiro parágrafo desta notícia, propunha que a Biblioteca Nacional, por meio do curso de Biblioteconomia, tinha como objetivo “adestrar pessoal técnico capaz de dar feição científica à catalogação, transformando as bibliotecas em autênticos instrumentos de cultura” (Formação..., 1954:6). Este trecho fez com que Edson Nery da Fonseca enviasse uma carta à redação do jornal *Correio da Manhã*, como uma forma de

repúdio e retificações às informações que o noticiário fez, desde a questão histórica até sobre os estudos curriculares do curso.

As palavras do bibliotecário à redação reportavam que “em primeiro lugar, não é, exato que os cursos em apreço tenham como objetivo adestrar pessoal técnico capaz de dar feição científica à catalogação de livros, transformando as bibliotecas em autênticos instrumentos de cultura” (Cartas..., 1954:3).

Sua carta buscou emitir maior clareza sobre o que de fato significava ser bibliotecário e quais eram os objetivos do curso de Biblioteconomia e ainda informou as matérias estudadas na grade curricular, algo que estava longe de reduzir aos estudos apenas de catalogação: “o objetivo dos cursos de Biblioteconomia é preparar pessoal habilitado a organizar e dirigir bibliotecas – entendidas como centros ativos de educação e cultura – e para conseguir-se este objetivo não basta, evidentemente, aprender catalogação de livros” (Cartas..., 1954:3).

Edson Nery da Fonseca, semanalmente estava no *Jornal do Brasil* (RJ) no ano de 1957, através do suplemento dominical, espaço do jornal dedicado à divulgação de poetas, editores, escritores e críticos da área da literatura, onde foi convidado para divulgar os assuntos da área da Biblioteconomia no Brasil, como: reuniões nacionais e internacionais; tópico sobre informação que envolvia assuntos sobre as novas tecnologias no Brasil e fontes de informação; as problemáticas da documentação e de obras bibliográficas da área; assuntos como o questionamento: Que obras de Biblioteconomia devem ser traduzidas para o Português? (FONSECA, 1957:28).

No total foram 7 domingos dedicados a apresentar ao público sobre o circuito da documentação, informação e Biblioteconomia. Embora se disseminasse a questão geral da Biblioteconomia no Brasil, é perceptível que ele se dedicou aos interesses do conceito de documentação que compreendia também os profissionais especializados empenhados na preparação, organização, classificação e conservação de documentos gráficos, isto é, o público da Biblioteconomia e Arquivística no Brasil, produzindo um esquema de explicação da organização documental e a importância em que os bibliotecários e arquivistas têm no processo da documentação. Através da demonstração do esquema de Paul Otlet, é explicado, de forma didática, a organização do documento que ocorre a partir da hierarquia do trabalho intelectual e a partir das experimentações da ciência, que são transcritas em livros e periódicos, sendo organizadas em bibliografias, na reunião da enciclopédia e, por fim, avaliando a importância da classificação que coloca em ordem, através da organização, os livros e periódicos nas bibliotecas.

**Fig. 6 – Jornal do Brasil, esquema de Paul Otlet - 6 out. 1957**



**Fonte:** BRASIL. Biblioteca Nacional - *Hemeroteca Digital* (2022).

Torna-se importante observar que Edson Nery da Fonseca, mediante aos seus escritos nos jornais, buscava dizer ao leitor leigo, aquele que pouco sabia dos assuntos da Biblioteconomia e documentação, expondo os exemplos dos objetos de estudo, assim como delineava seu discurso com os especialistas da área da documentação, divulgando as habilidades técnicas e teóricas, que produziam a Biblioteconomia.

Apesar da dedicação com que é publicizada a Biblioteconomia nas páginas dos jornais, Edson Nery da Fonseca também foi alvo de críticas por seus pares, isto é, sofreu repúdio dos bibliotecários por um livro publicado. O livro *Ser ou não ser bibliotecário* foi alvo de polêmica pela classe bibliotecária. No ano de 1966, algumas colunas dos jornais noticiaram esse acontecimento.

Dentre eles destacam-se os jornais: *Commercio* – RJ (*Nota de desagravo à Biblioteca Nacional*); *Tribuna da Imprensa* – RJ (*Comentário sobre biblioteca gera protesto da AABB*); *Correio da manhã* – RJ (*Cartas à redação*) e *Correio Brasiliense* – DF (*AA de bibliotecários repele acusação feita à Biblioteca Nacional*). Nos jornais, os bibliotecários manifestaram o repúdio frente a um parágrafo do texto de Edson Nery.

A “Nota de desagravo à Biblioteca Nacional”, do jornal *Commercio*, tornou público o ofício distribuído por Antônio Caetano Dias, Presidente da Associação Brasileira de bibliotecários com o título *Desagravando a Biblioteca Nacional* que relatava:

Por decisão unânime de sua Diretoria, vem a Associação Brasileira de bibliotecários protestar contra os termos de uma publicação editada pela Universidade de Brasília, a título de contribuição do seu curso de

**Biblioteconomia à Semana Nacional da Biblioteca, sob a responsabilidade do bibliotecário Edson Nery da Fonseca (Nota..., 1966:5).**

O ofício criticava que o *Ser ou não ser bibliotecário* foi nomeado como injurioso na experiência de desmoralizar a instituição da Biblioteca Nacional. A crítica incidiu em razão de uma parte textual que foi destacada no ofício, procedeu na publicação de Edson Nery, que dizia “Não ser bibliotecário para silenciar diante de uma Biblioteca Nacional que é uma vergonha nacional” (Nota..., 1966:5).

Contudo, ao analisar as datas após este ato de repúdio, não foi encontrada nos jornais a fala de Edson Nery da Fonseca como resposta ao ofício emitido. No entanto, no ano de 1990, indícios dos escritos dele ao jornal despontam a crítica à Biblioteca Nacional e defende a honra da profissão de bibliotecário no que diz respeito ao seu espaço de atuação legitimado, a biblioteca.

Em um artigo ao *Jornal do Brasil*, intitulado *Biblioteca não é academia* (1990), Edson Nery, repudiou a nomeação de Afonso Romano de Sant’Ana para presidir a Fundação da Biblioteca Nacional. A crítica incidiu devido a sua nomeação não condizer com a especialidade de ser bibliotecário: “passou o tempo em que as grandes bibliotecas exigiam sinecura para os grandes escritores. Nossa época pós-moderna exige especialistas em cargos especializados” (Biblioteca..., 1990:11).

Dando ênfase a crítica sobre a importância da especialidade do bibliotecário em presidir seu espaço legítimo, a trajetória da Biblioteconomia brasileira é evidenciada por ele com o designo que ela alcançou “a maturidade” após 14 congressos nacionais de âmbito geral e especializados em processos técnicos, 31 cursos de graduação no território nacional, cinco de pós-graduação, dois deles com nível de doutorado.

**Que diria Afonso Romano de Sant’Ana se uma pessoa sem formação universitária em letras fosse dirigir o seu departamento na PUC? Certamente ficaria perplexo. Foi com essa perplexidade que os bibliotecários receberam a notícia de sua nomeação para a presidência da Fundação da Biblioteca Nacional (Biblioteca..., 1990:11).**

Nery da Fonseca estava a dizer que os profissionais bibliotecários se encontravam aptos a presidir esses espaços, e não havia necessidade de nomear pessoas não especializadas para o cargo: “não se admite que a Biblioteca Nacional volte a ser dirigida por escritores sem formação biblioteconômica” (Biblioteca..., 1990:11). Ele cita que a Fundação Biblioteca Nacional foi dirigida pela bibliotecária, Jannice de Mello Monte-Mór, que recebeu elogios de honra pela ótima organização que fez enquanto estava no posto de diretora e ele não entendia o motivo de ter nomeado um escritor que nada tinha a ver com a função de bibliotecário, cabendo assim, crítica e questionamento pelo ato.

Fig. 7 – *Jornal do Brasil (RJ)* - 11 dez. 1990



Fonte: BRASIL. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital (2022).

Mediante a resposta de Edson Nery, no dia 17 de dezembro de 1990, na coluna *Cartas*, com o título *Donos da posição*, no *Jornal do Brasil* (RJ), indícios despontam de que o escritor foi criticado por sua publicação, quando o próprio evidencia ter sido julgado “preocupado com a preservação do emprego” sendo que ele mesmo expõe não ser esse o motivo que o fez criticar a direção da Biblioteca Nacional:

[...] como bibliotecário, o que me preocupa são os usuários da biblioteca nacional, inteiramente abandonados por escritores que fizeram do cargo uma extensão da sala de chá da academia. e como professor de Biblioteconomia, preocupa-me a formação de bibliotecários para ficarem eternamente subordinados aos medalhões da cultura nacional (FONSECA, 1990:8).

Como “ríspido artigo” assim foi conceituado por Josué Montello, o escrito de Edson Nery, *Biblioteca não é academia*. Em resposta, Montello (1991), através do *Jornal do Brasil*, defendeu que de fato biblioteca não é academia, mas questionou “quem disse ao contrário? mas sempre se deram bem as duas instituições, cada qual no seu espaço” (MONTELLO, 1991:11). Sua discussão entende que ambas sempre se deram muito bem, e que cada uma contribuiu com a outra por meio de relacionamentos buscando o reconhecimento da história entre diretores e patronos.

Montello esclarece a função do diretor geral fazendo uma diferenciação das suas atividades com as do bibliotecário, sendo que a função do primeiro não é de classificar, catalogar, ordenar livros, orientar consulentes, ficando a cargo da profissão técnica, o que é instrução

para os bibliotecários. Ao diretor compete a representação da instituição que orienta a rotina e os eventos, providenciando meios para sua expansão.

Por fim, o comunicado de Montello, que era descrito como escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-embaixador do Brasil na UNESCO, para Edson Nery foi o seguinte:

Caro Edson Nery da Fonseca – por quem tenho o melhor apreço e a melhor admiração (a despeito de todas as suas restrições para com os escritores na Biblioteca Nacional) – não se aborreça comigo, se lhe digo aqui, baixinho, só para nós dois, que, ao contrário do que distraidamente afirmou no seu ríspido artigo contra a nomeação do Affonso Romano de Sant’Anna, não foi D. João VI que fundou a Biblioteca Nacional. Não, não foi. Mestre Rodolfo Garcia, do outro lado da vida, é capaz de estar repetindo, com o seu risinho de fundo de garganta: Foi o Príncipe Regente... (MONTELLO, 1991:11).

Nesse contraponto de opiniões, reacendeu a importância e confiança que Edson Nery da Fonseca dava ao profissional bibliotecário como sendo apto para estar nas demais hierarquias. Embora tenha ocorrido um estranhamento de opiniões, a história dessas narrativas mostra que as relações de Edson Nery da Fonseca com a Biblioteca Nacional solidificaram-se com o tempo e o quanto cada um dos lados contribuiu para o enriquecimento de suas respectivas histórias. Os fatos narrados tornaram-se detalhes interessantes que contribuem para entender os acontecimentos envolvidos durante décadas.

## **5. Considerações finais**

À frente do seu tempo. Amoroso com os livros. Amante da Biblioteconomia. Permita-se dizer também, um bibliotecário “polêmico”. Essas foram algumas das manifestações que as narrativas dos jornais permitem abrir um espaço para a reflexão sobre Edson Nery da Fonseca em seu construto frente à Biblioteconomia brasileira.

Buscar saber sobre este escritor, poeta, professor e bibliotecário, por meio do olhar de notícias em jornais, mostrou como a mídia impressa ecoa a voz de uma autoridade e representatividade quando o assunto era biblioteca, documentação científica e o curso de Biblioteconomia. Em meio a sua importância para área, dar à luz a reflexão de como a biblioteca e a Biblioteconomia, no passado, foram constantemente evidenciadas e divulgadas para as massas de leitores e os jornais realizaram essa mediação e quanto isso significou uma representatividade intelectual de Edson Nery da Fonseca. Considerando nosso olhar para hoje, com questionamento, fica a pergunta: quem nos representa na atualidade? Como se refere o poeta Cruz e Souza há “Vozes veladas, veludosas vozes” das práticas bibliotecárias nas mídias tradicionais de massa?

Pela poesia, a prática bibliotecária, a de organização da informação ganhou um adjetivo de prática poética de “trabalho amoroso”, mas que não limitou-se ao ser bibliotecário e o fazer biblioteconômico apenas à instrumentalidade, quer dizer, aos fazeres técnicos; pelo contrário, Edson Nery da Fonseca criticou quem reduzia a Biblioteconomia a trabalhos unicamente de organização de livros, dado que na prática bibliotecária ele não apenas estava na organização de uma biblioteca, mas na promoção cultural e intelectual que as bibliotecas e os livros geram na sociedade.

Longe de estereótipos e estigmas biblioteconômicos, encontrava-se Edson Nery da Fonseca. Nos jornais, sabendo ele que dialogava com os diversos tipos de público, buscou ser sempre didático nas explicações que falavam de especialidades. Criticou os estereótipos que reproduziam o imaginário da profissão, empenhou-se em organizar biblioteca e foi saudado por grandes intelectuais.

As fotos e entrevistas do respectivo escritor, professor e bibliotecário, encontradas nos jornais, foram contributivas para a pesquisa, uma vez que, por ser tratar de uns dos percussores da Biblioteconomia brasileira, esses registros fornecem aparatos para futuras pesquisas e diálogos sobre a memória de Edson Nery da Fonseca.

Sobre esses registros, evidencia-se a importância de utilizar os jornais como documento e resgate e revitalização da memória, uma vez que, por haver um conjunto elevado e riquíssimo de jornais brasileiros que narram acontecimentos, os quais são circunstanciados sobre o escritor, professor e bibliotecário, e nos quais estão ali divulgados seus artigos de opinião, e assim as poesias de sua autoria. Torna-se importante apresentar esse resgate da memória mediante esses estudos, que têm como base a utilização de jornais, pois neles podemos encontrar riquezas de detalhes da memória que ainda não foram divulgadas para amplificação dos interessados sobre a história da Biblioteconomia brasileira.

Ressalta-se que, em meio a riqueza desses materiais jornalísticos, é importante fazer uma bricolagem das narrativas dos jornais com demais documentos para que ocorra um acréscimo interpretativo de evidências, dado que alguns jornais, em algumas matérias ao emitirem determinadas informações, pouco noticiam ou deixam de proferir sobre o assunto, o que aguça a curiosidade sobre o acontecimento narrado, como ficou evidenciado no caso da *Polêmica dos bibliotecários*, sobre um parágrafo do *Ser ou não ser bibliotecário*, ficando um questionamento para quem investiga as narrativas de jornais: Qual foi a posição de Edson Nery a respeito do ofício? Pode ser que tenha ocorrido uma resposta, mas em qual jornal está essa resposta? ou talvez esteja em outro tipo documento?

Para finalizar o texto, destaca-se a importância do profissional da informação, isto é, o bibliotecário, por ser um analista de jornais como aquele evidencia sua percepção frente a este tipo de documento estabelecendo no cerne do campo da Biblioteconomia e Documentação que os jornais podem contribuir na história de figuras públicas as quais são importantes para a Biblioteconomia brasileira que, em 2021, marcou o centenário de seu nascimento e produziu o resgate e a reflexão da memória aos amantes da história da Biblioteconomia brasileira.

### **Referências bibliográficas**

#### **AA de bibliotecários repele acusação...**

1966 AA de bibliotecários repele acusação feita à Biblioteca Nacional. *Correio Brasiliense*. [Em linha]. (6 maio 1966). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/028274\\_01/23486](http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/23486).

#### **Aula inaugural do Curso de Biblioteconomia**

1948 Aula inaugural do Curso de Biblioteconomia. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (2 jul. 1948). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_12/30344](http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/30344).

**BARDIN, Laurence**

2009 *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2009.

**Uma Biblioteca moderna para o Recife**

1949 Uma Biblioteca moderna para o Recife. *O Pequeno jornal: Jornal Pequeno*. [Em linha]. (17 dez. 1949). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/79770>.

**Biblioteca não é academia**

1990 Biblioteca não é academia. *Jornal do Brasil*. [Em linha]. (11 dez. 1990). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/22579](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/22579).

**BRASIL. Biblioteca Nacional**

2020 *Hemeroteca digital*. [Em linha]. 2020. [Consult. 6 mar. 2020]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

**BRIET, Suzanne**

2016 *O Que é a documentação?* Brasília, DF: Briquet Lemos, 2016.

**BUCKLAND, Michael**

2018 Document theory. *Knowledge Organization*. [Em linha]. 45:5 (2018) 425-436. [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt64d1v86q/qt64d1v86q.pdf>.

**Cartas à redação**

1954 Cartas à redação: cursos de Biblioteconomia. *Correio da Manhã*. [Em linha]. (jun. 1954). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/37152](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/37152).

**Cartas à redação**

1966 Cartas à redação. *Correio da Manhã*. [Em linha]. (12 maio 1966). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/71436](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/71436).

**Comentário sobre biblioteca gera protesto da AABB**

1966 Comentário sobre biblioteca gera protesto da AABB. *Tribuna da Imprensa*. [Em linha]. (12 maio 1966). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_02/24617](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/24617).

**Cousas da Cidade**

1946 Cousas da cidade. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (10 jan. 1946). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_12/21159](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/21159).

**Diário Social**

1947 Diário social. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (16 jan. 1947). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_12/24845](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/24845).

**Esquema de Paul Otlet**

1957 Esquema de Paul Otlet. *Jornal do Brasil*. [Em linha]. (6 out. 1957). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/79502](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/79502).

**FONSECA, Edson Nery da**

1990 Donos da posição. *Jornal do Brasil*. [Em linha]. (17 dez. 1990). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/23079](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/23079).

**FONSECA, Edson Nery da**

1957 Que obras da Biblioteconomia devem ser traduzidas para o Português? *Jornal do Brasil*. [Em linha]. (29 set. 1957). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/79218](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/79218).

**FONSECA, Edson Nery da**

1945 Gilberto Freyre e os estudantes. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (28 nov. 1945). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_12/20715](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/20715).

**FONSECA, Edson Nery da**

1945 Variações em torno de uma fotografia do brigadeiro. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (14 nov. 1945). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_12/20574](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/20574).

**Formação de técnicos para lidar com bibliotecas**

1954 Formação de técnicos para lidar com bibliotecas: esse objetivo dos cursos mantido pela Biblioteca Nacional. *Correio da Manhã*. [Em linha]. (2 jun. 1954). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/36915](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/36915).

**FREYRE, Gilberto**

1952 Ressurreição de uma biblioteca. *O Cruzeiro*. [Em linha]. (1 mar. 1952). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/79551>.

**Galeria**

1948 Galeria. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (14 mar. 1948). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_12/29241](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/29241).

**Iniciado, no arquivo público, curso de documentação**

1959 Iniciado, no arquivo público, curso de documentação. *Diário de Pernambuco*. [Em linha]. (1959). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_13/61155](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/61155).

**KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto**

2011 O Jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). In SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26º, São Paulo, 2011 - *Anais...* [Em linha]. São Paulo: ANPUH, 2011. [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=1500>.

**KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa**

2015 Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In CIAIQ - CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4º, Aracaju, 2015 - *Investigação Qualitativa na Educação: atas*. [Em linha]. Aracaju: 4º CIAIQ, 2015, vol. 2. [Consult. 3 abr. 2020]. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>.

**MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria**

2002 *Técnicas de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**MONTELLO, Josué**

1991 Os Escritores e a biblioteca nacional. *Jornal do Brasil*. [Em linha]. (8 jan. 1991). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/24217](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/24217).

**Nem monge, nem militar...**

1948 Nem monge, nem militar “apenas bibliotecário”. *O Pequeno jornal: Jornal Pequeno*. [Em linha]. (1 nov. 1948). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/79428>.

**Nota de desagravo à Biblioteca Nacional**

1966 Nota de desagravo à Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio*. [Em linha]. (12 maio 1966). [Consult. 13 jan. 2022]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_15/42437](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/42437).

**QUÉRÉ, Louis**

2005 Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos: revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 6 (2005) 59-75.

Alessandra Nunes de Oliveira | [alessandra.nunes@unesp.br](mailto:alessandra.nunes@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

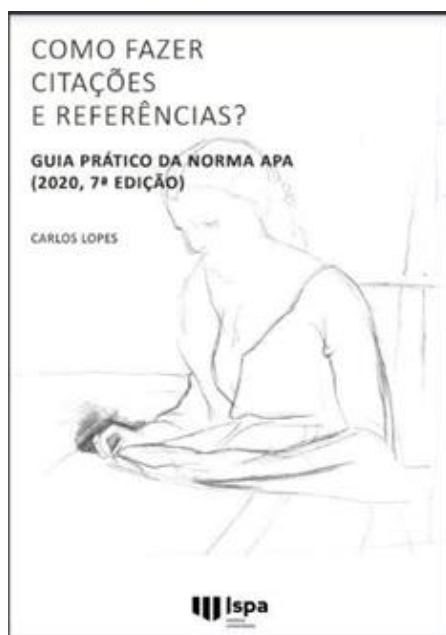
Jetur Lima de Castro | [jetur.castro@unesp.br](mailto:jetur.castro@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Review: LOPES, Carlos - *Como fazer citações e referências?: Guia prático da norma APA, 2020, 7ª ed.* Lisboa : ISPA – Instituto Universitário, 2021. ISBN 978-989-8384-63-8

**Tatiana Sanches**

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag17d1>



A obra ***Como fazer citações e referências?: Guia prático da norma APA, 2020, 7ª ed.***<sup>1</sup> da autoria do bibliotecário e professor Carlos Lopes aparece em boa hora e preenche uma lacuna importante no meio académico – trata-se da tradução comentada e anotada da 7ª edição das incontornáveis normas APA. Na introdução, o autor refere que este livro procura ser um documento de suporte para estudantes e investigadores que pretendam apresentar um relatório científico ou técnico, uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutoramento, ou o resultado de uma investigação, na redação das citações e referências de diferentes tipologias de acordo com a nova edição do *Publication Manual da American Psychological Association* (2020, 7<sup>th</sup> ed.). E porque o estilo APA, que apresenta um sistema de citação autor-data, é usado amplamente não apenas na Psicologia, mas igualmente nas

áreas das Ciências Sociais e Humanas e segue as convenções estabelecidas pela American Psychological Association ([www.apastyle.org](http://www.apastyle.org)), este guia oferece um conjunto de diretrizes gerais para efetuar citações em texto e referências bibliográficas para os diversos tipos de documentos. É, portanto, um recurso indispensável para todos quantos estudam e trabalham para a investigação e publicação académica, mas também para os professores e profissionais da informação, particularmente os bibliotecários do ensino superior.

Em ambiente académico, muitas vezes o propósito de escrever cruza-se com o de publicar. Assim, saber escrever no contexto universitário é também comprovado através da

<sup>1</sup> [https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8617/1/NormasAPA\\_Ed7%28Clopes%29.pdf](https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8617/1/NormasAPA_Ed7%28Clopes%29.pdf).

submissão e publicação de artigos científicos. Contudo, bons conteúdos científicos num artigo não garantem a publicação numa boa revista. No processo de escrita são diversas as variáveis que determinam se um artigo virá a ser publicado – felizmente que algumas destas dependem diretamente do autor. A antecipação e a alteração de alguns destes determinantes aumentarão a efetividade do autor, ajudando-o a fazer mais em menos tempo, e reduzindo o fator frustração (KOTZ *et al.*, 2013). A comunicação científica pressupõe a apresentação de resultados de uma investigação sobre um determinado tema, baseada numa análise crítica, onde o investigador deve responder a uma pergunta de investigação ou hipótese (ANTUNES, LOPES e SANCHES, 2019). Para tanto é necessário reunir evidências, de várias fontes, que permitam fazer interpretações e julgamentos críticos, construindo um texto argumentativo bem fundamentado. Não é fácil localizar informação científica e, para além disso, as fontes de informação são variadas e podem ser usadas para visualizar a panorâmica de um assunto, para entender terminologia de determinada matéria científica ou para procurar dados. À medida que a informação vai sendo recolhida e analisada para o trabalho académico e científico, a referência às fontes consultadas deve ser assegurada, de modo a garantir a confiabilidade do trabalho. A procura da informação fidedigna adequa-se a todos os campos do saber e é muito importante saber identificar o acesso à informação (para mais tarde se poder recuperá-la) e ajuizar acerca da sua pertinência: se é exatamente o que se pretende; se o nível desta informação corresponde às exigências do investigador; se a página *web* aborda a temática em estudo de modo suficientemente elaborado; se a informação será válida noutra contexto científico, social ou geográfico que não o do investigador (SANCHES, ANTUNES E LOPES, 2019). Existe, portanto, uma série de procedimentos que antecede a escrita académica e que se prende com a pesquisa e recuperação da informação. Estes antecipam a necessidade de citar e referenciar corretamente todas as fontes consultadas, pelo autor do texto.

Para os autores, as citações devem funcionar como um meio de estabelecer a credibilidade ou erudição do autor principal (por exemplo, numa revisão de literatura). Ao demonstrar uma familiaridade ampla e até enciclopédica com fontes relevantes, o autor principal mostra ser um estudioso qualificado. Como a maioria dos leitores não estará familiarizada com todas essas fontes, isso estabelece um *status* implícito, até mesmo de confiança, que o leitor deve ao autor, enquanto autoridade na matéria (BURBULES, 2015).

Ao mesmo tempo, para o leitor, as fontes de informação verificadas em cada produção científica e académica irão dão suporte à tomada de decisão, ao permitir identificar o que é importante conhecer e o que foi publicado na área do conhecimento pretendida; discernir entre o importante e o acessório; conhecer as principais tendências da área disciplinar e, também, utilizar os mecanismos metodológicos convencionais: normas, recomendações, citações. Por isso a falta de referências relevantes, quando o leitor está ciente delas, opera de forma inversa, descredibilizando a autoridade.

O livro em apreço apresenta um conjunto de exemplos que sustenta uma autêntica literacia da informação aplicada, desde as citações às referências eletrónicas, complementado com um conjunto de procedimentos normativos que facilita a tarefa de organização e de redação, e garantindo o rigor metodológico e terminológico na uniformização de critérios segundo a normativa da APA. Este é um passo importantíssimo no combate à falta de ética académica, já que fornece as ferramentas necessárias para tornar explícita a autoria das fontes de informação, contribuindo para prestar, deste modo, um tributo aos autores mencionados, e escapar às potenciais acusações de plágio, já que fornece as chaves para a possibilidade de consultar e confirmar as fontes (LOPES, ANTUNES e SANCHES, 2019).

O exercício que se solicita aos autores é que desenvolvam uma escrita académica elaborada de forma cuidada e fundamentada, assente nos pressupostos do método científico, que requerem a inclusão de citações e referências bibliográficas, convocando assim uma diversidade de contributos a partir de fontes, textos, autores, ideias e referências múltiplas (SANCHES, 2019).

Numa abordagem precipitada, dir-se-ia que esta obra é simplesmente a tradução da norma APA, na sua 7ª edição. Nada mais errado. O autor adiciona um valor fundamental ao realizar a interpretação da norma e a sua aplicação, ilustrando com casos práticos todo o conjunto funcional que é constituído pelas citações no texto de outros autores e pelos elementos de identificação que constam na lista de referências, relativamente a fontes tradicionais e a novíssimas fontes como *podcasts*, redes sociais, e outros recursos digitais de diversa natureza.

Uma submissão honesta e autêntica, bem fundamentada com citações e referências corretamente elaboradas, é o primeiro passo para o reconhecimento entre pares, mas principalmente para nutrir a confiança na ciência, para a qual todos os contributos são válidos. Este livro, que parte da reflexão dialogante com a obra original, apresenta estratégias que permitem escorar o trabalho científico e prepará-lo da melhor forma. Um guia essencial que ajudará autores consagrados e novos autores com a elaboração da lista de referências, demonstrando a profundidade do trabalho de investigação, e com a inserção de citações ao longo do texto, permitindo ao leitor percorrer pensamentos, argumentos e reflexões apoiados em textos pregressos.

A obra ***Como fazer citações e referências? : Guia prático da norma APA, 2020, 7ª ed.***, editada pelo ISPA e assinada por Carlos Lopes, torna-se uma leitura obrigatória para quem se interessa pelo cumprimento das normas de publicação académica.

### **Referências bibliográficas**

**ANTUNES, M. L.; LOPES, C.; SANCHES, T.**

2019 Starting from scratch: searching for the purpose of writing. In *Improving the academic writing experience in higher education*. Ed. T. Sanches, M. L. Antunes, C. Lopes. New York: NOVA Science Publishers, 2019, p. 85-107.

**BURBULES, N. C.**

2015 The Changing functions of citation: from knowledge networking to academic cash-value. *Paedagogica Historica*. [Em linha]. 51:6 (2015) 716-726. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00309230.2015.1051553>.

**KOTZ, D. [et al.]**

2013 Introducing a new series on effective writing and publishing of scientific papers. *Journal of Clinical Epidemiology*. [Em linha]. 66:4 (2013) 359-360. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2013.01.001>.

**LOPES, C.; ANTUNES, M. L.; SANCHES, T.**

2019 Writing with ethics: strategies to quoting and referring. In *Improving the academic writing experience in higher education*. Ed. T. Sanches, M. L. Antunes, C. Lopes. New York: NOVA Science Publishers, 2019, p. 109-153.

**SANCHES, T.**

2019 Citar e referenciar: uma estratégia formativa para o uso ético da informação e prevenção do plágio em meio acadêmico. *Perspectivas em Ciência da Informação* - [Em linha]. 24:3 (2019) 59-72. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3214>.

**SANCHES, T.; ANTUNES, M. L.; LOPES, C., ed.**

2019 *Improving the academic writing experience in higher education*. Ed. T. Sanches, M. L. Antunes, C. Lopes. New York: NOVA Science Publishers, 2019.

Tatiana Sanches | [tsanches@fpie.ulisboa.pt](mailto:tsanches@fpie.ulisboa.pt)

Universidade de Lisboa - Instituto de Educação (UIDEF), Portugal